

Francisco Estigarribia de Freitas

*COOPERATIVA DE CRÉDITO CAIXA RURAL*

*UNIÃO POPULAR SANTA CRUZ*

*- 1919 a 1963 -*

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de MESTRE em História.

Florianópolis

1990

**COOPERATIVA DE CRÉDITO CAIXA RURAL**  
**UNIÃO POPULAR SANTA CRUZ**  
**- 1919 a 1963 -**

POR

FRANCISCO ESTIGARRIBIA DE FREITAS

PROF. RUFINO PORFÍRIO ALMEIDA

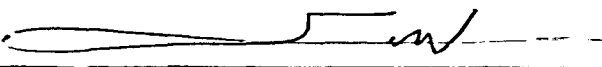
ORIENTADOR

ESTA DISSERTAÇÃO FOI APROVADA NA FORMA ORIGINAL

PELA BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Rufino Porfírio Almeida  
Orientador

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Marly Anna Fortes B. Mira

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Carlos Humberto P. Corrêa

FLORIANÓPOLIS

1990

As musas de minha vida

Eloni

Adriana

### AGRADECIMENTOS

O trabalho de pesquisa é o exercício de cooperação, sem o qual não existe. Por isso, externamos nossos agradecimentos a todos aqueles que de forma indireta ou direta colaboraram na realização deste trabalho.

Sem a ajuda de vocês não teríamos chegado ao fim de tão árdua e difícil tarefa, mas que sem dúvida alguma muito nos agradou e contribuiu para o nosso conhecimento.

"*In memoriam*"

Aqueles cooperativistas que lutaram, acreditaram e implantaram o crédito cooperativista como forma de transformar o social.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS .....	IX
LISTA DE GRÁFICOS .....	XI
LISTA DE QUADROS .....	XII
RESUMO .....	XIII
ABSTRACT .....	XV
INTRODUÇÃO .....	1
1. COOPERATIVISMO .....	4
1.1. Realizações pré e cooperativas no capitalismo inicial	6
1.2. Realizações cooperativas no século XX .....	14
1.3. Desvirtuamentos doutrinários no sistema capitalista ..	21
1.4. Cooperativismo no socialismo .....	28
1.5. Desvirtuamento doutrinário no socialismo revolucionário .....	33
1.6. Desvirtuamentos doutrinários no socialismo reformista .....	35
2. COOPERATIVISMO NO BRASIL .....	37
2.1. Aspectos legais .....	41
2.2. O pensamento associativista no Rio Grande do Sul ....	58
2.2.1. Origem da cooperação .....	58

2.2.2. Formas de cooperação dos alemães e teuto-brasileiros .....	64
2.2.3. Associativismo .....	72
2.2.3.1. Centro Católico ou Partido Católico (ZENTRUMSPARTEI) .....	72
2.2.3.2. Associações Paroquiais Católicas (PFARRVEREINE) ...	74
2.2.3.3. Congressos Católicos (KATHOLIKENTAGE) .....	75
2.2.3.4. Associação Católica de Professores (LEHREVEREINE)..	77
2.2.3.5. Associação dos Agricultores Rio-Grandenses (BAUERNVEREIN) .....	77
2.2.3.6. Sociedade União Popular (VOLKSVEREIN) .....	83
3. ORIGEM E ESTRUTURAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO RIO GRANDE DO SUL .....	88
3.1. Colonização de Santa Cruz do Sul .....	92
3.2. Estruturação das relações econômicas .....	98
3.2.1. Integração no mercado agrícola .....	110
3.2.2. Monopólio Estrangeiro (1930-1964) .....	153
4. COOPERATIVA CAIXA RURAL UNIÃO POPULAR SANTA CRUZ .....	165
4.1. Aspectos formais da Estrutura Empresarial .....	172
4.1.1. Estatutos .....	172
4.1.2. Fundadores .....	182
4.1.3. Instalação e constituição .....	183
4.1.4. Primeira reforma estatutária (25/02/1923) .....	184
4.1.5. Segunda reforma estatutária (19/11/1952) .....	189

4.1.6. Centro de Treinamento Agrícola (CTA) - Antiga	
Escola Prática de Agricultura .....	197
4.1.7. Ação social .....	215
4.1.8. Representantes .....	218
5. ANÁLISE HISTÓRICO-ECONÔMICO-FINANCEIRA .....	223
5.1. Questões metodológicas - Análise de relatórios	
financeiros .....	223
5.2. Enquadramento contábil .....	224
5.3. Inflação .....	224
5.4. Divisão da análise .....	229
5.5. Análise histórico-econômico-financeira .....	230
5.5.1. Primeiro período: 1919 a 1931 .....	230
5.5.2. Segundo período: 1932 a 1943 .....	249
5.5.3. Terceiro período: existência de balanços	
(1945 a 1964) .....	252
5.5.3.1. Aspectos gerais .....	252
5.5.3.2. Comportamento financeiro .....	261
CONCLUSÃO .....	292
BIBLIOGRAFIA .....	301
ANEXOS .....	311



## LISTA DE TABELAS

TABELA 01.	Exportação em 1856 .....	100
TABELA 02.	Produção/Exportação da Colônia de Santa Cruz-RS	101
TABELA 03.	Produção da Colônia de Santa Cruz-RS (1865) ..	105
TABELA 04.	Exportação/Importação (1859-1865) .....	107
TABELA 05.	Arrecadação de Impostos .....	119
TABELA 06.	Produção Agrícola/Industrial e Exportação Município de Santa Cruz-RS (1895).....	124
TABELA 07.	Produção Agrícola/Industrial e Exportação Município de Santa Cruz-RS (1896) .....	125
TABELA 08.	Produção Agrícola/Industrial e Exportação Município de Santa Cruz-RS (1897) .....	126
TABELA 09.	Produção Agrícola/Industrial e Exportação Município de Santa Cruz-RS (1898) .....	127
TABELA 10.	Produção Fumageira de Santa Cruz-RS (1861-1890) .....	128
TABELA 11.	Principais Produtores de Fumo em Folha-RS (1952) .....	129
TABELA 12.	Demonstrativo de Receitas/Despesas - Hidráulica/Usina-SCS-RS .....	139
TABELA 13.	Indústrias, Estabelecimentos, Pessoal Ocupado, Valor da Produção - Santa Cruz e Estado do Rio Grande do Sul .....	156
TABELA 14.	Situação das Indústrias de Santa Cruz-RS (1921)	158
TABELA 15.	Número de Estabelecimentos e número de pessoas ocupadas por categoria - Santa Cruz - 1965 ...	159
TABELA 16.	Empréstimos Nominais/Corrigidos (1919-1930) ..	232
TABELA 17.	Depósitos Nominais/Corrigidos (1919-1930) ....	236

TABELA 18. Reservas Nominais/Corrigidas .....	245
TABELA 19. Depósitos Nominais/Corrigidos .....	263
TABELA 20. Empréstimos Nominais/Corrigidos .....	269
TABELA 21. Relação Depósitos/Empréstimos Corrigidos .....	273
TABELA 22. Reservas Nominais/Corrigidas (1944-1964) .....	277
TABELA 23. Relação Depósitos/Empréstimos Nominais .....	281
TABELA 24. Percentuais Aplicados .....	282

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01.	Legislação do Direito Cooperativo Brasileiro - O período da Implantação:(1903-1932) .....	55
QUADRO 02.	Legislação do Direito Cooperativo Brasileiro - O período da Consolidação Parcial:(1932-1963) ..	56
QUADRO 03.	Legislação do Direito Cooperativo Brasileiro - O período do Centralismo Estatal:(1964-1966) ...	57
QUADRO 04.	Legislação do Direito Cooperativo Brasileiro - O período de Renovação de Estruturas:(1971) ....	57
QUADRO 05.	Quadro Comparativo da Exportação Média Anual dos Quinquênios de 1885-1889, 1900-1904 e 1905 a 1909 .....	115
QUADRO 06.	Produção Agrícola de Santa Cruz-RS (1904-1927)	121
QUADRO 07.	Comportamento da Agricultura Santa-cruzense antes, durante e depois da Guerra (1904-1927)	122
QUADRO 08.	Demonstrativo de Receitas/Despesas de Santa Cruz do Sul-RS (1904-1927) .....	134
QUADRO 09.	Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Financeiros de Santa Cruz do Sul-RS (1882-1944)	146
QUADRO 10.	Representantes da Caixa União Popular-SCS .....	222
QUADRO 11.	Multiplicadores Fixos .....	228
QUADRO 12.	Ação Social da Cooperativa Caixa Rural União Popular de Santa Cruz .....	285

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01. Instituições Associativas Teuto- Brasileiras (1890-1912) .....	87
GRÁFICO 02. Produção Riograndense de Fumo em Folha por Município (1952) .....	130
GRÁFICO 03. Empréstimos Nominais .....	233
GRÁFICO 04. Empréstimos Corrigidos .....	234
GRÁFICO 05. Depósitos Nominais .....	238
GRÁFICO 06. Depósitos Corrigidos .....	239
GRÁFICO 07. Depósitos/Empréstimos Nominais .....	242
GRÁFICO 08. Depósitos/Empréstimos Corrigidos .....	243
GRÁFICO 09. Reservas Nominais .....	246
GRÁFICO 10. Reservas Corrigidas .....	247
GRÁFICO 11. Depósitos Nominais .....	266
GRÁFICO 12. Depósitos Corrigidos .....	267
GRÁFICO 13. Empréstimos Nominais .....	270
GRÁFICO 14. Empréstimos Corrigidos .....	271
GRÁFICO 15. Depósitos/Empréstimos Nominais .....	274
GRÁFICO 16. Depósitos/Empréstimos Corrigidos .....	275
GRÁFICO 17. Reservas Nominais .....	278
GRÁFICO 18. Reservas Corrigidas .....	279

## RESUMO

Este trabalho propõe-se a fazer um estudo a respeito da Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular Santa Cruz.

Para tanto, fez-se uma retomada da conceituação do cooperativismo de crédito no sistema capitalista e socialista. Para isso foi necessário subdividir o capítulo em realizações pré-cooperativas no capitalismo inicial e no cooperativismo do século XX, desvirtuamentos doutrinários sofridos no sistema capitalista; cooperativismo no socialismo e os desvirtuamentos doutrinários sofridos no socialismo

O passo seguinte, foi abordar o cooperativismo de crédito no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul, bem como a legislação que regulamentava a ação cooperativista a partir de 1907 até 1963; como surgiu o pensamento associativo e a origem da cooperação no Rio Grande do Sul.

Entretanto, a estruturação social, econômica e política são fatores determinantes da ação cooperativa. Por isso, fez-se uma incursão nas relações econômicas, na integração do mercado agrícola e no monopólio estrangeiro enraizado no Rio Grande do Sul e em Santa Cruz do Sul-RS, assim como a ação política desenvolvida pelos governantes.

Analisando o pano de fundo em que se realizará a ação da Cooperativa de Crédito Santa Cruz, volta-se para os aspectos formais e de estruturação empresarial, como a instalação, constituição, reformas estatutárias e a ação social desencadeada pela mesma.

Por último, enfoca-se o processo histórico-econômico-financeiro, no qual analisa-se questões como a inflação ocorrida

no período de 1919 a 1963 e a relação desta com os depósitos, empréstimos e as reservas da Cooperativa. A fim de facilitar o estudo, o período foi subdividido em: 1919 a 1931; 1932 a 1943 e 1945 a 1964.

Concluindo o trabalho, identificam-se os aspectos de estrangulamento da teoria cooperativista de crédito raiffeiseano e as causas deste.

## ABSTRACT

The main concern of this dissertation is to study the Santa Cruz Credit Cooperative.

In order to do so, the conceptualization of credit cooperative has been reviewed, in both the capitalist and the socialist system. The concept review, in its turn, has been divided into four major parts:

- the outstanding cooperative accomplishments in the period previous to the cooperativism era, and the chief achievements of cooperativism in the early 20th century capitalism;

- the doctrinaire derailments impinged upon cooperativism in the capitalist system;

- the concept and the practice of cooperativism in the socialist realm;

- the doctrinaire derailments impinged upon cooperativism in the socialist domain.

Following this preliminary conceptual review, the credit cooperativism in Brazil is then approached, particularly in the southern-most Brazilian State of Rio Grande do Sul. The regulatory Brazilian legislation pertinent to cooperativism has also been analysed from its very beginning, in 1907, until 1963, as well as the origins of cooperation and the rise of the associate consciousness in Rio Grande do Sul.

However, one can not forget that the social, economic, and political local structures exert cardinal influence upon the cooperative action. For this reason, a perfunctory picture is built upon the patterns of economic relations, the integration onto the agricultural market, and the foreign monopolistic corporations settled both in the State of Rio Grande do Sul and

in the city of Santa Cruz do Sul. In this analysis, the political action of the State and the City rulers was not let aside.

As what relates to the frame of references upon which relies the analysis and the judgement of the deeds of the Cooperativa de Crédito Santa Cruz, this dissertation turns to the City industrial structure, the conception of the Cooperative, its formal aspects, its organizational and political constitution upon the time, its statutory reforms, and the social activities the Cooperative got involved into.

Finally, the financial and economic history of the Cooperative is detailed, explained, and interpreted, taking into account the inflation rates from 1919 to 1963, the relation of the inflation rates to the Cooperative assets, deposits, loans, grants, and reserve funds. In order to better arrange the study, the whole analysed period has been broken into three time intervals: 1919-1931, 1932-1943, and 1945-1964.

To sum up, this dissertation concludes with the identification of some strangling aspects of the cooperative theory of "*raiffeisian*" credit and the causes of this.



## INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é discutir o processo cooperativista de Santa Cruz do Sul, haja visto que o mesmo norteia o sistema financeiro santa-cruzense.

Por isso, questiona-se: A Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular de Santa Cruz sempre foi útil ao desenvolvimento econômico e social? Representou o desenvolvimento do crédito? Fomentou a educação? Incentivou melhorias salariais? Sua atuação atingiu que tipo de clientela? Os pressupostos cooperativistas foram praticados? Qual foi o comportamento da cooperativa em relação ao processo econômico brasileiro?

Problematizada a Cooperativa de Crédito Caixa Rural de Santa Cruz, os resultados desta pesquisa deverão permitir a expansão dos conhecimentos no campo do cooperativismo de crédito, com base na transferência de idéias geradas na Alemanha sobre o assunto, procurando-se, dessa forma, preencher uma lacuna existente na explicação do processo de desenvolvimento creditício de Santa Cruz do Sul

Para tanto, os pontos a serem examinados dizem respeito à conceituação do Cooperativismo, à função das cooperativas nos sistemas econômicos capitalista e socialista, ao cooperativismo no Brasil, à origem e estruturação sócio-econômica de Santa Cruz do Sul - RS e, ainda, à análise, dentro do contexto das relações capitalistas, da Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular de Santa Cruz.

Para tal, deverão ser conhecidas as etapas do crescimento e desenvolvimento do sistema de crédito e sua função na mudança das relações capitalistas de produção.

Se o crédito é o mecanismo aglutinador de poupanças necessárias à população santa-cruzense, sua ação deve demonstrar a própria evolução do capitalismo na região de colonização germânica, com todas as suas especificidades.

Num segundo momento, será analisada a formação do pensamento associativo no Rio Grande do Sul, através do estudo de instituições como o Centro Católico (*Zentrumspartei*), as Associações Paroquiais Católicas (*Pfarrvereine*), os Congressos Católicos (*Katolikentage*), a Associação Católica de Professores (*Lehrerverein*), a Associação dos Agricultores (*Bauerverein*) e a Sociedade União Popular (*Volksverein*). Este estudo será consubstanciado na análise dos Estatutos e dos Livros de Atas das instituições acima referidas, bem como de material já publicado a respeito.

Para atender a necessidade de caracterizar-se a estruturação econômica do Estado do Rio Grande do Sul e do município de Santa Cruz Do Sul, serão utilizados, além de outros trabalhos já existentes nesse sentido, os relatórios dos presidentes da Província, dos diretores da Colônia e da Freguesia de Santa Cruz do Sul e, ainda, os relatórios da Prefeitura Municipal.

Já em relação à Cooperativa Caixa de Crédito União Popular de Santa Cruz, a crítica será elaborada através de documentos como os livros de Atas das Assembléias Gerais, de Atas do Conselho Fiscal, de Atas do Conselho Administrativo, os Livros Diários, os Livros de Registro de Empregados, os Estatutos, as Fichas de Registro de Associados e os Livros de Registro de Associados.

Com este propósito, será utilizado o MÉTODO QUANTITATIVO, pois a interação, a interdependência dos pressupostos hipotéticos com o quantitativo, resultará na confirmação, ou não, das conjeturas teóricas.

Esta análise quantitativa poderá demonstrar crescimento, estagnação ou diminuição das diversas contas que compõem o ativo e passivo da cooperativa, captação de recursos, aplicações e a viabilidade do capital e seus investimentos na área social. Tal análise é conhecida como Análise de Relatórios Financeiros.

Resta, apenas, enfatizar que, na impossibilidade de globalizar-se integralmente a história da Cooperativa de Crédito Rural União Popular de Santa Cruz, e em função do longo período de existência da mesma, que ainda funciona, a pesquisa abrangerá o período de 1919 a 1963.

A delimitação temporal, 1919-1963, justifica-se por ser 1919 o ano da fundação, e 1963 o marco inicial do aprofundamento da intervenção do Estado no sistema de crédito nacional, retirando das cooperativas de crédito grande parte de suas liberdades operacionais.

## 1 - COOPERATIVISMO

Sucessivos sistemas econômicos têm sido criados. Assim foi o objetivo dos fisiocratas e da escola clássica que, tomando o hedonismo por princípio, acreditavam transformar o social, através do socialismo espiritualista ou utópico de Robert Owen, Charles Fourier e Claude Henri de Saint Simon, entre outros, e depois com o socialismo materialista ou científico, que tem em Karl Marx e Friedrich Engels seus principais líderes. Há, igualmente, os intervencionistas, que buscam criar instituições para intermediar a relação entre o indivíduo e a sociedade. Dentre estes, destacam-se Sismondi com o Estado, Le Play com a Família, os Confessionais com a Igreja e Charles Gide, com o Cooperativismo.

Todas essas instituições, cada uma a seu modo, buscavam formas de igualdade e de justiça de relacionamento, o que provocou o aparecimento de várias instituições como os Falanstérios, Colônias Icarianas, a Cooperativa de Consumo dos Pioneiros de Rochdale, as Cooperativas de Crédito Schulze-Delitsch, Raiffeisen, Luzzatti, Hass, Wollemborg ou Boerenbond Belga, todas tendo como base o auxílio mútuo.

Esta prática resultou em posturas que acabaram sendo englobadas num conjunto de princípios doutrinários de uma ação visando alterar o econômico e o social, através de instituições então denominadas cooperativas.

Sendo assim, e porque o autor entende que a classificação proposta por Diva Benevides Pinho (1965) é, de forma geral, abrangente e flexível no que diz respeito às atividades destas instituições, este trabalho agrupa-as em:

**I - Cooperativas de primeiro grau**

1. Cooperativas de produção ou de produtores:
  - A) Agrícola ou agropecuária;
  - b) Industrial.
  
2. Cooperativas de consumo ou de consumidores:
  - A) De consumo de bens;
  - B) De consumo de serviços.
  
3. Cooperativas de crédito:
  - A) De tipo Luzzatti;
  - B) De tipo Raiffeisen;
  - c) De outros tipos.

**II - Cooperativas de segundo grau**

1. Federações,
2. Uniões;
3. Centrais.

**III - Cooperativas de terceiro grau**

1. Confederações.

Parece evidente que todas as reações foram sofrendo transformações com o transcorrer do tempo, uma vez que o próprio contexto do qual brotaram, igualmente, foi se alterando. Sendo assim, essa adequação fica mais evidenciada a partir do momento em que forem enfocadas conjuntamente as alterações das instituições cooperativas e dos sistemas em que estão inseridas.

### 1.1 - Realizações pré e cooperativas no capitalismo inicial

Na primeira etapa de implantação (1800), o capitalismo caracterizava-se por pequenas unidades de produção, trabalho em concorrência, onde a intervenção do Estado na área econômica era praticamente nula. Já na segunda fase do capitalismo (1900), distinguiam-se as grandes e médias empresas substituindo os pequenos empreendimentos, com a concorrência dando lugar ao monopólio e o Estado passando a intervir mais na economia.

Paralelamente, o cooperativismo iria sofrer os reflexos destas alterações e, por força das próprias características do capitalismo, também ele teria de adaptar-se à nova realidade.

#### **A) Realizações pré-cooperativas**

Estas realizações acontecem na primeira fase de implantação do capitalismo, período em que ocorrem as investidas dos seculares e confessionais na pré-cooperativa.

Neste período, ocorreram experiências como as de New Harmony, fundada em 1828 por Robert Owen, em Indiana, na América do Norte. Propunha-se buscar o redirecionamento do homem para o igualitarismo de bens, através de mutações implantadas no social e definindo a remuneração de acordo com as necessidades individuais. Esta mudança partia do pressuposto de que o homem não é bom ou ruim por natureza. Sua inclinação para um ou outro lado é reflexo do meio social em que vive. Também combatia o lucro, a concorrência e o subconsumo. Porém, tudo isso devia ocorrer sem conflito e preservando o direito à propriedade.

O Falanstério de Fourier é mais uma realização pré-cooperativa. Constituiu-se numa espécie de hotel, no qual congregava proprietários capitalistas, operários e demais segmentos, na tentativa de atingir o ápice das paixões humanas. Inclusive, o trabalho não era obrigatório. Quem não o fizesse, seria mantido pela associação.

O objetivo do Falanstério era agrícola. As atividades inerentes a tal ocupação eram realizadas sob o mais elevado espírito comunitário: refeições em conjunto, trabalhos feitos por todos e produção realizada em comum com reuniões culturais, visando substituir o sentimento do ódio pela simpatia. Sob a ótica econômica, era buscado o máximo de conforto com o mínimo de despesas, já que tudo se substituiu por tarefas coletivas.

Quanto à produção, acreditava-se que, uma vez solucionados os antagonismos, esta seria abundante e o reflexo imediato seria a superação da questão referente à distribuição. Era a superação do lucro e da concorrência através de um programa que, mais tarde (século XX), seria a base das cooperativas integrais, como, por exemplo, os Kibutzen de Israel.

As Colônias Icarianas, idealizadas por Etienne Cabet (1848), também se juntaram a estas realizações para, através de ação associada, tentar reverter os inconvenientes da implantação do capitalismo. Essas colônias refletiam tanto as idéias de Robert Owem como as de Thomas Morus. <sup>(1)</sup>

Além destas iniciativas, houve outras na França e na Inglaterra, a semear o cooperativismo. Mas, de modo geral, as principais fontes inspiradoras das realizações cooperativas são as que passam a ser enfocadas a seguir.

---

1. PINHO, Diva Benevides. A Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalistas e Socialistas. 2. ed. São Paulo, Pioneira, 1965. p. 35-36.

## B) Realizações Cooperativas

Com a idéia disseminada, o resultado não tardou. Em 1843, no distrito de Lancashire, em Rochdale, Inglaterra, surgiu a Cooperativa de Consumo dos Pioneiros de Rochdale. Seu propósito era melhorar a precária situação econômica em que se encontravam 28 tecelões, através da fundação de um armazém cooperativo. Com um capital inicial de 28 libras esterlinas, a cooperativa deu início às atividades e oferecia farinha, açúcar, manteiga e aveia. Vender produtos alimentícios e roupas era apenas o propósito inicial, porque

".. comprar ou construir casas para os membros que desejam ajudar-se mutuamente a fim de melhorar as condições de sua vida doméstica e social, empreender a fabricação de artigos que a sociedade julgar conveniente para proporcionar trabalho aos membros que não tiverem ocupação ou cujos salários sejam insuficientes; logo que seja possível, a sociedade procederá a organização da produção, da distribuição e da educação no seu próprio meio e com seus próprios recursos ou, em outros termos, organizará uma colônia autônoma em que todos os interesses serão unidos e comuns. A sociedade auxiliará as demais sociedades cooperativas que desejarem fundar colônias semelhantes; com o fim de propagar a abstinência, a sociedade abrirá, em um dos seus locais, um estabelecimento de temperança..." (2)

para complementar os propósitos dos Pioneiros de Rochdale.

Por este projeto, conclui-se que buscavam retificar o econômico-social através da

---

2. PINHO, Diva Benevides, op. cit. p. 41.



"...formação de um capital para emancipação do proletariado mediante a economia realizada sobre a compra em comum de gêneros alimentícios, construção de casas para fornecer alojamento a preço de custo, criação de estabelecimentos industriais e agrícolas com duplo objetivo: produzir direta e economicamente tudo o que for indispensável às necessidades da classe operária e assegurar trabalho aos operários desempregados ou que percebiam baixos salários, educação e luta contra o alcoolismo, cooperação integral, isto é, criação paulatina de pequenos núcleos nos quais a produção e a repartição serão reorganizadas, e multiplicação desses núcleos através de propaganda e exemplos." (3)

O sucesso desta iniciativa foi tal que a experiência dos Pioneiros de Rochdale não demorou a transformar-se em princípios, normatizando não só outras sociedades, como também foram sistematizados pela Escola de Nimes. (4)

A utilização do cooperativismo como base de instituição capaz de proporcionar melhorias sensíveis na vida da população estendeu-se rapidamente a outros setores do relacionamento humano, como o setor creditício.

Se a iniciativa da criação de cooperativas de consumo coube aos tecelões da Inglaterra, já a iniciativa da criação de cooperativas de crédito coube aos alemães, sensibilizados pelas dificuldades econômicas do período compreendido entre 1846 e 1848.

Foi movido por este sentimento que Frederich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888), homem que nutria sensível admiração pela agricultura, juntamente com 60 habitantes de Flammersfeld, fundou uma sociedade de auxílio mútuo, visando solucionar a crise por

---

3. PINHO, Diva Benevides, op. cit. p. 41.

4. Ibid. p. 42.

que passava o crédito agrícola. Surgiram deste movimento as cooperativas Raiffeisen que

"... fundam-se no princípio cristão de 'amor ao próximo', admitem auxílio de caráter filantrópico, embora prefiram o princípio de 'self-help', dão grande importância à formação moral dos associados, os quais têm a responsabilidade solidária e ilimitada quanto às obrigações contraídas pela cooperativa, concedem créditos a longo prazo, preconizam a organização de um banco para atender às necessidades das diversas cooperativas de crédito, não remuneram os dirigentes da sociedade e não distribuem retorno." (5)

Movido pelas mesmas dificuldades do período 1846-1848, e tendo por finalidade proliferar o crédito barato aos artesãos, Herman Schulze (1808-1883) estruturou em Delitzsch, na Alemanha, uma instituição

"...que se destina, sobretudo, à classe média urbana (artesões, comerciantes, pequenos patrões), mas não tem o caráter de organização classista, permitindo a participação de todas as categorias econômicas, adota o princípio 'self-help', recusando auxílio do Estado ou de caráter filantrópico. Desse modo, o capital da sociedade é constituído pelos próprios associados através de cotas-partes, o fundo de reserva é ilimitado, geralmente, a 10% do capital subscrito, o lucro é distribuído entre os sócios sob forma de dividendo e os sócios respondem de modo solidário e ilimitado pelos negócios da sociedade." (6)

Tendo estas cooperativas de crédito proporcionado resultados nos setores rurais e de artesanato urbano, era de se esperar sua influência na criação de outras cooperativas.

---

5. PINHO, Diva Benevides, op. cit. p. 45-46.

6. Ibid. p. 44-45.

Assim, surgiram na Itália, a partir de 1864, os bancos populares, idealizados por Luigi Luzzatti (1841-1927), com base na experiência de Schulze-Delitzsch, adotando

"... o princípio do 'self-help', embora admitam ajuda estatal. Esta, porém, deve ser apenas supletiva, desaparecendo tão logo a própria sociedade esteja em condições de resolver os seus problemas e dão grande importância à conduta dos associados, dos quais exigem sérias qualidades morais e fiscalização recíproca. Adotam a máxima '*convertire in capital l'o nesta*', a fim de criar, em torno da sociedade, uma atmosfera moral de confiança, concedem empréstimos mediante palavra de honra e não remuneram os administradores da sociedade." (7)

Outro tipo de cooperativa da Itália é a do tipo Wollemborg, que surgiu em 1883, criada por Wollemborg (1859-1932) e inspirada no sistema raiffeiseano, mas diferindo deste no que diz respeito ao aspecto ético, pois preocupava-se com a parte financeira da empresa.

Já as cooperativas de Hass, fundadas em 1872 em Friedberg, na Alemanha, por Wilhelm Hass (1838-1913), objetivavam sedimentar a liberdade econômica do agricultor. Para tal, apoiavam-se tanto no sistema raiffeiseano quanto no de Schulze-Delitzsch, dos quais incorporou "a idéia de limitação da atividade da cooperativa a um círculo restrito, a idéia de agrupar as cooperativas em federações e o caráter econômico ... renunciando, assim, aos aspectos éticos e cristãos acentuados por Raiffeisen." (8)

Ainda dentro do período inicial de implantação do capitalismo, ocorreram realizações de caráter confessional, promovidas pelo Movimento Católico-Democrata, na França. Seus líderes foram o abade Lamennais (1782-1854), Huet (1814-1869) e

7. PINHO, Diva Benevides. op. cit. p. 47.

8. Ibid. p. 47.

Buchez (17996-1865). Coube a Buchez a cooperativa de produção industrial, baseada no

"... sistema societário de Saint Simon, com a livre associação do trabalho, talento e capital de Fourier e com sistema blanquista que reprime a concorrência desordenada na produção e reclama a ajuda financeira do Estado para emancipar o assalariado." (9)

Com isso, visavam abolir a figura do patrão, o salário e permitir ao trabalhador se apossar dos instrumentos de produção, bem como dispor do produto do seu trabalho. Para tanto, os princípios seguidos por Buchez eram os seguintes:

"Os associados são os próprios empresários, escolhendo entre eles um ou dois representantes que usariam a assinatura social, cada um continuará a ser remunerado segundo os usos adotados na profissão, isto é, por dia ou por tarefa, conforme a habilitação individual, será levantada soma equivalente àquela levantada diariamente pelos empresários intermediários, a qual, no fim do ano, deve ser partida em duas partes: 20% destinar-se-á ao fundo de reserva e 80% dividir-se-á entre os trabalhadores, 'pro-rata' aos dias de trabalho de cada um, o capital é inalienável, pertencendo à associação. Esta, indissolúvel, perpetuar-se-ia com a contínua admissão de novos sócios, os operários não associados, mas que trabalhassem na empresa, tornar-se-iam sócios após um ano e meio de trabalho." (10)

O Movimento Católico-Democrata acabou expandindo-se pela França, Alemanha, Bélgica, Áustria e, com o passar do tempo, seu programa sofreu alterações que o levaram a aproximar-se do socialismo. (11)

---

9. PINHO, Diva Benevides. op. cit. p. 48-49.

10. Ibid. p. 49.

11. Ibid. p. 50.

Porém, paralelamente ao desenvolvimento do Movimento Católico-Democrata, crescia o Movimento Católico-Social, que também preconizava a adoção do cooperativismo para solucionar os problemas econômicos e alterar o social. Contudo, havia uma substancial diferença entre católicos democratas e os sociais: os últimos propagavam o intervencionismo estatal moderadamente.

Entre os países que aderiram às idéias do movimento católico-social, entre outros, destacaram-se França, Áustria, Alemanha e Bélgica. Foi na Bélgica, inclusive, que os católicos-sociais realizaram a sua principal obra de cunho religioso, moral, econômico e social: a fundação, em Louvain, a 20 de julho de 1890, da cooperativa de *Boerenbond*, ou Liga dos Camponeses, orientada pelos católicos Helleputte, Schelert e o abade Mellaerts. Dentre suas diversas seções destacavam-se a de compras e vendas em comum, a seção rural e a seção de crédito. Nesta última, aplicava-se o *self-help*, a responsabilidade solidária e ilimitada e, ainda, o não-retorno.

Mas se ambos os movimentos católicos preconizavam o cooperativismo como solução para os problemas econômicos e sociais, também protestantes-sociais reconheciam neste sistema probabilidades maiores de superação daquela ordem até então vigente. Tanto assim que, graças a sua ação, o sistema judiciário inglês, em 1852, reconheceu a personalidade jurídica das cooperativas. Esta inclinação dos protestantes ingleses pelo cooperativismo se faz sentir mais intensamente em relação às cooperativas de consumo.

Acrescente-se, ainda, que o reconhecimento do sistema cooperativista como o mais plausível na recuperação econômica de artesões urbanos e trabalhadores agrícolas, também o é sob a ótica do setor público. Este reconhecimento veio ainda dentro da primeira fase de implantação do capitalismo, com o surgimento das "regies" cooperativas, ou seja,

"... modo de organização dos serviços públicos, baseado no princípio das cooperativas de consumo. São constituídas por decisão dos poderes públicos, mas gozam de completa autonomia. É provável que a Bélgica tenha sido o primeiro país a organizar 'regies' cooperativas, com a criação, em 1860, de 'Le Credit Comunal de Belgique' e, em 1885, de 'La Société Nationale des Chemins de Fer Vicinaux'. "(12)

Desta forma, foram complementadas as realizações cooperativas do século XIX, período do qual surgiram várias cooperativas que, ao longo do século, reestruturaram-se, adaptando-se à nova fase do capitalismo.

## 1.2 - Realizações cooperativas no século XX

### A) Confessionais

Terminado o século XIX, o capitalismo iniciou uma nova fase, não só cronológica, mas também de alterações estruturais. A atividade econômico-produtiva, que antes era dispersamente desenvolvida por inúmeras empresas pequenas, passa a ser desenvolvida de forma centralizada pelas grandes indústrias. Com a conseqüente concentração da riqueza, uma percentagem cada vez menor da população passa a apropriar-se de uma renda cada vez maior.

Nesse contexto, a partir de 1900 as grandes unidades de produção caracterizavam o capitalismo, pois empresas que sobreviveram à verdadeira guerra concorrencial do século XIX e do início do século XX entenderam que o caminho mais lucrativo seria a formação de *pools*, *trustes* e corporações.

---

12. PINHO, Diva Benevides. op. cit. p. 52.

Surgiram, assim, os mecanismos de monopólio ou de semi-monopólio que buscam a maximização dos lucros das corporações gigantescas. Quando, por um motivo ou outro, não havia entendimento entre os agentes econômicos, o aparelho governamental era chamado para regulamentar acordos.

Dentro desse novo direcionamento do capitalismo, uma nova proposta ideológica precisava ser introduzida para mascarar a semelhança entre os empresários da época e os "barões ladrões" da Idade Média. E a mitificação dos empresários bem sucedidos, paralelamente à crítica à concorrência destrutiva, oportunizou o aparecimento da "cooperação", através da qual as instabilidades econômicas seriam superadas e, deste modo, alteradas para melhorar as condições sociais da população.

Todavia, é preciso levar em conta, neste ponto, que a aludida "cooperação" não se dava no sentido de equiparar pobres e ricos, mas sim no sentido de tornar ainda mais amplo o fosso que separava os ricos dos pobres, enquanto a figura do empresário bem sucedido era colocada diante da população como representando o elemento que zelaria pelo bem-estar de todos indistintamente, procurando glorificar-se como herói das massas paupérrimas.

Esta nova ordem ideológica foi reforçada com a adesão da igreja, por ocasião da divulgação da encíclica *Rerum Novarum* (1891), em que o Papa condenava a miséria dos povos, a concorrência e o socialismo, ao mesmo tempo em que endossava as ações das corporações e apresentava os líderes industriais e financeiros como generosos e paternalistas, homens de inúmeras virtudes para os quais o bem-estar social estava acima de suas posições pessoais.

Após tanta pressão, a prática do cooperativismo no século XX acentuou-se tanto no sentido vertical quando no horizontal, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, encontrando

condições ideais de propagação junto aos segmentos economicamente menos favorecidos.

Sendo assim, não é difícil compreender a ação confessional no cooperativismo em Antigonish, no Canadá, onde o Pe. Moyses M. Coady (1882-1959) fundou diversas cooperativas de consumo e produção. Diversas instituições deste tipo foram criadas também na França, através do movimento Economia e Humanismo, liderado pelo Pe. Lebret, pregador do cooperativismo nas áreas subdesenvolvidas.

Também os protestantes-sociais aprofundaram sua ação cooperativista. Em 1887 o pastor Gauth fundava a Associação Protestante para o Estudo Prático das Questões Sociais. Como consequência desta ação, em 1922 as cooperativas protestantes da França reuniram-se numa federação sistematizada por Charles Gide (1847-1932), que repudiava o sistema salarial e a ele contrapunha a emancipação operária, preconizando o fim do lucro com o advento da República Cooperativa, que seria caracterizada por

"Viver melhor, pagar a dinheiro, poupar sem sofrimento, suprimir os parasitas, combater o alcoolismo, interessar as mulheres nas questões sociais, educar economicamente o povo, facilitar a todos o acesso à propriedade, reconstruir uma propriedade coletiva (patrimônio coletivo), estabelecer o 'justo preço', eliminar o lucro capitalista e abolir os conflitos." (13).

Mas não foram só protestantes e católicos que se dedicaram ao cooperativismo. Também os israelenses, ao verem nesse sistema uma possibilidade de ascensão material e a consequente melhoria social, passaram a buscá-la por meio da sociedade Amantes do

---

13. PINHO, Diva Benevides. op. cit. p. 56.



Sião, através da qual foram fundadas cooperativas como, por exemplo, os Kibutz em Degância, onde a produção e o consumo eram enquadrados nas normas do cooperativismo. (14)

### B) Seculares

No que diz respeito às realizações seculares, não é difícil imaginar que, igualmente, houve um sensível aproveitamento vertical e horizontal, uma vez que as bases já haviam sido lançadas. É o caso das cooperativas agropecuárias, inspiradas em obras dos pensadores socialistas partidários do associativismo, que aproveitaram a experiência dos Pioneiros de Rochdale e pautaram sua ação num trabalho coletivo, tanto na agricultura como na pecuária, sob a forma de fazendas coletivas pertencentes às cooperativas, ou por estas arrendadas.

Esses empreendimentos eram administrados por dirigentes eleitos por assembléias gerais, onde cada associado tinha direito a apenas um voto, sendo que as sobras líquidas repartiam-se com base nos dias de trabalho de cada um. O consumo e a educação, em alguns casos, eram realizados dentro do espírito cooperativista. Sua propagação difundiu-se na sociedade capitalista e a instituição familiar, nessas instituições, permaneceu inalterada. (15)

Já as cooperativas na área da produção industrial acabaram por tornar-se um obstáculo aos propósitos do capitalismo, tanto pela força da prática de juros módicos e limitados ao capital, quanto pelo direito dos associados a apenas um voto,

14. Detalhes sobre o assunto podem ser encontrados nas obras de Diva Benevides Pinho, Dicionário de Cooperativismo, e de Waldirio Bulgarelli, O Kibutz e a Realidade Cooperativa.

15. PINHO, Diva Benevides. op. cit. p. 58-59.

independentemente do número de quotas que possuíssem. Com isso, os investimentos nessa área foram lentos, em que pese ter havido organizações de natureza cooperativista, na França e na Itália, na área da produção industrial.

Na França, as Comunidades de Trabalho, que resultaram de iniciativas no âmbito do setor produtivo industrial, fundamentaram-se nos princípios fourierista e rochdaleano, caracterizando-se pela propriedade comum limitada aos meios de produção, pela gestão comum, viabilizada por meio de assembléias nas quais eram indicados delegados com poderes gerais ou especiais e, ainda, pelo modo de vida privado, apesar da estrutura familiar não ser alterada.

Outra experiência na área da produção industrial, marcada pelos princípios do cooperativismo, ocorreu na Itália, por volta de 1948, com a criação dos Centros Comunitários de Canaveses. Esses centros tinham como objetivo geral a transformação do social através da descentralização industrial, o reaproveitamento dos desempregados e, ainda, a gestão pelos operários.

Por outro lado, se as realizações cooperativas na área da produção industrial, não atingiram um índice elevado em face das suas características já mencionadas, o mesmo não aconteceu com o cooperativismo de consumo. Nesse campo, as realizações e conquistas se propagaram, praticamente, por todos os países europeus, entre os quais se destacam a Suécia, a Dinamarca, a Noruega, a Finlândia e a Islândia.

Entre as experiências realizadas nesses países, a ação das cooperativas suecas foi a que mais sobressaiu-se, uma vez que fazia frente a cartéis e trustes. A força do cooperativismo sueco provém, fundamentalmente, da união e da integração, que vão da fonte consumidora até a produção, onde

"... na base estão as cooperativas varejistas locais ou regionais; no ápice encontra-se a União Cooperativa de âmbito nacional, que é uma cooperativa de segundo grau e, acima da União Cooperativa, há a *Nordisk Andelsforbund*, com sede em Copenhague. Agrupa as Organizações Centrais dos países escandinavos, para a importação comum. Representa a primeira experiência de aplicação da idéia cooperativista em âmbito internacional, ou seja, uma espécie de cooperativa de terceiro grau." (16)

Neste ponto, é interessante que se destaque uma outra característica do movimento cooperativo sueco, especificamente a sua política ativa dos preços, em que,

"... além das novas condições econômico-sociais do capitalismo molecular, a observação da venda ao preço do mercado, mas com fortes retornos, provoca menos entusiasmo entre os consumidores do que a venda a baixos preços, com fracos retornos. É que neste caso o consumidor sente imediatamente a ação do cooperativismo, enquanto no primeiro os retornos anuais têm menor efeito psicológico." (17)

Se as cooperativas de consumo proliferaram e, com isso, suas realizações assumiram projeção e proporções consideráveis dentro da nova ótica do século XX, as cooperativas de crédito baseadas nos sistemas Schulze-Delitzsch e Raiffeisen, assim como aquelas que se originaram desses sistemas -- Haas, Luzzatti, Wollemborg, Boerenbond -- apesar de crescerem e da importância de sua ação, pouco têm sido estudadas. Todavia, a multiplicação desse tipo de cooperativa se caracterizou por serem elas

---

16. PINHO, Diva Benevides. op. cit. p. 65.

17. Ibid. p. 66. Observe-se que o conceito de Capitalismo Molecular utilizado pela autora designa a forma pela qual está identificado o capitalismo do século XX.

"... organizadas de preferência entre pequenos artesões, pequenos comerciantes, pequenos empresários ou pequenos agricultores; encontram, nas zonas agrícolas, ambiente mais favorável ao seu desenvolvimento por permitirem aos agricultores, meeiros e arrendatários, a obtenção de empréstimos ou a aquisição de maquinário agrícola; utilizam os modelos clássicos Schulze-Delitzsch e Raiffeisen, mas entre as adaptações, preferem o sistema luzzattiano." (18)

### C) Pública

Foi a partir do século XX que apareceram as *Régies* cooperativas, tendo como finalidade prestar serviço econômico. Estas instituições, criadas por ato do poder público, gozavam de ampla autonomia em seus setores. Caracterizavam-se por distribuir as sobras entre os associados, considerando as operações por eles efetuadas. Os membros, usuários e consumidores, eram pessoas de direito público, ao passo que os acionistas dividiam-se em dois grupos: pessoas de Direito Público e Coletividades Públicas. (19) As ações (nominativas, intransferíveis e indivisíveis), eram divididas equitativamente entre os dois grupos de acionistas.

As *Régies* eram geridas por um Conselho Administrativo, de 27 membros, com "amplos poderes para gerir e administrar as '*Régies*', nos termos das leis sobre sociedades anônimas." (20)

Dentre este vasto leque de poderes, entre outras atribuições,

---

18. PINHO, Diva Benevides. op. cit. p 68.

19. São pessoas de Direito Público, segundo Diva Benevides Pinho (1965), o Estado, Departamentos, Comunas, Territórios de Além-Mar e Estados Associados. Já as Coletividades Públicas, segundo a mesma autora, são as Câmaras do Comércio e da Agricultura, bem como as sociedades representativas dos usuários.

20. PINHO, Diva Benevides. op. cit. p. 70.

"...cabe-lhe fixar o capital necessários à criação de novos serviços ou melhoria dos já existentes e autorizar a criação de novas ações, adquirir e alienar bens móveis e imóveis, fazer empréstimos, instituir comissões técnicas, nomear empregados, fixando seus salários e gratificações, representar a 'Régie' em juízo." (21)

Além do Conselho Administrativo, a estrutura organizacional típica da *Régie*

"... possui a 'Comissão Fiscal' à qual é permitido, a qualquer momento, examinar as contas ... Também possui a 'Assembléia Geral' formada por todos os acionistas, quer ordinários, quer privilegiados, os quais, sem haver participado da formação do capital social, estão encarregados da nomeação de nove membros do Conselho de Administração." (22)

A principal diferença entre as *Régies* e as cooperativas em geral, é que aquelas eram criadas por uma lei especial e tinham duração ilimitada, enquanto estas eram criadas por um grupo de, no mínimo, sete pessoas e sua duração dependia da Assembléia Geral.

### 1.3 - Desvirtuamentos doutrinários no sistema capitalista

Pelo que até aqui foi visto, constata-se que houve uma alteração no quadro econômico, bem como uma variação nas realizações cooperativas.

---

21. PINHO, Diva Benevides. op. cit. p. 70-71.

22. Ibid. p. 71.

Uma outra assertiva é a de que a cooperativa tem sua gênese no capitalismo inicial, contra o qual através do associativismo buscou combater a ação devastadora e desequilibrada do capitalismo liberal da época. Sua sustentação teórica, por certo, não poderia ser diferente e, num primeiro momento, opôs-se à concorrência, para, num segundo estágio, combater o semi-monopólio e o monopólio.

Mas esta oposição atingiu patamares diferentes em função da própria mutação do sistema, uma vez que era necessário adaptar-se diante da nova faceta do capitalismo, que não era nem um pouco favorável ao cooperativismo. Nem poderia esperar-se outra postura, já que o cooperativismo surgira para combatê-lo.

Diante desta necessidade de melhor adequar-se no combate ao capitalismo, as cooperativas sofreram alguns desvirtuamentos doutrinários, resultado da ação direta dum sistema estruturado como o capitalismo, da mentalidade capitalista da qual as pessoas estavam impregnadas.

#### A) Dos fins

Na impossibilidade do cooperativismo integral no capitalismo, surgiram as cooperativas "simples" ou as de "compromisso" que resolveram a problemática da comercialização ou do consumo de uma forma um tanto satisfatória. Porém, este fato não se repetiu em relação à produção e ao crédito.

Na produção, o maior obstáculo a ser vencido pelas cooperativas foi a necessidade de altos investimentos que exigem

recursos de capital astronômicos para fazer frente aos poderosos trustes, *pools* e corporações que atuam na área industrial.

Já quanto à obtenção de crédito à agricultura, as dificuldades foram maiores ainda, uma vez que o capitalismo financeiro projetou-se no imperialismo econômico. Isto teve como consequência a dominação da economia de países pobres, nos quais não só é assegurado o mercado para os produtos provenientes dos países industrializados, como os investimentos só são feitos à medida em que oferecem altos lucros e ínfimos riscos. São características estas que não se encontram na agricultura de maneira geral, com exceção feita ao grande produtor voltado à produção de culturas que apresentam um alto índice de comercialização.

Em função da impossibilidade desta cooperativização integral, surgiu uma outra alteração na doutrina do cooperativismo, que se constituiu na desarticulação, indo desde tipos de cooperativas até a setores, dando mostras de ausência de um plano conjunto de atuação, provocando realizações isoladas e sem atingir a proposição maior do cooperativismo: corrigir o econômico-social.

Assim, o resultado imediato desta desarticulação acabou refletindo-se nos fins propostos pelo cooperativismo, os quais passaram a encontrar sérias resistências na sua ampla concretização, uma vez que a concorrência, na maior parte -- para não dizer sempre -- não chegou a ser eliminada. Pelo contrário, as cooperativas passaram a participar da concorrência, algumas vezes contra a atividade privada e outras tantas entre as próprias cooperativas. E isto não se deu apenas entre cooperativas de categorias e tipos diferentes, mas entre cooperativas de mesma categoria e tipo.

Também quanto ao lucro, não houve eliminação plena, porquanto este apareceu sob a dissimulada denominação de "sobras líquidas", nas diversas operações realizadas pelos associados (compras efetuadas, dias de trabalho, créditos utilizados), dependendo do tipo de cooperativa. Tampouco o salário veio a ser abolido, dado que as cooperativas se servem de serviços de categorias que praticam o capitalismo.

Concluindo a análise dos desvirtuamentos relacionados com os fins das cooperativas, pode ser enfatizado que, na prática, o que se constata é que muito raramente os interesses pessoais não se sobrepõem aos do cooperativismo, a ponto de certas cooperativas terem passado a usar os mesmos recursos das empresas capitalistas, visando a elevação de preços, por exemplo. Daí resultou o aparecimento das multicooperativas que tanto têm contribuído para o desgaste do cooperativismo e das cooperativas.

## B) Dos princípios gerais

No que tange à prática dos princípios gerais de inspiração democrática -- que se subdividem em adesão livre, controle democrático, neutralidade política, religiosa e racial e, ainda, desenvolvimento da educação -- algumas dissonâncias são constatadas na execução prática do que estes pressupostos encerram. A esse respeito, alguns tópicos são abordados a seguir.

- Livre adesão: A amplitude que o termo sugere não parece que se tenha consubstanciado na prática, tendo em vista a raridade de cooperativas integrais e a conseqüente qualificação profissional constituindo-se, aí, pré-requisito;



- Controle democrático: ao ser instituído como um dos princípios do cooperativismo, visava permitir ao associado um só voto, independente da posição sócio-político-econômica, resguardando, dessa forma, a igualdade entre os associados. Esta proposição não é absolutamente difícil de ser praticada, mesmo dentro de um regime capitalista, mas, necessariamente, passa pela educação, área em que a prática do controle democrático enfrenta problemas sérios como o da mentalidade cooperativa. Esta é uma realidade de vital importância no que diz respeito aos desvirtuamentos do cooperativismo.

- Neutralidade política, religiosa e racial: se os princípios anteriores, de um relativo grau de facilidade quanto a sua implantação por parte das cooperativas, não se concretizaram em toda a sua amplitude, não seria a neutralidade política, religiosa e racial que viria a ser praticada em toda a sua abrangência. A neutralidade política, por exemplo, sempre foi sistematicamente desrespeitada, e isso ocorreu inclusive na Inglaterra, o berço do cooperativismo rochdaleano e um país desenvolvido. Por que não, então, nos países subdesenvolvidos? Além disso, as próprias características do regime capitalista, em situações em que o estado intervém cada vez mais no meio econômico e na política econômica, fazem com que as cooperativas assumam o espírito partidário.

No que se refere à questão religiosa, a prática cooperativista já nasceu dividida. Isso se constata desde as realizações cooperativas do século XIX até os dias atuais. Presumivelmente, não se impõem restrições aos associados no sentido de professarem este ou aquele credo religioso, mas em países como a Polônia, a Bélgica, a Itália e mesmo em algumas regiões do Brasil <sup>(23)</sup>, a profissão de fé por parte de grupos de

23. A este propósito, ver mais adiante, no capítulo sobre o cooperativismo no Brasil, o item sobre as formas de cooperação dos alemães e teuto-brasileiros.

associados tem-se constituído um fator decisivo de cisão na atividade cooperativa.

Quando ao aspecto racial, não há fatos concretos que comprovem a não observância de tal neutralidade. Porém, também não há uma convicção plena e generalizada de que este princípio seja praticado amplamente, uma vez que a segregação racial é uma realidade nos dias atuais.

- Desenvolvimento da educação: esta proposição visa o preparo doutrinário do homem, sob o ponto de vista moral e social, tendo em vista a sua integração harmoniosa com a humanidade, objetivo este que é atingido através da educação teórica e prática. Numa primeira análise, a proposição pode ser perfeitamente realizável através da educação teórica, pois subsídios para tal são abundantes. Já o mesmo não se pode dizer a respeito da prática, uma vez que não há uma atualização entre a ação das cooperativas, como já se verificou. Logo, algum desvio na preparação teórica existe que, por sua vez, reflete-se na prática. Consequentemente, a proposição não é satisfeita, não só pelo aludido, mas pelo conjunto de fatos que atrofiam e impedem o desenvolvimento do cooperativismo, os quais se originam do próprio sistema capitalista até a postura do indivíduo como componente básico da mutação do atual sistema.

### C) Dos princípios especiais

- Vendas pelo preço justo: o objetivo é fixar um preço justo, base das operações, e eliminar, dessa forma, a especulação. Mas o que se constata é que as cooperativas operam com lucros, os quais são repartidos com os cooperados, proporcionalmente às suas compras, dias de trabalho ou créditos. Algumas cooperativas, tentando solucionar essa contradição entre o ideal e a prática do cooperativismo, adotam a "política ativa

de preços" que, segundo Diva Benevides Pinho (1965), "consiste na redução da taxa de retorno e na venda de mercadorias pelo preço de custo de produção e de distribuição". Mas fica o questionamento em relação à eficácia dessa política, aplicada num movimento cooperativista desarticulado dos países desenvolvidos e com características "empresariais" (24), como o existente no Rio Grande do Sul.

- Retorno proporcional ao movimento:

"... tal como é enunciado pela doutrina, retorno *pró-rata* de compras, esse princípio só é aplicável às cooperativas de consumo. Para se aplicar às outras formas cooperativistas precisa ser modificado (é proporcional às vendas nas cooperativas de venda, aos créditos utilizados nas cooperativas de crédito...) ou mesmo substituído por outro (por exemplo, nas cooperativas de produção o retorno se faz com base nos dias de trabalho de cada membro - o trabalhador." (25)

- Vendas e compras a dinheiro e crédito: este, de forma alguma, é fundamental. Até mesmo porque a venda a crédito multiplicou-se nos atuais dias entre a população que consagrou esta forma de venda.

- Juros limitados sobre o capital: parece ser o único dos princípios que tem subsistido, apesar das pressões. Tanto assim que nos setores que exigem grandes alocações financeiras (produção e crédito), as dificuldades de ascensão das cooperativas de consumo têm sido inúmeras.

Como já foi visto, as alterações, modificações, desvirtuamentos ou, ainda, as acomodações do movimento cooperativo são inúmeras e dão o que pensar, principalmente se

---

24. BENETTI, M. Domingues. Origem e formação do Cooperativismo Empresarial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, 1985.

25. PINHO, Diva Benevides. op. cit. p. 93.

confrontadas com a definição da Aliança Cooperativa Internacional, segundo a qual será considerada uma sociedade cooperativa, qualquer que seja sua constituição legal, toda associação que tenha por objetivo a melhoria econômica e social de seus membros, através da exploração de uma empresa, na base da ajuda mútua e que observe os princípios de Rochdale.

Parece, assim, que não restam muitas alternativas quanto às modificações ou acomodações das cooperativas diante da nova ordem econômica, uma vez que o próprio Comitê Central da ACI, já em 1964 admitia a intervenção do Estado nas cooperativas. Em contrapartida, o que não se pode deixar de fazer é questionar se estas modificações e reinvenções buscam a liberdade irrestrita do homem.

#### 1.4 - Cooperativismo no socialismo

As raízes do socialismo, como é sabido, são bastante antigas. Porém, sua doutrina ganhou mais espaço a partir do século XIX, principalmente após a publicação do Manifesto Comunista, à medida que se propunha contestar as proposições então defendidas pelo liberalismo fisiocrata e clássico.

Tanto quanto os capitalistas, os socialistas também divergem entre si no que diz respeito às formas de combater o "meio concorrencial", ao qual atribuem a responsabilidade pela instabilidade gerada no meio social. Uns entendem que a associação é a forma mais adequada de combate, ao passo que outros preferem alterar a forma de produção e repartição.

Apesar das divergências, entretanto, e de forma genérica, todos entendem que, tanto no coletivismo quanto no comunismo, deve haver uma planificação total da economia, como forma de neutralizar a ação da concorrência. (26)

Com base nessas idéias, o socialismo do século XIX projetou-se para o início do século seguinte, através de duas formas divergentes: a primeira é o socialismo espiritualista ou utópico que, por sua vez, é subdividido em mais três segmentos. Um busca modificar o meio social através de associações voluntárias ou naturais, nas quais a justiça e a igualdade são os atributos principais. Entre seus maiores líderes estão Owen e Fourier. O segundo segmento pretende alterar o meio social introduzindo modificações na produção industrial, e teve em Saint Simon um de seus principais articuladores. Por último, há o segmento formado pelas idéias de Proudhon, que foram propagadas por Bakunin e Malatesta, que pretende, através de modificações na circulação e nas trocas conter os descabros do liberalismo.

Já a segunda forma de projeção do socialismo é o chamado socialismo científico, ou marxismo, estruturada a partir das idéias de Karl Marx e Frederic Engels que, por suas vez, assentaram a base de seu pensamento na ideologia alemã. Constitui-se de duas teses principais, ou seja, a filosófico-sociológica, na qual se insere a problemática da luta de classes, e a tese econômica, que contempla questões como a da exploração do homem pelo próprio homem através do desenvolvimento de teorias como a da "mais-valia" e a do valor do trabalho, e, ainda, como a da conversão da sociedade capitalista ao comunismo em função dos seus próprios erros.

Continuando esta rápida análise do socialismo até os dias de hoje, seguramente pode-se dizer que muitos resquícios das

26. HUGON, Paul. História das Doutrinas Econômicas. São Paulo, Atlas, 1969.

diversas etapas do socialismo de outras épocas ainda hoje estão presentes na doutrina do socialismo moderno, muito embora as mutações, com o transcorrer do tempo, sejam inevitáveis e muitas vezes profundas, como por exemplo a *Perestroika* de Gorbachev, apesar da ortodoxia russa. Estas mudanças marcam o início de uma nova etapa do socialismo, sem dúvida, mas os resultados são ainda uma incógnita que tanto poderá direcionar-se no cumprimento da profecia de Marx quanto à sociedade capitalista, como poderá se direcionar para o inverso.

Verdade é que esta última suposição se constitui de um grau de realização quase insuperável. Mas os caminhos ao poder absoluto são imprevisíveis, ainda mais quando se encontram adversários tão poderosos. E, já que nem um e nem outro se dispõe a subjugar o adversário, o melhor é se aliarem. Mas o problema será definir quais os pontos das respectivas doutrinas a serem alterados.

Entre uma alteração e outra, o socialismo do século XX pode ser caracterizado por duas correntes: socialismo revolucionário ou extremista e o socialismo moderado ou reformista. O socialismo revolucionário compõe-se do sindicalismo revolucionário e do bolchevismo que pregam reformas sociais violentas. Já o socialismo moderado, com base na filosofia voluntarista e enfatizando o idealismo da história, objetiva uma conciliação entre o socialismo e individualismo. Busca reformas progressivas do meio social, tendo como instrumento de ação a política governamental. (27)

Em virtude dessa variante do socialismo, como se comportou o cooperativismo?

Como já foi visto, o primeiro rumo ao cooperativismo foi dado pelos socialistas associacionistas, inclusive, servindo de

27. PINHO, Diva Benevides. op. cit. p. 102.

modelo posteriormente aos Pioneiros de Rochdale. Entretanto, essa experiência um tanto comum entre o socialismo espiritualista e o cooperativismo, sobreviveu na forma de "irmãos gêmeos" até as críticas de um dos líderes do socialismo científico.

A partir de então, as cooperativas deixaram de ser o instrumento pelo qual os socialistas atingiram a emancipação do proletariado e

"... as cooperativas nunca mais representarão um meio radical de libertação do trabalhador, sendo utilizadas apenas como instrumento de propaganda para a difusão das idéias coletivas e revolucionárias. Tornaram-se técnica organizacional provisória destinada a criar mentalidade coletivista por 'colocar instrumentos de trabalhos nas mãos dos trabalhadores.'" (28)

Assim tem sido de Lênin até o início da era Gorbachev. O cooperativismo não passa de um instrumento absolutamente descartável no momento da concretização do comunismo. Como este objetivo não tem fórmulas e nem caminhos muito claros, e muito menos um prazo, o cooperativismo tem permanecido entre os socialistas, sejam estes revolucionários ou reformistas, ajudando na tarefa de fazer o homem o fim principal, tarefa esta que contém outras, como por exemplo, divulgar amplamente o "Nós", eliminar a concorrência e, principalmente, não dar trégua ao sistema capitalista.

Nesta tentativa de alcançar a sociedade arquitetada por Marx, a URSS tem queimado diversas etapas: Comunismo de Guerra (1917-1921), Nova Política Econômica (NEP-1921 a 1927), Planos quinquenais (1927), todos eles preparando para o fim maior: Comunismo.

Como não poderia deixar de ser, já que é um instrumento de auxílio na corrida em direção a este fim, o cooperativismo tem

feito sua parte. Esta tem-se constituido em socialismo revolucionário na URSS, em realizações como cooperativas de consumo do tipo Selpo, cooperativas de aldeias que têm como função o abastecimento, estando sob o controle dos moradores da aldeia, os Raysoyus, desempenha a função de órgão atacadista e de controle e o Tsentrosoyus, com as funções de comprar diretamente dos produtores, revendendo ao Estado ou repartindo entre consumidores, planejando e controlando o abastecimento. Este é administrado por um presidente, seis diretores e por vinte e cinco membros. (29)

Na área da produção agrícola, a comuna agrícola funciona com meios de produção e os bens de consumo comuns; o *artel* agrícola onde são os meios de produção são comuns e o *toz* no qual os instrumentos de trabalho são comuns, se constituem no mesmo movimento: *Kolkhoz* ou propriedade coletiva, a qual apresenta características cooperativas como: a terra é do Estado, os meios fundamentais de produção são coletivizados, a adesão é livre ao *Kolkhoz*, é permitida a saída do *Kolkhoziano* que é gerida por uma assembléia. Mas em função da sua condição já mencionada, possui singularidades. (30)

Também nas Democracias Populares, como na República Popular da China, Tchecoslováquia, Polônia, Romênia, Hungria, Albânia Bulgária ou na Iugoslávia, as realizações cooperativas acontecem, quer no setor de consumo, quer na área de produção agrícola ou na área industrial, até mesmo no setor de crédito como na China, onde as cooperativas do ramo são ligadas ao Banco Popular do Estado.

No socialismo reformista, a presença de instituições com vestígios da doutrina cooperativista também é uma realidade. O exemplo mais típico é Israel onde proliferam as cooperativas

29. PINHO, Diva Benevides. op. cit. p. 111-123.

30. Ibid. p. 124-131.



como: *Kibutz* de produção agrícola, *moschav*, onde as vendas e compras são feitas em comum, *moschav shifut* que se constitui de empresas agrícolas com a participação de todos os habitantes da região em que se localiza e a renda é distribuída de conformidade com as necessidades de cada família, ou ainda a cooperativa central *Tinuvah*, fundada em 1924, a quem cabe distribuir a produção dos *Kibutz* e *Moschav* com as empresas privadas e uma série de outras iniciativas de caráter cooperativistas, fazendo com que o grau comunitário chegue ao ponto de, em alguns *Kibutz*, apenas a escova de dentes e os sapatos são individuais. (31)

Mas se em Israel, China e México, entre outros, as realizações cooperativas atingem índices elevados, há outros países, como na Inglaterra, onde as cooperativas abrangem setores limitados. De qualquer forma, a presença da doutrina cooperativa se faz sentir, evidentemente que não sem pagar tributo a esta permanência no socialismo.

### 1.5 - Desvirtuamento doutrinário no socialismo revolucionário

#### A) Dos fins

Obviamente, os desvirtuamentos da doutrina cooperativista, ao se adaptarem às exigências do socialismo revolucionário ou reformista, serão outras em relação às verificadas no sistema capitalista, até mesmo de enfoque, pois enquanto no sistema da maioria dos países ocidentais o cooperativismo é encarado como um sistema de oposição, nos países socialistas o cooperativismo é visto sob a perspectiva de instrumento auxiliar na busca do objetivo maior: o Comunismo. Isso determina sua função, dentro

---

31. PINHO, Diva Benevides. op. cit. p. 132-138.

deste contexto, como absorvedor dos conflitos provenientes do confronto entre individualismo e coletivismo, preparando as pessoas no combate ao lucro e à exploração.

Tomando por base as suas funções, pode-se projetar que, no meio socialista, provavelmente as cooperativas sofrem um desvio nos seus fins, uma vez que a doutrina marxista-leninista não considera a doutrina cooperativista.

Mais do que essa simples projeção, qualquer outra coisa é impossível de afirmar, por total falta de sustentação científica.

#### B) Dos princípios gerais

Quanto aos princípios gerais das cooperativas no socialismo revolucionário, teoricamente pode ser dito o que se segue:

- Livre-adesão: é praticada até certo ponto, pois é possível ao rurícola não tomar parte do *Selvo*. Porém, não lhe é permitido utilizar mão-de-obra que não seja familiar, e nem acesso aos benefícios estatais concedidos às cooperativas, sem contar que a comercialização é dividida entre Estado e cooperativas. De muito pouco ou quase nada adianta a consagração desse princípio, se for forçada pela ação do Estado.

- Controle democrático: numa economia planificada, o Estado determina o quê e quanto deve ser produzido, muito pouco sobra de democrática, a não ser o seu enquadramento diante das diretrizes estatais, apesar de as cooperativas serem dirigidas por Assembléias Gerais.

- Neutralidade política: é impraticável, pois o direito de fazer parte das cooperativas é condicionado pela participação política no partido único e é vedado à burguesia.

- Desenvolvimento da educação: tanto quanto o caso anterior, este é um princípio que não tem razão de ser no socialismo revolucionário, na medida em que a educação é de inteira responsabilidade do estado.

### C) Dos princípios especiais

- Vendas pelo "justo preço": de conformidade com a oferta e a procura, este princípio só se realiza em épocas de guerra ou em caso da produção de produtos agrícolas de alto consumo. Caso contrário, o governo estabelece os preços.

- Retorno proporcional ao movimento: este princípio não existe na visão socialista, pois, segundo seus pensadores, alimenta a mentalidade capitalista. O que há é o estímulo à produtividade.

- Vendas e compras a dinheiro: segundo as informações nesse sentido, a maior parte é realizada a dinheiro.

- Juros limitados sobre o capital: a doutrina socialista não admite juros sobre o capital. (32)

### 1.6 - Desvirtuamentos doutrinários no socialismo reformista

Apesar de a doutrina cooperativista ser considerada, nos meios socialistas, apenas como um instrumento técnico, no alcance do comunismo, é neste que alguns de seus princípios se realizam

---

32. PINHO, Diva Benevides. op. cit. p. 144.

com maior plenitude, já que as próprias características do sistema propiciam, por si só, algumas realizações como a abolição da condição de assalariado, a total extinção do lucro à moda capitalista e a proliferação das cooperativas integrais.

Mas, por outro lado, se no socialismo há possibilidades de realizações cooperativistas bastante significativas, também existem limitações, como, por exemplo, a determinação das funções das cooperativas, a limitação de suas ações ao âmbito daquelas atividades nas quais ainda não há um grau de coletivização compatível com os fins propostos pelo socialismo e, ainda, o descaso total da doutrina cooperativista, uma vez que esta não passa de uma instrumentalização que visa a expansão do socialismo e, como tal, é perfeitamente dispensável no momento em que for atingido o objetivo.

Porém, uma ressalva deve ser feita a respeito do socialismo reformista: é exatamente aí que existem as maiores possibilidades de aproximação de ambas as doutrinas, na medida em que a intervenção estatal não assume proporções tão expressivas.

Como se verifica, as cooperativas proliferam tanto no sistema capitalista como no socialista, mas isso porque pautam-se por um conjunto de princípios que se propõem alterar a realidade através da prática destes por instituições criadas para tal fim, capazes de se adaptar a diferentes realidades.

Evidentemente, esta adaptação gera modificações que permitem às cooperativas subsistirem às adversidades. E é neste sentido que passa-se, agora, a analisar o desenrolar do movimento cooperativista no Brasil.

## 2 - COOPERATIVISMO NO BRASIL

No Brasil, o cooperativismo (\*) não pode ser analisado como um movimento unificado de abrangência a todos os Estados brasileiros de uma mesma forma. Ao estudar-se o cooperativismo no País, é preciso identificar momentos distintos.

Numa primeira etapa, e aproveitando uma evolução natural do homem em função das necessidades sócio-políticas, o cooperativismo passa a ser uma necessidade para a sobrevivência. Neste sentido, não há absolutamente nada de novo, uma vez que o cooperativismo como tal não foi idealizado, estruturado e praticado sob a orientação de gênios reformadores e, menos ainda, por sistemas políticos de governo. Isso porque o homem sente que pode transformar o mundo através de ASSOCIAÇÕES LIVRES, apesar de que, para muitos, isso não passa de sonho.

Diante estes, a alternativa é o cooperativismo, que visa, antes de tudo, educar o homem, habilitando-o a resistir aos impulsos de fraude, das altas explorações da usura, desenvolvendo-lhe as energias para ajudar a outrem ajudando-se a si mesmo, e buscando abolir conflitos seculares em torno de interesses antagônicos como os do vendedor e do comprador, os do patrão que se opõem aos dos operários, representante, nas sociedades de consumo, nas de crédito e nas de produção. (33) Ou seja, um cooperativismo marginal, sem regulamentação na lei: uma instituição anárquica. (\*\*)

---

(\*) *Cooperativismo*: doutrina que tem por objetivo restabelecer o social através de associações com base na cooperação.

33. SOARES, J. J. Sociedades Cooperativas. Rio de Janeiro, Livraria Editora Leite Ribeiro, 1929, p.33-34.

(\*\*) *Anárquica*: significando liberdade dos atos opressores do Estado e a substituição do Estado pela cooperação de grupos associados.

A etapa seguinte do cooperativismo, no Brasil, é aquela em que a Nação, como membro da América Latina, é partidária e desenvolve o "cooperativismo de elite", uma vez que

"... o cooperativismo surge como uma promoção das elites (econômicas e políticas) numa economia predominantemente agro-exportadora. Não se trata, pois, de um movimento vindo de baixo, mas imposto de cima. Não é o caso, portanto, de um movimento social de conquista, mas de uma política de controle social e de intervenção estatal. Não ocorreu a criação de uma fórmula associativa, mas apenas sua importação e adequação aos interesses das elites políticas e agrárias." (34)

Originou, como consequência, o aparecimento das "multicooperativas", contando com poderosos aliados nas áreas federal e estadual, como o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul. O resultado não poderia ser outro: em 1980, as 1.346 cooperativas agropecuárias comercializaram 328,87 bilhões de cruzeiros, (35) demonstrando que a modernização do setor agropecuário oportunizou surgimento da "... multicooperativa, entidade cuja estrutura e dinâmica de crescimento apresenta várias similaridades com a morfologia da empresa controladora de um grupo empresarial." (36) O cooperativismo no Rio Grande do Sul passou, inclusive, a ter uma nova característica: o capital financeiro e o Estado que, em função da estruturação das cooperativas, assumiram o papel de verdadeiros donos destas.

Contraditoriamente, o cooperativismo no Rio Grande do Sul não pode ter uma abordagem tão simplista no que tange ao

---

34. RIOS, Gilvando Sá L. O que é Cooperativismo. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, p. 24.

35. DELGADO, G. C. Capitalismo Financeiro e Agricultura no Brasil: Ano 1965-1985. São Paulo, Editora Ícone e Unicamp, 1985, p. 164-190.

36. Ibid. p. 165.

crescimento<sup>(\*)</sup> desta doutrina, para que não sejam negligenciadas etapas importantes da história do cooperativismo sul-riograndense. Evidentemente, em determinado período, o cooperativismo praticado pelos gaúchos irá se identificar com o praticado no restante do País, até mesmo pelas características do Estado que reflete o pensamento de seus políticos: paternalista, tutelar e burocrático, notadamente no período de 1930 a 1985.

Entretanto, antecedendo o período mencionado, articulações, evoluções de idéias, conscientizações, que "*a priori*"<sup>(\*\*)</sup> foram elaborando a base do cooperativismo posto em prática inicialmente. Isto significa dizer que foi um movimento gerado em suas bases, que não o isenta da carga ideológica, uma vez que a gênese do cooperativismo transplantado para o Rio Grande do Sul vinha de países como a Inglaterra, Alemanha, Bélgica e outros nos quais o capitalismo já havia penetrado no meio rural.

A cultura dos imigrantes que já possuíam experiências com base na economia capitalista, com respectiva acumulação e centralização de capital, só sofreria alterações ou perdas culturais em função da frequência de contato com uma sociedade de postulados diferentes ou não positivistas, que não é o caso da comunidade rio-grandense. Isso sem considerar que

... em caso algum, a perda da cultura originária pode ser total e simultânea, pois, do contrário, a personalidade do imigrante desintegrar-se-ia por completo. De mais a mais, a necessidade de fazer ajustamentos a situações novas não envolve o abandono total a cultura antiga." (37)

---

(\*) *Crescimento*: aumento de volume, grandeza ou extensão. Caracterizado pela capacidade de multiplicar-se quantitativamente, onde a harmonia e o desenvolvimento integral não são o mais importante.

(\*\*) *A Priori*: no sentido original de Kant, ou seja, no juízo analítico, onde predicado está incluído no sujeito.

37. WILLENS, Emílio. A Aculturação dos Alemães no Brasil. 2. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1989. p. 119.

Por outro lado, a questão religiosa também não pode ser esquecida, pois as doutrinas de Lutero e Calvino, principalmente deste último, transformaram as concepções de até então, no que diz respeito ao trabalho profissional. Deixou de ser um meio de satisfazer determinadas necessidades, para ser um dever religioso. Sem sombra de dúvidas, outros estímulos da doutrina protestante contribuíram para uma alteração no pensamento econômico, vindo a atingir o que hoje se convencionou "mentalidade capitalista".

Esta nova ótica não foi absorvida simultaneamente em todas as camadas sociais em todos os países. Primeiro absorveram-na os protestantes para, posteriormente, difundir-se entre os católicos e demais segmentos da população. Como consequência desta diferença, principalmente entre os católicos e protestantes, segundo literatura de apoio, revela que

"... mesmo hoje, existe uma diferença, na cultura econômica, entre os católicos e protestantes na própria Alemanha. Investigações feitas, nesse país, sobre a concentração do capital revelaram que os grandes capitais estão, na sua maior parte em mãos de protestantes." (38)

Assim, considerando o acima exposto, quanto ao abandono, quer quanto às diferenças nas doutrinas religiosas, conclui-se que, na cultura teuto-brasileira, também há diferenças econômicas, muito embora, no transcorrer desse trabalho, seja possível detectar subsídios para tal afirmação, ainda assim ela é muito sutil.

Finalmente, temos ainda que focalizar o lado prático, parte ativa na formação da "estrutura da personalidade" do elemento teuto-brasileiro.

---

38. WILLENS, Emílio. op. cit. p. 257.



Ainda que houvesse toda uma legislação favorecendo e protegendo o imigrante alemão,

"... é possível dizer que desde sua chegada (1824) até mais ou menos 1840, os imigrantes puderam apenas sobreviver às custas de sua agricultura de subsistência, praticada sem receber auxílio. Cultivaram variados produtos com mão-de-obra familiar e agregados, assim como socorreram-se dos vizinhos nas suas necessidades." (39)

Sob esse pano de fundo não é difícil entender-se a razão pela qual o Rio Grande do Sul é considerado pioneiro no cooperativismo, onde predomina o sistema Raiffeisen. Muitos são os ingredientes favoráveis a uma vida associada e,

"... sobretudo reminiscência da *almende*, quer dizer,, terras comunais de cujo usufruto todos os membros da comunidade participavam. Parece que as experiências relativas à *almende* (apesar de sua ocorrência ser regionalizada) facilitaram a integração da cooperativas na cultura teuto-brasileira." (40)

Mas como foi regulamentada a atividade cooperativista no Brasil?

## 2.1 - Aspectos Legais

Tanto quanto tudo mais que existe, falar em alguma coisa legal ou aspectos legais de (...), é extremamente antinômico, começando pelo próprio homem e passando pelas instituições que

---

39. PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982. p. 47.

40. WILLENS, Emílio. op. cit. p. 254.

ele próprio cria até atingir a sociedade no seu todo. Agora imagine-se entrar nos meandros de um ou outro aspecto da legislação que rege esta contraditória sociedade! Mas como é aí que aparece a contribuição do historiador, à medida que "... fala da confusa complexidade dos problemas humanos na linguagem vulgar, elástica, maleável e prática em que ele de fato se processam" (41) que aborda-se a história do corpo das leis normativas das cooperativas em geral e, especificamente, das cooperativas de crédito.

Não para criar-se mais uma lei, mas porque têm sido criadas tantas outras, decretos, editais, ordens, decisões, acordos de consenso que as instituições sobreviventes desta avalanche ao cabo de algum tempo ou foi propositadamente isolada do real tal a "...camada de papel que os geólogos não terão senão que registrar sob o nome de formação 'papesóica', nas revoluções do globo" (42), criadas para regulamentar as cooperativas.

Objetiva-se, isto sim, registrar a burocratização que tomou conta do setor e da qual ressurgiu um cooperativismo desvinculado dos seus pressupostos básicos em sua gênese: **combater a usura, favorecer o trabalho e desenvolver o capital**, hoje, o capital financeiro é o principal favorecido.

Antes de mais nada, é necessário definir o que entende-se por crédito: riqueza de uma outra pessoa, física ou jurídica, da qual desfruta-se, temporariamente, sob promessa de restituí-la em soma igual ou adicionada de uma compensação. Agora, dentre os tipos de operação a crédito, merece atenção a modalidade referente à agricultura, pois esta tem características próprias, ou seja, rigorosamente reprodutiva. Vai daí a necessidade de uso adequado

41. FRANCKEL, C. "Explicação e Interpretação em História", in GARDNER, Patrick. Teorias da História. Lisboa, Calouste Gulbenkian, p. 507.

42. PROUDHON, P. J. "as Leis", in GUERIN, Daniel. Proudhon Textos Escolhidos. Porto Alegre, L&PM, 1983. p. 69.

da coisa emprestada, e por si só banindo os empréstimos de consumo.

Também por isso surge um aparelhamento mais racional do crédito agrícola, uma vez que residem aí os fundamentos da nossa própria existência, enquanto nação agrícola e como consequência, a resolução dos problemas agro-sócio-econômicos do País.

É preciso saber, então, como está aparelhada, sob o ponto de vista da jurisprudência, a distribuição do crédito agrícola.

As dificuldades para a distribuição racional do crédito agrícola são várias, principalmente quando se leva em conta a ineficiência do aparato judicial no que diz respeito aos delitos contra a economia, em relação aos quais normalmente são designadas comissões de inquérito para apurar as responsabilidades que nunca ou quase nunca são atribuídas a alguém. A consequência é a impunidade.

Além deste grave entrave do aparelho judicial brasileiro, é fundamental que se conheça, ainda, não só os agricultores, individualmente, como também o ambiente onde operam. Em função disso, surge a necessidade de haver órgãos regionais, capazes de estabelecer controle, vigilância mútua entre os tomadores de crédito agrícola e o organismo que empresta os recursos, criando, dessa forma, algo como garantia e controle recíprocos entre si.

É desde 1849, quando da fundação da primeira Caixa Rural de Flammersfeld por Frederico Reiffeisen, que as cooperativas de crédito têm participado ativamente na tarefa de abrir crédito ao setor rural. Este tipo de organismo de distribuição do crédito agrícola alcançou um rápido crescimento em países como a Alemanha, Áustria, Itália, Bélgica, entre outros.

Seus princípios fundamentais baseiam-se na solidariedade ilimitada, limitação territorial, na ausência de dividendos, na gratuidade das funções administrativas e na limitação de crédito. Em razão da ausência de dividendos, possui um fundo de reservas, com o objetivo de aumentar o patrimônio coletivo. Em linhas gerais, estas são as principais características das cooperativas de crédito tipo Raiffeisen, segundo seu idealizador. Evidentemente, neste sistema, ao abranger nações, fatores outros provocaram modificações.

No Brasil, houve várias iniciativas regionalizadas no fomento do cooperativismo, no período de 1895 a 1902, tanto no Norte, como no Centro e no Sul. Em 1895, Carlos Alberto de Menezes fundou uma cooperativa de consumo de Caramagibe, na sua própria fábrica. Em 1902 foi fundada uma Caixa Rural em Goiânia e, neste mesmo ano, o Pe. Amstad, a partir de Petrópolis-RS, começou a cruzada em prol do cooperativismo no Estado.. A partir de então, o Governo Federal assumiu a liderança da propaganda em favor do cooperativismo, bem como passou a regulamentar suas atividades.

As cooperativas de Crédito Rural, também denominadas "Caixas Rurais", devem impulsionar o desenvolvimento da agricultura e das várias indústrias agrícolas, oportunizando aos lavradores o acesso ao capital com taxas de juros compatíveis. Ou seja, funcionam como Caixas Econômicas, onde recebem os depósitos oriundos do campo que irão fortalecer os empréstimos concedidos aos sócios da Caixa, o que, em termos gerais, significa uma retenção e reaplicação do capital rural em zonas agrícolas.

Dentro deste contexto é que foi elaborada a legislação brasileira que regulamenta a criação e o funcionamento dos sindicatos e das cooperativas, sendo que o legislador brasileiro adaptou os princípios fundamentais do sistema Raiffeisen para o funcionamento das Caixas, especialmente após a aprovação do

Decreto número 1.637 de 05 de janeiro de 1907, que "(...) cogitou especialmente do auxílio à pequena lavoura e indústrias conexas, e que tem em nosso país, como antecedente legislativo, o Decreto número 979 de 06 de janeiro de 1903." (43)

O cooperativismo brasileiro, a partir de 1907, via legislativo, passou a sofrer a intervenção do Estado que reflete o pensamento dos legisladores: paternalista, tutelador e burocrático, interferência que, por si só,, já agredia os preceitos básicos do cooperativismo. Como se isso não bastasse, os ajustamentos levados a efeito não ficam claros. É o que demonstra Fábio Luiz Filho, em seu trabalho Teoria e Prática das Sociedades Cooperativas, onde aparecem leis criadas, sem haver a revogação da anterior ou dos dispositivos de leis anteriores, causando dubiedades na interpretação do conjunto geral do direito do cooperativismo brasileiro.

Neste contexto conturbado, resultado da inexperiência do legislador brasileiro, o Decreto número 979 de 1903 é o marco inicial da história do Direito Cooperativo Brasileiro, pois em seu artigo 10 assim se refere à organização das cooperativas:

"A função dos sindicatos, nos casos de organização de caixas rurais de crédito agrícola e da cooperativa de produção ou de consumo, de sociedade de seguros, assistência, etc., não implica responsabilidade direta dos mesmos nas transações, nem os bens nela empregados ficam sujeitos ao dispositivo número 8, sendo a liquidação de tais organizações regidas pela lei comum das sociedades civis." (44)

Já o Decreto número 1637 de 1907, apesar de equiparar as cooperativas com as sociedades comerciais, ainda não dava uma estrutura jurídica própria, uma vez que, no artigo 10, estabelecia

43. MELLO, P. O Crédito Popular e Agrícola e as Caixas Raiffeisen. Rio de Janeiro, Papelaria Mendes, 1920. p. 26.

44. Decreto Número 979, de 06 de janeiro de 1903.

"As Sociedades Cooperativas que deverão ser anônimas, em nome coletivo ou em comandita, são regidas pelas leis que regulam cada uma dessas formas de sociedade, com as modificações estatutárias na presente lei." (45)

Entretanto, a primeira lei orgânica foi o Decreto número 22.239 de 1932, mas que no Artigo 2 rezava o seguinte:

"As sociedades cooperativas, qualquer que seja a sua natureza civil ou mercantil, são sociedades de pessoas e não de capitais, de forma jurídica 'sui generis', que se distinguem das demais sociedades pelos pontos característicos que seguem, não podendo os estatutos consignarem disposições que infrinjam:

- a) variabilidade do capital social para aquelas que se constituem com capital social declarado;
- b) não-limitação do número de associados, sendo, entretanto, este número no mínimo de sete;
- c) limitação do valor da soma de quotas do capital social que cada associado poderá possuir;
- d) inaccessibilidade das quotas-partes do capital social a terceiros estranhos à sociedade, ainda mesmo em causa-mortis;
- e) quorum para funcionar e deliberar a assembléia geral fundado no número de associados presentes à reunião e não no capital social representado;
- f) distribuição dos lucros ou das sobras, proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo associado com a sociedade, podendo ser atribuído ao capital social um juro fixo, não maior de 9% ao ano, previamente estabelecido nos estatutos, ou ausência completa de distribuição de lucros, ou, no caso de fixação de um dividendo a distribuir aos associados, ser mesmo determinado nos estatutos até o máximo de 12% ao ano, proporcional ao valor realizado das quotas-partes do capital;

---

45. Decreto Número 1.637, de 05 de janeiro de 1907.

- g) individualidade do fundo de reserva entre os associados, mesmo em caso de dissolução da sociedade;
- h) singularidade de voto nas deliberações, isto é, cada associado tem um só voto, quer a sociedade tenha, ou não, capital social; esse direito é pessoal e não admite representação a não ser em casos especiais, expressos nos estatutos, não sendo nesses casos permitido a um associado representar a mais que um outro." (46)

Apesar da Lei 22.239 ter corrigido distorções e deturpações da Lei 1.637 de 1907, como a classificação das cooperativas como comandita, ferindo, assim, frontalmente os princípios doutrinários do cooperativismo, permaneceu uma certa ambiguidade, à medida que não houve uma distinção objetiva entre forma e natureza quando do uso da expressão "sui generis" que, na doutrina cooperativista, é definida por forma própria, característica, não podendo ser enquadrada em nenhuma das classificações tradicionais (civil e comercial). Esta dubiedade, quanto ao regime jurídico, só foi esclarecida com a Lei 5.764/71.

Com relação às demais leis que proliferaram sucessivamente, a Lei 22.239/32, como a Lei 24.647/34, revigorada em 1939 e revogada pela Lei 5.893/43, modificada pela 6.274/44, sempre perfilaram aquilo que de melhor houve nas Leis 22.239/32 e 581/38.

A história do Direito Cooperativo Brasileiro tem evoluído com o transcorrer da implantação do sistema cooperativo. No entanto, na impossibilidade de globalizar-se esse processo evolutivo e, em função de que a partir de 1963 o Estado aprofundou mais ainda sua intervenção no sistema de crédito nacional, acarretando, como consequência, a retirada das cooperativas de crédito de grande parte de suas liberdades operacionais, este trabalho faz um corte em 1963.

---

46. Decreto Número 22.239, de 19 de janeiro de 1932.

Desta forma, até 1963, a situação das cooperativas no Brasil, sob a ótica da jurisprudência, definia as Sociedades Cooperativas como uma sociedade de pessoas, contratual e forma "*sui generis*". Tendo sido adotados os princípios rochdaleanos às cooperativas em geral e os pressupostos raiffeiseanos às de crédito.

Perante a lei, caracterizava-se como tendo variabilidade quanto ao número de sócios, adesão livre, gestão democrática, ausência de capital, neutralidade do ponto de vista político, religioso e racial, possibilidade de transferência de cotas a terceiros, distribuição do líquido com base no princípio do retorno, juro módico sobre o capital, sem fins lucrativos, fundo de reserva indivisível entre os sócios, mutualidade disciplinada, possibilidade de formação de cooperativas de segundo grau e autonomia.

Quando à natureza jurídica, são comerciais ou civis, justamente por serem consideradas sociedades de pessoas.

A livre constituição das sociedades cooperativas depende apenas da Assembléia Geral dos fundadores, por escritura pública ou com base no que prescreve o Artigo 135 do Código Civil. Este ato de organização das sociedades cooperativas, segundo a lei, deve estar de acordo com o Artigo 2. e com o Artigo 7. do Decreto 22.239/32 com as respectivas alterações do Decreto 581/38.

No que diz respeito ao quadro de sócios, o ingresso e saída das sociedades cooperativas é livre, apenas, observam-se as profissões ou corporações. Eventualmente, é permitido pessoas jurídicas associarem-se às sociedades cooperativas, desde que não desenvolvam atividades afins. O quadro social possui igualdade de direitos, o voto é pessoal, não importante o número de cotas que possui. Por outro lado, a responsabilidade das sociedades cooperativas pode ser



"...ilimitada e solidária, limitada ao valor da cota-parte, limitada ao valor da cota-parte e subsidiariamente ao valor total do capital, limitada ao valor da cota-parte, subsidiariamente, em proporção às operações praticadas com a sociedade." (47)

As sociedades cooperativas não podem emitir ações, sendo o capital dividido em cotas-partes, as quais não podem ser repassadas a terceiros;

"... em caso de morte, os herdeiros ingressam como sócios, desde que preencham as condições estatutárias, sendo permitida, entretanto, a transferência das cotas entre os associados desde que autorizada pela Assembléia Geral, sendo excluído aquele que transferir a totalidade das suas cotas." (48)

O valor de cada uma destas cotas é de um terço do capital. Em caso do valor das cotas estar relacionado diretamente à produção, este será proporcional à soma das operações de cada associado (quantidade de produto beneficiado, área de cultivo e produção).

Com relação à área de atuação das sociedades cooperativas, esta dependerá da sede social (não confundir com o domicílio dos associados, uma vez que a área de ação assemelha-se a um círculo, circundando a sede social).

A classificação das sociedades cooperativas dependendo da definição do objetivo das mesmas, sendo este livre, desde que não transcenda às várias categorias e tipos previstos em lei e, muito menos, venham de encontro à moral e aos costumes vigentes. Ainda quando à classificação, o sistema cooperativista, após definido o objeto, a forma de operar e a estrutura da sociedade, de acordo com o Decreto 22.239/32, classificava-se, de uma forma geral, em

---

47. BULGARELLI, W. Regime Jurídico das Cooperativas. São Paulo, Pioneira, 1965. p. 187-191.

48. Ibid. p. 150.

- Cooperativas de produção agrícola;
- Cooperativas de produção industrial;
- Cooperativas de trabalho;
- Cooperativas de beneficiamento de produtos;
- Cooperativas de compras em comum;
- Cooperativas de vendas em comum;
- Cooperativas de consumo;
- Cooperativas de abastecimento;
- Cooperativas de crédito (o Artigo 30 em seus parágrafos 3. e 4. subdivide em dois tipos principais: Caixas Rurais Raiffeisen e Bancos Populares (Luzzatti));
- Cooperativas de seguros;
- Cooperativas de construção de casas populares
- Cooperativas editoras e de cultura intelectual;
- Cooperativas escolares;
- Cooperativas mistas;
- Cooperativas centrais;
- Cooperativas de Cooperativas (Federações).

Outras cooperativas podem ser também fundadas, além das já citadas - Parágrafo Único do Artigo 21 do Decreto 22.239/32 - sendo enquadradas na categoria indeterminada e regulamentadas por analogia da classificação de que mais se aproximarem.

O mesmo decreto, levando em conta o fornecimento apenas aos associados e não havendo distribuição de dividendos proporcional ao capital, classificou como "civis" -- e como tal não podem entrar em falência -- isentou de impostos as sociedades cooperativas: (49)

- 1 - escolares com fins educativos;
- 2 - de produção ou trabalho agrícola;
- 3 - de seguros mútuos, mortandade de gado, fenômenos naturais como geada, granizo, vendaval e outros;
- 4 - de crédito agrícola, se não houver distribuição e dividendos proporcional ao capital;
- 5 - editoras de cultura intelectual
- 6 - construção de habitações populares
- 7 - de consumo, sem distribuição e dividendos, proporcional ao capital, e venda de produtos não transformados industrialmente;
- 8 - de compras em comum para beneficiamento da lavoura ou pecuária sem revenda.

---

49. Decreto Número 22.239, de 19 de janeiro de 1932, Artigo 38.

Os artigos 6 e 9 do Decreto 2.239/32 deixam antever uma certa liberdade quanto à criação de órgãos administrativos das sociedades cooperativas, entretanto noutras disposições do mesmo Decreto, como por exemplo, os Artigos 2, al. "e", Art. 6, 10, Art. 14, Art. 43 do Decr 22.239/32 que institui Assembléia Geral, ou então o Art. 14, Decreto 22.239/32, impondo um colegiado formado no mínimo por três (03) elementos, ou ainda o Art. 15, Decreto 22.239/32 que obriga a existência de um conselho fiscal tolhem esta pseudo-liberdade. Isso sem contar com o Art. 14, Dec. 581 que admite a existência de um gerente técnico ou comercial, podendo o mesmo ser associado ou não.

Referentemente à dissolução, liquidação ou partilha das sociedades cooperativas, apesar de serem classificadas como comercial ou civil, na hora da dissolução, não se regem apenas pelo Código Civil ou Comercial, pois a forma "*sui generis*" e, que por isso, se aproximam das sociedades anônimas, sendo subordinadas à regras destas naquilo que não contrariar os pressupostos legislativos. (50)

Logo as sociedades cooperativas não têm como causa da dissolução, falência ou liquidação, a morte, incompetência ou a renúncia de um dos sócios, mas sim, quando o mínimo de sócios for menor que sete, por deliberação da Assembléia Geral, pelos casos previstos nos estatutos, ou então por via judicial.

Como enfatiza Bulgarelli, não há propriamente partilha nas sociedades cooperativas, devendo-se reembolsar, na liquidação, as cotas e os créditos, sendo o restante entregue ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo e o fundo de reserva destinado de acordo com os estatutos ou a deliberação pela Assembléia Geral, impartilhável sempre entre os associados; as cooperativas consideradas comerciais estão sujeitas à falência, e as

---

50. BULGARELLI, W. op. cit. p. 177-184.

consideradas civis pelo Art. 38 do Dec. 22.239, não estão sujeitas à falência, nem à incidência de impostos que recaiam sobre atividades mercantis. (51)

Ao concluir-se esta síntese evolutiva do Direito Cooperativista Brasileiro, que procurou retratar o perfil jurídico das sociedades cooperativas desde sua origem até 1963, é necessário que, além do já exposto anteriormente, com relação ao corte metodológico acrescente-se o seguinte: apesar de não ser objeto principal desta pesquisa o Direito Cooperativista Brasileiro, não se pode deixar de abordá-lo, ainda que de forma resumida. Isso em vista de sua importância na caracterização das tão desgastadas cooperativas pelo envolvimento em constantes escândalos econômico-financeiros dentro e fora do país.

Convém chamar a atenção dos críticos e leitores deste trabalho, no sentido de que se detenham na verificação da origem das cooperativas envolvidas nos rombos econômicos ocorridos.

Não será difícil observar que as sociedades cooperativas comprometidas por corrupção e desvios econômicos são Centrais ou Federações de produção. Como consequência desta constatação, a pergunta decorrente é: por que as cooperativas de produção?

É o que se tentará responder nos próximos capítulos, utilizando-se da contradição, uma vez que o objeto deste estudo é o cooperativismo de crédito.

Desta forma, buscando a complementariedade ao máximo possível do integral, no que concerne ao Direito Cooperativo Brasileiro, finaliza-se este capítulo com os Quadros 01, 02, 03 e 04, apresentados nas páginas a seguir. Os referidos quadros pretendem materializar aquilo que aqui foi dito, além de globalizarem com sutileza o assunto em questão.

---

51. BULGARELLI, W. OP. CIT. P.191.

É axiomático que, com este estudo, não se esgota a matéria. Entretanto, a proposição inicial de mostrar o quanto tem sido prolixa a jurisprudência nesse sentido, gerando uma falta de clareza que impossibilita um juízo perfeito e objetivo acerca do que se afirma, provavelmente foi alcançada.

**QUADRO 01**  
**LEGISLAÇÃO DO DIREITO COOPERATIVO BRASILEIRO (1903-1970)**  
**O PERÍODO DA IMPLANTAÇÃO: DE 1903 A 1932**

- |   |  |   |
|---|--|---|
| <p>1. 1903 - 06 de janeiro. DECRETO nº 979 (Francisco Alves)<br/>         Trata-se da Lei dos Sindicatos Agrícolas. No art. 10 encontra-se a primeira notícia de legislação cooperativista brasileira<br/>         "A função dos sindicatos nos casos de organização de cooperativas de produção e de consumo, de caixas rurais de crédito agrícola, de sociedades de seguros, assistência, etc... não implica responsabilidade direta dos mesmos nas transações, nem os bens nelas empregados ficam sujeitos ao disposto no nº 8, sendo a liquidação de tais organizações regidas pela lei comum das sociedades civis"<br/>         Deduzimos três conclusões do exposto no art. 10:<br/>         a - os sindicatos agrícolas tinham função de organizar cooperativas.<br/>         b - as cooperativas poderiam ser:<br/>         - de produção<br/>         - de consumo<br/>         - caixas rurais de crédito agrícola<br/>         c - as cooperativas eram equiparadas às sociedades civil para fins de liquidação.</p> | <p>2. 1907 - 05 de janeiro. DECRETO nº 1.637 (Affonso Penna):<br/>         Cria os Sindicatos Profissionais e Cooperativas<br/>         No art. 10 do referido Decreto encontra-se o conceito de sociedade cooperativa: "As sociedades cooperativas, que poderão ser anônimas, em nome coletivo ou em comandita, são regidas pelas leis que regulam cada uma dessas formas de sociedade, com as modificações estatuídas na presente lei".<br/>         No art. 11 em diante enumera as características ou modificações especiais:<br/>         art. 11 - a) variabilidade do capital social, b) não limitação de número de associados, c) a inalienabilidade de ações, quotas ou partes a terceiros estranhos à sociedade, salvo autorização da administração ou da Assembléia Geral cf. art.21.<br/>         art. 14 - número mínimo de sócios para constituição: sete; fundo de reserva constituído por 10% do lucros.<br/>         art. 15 - singularidade de voto, havendo omissão estatutária; solidarieda-</p> | <p>de dos sócios, havendo omissão estatutária.<br/>         art. 21 - as ações ou quotas eram nominativas.<br/>         art. 24 - as cooperativas poderiam federar-se ou unir-se.<br/>         art. 19 - indivisibilidade do Fundo de Reserva.<br/>         art.25 - as cooperativas poderiam receber depósito de terceiros, na condição de pagamento de juros.<br/>         art. 15 - havendo lucro ou sobra, estes deverão ser distribuídos da seguinte forma: 50% de forma igual para os sócios, 50% conforme a quota de cada sócio. Segundo este Decreto, as cooperativas não possuem forma jurídica própria, mas amparavam-se em outras formas jurídicas, a saber: sociedades anônimas, sociedades em comandita e em nome coletivo. Assim, "nunca teve estrutura própria a sociedade cooperativa" - na expressão de Waldemar Ferreira e Carvalho de Mendonça. As cooperativas usavam vestimentas jurídicas de outras sociedades.<br/>         Há três interrogações a fazer:<br/>         a) eram as cooperativas sociedades de pessoas?</p> |
|   |  | <p>b) era possível a solidariedade?<br/>         c) como era a responsabilidade social?<br/>         A responsabilidade social era assim dividida:<br/>         - sociedades anônimas cooperativas: com essa forma a responsabilidade era limitada pela quota do capital de suas ações.<br/>         - sociedades em comandita por ações: com essa forma jurídica a responsabilidade era dividida em ilimitada para os sócios comanditados, e limitada para os sócios comanditários<br/>         - sociedades em nome coletivo: cooperativas com essa forma jurídica consagravam a responsabilidade social solidária</p>  |
|   |  | <p>3. 1926 - 02 de junho. DECRETO nº 17.339:<br/>         Regulamenta a fiscalização gratuita da organização e funcionamento das Caixas Rurais Raiffeisen e dos Bancos Luzzatti</p>   |
|   |  | <p>4. 1927 - 24 de setembro: O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio baixou instruções complementares à aplicação do Decreto nº 17.339.</p>   |

FONTE: PERIUS, Virgílio. "Anotações sobre o Direito Cooperativo Brasileiro". Perspectiva Econômica. São Leopoldo, XIII (20):43-79 (Série Cooperativismo nº 3).

**QUADRO 02**  
**LEGISLAÇÃO DO DIREITO COOPERATIVO BRASILEIRO**  
**O PERÍODO DA CONSOLIDAÇÃO PARCIAL: DE 1932 A 1966**

- |   |  |   |   |
|---|--|---|---|
| <p>01. 1932 - 19 de dezembro. DECRETO nº 22.239 (Getúlio Vargas).<br/> - art.2º: "As Sociedades Cooperativas qualquer que seja sua natureza civil ou comercial são sociedades de pessoas e não de capitais de forma jurídica 'sui generis' que se distinguem das demais sociedades pelos pontos característicos que se seguem."<br/> Segundo críticos do sistema cooperativista esse Decreto teve inspiração rochdaleana conforme se pode deduzir nas características abaixo. Além de consagrar a variabilidade do capital social, a não limitação do número de sócios, a inaccessibilidade do capital, o Decreto 22.239 fixou mais as seguintes características importantes:<br/> - art. 37: as cooperativas podiam federar-se. As Federações podiam (letra d) manter serviços de assistência técnica permanente de inspeção da gestão e da contabilidade<br/> - art. 39: isenção do Imposto de Renda para as cooperativas de natureza civil e de caráter mercantil sem distribuição de dividendos conforme o capital.<br/> - art. 42: proíbe formação de cooperativas só para os sócios gozarem benefícios fiscais.<br/> - art. 38: as cooperativas sociedades de na-</p> | <p>tureza civil não estavam sujeitas a falência, nem a impostos sobre atividade mercantil.<br/> - art. 12: cooperativas podiam constituir-se sem autorização do Governo e sem registro, a não ser na Junta Comercial.<br/> - art. 7º, 2º: poderiam participar das cooperativas agrícolas as pessoas jurídicas que se dedicassem à agricultura e à pecuária.<br/> - art. 20: singularidade do voto (letra h), indivisibilidade do Fundo de Reserva, área de ação determinada, limitação quanto a subscrição de capital, instalação da Assembléia Geral baseada no quorum, sete sócios para constituição.<br/> - art. 7º (letra i): define a neutralidade.<br/> - art. 6º: absoluta igualdade dos sócios.<br/> - art. 8º: transferência de quotas mediante aprovação da Assembléia.<br/> - art. 6º, 7º: era possível cobrar jôia de inscrição para formação do Fundo de Reserva.</p> <p>02. DECRETO nº 23.611/33: revogou o Decreto 22.239/32. Disciplinou os consórcios profissionais cooperativos.</p> <p>03. DECRETO nº 24.667/34: instituiu o cooperativismo sindicalista.</p> <p>04. Em 1937, com a Constituição outorgada (art. 187): competência para</p> | <p>os Estados legislarem em matéria cooperativa</p> <p>05. DECRETO nº 581/38: revogou os Decretos 23.611/33, 24.667/34 e revigorou o Decreto nº 22.239/32. Inovou no seguinte: a) fiscalização das cooperativas a ser exercida pelo Ministério da Agricultura, da Fazenda, do Trabalho, da Indústria e do Comércio. b) registro obrigatório no Ministério da Agricultura. c) assistência governamental.</p> <p>06. DECRETO nº 926/38: definiu a constituição, funcionamento e fiscalização das Cooperativas de Seguro.</p> <p>07. DECRETO-LEI 1.366/39: pessoas jurídicas podiam participar de cooperativas dedicadas a indústrias extrativas.</p> <p>08. DECRETO nº 6.980/41: regulamenta a fiscalização prevista no Decreto 581/38.</p> <p>09. LEI nº 5.154/42: previu o processo de intervenção.</p> <p>10. DECRETO-LEI 5.893/43: com 179 artigos, baixou novas instruções sobre organização, funcionamento e fiscalização das cooperativas e criou a Caixa de Crédito Cooperativo, hoje BNCC. Revogou o Decreto 581/38.</p> | <p>11. DECRETO-LEI 6.274/44: complementou o Decreto-Lei 5893/43.</p> <p>12. Em 1945 - dentro do novo regime político entrou em vigor o Decreto nº 8.401/45, que revogou o Decreto nº 5.893/43 e o Decreto-Lei 6.274/44 e revigorou os Decretos 22.239/32 e 581/38.</p> <p>13. LEI nº 1.412/51: a Caixa de Crédito Cooperativo (CCC), criada em 1943, foi transformada no Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC).</p> <p>14. DECRETO nº 30.265/51: regulamento da Lei 1.412/51.</p> <p>15. LEI 3.189/57: possibilitava a admissão de pessoas jurídicas em cooperativas de transporte de passageiros e de cargas.</p> <p>16. DECRETO nº 43.552/58: tratou da fiscalização em geral e da intervenção.</p> <p>17. DECRETO nº 46.438/59: criou o Conselho Nacional de Cooperativismo.</p> <p>18. LEI nº 3.870/61: dava isenção de imposto do selo para as cooperativas em contratos de financiamento.</p> <p>19. LEI nº 4.214/63: Estatuto do Trabalhador Rural.</p> |
|---|--|---|---|

FONTE: PERIUS, Virgílio. "Anotações sobre o Direito Cooperativo Brasileiro. Perspectiva Econômica. São Leopoldo, XIII (20):43-79 (Série Cooperativismo nº 3)



**QUADRO 03**  
**LEGISLAÇÃO DO DIREITO COOPERATIVO BRASILEIRO (1903-1971)**  
**O PERÍODO DO CENTRALISMO ESTATAL: DE 1964 A 1966**

- |  |   |
|--|---|
| 01. LEI nº 4830/64: criou o Sistema Financeiro da Habitação, o BNH e, conseqüentemente, criou o cooperativismo habitacional.   | 09. LEI nº 4.829/65: institucionalizou o Crédito Rural. Art. 11: sistema Cooperativas de Produtores Rurais. |
| 02. LEI nº 4.504/64: criou as Cooperativas Integrais de Reforma Agrária.   | 10. DECRETO nº 59/66: revogou o Decreto nº 22.239/32.   |
| 03. LEI nº 4.595/64, art. 79: sujeitou as cooperativas de crédito ao Conselho Monetário Nacional, quanto à parte normativa, e ao Banco do Brasil, quanto à fiscalização. | 11. DECRETO-LEI nº 60/66: deu forma jurídica de S/A ao BNCC.  |
| 04. DECRETO nº 55.891/65, art. 8º: criação de Cooperativas Integrais de Reforma Agrária - CIRA.  | 12. DECRETO nº 58.377/66: cooperativas habitacionais organizadas pelos sindicatos de trabalhadores.         |
| 05. DECRETO nº 55.889/65: IBRA - cooperativas na reforma agrária.  | 13. DECRETO nº 60.443/67: isenção do Imposto de Renda para as cooperativas.                                 |
| 06. DECRETO nº 55.801/65: Cooperativas de Seguro Agrícola.   | 14. DECRETO nº 60.597/67: regulamentou o decreto nº 59/66.  |
| 07. DECRETO nº 55.890/65: INDA - cooperativas na reforma agrária.  | 15. LEI nº 5.316/67: legislação especial para as Cooperativas Médicas. Seguro de Acidentes de Trabalho.     |
| 08. DECRETO nº 58.197/66: regulamenta as Cooperativas de Reforma Agrária - CIRA.   | 16. As atividades do BNCC foram regulamentadas pelos DECRETOS nº 668/69 e 65.398/69.                        |
|  | 17. LEI nº 5.636/70: alterou o Decreto nº 60/66.  |
|  | 18. DECRETO-LEI nº 1.110/70: criação do INCRA.  |

**QUADRO 04**  
**LEGISLAÇÃO DO DIREITO COOPERATIVO BRASILEIRO (1903-1971)**  
**O PERÍODO DE RENOVAÇÃO DE ESTRUTURAS: 1971**

- |   |
|---|
| 1. DECRETO nº 68.153/71: regulamento do INCRA, dando poderes de controle, fiscalização, intervenção e assistências às cooperativas. |
| 2. LEI nº 5.764/71 (Emílio Médici)  |

FONTES: PERIUS, Virgílio. "Anotações sobre o Direito Cooperativo Brasileiro". Perspectiva Econômica. São Leopoldo, XIII (20):43-79 (Série Cooperativismo nº 3).

## 2.2 - O Pensamento Associativista no Rio Grande do Sul

### 2.2.1 - Origem da Cooperação

Não há dúvida de que a instituição político-social do "callpulli" (asteca) reincide sobre o "galpão" sul-riograndense já numa fase de evolução econômica, onde os efeitos do caráter patriarcal-coletivista são bastante acentuados. Mais uma vez, é o vir-a-ser das coisas que perecem e ressurgem por força da dinâmica social.

Com certeza, outros traços comuns existem entre a sociedade atual e a passada. Para verificar-se, basta que se retroceda às origens das instituições genuína e verdadeiramente nacionais da sociedade aborígene, e lá encontra-se-ão instituições como "tataopáhuame" (grupo de consumo)<sup>(52)</sup> na tribo Tapiraoé, do tronco tupi-guarani, de função importantíssima na estruturação social -- uma vez que a racionalização do consumo, por si só, dispensa maiores razões práticas, já que a caça ou a colheita de um membro pode exceder as suas necessidades, porém é insuficiente para o todo -- ou então o "motirão", ou "potrô"<sup>(53)</sup> (grupo de produção, onde as

---

52. ILGENFRITZ, Álvaro Batista. "Formas Primitivas de Cooperação no Estado do Rio Grande do Sul". Boletim Sul-Coop. Rio Grande do Sul, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, 1949. p 13-17, faz uma análise etmológica da palavra "tataúpa", radical de "tataupáhuame".

53. Ibid. p.19-23, análise etimológica de "potirô".

"...vantagens deste trabalho coletivo são manifestadas, trazendo um cunho de perfeita igualdade à sociedade tribal, não permitindo distinção entre indivíduos e imprimindo tom emulatório e festivo ao trabalho, que assim não escraviza o homem." (54)

Esta estruturação social coletivista dos nativos, de denominação vocabular variada, depende do tronco mas mantém o principal: o auxílio mútuo.

Dessa forma, seja o tupinambá, guaicuru ou caíua, seja o "mir" balcânico, o "quigungo" africano, o "oallpulli" asteca ou o motirão brasileiro, esteja o homem em que estado for de civilização, o seu espírito gregário não dispensa "... o auxílio mútuo, que é a primeira cooperação, unificando e socializando os esforços, com sentido econômico. E cada grei se organiza segundo a necessidade e as condições do meio em que labuta e vive." (55)

Com o decorrer do tempo, o "potirô" e o "tataupâhuâmo" mantiveram a essência dos dois grupos: o de produção e o de consumo, respectivamente, apesar do termo atual "motirão" os englobar. Porém, continua a "ser uma sãbia associação de mutualidade, embora contingente, pois surge nas conjunturas requeridas pela economia de um indivíduo ou parcialidade." (56)

Mas o que se pode captar desta análise etimológica feita por Ingelfritz?

Parece que, independente da denominação a ser atribuída na estrutura da sociedade nativa, o consenso coletivo é a espinha dorsal, onde a cooperação antepõe-se ao individualismo. . No instante em que este sofre hipermetrofia, a cooperação tende a disciplinar-se através de leis e princípios. O conjunto destas é

---

54. ILGENFRITZ, Álvaro Batista. op. cit. p. 19.

que normatiza os princípios da gênese do cooperativismo, visando equalizar as dissonâncias entre o coletivismo e o individualismo.

Se, ainda assim, o exposto não convence, pode-se aprofundar no passado e, mais uma vez, a origem filológica mostrará velhas leis consuetudinárias que, codificadas graças ao gênio de alguns legisladores, como, por exemplo, Napoleão Bonaparte, foram sendo incluídas nas posturas municipal, estadual e federal do Estado.

O Rio Grande do Sul, através das tribos tupi-guarani, gê e aruaque, entre outras, manteve contatos com vários aborígenes da América, particularmente com os da Cordilheira dos Andes, fato que possibilitou a estas tribos tomarem conhecimento

"mesmo antes da época missionária, a instituição cooperativista dos chacus ou caçadas coletivas pelos incas e as posteriores caravanas às salinas de Araucnia, o permanente escambo de utilidades entre a montanha e a planura, haviam permutado influências entre as tribos antigas." (57)

Esta transumância facilitou a osmose dos costumes que, por sua vez, facilitou o trabalho dos jesuítas nas Missões orientais, quando da divisão dos bens, com base da organização incaica: "*Tupambaé*" o que pertencia a Deus e à Igreja, "*Tabambaé*", o que era do povo e da coletividade, e "*Avambaé*", aquilo que pertencia ao indivíduo. (58)

---

55. Ibid. p. 23.

56. Ibid. p. 23.

57. ILGENFRITZ, Álvaro Batista. Op. CIT. P. 24

58. Ibid. p. 25.

O resultado da adaptação organizacional incaica, aglutinado ao conhecimento do povo guarani, que já era praticante da cooperação, não poderia resultar em outra coisa senão no progresso das Missões.

Mas em que pese o exício da povoação guarani, a prática e a experiência do exercício da cooperação permaneceram além da tradição do trabalho coletivo, sob a proteção do "galpão gaúcho", um descendente muito próximo do "*callpulli*" asteca.

Logo, não parece errôneo concluir-se que o Brasil e o Rio Grande do Sul são berço da cooperação desde a mais remota origem dos autóctones. Nem tampouco parece ser errado afirmar que a evolução da sociedade, com suas oscilações, absorveu todas estas experiências, reelaborando novas formas de cooperação de acordo com uma nova realidade. Agora, o que precisa ser questionado, é se as novas criações e invenções buscaram, através da cooperação, alcançar a liberdade coletiva.

Neste sentido, muitas têm sido as instituições e repleta de exemplos é a História do Brasil. Tanto é verdade, que um século e meio antes do Falanstério e a um século de antecedência dos tecelões de Rochdale, em Vila Rica, Chico Rei traçava as linhas mestras do cooperativismo, na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de Santa Efigênia do Morro da Cruz.

Pois bem, inúmeras são as instituições que se fundamentaram na doutrina cooperativista, originária da prática cooperativista, no seio das nações autóctones.

Uma das mais importantes experiências neste sentido é das Missões, ou República Guarani. Esta experiência começou a ser vivenciada pelos jesuitas a partir de 1610, quando da formação da Província Jesuítica do Paraguai, onde se encontravam nações

autôcnos como, por exemplo, os "Guaicuru" e "Guaicirut" da Província do Paraguai que, segundo o Pe. Montoya,<sup>(59)</sup> eram

"... índios de estatura agigantada, sendo que os homens andam desnudos, mas as mulheres não, visto que elas se apresentam honestas em seu vestir. Servem-se eles da lança e do garrote, que arrojaram com ligeireza e acerto. Não semeiam ou fazem plantações mas colhem das roças dos espanhóis, furtando quando podem. Ordinariamente invadem as estâncias de gado, matam o que querem, roubam ao dono o sebo e a carne, vendendo esta. Com toda a segurança vão a cidade e nela circulam, mas em suas terras não a têm os espanhóis que nelas entram, porque degolam um espanhol com a mesma facilidade com que matam uma vaca, e porque tamanha é sua ferocidade, que não consegue corrigi-los o poder dos espanhóis."<sup>(60)</sup>

Pois estes nativos são os que, a partir da penetração dos jesuitas na região, passaram a viver as chamadas

"...'Reduções aos povos', ou povoados de índios que, vivendo a sua antiga usança em selvas, serras e vales, junto a arroios escondidos, em três, quatro ou seis casas apenas, separados uns dos outros em questão de léguas duas, três ou mais, 'reduziu-os' a diligência dos padres a povoações não pequenas e à vida política (civilizada) e humana, beneficiando algodão com que se vestiam, porque em geral viviam na desnudez, nem ainda cobrindo o que a natureza ocultou."<sup>(61)</sup>

---

59. Padre Antonio Ruiz de Montoya, filólogo Guaraní, missionário dos tempos iniciais das "Reduções" e autor da Conquista Espiritual, de estilo barroco, existencialista, testemunhal dos primórdios e muitas vezes trágico das reduções guaranis quando da conversão do paganismo ao catolicismo.

60. RUIZ DE MONTOYA, Antonio. Conquista Espiritual Feitas pelos Religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Uruguai, Paraguai e Tape. Tradução vernácula: Arnaldo Bruxel, Revisão do texto, apresentação e notas: Arthur Rabuske. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1. ed. 1985. p. 45.

61. Ibid. op. cit. p. 34.

e, então, fundando Reduções como a de Santo Inácio, Loreto, São Nicolau, Jesus Maria, São Miguel, São Cosme e São Damião, entre outras, integrantes da organização política dos Trinta Povos da Província Jesuítica do Paraguai, idealizada no Império dos Habsburgos e dizimada no dos Bourbons.

No que refere à história ideológica das missões jesuíticas, a não ser dispersas indicações as quais levam a cogitar que os padres Macedo e Cataldino tivessem buscado inspiração no "ato dos Apóstolos", "Novo Testamento", "Utopia" de Thomas Morus e na "A Cidade do Sol" de Tommazo Campanela.<sup>(62)</sup> Já quanto ao aspecto jurídico, as Missões se inseriram na estrutura político-administrativa da época. Bastante complexas, o Conselho das Índias, a Casa de Contratação, os Vice-reis, as Audiências Reais e os Governos Provinciais eram as instituições que materializavam esta lenta burocracia a que estavam submetidos os povos da Missões.

Internamente, as Reduções sofreram influência espanhola e guarani, em função da situação de aculturação em que se encontravam, resultando uma organização política interna com base no cabildo indígena e caciquismo, onde os caciques foram cooptados pelos missionários e elevados a títulos com o de "Don", criando uma nobreza indígena a exemplo da espanhola.

Estes mesmo eram levados a postos de comando, sempre orientados pelos padres, formando, assim, uma elite política aborígene aculturada.<sup>(63)</sup>

O aspecto econômico das Missões, atrelado à ação política da organização estrutural interna, não poderia ser mais realista e

---

62. KLAES, Luiz Salgado. "História de Pioneiros do Movimento Cooperativista no Brasil." Perspectiva Econômica. São Leopoldo, (42): 16, 1983. (Série Cooperativismo nº12).

63. KERN, A. Alvarez. Missões: Uma Utopia Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982. p.260.

racional, à medida que acoplava o já existente "Tabambaé", aplicando-os às novas condições, ou seja, de urbanização. Neste contexto, permaneceu o trabalho coletivo e de resultados igualmente coletivos, tanto na produção agrícola quanto na pecuária. Desta cooperação só poderia resultar um excedente que servia na manutenção dos velhos, da saúde, da educação, da cultura, da política e, eventualmente, dava até para exportar à Europa, via Rio da Prata.

Assim, as Missões, muito antes de um novo sistema político-sócio-econômico, foram uma investida expansionista do cristianismo muito bem arquitetada e executada pelos jesuitas que limitavam o seu poder de coerção em troca da liberdade reducional oferecida ao índio, sendo o princípio básico que fundamenta estas relações a cooperação.

O certo é que, pelas circunstâncias em que ocorreu, a experiência dos povos guaranis ficou truncada. Seu estudo, de uma certa forma, foi prejudicado e sua interpretação é ambígua, pois nenhum documento relata o verdadeiro objetivo dos que vivenciaram esta experiência. E o verdadeiro objeto, aqui, nada tem em relação à conotação do que o senso comum chama de verdadeiro.

O que não se pode negar quanto às missões, é a tentativa do homem em mudar o próprio homem.

### 2.2.2 - Formas de Cooperação dos Alemães e Teuto-Brasileiros

De que forma isso será possível numa sociedade estruturada com base no capitalismo? Tarefa muito difícil, difícil mesmo...



tanto assim, que até hoje isso não foi conseguido. O que realmente houve e continua havendo são movimentos de constestação e desagrado contra o capitalismo. Mas, ao mesmo tempo que os protestos crescem, desafiando o sistema, o próprio sistema se encarregou de absorvê-los e ressurgindo sob outras matizes. E será que este fenômeno não se repete com o cooperativismo brasileiro?

Não deveria acontecer, pelo menos em se tratando de Rio Grande do Sul, já que as diretrizes da cooperação foram trabalhadas na sua base. Ou seja, na zona rural, onde predominava o elemento imigrante e, por excelência, "... o cooperativismo encontrou, na cultura de não poucos imigrantes alemães, elementos aos quais podia ser associado" (64) e que foram muito bem aproveitados pelos jesuitas nas regiões de minifúndios, em função do ostracismo a que foram jogados.

Tal era a situação de abandono que a sobrevivência destes estava condicionada, diretamente, à agricultura de subsistência, à ajuda mútua e à utilização da mão-de-obra familiar. Este abandono deve-se a vários fatores: apesar do governo atrair os alemães através de campanhas de recrutamento, nas quais lhes ofereciam vantagens e garantias (viagem, subsídios no primeiro ano, concessão de terras, liberdade religiosa), nem sempre eram cumpridas. A razão era atribuída às condições de país recém-independente, com forte recessão econômica e sem infra-estrutura, principalmente, para generalizar, no transporte, energia,

---

64. WILLENS, Emílio. op. cit. p. 256.

educação, saúde, gerando um desamparo e desassistência aos imigrantes. Ocasionalmente uma situação de miséria e abandono dos imigrantes localizados na depressão central, Vale do Rio dos Sinos (1824), a ponto de gerar reações desfavoráveis à imigração e durante algum tempo a entrada de imigrantes atingiu níveis bastante baixos.

Mas, por outro lado, dificuldades como o aumento demográfico, a falta de perspectiva profissional e uma instabilidade bastante acentuada na Europa oportunizavam a continuação da emigração. Mas nem só defeitos havia no Brasil, pelo menos para os imigrantes. Perspectivas como a de propriedade da terra, riquezas inexploradas, liberdade, uma certa estabilidade econômica no pós-independência, basicamente em função do

"...aumento da produção do café, a partir dos anos trinta, o Brasil passou a ter maior renda interna e a atrair, além da imigração subvencionada - reativada em 1844 - a imigração interna." (65)

Isso sem contar que se avizinhava o fim do regime escravista que impulsionaria, por si só, o interesse pela mão-de-obra livre.

Assim, os teutos nas regiões que ocuparam (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, sul de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo), foram importantíssimos para a nova estruturação da agricultura do país. Aos poucos, os latifundiários da monocultura do café, do cacau e do açúcar iam sendo intermediados pelo minifúndio com a policultura.

---

65. FURTADO, Milton Braga. Síntese da Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Livros Técnicos, 1986. p. 116.

O Rio Grande do Sul, de exportador de charque e couro, passa a produzir cereais, frutas, verduras e laticínios, além de contar com alguns artesões que abasteciam o mercado nacional e pequenas empresas exportadoras. E isso é muito importante, dentro de um contexto mais amplo, à medida que essa intromissão vai constituir-se no pano de fundo que irá desestabilizar toda uma estrutura social caracterizada pela dualidade: "senhor e escravo".

Por que

"...quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor, era elemento desajustado, que não se podia entrosar normalmete no organismo econômico e social do país. [Resultado]: em contingentes relativamente grandes de indivíduos mais ou menos desocupados, de vida incerta e aleatória, e que davam nos casos extremos nestes estados patológicos da vida social: a vadiagem criminosa e a prostituição." (66)

Inegavelmente, esta situação é o ranço da época colonial que perdurou por algum tempo durante a República, aliás, ainda hoje não superado de todo. Evidentemente que outras contradições na economia brasileira contribuíram para desestabilizar, mas claro está que o trabalho livre do imigrante, como diz Caio Prado Júnior "se de um lado a transformação do regime de trabalho assegurou o progresso do sistema produtivo do país, doutro ele se revelará um dos mais fortes elementos de desintegração da estrutura básica daquele sistema: a grande propriedade agrária." Por que?

O porquê da questão está no fato da irregularidade da mão-de-obra.

---

66. PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1945. p. 198.

"O trabalhador livre não estará, como o escravo, preso a seu empregador e obrigado, por isso, a sofrer passivamente todas as vicissitudes da exploração do seu trabalho. Logo, às primeiras dificuldades o abandonará em busca da situação mais favorável [além do quê o] imigrante europeu não precisará de um estágio preparatório, como o ex-escravo, para ter consciência de sua situação de homem livre." (67)

Sendo assim, a pequena propriedade vai assumir papel decisivo na nova estrutura econômica do país, voltada, exclusivamente, para a exportação. Em tal situação, a importação para subsistência do povo é geral, originando vultosos pagamentos ao exterior e contribuindo para os sucessivos rombos nas finanças.

É velha herança que tem perdurado, ano após ano, governo após governo, ciclo após ciclo, e não entende-se que a produção de verduras, frutas, cereais, ovos e aves é tão importante quanto exportar. Se mais não é, permite a liberação de uma dependência de um mercado específico: atender as necessidades primárias universais.

Constata-se que a percepção, sensibilidade, ou falta de planejamento e organização econômica, seja lá que nome for dado para este desequilíbrio econômico, que hoje faz falta, o tinham os imigrantes, ou melhor, alguns segmentos destes. Tanto é verdade, que nas colônias de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, no seu início, cultivavam-se milho, feijão, batata, lentilha, batata-doce, trigo, cevada, centeio, arroz, amendoim, além da banha de porco, toucinho e manteiga.

Então, pelos fatos aqui arrolados, a conclusão parece não ser outra senão a de que a imigração, principalmente a alemã, foi sumamente importante no que diz respeito à reestruturação da agricultura brasileira, além de possuir um significado

sociológico bastante expressivo: formar uma classe média no país. Porém, a imigração alemã, em seu todo, é muito mais complexa e pode parecer um tanto que atabalhoada ou, em alguns momentos, pouco relacionada com o assunto.

Mas é justamente em função desta complexidade, pois o êxito da agricultura está ligado a fatores outros que apenas os expostos, como "[...] a imigração alemã teria acrescentado aos problemas de imigração de um país de grande extensão difíceis problemas de natureza étnica." (68) Por isso é importante que se enfatize que

"... a participação bem sucedida de alemães na industrialização do Brasil, por um lado, e, pelo outro, a colonização rural, até hoje em parte estagnada ou em nítida decadência, não são de maneira alguma duas partes de um só fenômeno," (69)

onde a soma será um arrolar de fatos positivos.

É preciso que se tenha presente os dois tipos de imigração: a urbana e a rural. Além disso, não se pode jamais trabalhar com apenas um lado da questão.

Se é bem verdade que por parte do governo brasileiro o interesse era, inicialmente, recrutar lavradores para fixá-los na região da serra gaúcha, também é verdade que os recrutados nem sempre eram colonos e por isso os resultados não foram os esperados. Questão importantíssima deve ser aqui adicionada: a relação dos Estados versus as minorias, pois, sem dúvida, nesta questão estão muitos dos desvirtuamentos da problemática de análise da questão da imigração.

---

68. SCHRADER, Achim. Da Imigração de Pessoas à Transferência de Tecnologia. Mudanças nas Relações entre a Alemanha e o Brasil. Porto Alegre, III Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, Editora da RFRGS, 1980. p. 17.

69. Ibid. p. 17.

Sim, porque nela estão contidos aspectos como a falta de estrutura política, social e econômico-financeira de um país de dimensões continentais como o Brasil, se relacionando com minorias oriundas de um país onde a industrialização já se fazia sentir. Por conseguinte, a análise vai passar por questionamentos da seguinte ordem: quais eram os motivos da imigração para o Brasil?

Sem dúvida, a resposta está em motivos materiais e políticos que serão arrolados. Mas não basta. É preciso que se vá às consequências da industrialização alemã para compreender-se, primeiro, a imigração para o Brasil e, posteriormente, a migração interna deste mesmo elemento teuto. Assim, entender-se-á porque

"[...] o grupo transformou em tal ponto a escola em instrumento dos seus interesses, que a 'omnipotência', com a qual os membros de uma comunidade escolar podiam proceder em relação à 'sua' escola e o respectivo diretor, tinha um efeito 'paralisador'. Exerceram função semelhante os sacerdotes de ambos os credos cristãos, que até os nossos dias trabalham no sentido da identidade desta subcultura." (70)

ou, ainda, porque

"[...] dentro destas colônias, durante decênios seguidos, não se fez qualquer tentativa de aprender o português; apesar de todas as circunstâncias adversas, se mantiveram certas instituições (reuniões de donas-de-casa em pequenos grupos para tomarem café e conversarem, associações de tiro ao alvo), [...]" (71)

e outras associações como o Centro Católico (*zentrumspartei*), Associações Paroquiais Católicas (*pfarrvereine*). Congressos Católicos (*katholikentage*), Associação Católica de Professores

---

70. SCHRADER, Achim. op. cit. p. 21.

71. Ibid. p. 20.

(*lehreverein*), Associação dos Agricultores (*bauernverein*) e Sociedade União Popular (*volksverein*), ainda hoje em atividade.

Feitos estes esclarecimentos necessários, pode-se retomar e redirecionar o tema para a questão principal: formas de cooperação dos alemães e teuto-brasileiros.

Apesar de haver uma instituição semelhante ao motirão brasileiro na Alemanha, denominada "*bitarbeit*" (trabalho coletivo), a diferença entre o teuto-brasileiro e o imigrante, principalmente para o recém-chegado é flagrante. Além daquelas diferenças óbvias, existe aquela que foi desenvolvida em função do meio físico e social. (72) Isso porque

"[...] os velhos colonos já sabem melhor orientar-se nas selvas e aprenderam a associar-se para realizar trabalhos coletivos visando melhorar as vias de comunicação. Os imigrantes, no entanto, nunca chegaram a conhecer essa preocupação no país de origem e confiam nas providências das autoridades." (73)

Na realidade, o que ocorria era o conflito de padrões de comportamentos diversos, originários de culturas diferentes, que acrescentados às condições de insulamento vão provocar a "marginalização cultural" (74) É nesse momento que entra o trabalho dos jesuitas alemães, aproveitando a desorientação dos imigrantes e a necessidade de uma liderança forte e experiente no trato de questões dessa ordem. São os jesuitas que irão, aos poucos, dar sentido e orientação à vida destes colonos alemães, quer no sentido espiritual, quer no âmbito da agricultura. Foi um trabalho metódico e árduo, o do soerguimento do bem-estar material, mas que, como já foi visto, contaria com o espírito coletivista.

---

72. WILLENS, Emílio. op. cit. p. 225.

73. Ibid. p. 255.

74. Ibid. p. 119-132.

A ação dos jesuitas será mais sentida no período que vai de 1890 a 1912, espaço onde serão fundadas seis instituições associativas (75) que irão manter-se em atividade enquanto o objetivo para o qual foram criadas for suficiente para entusiasmar os associados e, com isto, ativar o funcionamento das mesmas.

### 2.2.3 - Associativismo

#### 2.2.3.1 - Centro Católico ou Partido Católico (*Zentrumspartei*)

De efêmera duração, o "partido do Centro" surgia num momento de incerteza (1890), provocado pelo alvorecer da República com eleições para a primeira Constituição Republicana, nem só por isso, mas porque a obra da queda do Império esteve nas mãos dos positivistas, assim como dos maçons que teriam sido traídos pelo Imperador, Grão Mestre da Maçonaria.

Ameaça maior à Ordem dos Jesuitas do Brasil, era representada pelo Conselheiro de Estado, Rui Barbosa, um maçom confesso.

"Na verdade, já tinham aceito, no primeiro projeto das Constituições, diversas disposições concretas, que faziam temer coisas sérias; entre elas, por exemplo, a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil." (76)

---

75. Ver Gráfico nº 01, na página 87, ao final deste capítulo.

76. RABUSKE, Arthur. Eles se Empenharam pelo Erguimento do Bem-Estar Material da Colônia Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo, Unisinos, 1974. p. 46.



Justifica-se, desta forma, a criação do "Zentrumspartei" no Rio Grande do Sul, em especial nas colônias com imigrantes de nacionalidade e descendência alemã.

Além do que, a "ampliação" no processo político partidário sul-riograndense foi conseguida em 1881, com a Lei Saraiva, que previa a participação de católicos e estrangeiros naturalizados. Bateu-se pela aprovação desta Lei o senador Gaspar Silveira Martins, do Partido Liberal, para o qual, no balanço geral, houve um superavit, pois

"[...] os pecuaristas liberais estabeleceram uma aliança política com a ala mais representativa da comunidade alemã nacional: os comerciantes e a elite intelectualizada, que forneceram os deputados que realizaram a mediação entre o mundo colonial e a política dos senhores rurais. Em troca de favores à sociedade colonial, arregimentavam-se votos para os liberais." (77)

Como a participação neste período do "Zentrumspartei" dos jesuitas na administração das colônias de imigrantes de nacionalidade ou descendência alemã era decisiva, a adesão destes é óbvia. Mas enquanto nos demais Estados não passou de mais uma fundação partidária, no Rio Grande do Sul

"[...] na prática se restringiu, o procedimento dos católicos, embora fosse breve a existência do 'Centro', teve como efeito o de o partido governamental colocar um bom número de candidatos católicos nas suas listas para vereador e deputados." (78)

Talvez por isso mesmo, muito poucos lembram do "Partido do Centro" que desapareceu como tal, mas suas idéias permaneceram através da tipografia no centro de Porto Alegre que, a partir de 1940, passou a chamar-se A Nação.

77. PESAVENTO, Sandra Jatahy. op. cit. p. 53.

78. RABUSKE, Arthur. op. cit. p. 34.

O que levaria as colônias teuto-brasileiras, que em 1897 detinham 24,7% dos eleitores registrados, a deixar desaparecer o "zentumspartei"?

A resposta pode estar no

"... firme controle exercido pelo Partido Republicano Riograndense (PRR) nos municípios predominantemente coloniais. [Tanto que], no censo eleitoral de 1905, mais de um quarto do eleitorado total foi registrado como federalista; no principal município alemão, São Leopoldo, em contraste, apenas dois eleitores federalistas foram registrados, contra 2.788 republicanos." (79)

Ou então, seria uma supervalorização das colônias teuto-brasileiras, num visível temor da força eleitoral destas, a ponto da "... conduta do Governo ... tornar-se tão favorável à causa católica que o "partido do Centro", em breve, se tornou supérfluo e desnecessário?" (80) É uma questão que mereceria um tratamento mais aprofundado, considerando que o Brasil é um país católico, mas que nunca teve um partido católico atuante, expressivo e forte.

#### 2.2.3.2 - Associações Paroquiais Católicas (*Pfarrvereine*)

Muito pouco ou quase nada se tem sobre esta instituição criada, visivelmente preocupada com a vida social ou associativa católica. O que se sabe é que

---

79. LOVE, Joseph. L. O Regionalismo Gaúcho. São Paulo, Editora Perspectiva, 1971. p. 142.

80. RABUSKE, Arthur. op. cit. p. 35.

"... se pouco depois de sua fundação o Centro Católico definhou, como fruto dos vários anos dessa experiência ficou, ao menos, um bom número de Associações Paroquiais Católicas [onde] ... mais uma vez, os jesuitas marcassem nessas fundações paroquiais uma presença marcante ou influente." (81)

Estas Associações Paroquiais, dependendo da finalidade, eram chamadas de "União", acrescentando-se o nome do padroeiro da localidade a que pertenciam, por exemplo: União São José, União São Pedro, ou de "Aliança Católica".

Remanescente desta época, mas já descaracterizada, hoje, do seu propósito inicial, permanece em Santa Cruz do Sul - RS, a "Aliança Santa Cruz", hodiernamente transformada em clube social, como tantos outros clubes recreativos. As finalidades destas associações objetivam aparelhar de maneira racional na vida comunitária, através da organização de bibliotecas paroquiais, realizações de festas beneficentes, quermesses e, de forma contundente, a "formação do espírito social-comunitário".

#### 2.2.3.3 - Congressos Católicos (*Katholikentage*)

Parece que a passagem efêmera do "*Zentrumspartei*" e o pouco sucesso dos "*Pfarrvereine*" não foram totalmente inúteis. Desta última associação surgem os "Congressos Católicos" (*Katholikentage*), com vistas à estruturação da vida católica nas colônias alemãs.

---

81. RABUSKE, Arthur. op. cit. p. 35.

Esta nova iniciativa associativa teve seu início em 1898 em Harmonia, sendo seu idealizador o jesuíta Pedro Gasper. O "*Katholikentage*" era realizado de dois em dois anos e, segundo Arthur Rabuske, servia como uma "espécie de revistas de tropas do exército católico de alemães e seus descendentes no sul do Brasil", mas que muito cedo, na segunda assembléia geral, já se volta também para o bem-estar material dos agricultores, à medida que eram debatidos assuntos como: "o problema da adubação", "rodízio de culturas", "introdução de novas culturas", "a questão da floresta", "criação de abelhas" e "plantio de pasto". Já a pauta da terceira assembléia geral versava de temas ainda hoje não resolvidos como, por exemplo: "como podemos conseguir colocação melhor e preços mais altos para nossos produtos coloniais?", "criação racional de abelhas", "agriculturas em geral", "destruição das formigas" e "como podemos tornar-nos independentes do estrangeiro com respeito à economia?".

Nestes congressos, o empenho e a dedicação dos padres jesuitas fazia-se sentir na animação, na promoção, nas conferências ou como conselheiros, além de serem decisivos em novas iniciativas. A vibração era tanta nos Congressos, que chegaram a atingir outros Estados, principalmente Santa Catarina. Entretanto, após a II Guerra Mundial, as coisas já não eram mais as mesmas e

"[...] os tempos haviam mudado e eram outras as circunstâncias mais diversas. Com isso tornou-se evidente a seus organizadores, que tais Congressos não mais harmonizavam com a nova situação brasileira e colonial. E, não sendo mais de acordo com novos tempos, desistiu-se de sua organização futura." (82)

---

82. RABUSKE, Arthur. op. cit. p. 36.

#### 2.2.3.4 - Associação Católica de Professores (*Lehreverein*)

Mais uma consequência do "Congresso Católico" foi a fundação de "*Lehreverein*", uma vez mais idealizada pelo Pe. Pedro Gasper. Esta instituição chegou a congregar todos os professores primários do Rio Grande do Sul. O "*Lehreverein*" realizava reuniões periódicas nos diversos distritos da Associação, nas quais eram debatidas e decididas as publicações de materiais didáticos, através de um órgão de comunicação mantido pela associação, chamado "*LEHRERZEITUNG*" (Jornal do Professor), de duração no período de 1900-1939.

O grande mérito desta associação foi, sem dúvida, a fundação e manutenção do "*LEHRERSEMINAR*" (Escola Normal Católica), com sede em Novo Hamburgo. Também nestas instituições os padres jesuitas foram os grandes incentivadores, permanecendo até o último momento na direção. Só então, quando o nacionalismo adquiriu proporções gigantescas e imprevisíveis em sua ação, a Escola Normal Católica fechou suas portas.

#### 2.2.3.5 - Associação dos Agricultores Rio-Grandense (*Bauernverein*)

Seguramente, o "*Bauernverein*" e o "*Volksverein*", foram as instituições que produziram maiores dividendos não só aos jesuitas mas, principalmente, à colônia de teuto-brasileiros. A "Associação dos Agricultores" nasceu do III Congresso Católico realizado em Santa Catarina da Feliz (Feliz - RS), em 1900.

Foi uma associação interconfessional e arquitetada pelo Pe. Theodoro Amstad S.J.. Sua ação, durante os dez anos de sua existência, foi voltada diretamente para o homem rural, numa produção de orientações úteis a este segmento populacional. De forma mais objetiva e duradoura, o "*Bauerverein*" foi fundador da Colônia de Serro Azul (Cerro Largo - RS), em 1902, ao noroeste do Estado, e Boa Vista (Santo Cristo).

Transplantou o sistema "Raiffeisen" da Alemanha para o Brasil, através da criação das Caixas Econômicas Rurais, iniciativa de Theodoro Amstad S.J., que acabou transformando o Estado em pioneiro na utilização deste sistema cooperativista.

O "*Rio-grandense Bauernverein zur Beforderungder Einheimischen Produktion*" (Associação Rio-Grandense de Agricultores para Promoção da Produção Nativa) como teria sido chamado, originou-se do III Congresso dos Católicos, ocasião em que Amstad desenvolveu o tema "Como podemos tornar-nos independentes do estrangeiro com respeito à economia?". Sua participação foi de uma elucidação tal, que acabou criando um clima psicológico favorável, neste mesmo Congresso, a criar o "*Bauernverein*" com 400 inscritos na lista de associados.

Na proposta de Amstad, a associação voltar-se-ia a todos os interesses dos colonos e manteria um órgão de divulgação que se chamaria "*Riogandenser Bauern-Freund*" (Amigo do Agricultor Rio-Grandense). A Associação tinha como sócio todo aquele que "se evidenciar homem de reputação irrepreensível", tanto católicos como protestantes.

A estruturação departamental da associação baseava-se nas associações de picadas, distritos e municípios. Formavam a "Associação Distrital" várias picadas do distrito ou de paróquias. Por sua vez, a "Associação Municipal" constituía-se de "Associações Distritais" sendo a "Associação Rio-Grandense de

Agricultores" formada por todas as "Associações Municipais do Rio Grande do Sul".

Quanto às diretorias, as Associações de Picada escolhiam dois diretores, os quais atendiam os assuntos relativos à respectiva associação, bem como tomariam parte da diretoria da Associação Distrital, entre os quais seria escolhido um presidente, um secretário e um tesoureiro. A estes, com mandato de um ano, caberia além das funções na Associação Distrital, também encarregar-se, pelo mesmo período, da Associação Municipal.

Já quanto à escolha da Diretoria Central, realizada na reunião anual de delegados da Associação, seriam eleitos um presidente, um secretário, um tesoureiro e dois assistentes. Esta diretoria deveria ser composta por membros das diversas confissões que deveriam cumprir e fazer cumprir com a finalidade da Associação visando

"[...] pôr o Rio Grande do Sul em condições de ele mesmo remediar, na medida do possível, as suas necessidades em questão de gêneros alimentícios, de vestuário, ferramentas e instalações domésticas." (83)

Ainda dentro da formação das diversas diretorias, o que se pode constatar é que, possivelmente, na época, não existiam vários distritos dentro do mesmo município, uma vez que a Diretoria Distrital também era responsável pela Diretoria Municipal. (84)

---

83. RABUSKE, Arthur. op. cit. p. 40.

84. Esta dúvida não pode ser dirimida, uma vez que a fonte base usada (RABUSKE, op. cit.) não fornece maiores subsídios quanto a esse problema, e as demais fontes ou encontram-se em lugar não sabido, ou em fase de tradução, uma vez que todo o material a respeito foi redigido em alemão clássico, dificultando, sobremaneira, a pesquisa.

A respeito das reuniões das associações, o cronograma seguido era o seguinte:

- Associações da Picada: uma vez por mês (aos domingos) em lugar antecipadamente determinado, exigida a presença de todos;

- Associações Distritais: reuniões a cada dois meses, de que tomavam parte, no mínimo, o diretor de cada Picada, sendo que a reunião da Associação da Picada - sede da reunião distrital - deveria se realizar no mesmo dia;

- Associação Municipal: essas reuniões eram trimestrais e o quorum mínimo era formado por diretores e um representante de cada distrito;

- Associação dos Agricultores: havia, anualmente, uma Assembléia Geral, para a qual todos os membros da Associação eram convocados. Paralelamente às Assembléias Gerais eram realizadas exposições de produtos agrícolas.

No que diz respeito aos fundos do "*Bauernverein*", os estatutos previam que

"São facultativas as contribuições em dinheiro. Em vez delas, porém, se obriga cada membro a recolher e entregar aos coletores destinados 'ad hoc' (para todos) os restos de ossos, chifres, cabelos, crinas, retalhos de roupa, ferro velho, cacos de vidro, caixinhas de fósforo, carretéis de linha, selos, etc... em favor da Associação." (85)

Não resta dúvida de que a Associação dos Agricultores era uma instituição de estrutura e ações bastante complexas e avançadas para a época. Sua estruturação previa a participação de alemães, italianos, portugueses e poloneses, o que equivale à participação não só de católicos, mas também de protestantes.

---

85. RABUSKE, Arthur. op. cit. p. 52



Já sua ação não mais se prendia ao confessional, passava a abranger iniciativas coloniais propriamente ditas, como colonizar e repovoar áreas, principalmente na região missioneira junto ao Uruguai. Lançava campanhas que nem mesmo o governo tinha se dado conta, como a questão da silvicultura, pois a necessidade de progredir materialmente fazia com que a mata fosse devastada de maneira inclemente e inconsciente.

Contra essa rapinagem eram tomadas posições práticas e teóricas, como por exemplo, a do Pe. Gasper que plantava árvores e com isso fazendo seguidores. Ao mesmo tempo, o Pe. Max von Lassberg, superior da Missão Jesuítica no Brasil Meridional, tomava parte do Congresso Pastoral de Pelotas, realizado a 12 de agosto de 1908, oportunidade em que desenvolveu conferência sob o título: "Meios de harmonizar os interesses do Estado com o dos particulares na exploração das florestas", redigido em três idiomas para maior divulgação. Também por ocasião da IX Assembléia Geral dos "*Bauernverein*", em Taquara, o Pe. Max von Lassberg voltou a insistir no tema da exploração das florestas, agora sob o enfoque "*Waldkultur und Walfreue*" (Silvicultura e Delito Florestal).

Tanto quanto possível, era preciso fazer ecoar a mensagem aos mais indiferentes ouvidos teuto-riograndenses

"[...] a necessidade de melhorarem sua situação econômica, por meio de uma cultura metódica de suas terras [sem que] ... esgotado um lote colonial, olhava-se para outro, ainda não cultivado, sem perceber que se possa tornar produtiva a mesma parcela de terras, através de cuidados e preparos racionais. Daí as constantes migrações (internas) dos primeiros tempos." (86)

---

86. RABUSKE, Arthur. op. cit. p. 49-50.

Disso se encarregou o "*Riograndenser Baren-Freund*", jornal oficial da Associação, fonte dos demais jornais editados em alemão, principalmente o "*Deutsches Volksblatt*" que, assim, faziam a mensagem chegar até mesmo na Alemanha e na Holanda.

Mas, mais uma vez a tão conhecida lei que diz: "tudo aquilo que sobe, ao atingir o ápice, a tendência é cair", abateu-se também sobre a instituição "*Bauernverein*". Isso pode ser comprovado pelas palavras do seu próprio fundador, Theodoro Amstad S.J. que, por volta de 1910, escreveu o texto "*Die Einuranderung und Katholische Deutschtum in Brasilien*", que significa "A imigração e o 'Deutschtum' ou caráter germânico-católico no Brasil", no qual se revia a vida da "Associação Rio-Grandense de Agricultores" como sendo de existência precária. (87)

Entretanto, as verdadeiras causas da decadência do "*Bauernverein*" não estão explícitas, porém houve constatações como as de que

"Enquanto católicos e protestantes tinham colaborado, durante 10 anos, unindo forças em povos da Colônia Alemã através do '*Bauernverein*', parece de acerto que também nesta Associação se fizesse a separação confessional. Assim vieram os católicos a fundar, em 1912, no Congresso Católico de Venâncio Aires, a "*Volksverein*" (Sociedade União Popular), enquanto passaram a ser de preferência protestantes os que levaram avante o "*Bauernverein*" como 'Liga Colonial'." (88)

ou, ainda, esta fala do Pe. Ambrósio Schupp S.J.:

---

87. O texto em questão foi retirado da separata do "*Jahrbuch des Caritasverbands*" número 5, 1911-12, Friburgo na Busgóvia, p. 16, 1912, 2. coluna. Tradução feita pelo Pe. Arthur Rabuske, op. cit. p. 50.

88. RABUSKE, Arthur. op. cit. p. 51.

"No mesmo tempo, porém, em que Cerro Azul, fruto do Bauernverein, se desenvolvia com pujança, a própria Associação Rio-Grandense de Agricultores entrou, pouco a pouco, em tal estado de decadência, que somente se pode desejar, em nosso interesse pela boa causa, que, em breve, torne a erguer-se. Para a decadência evidenciam-se, contudo, diversas circunstâncias motivadoras, como a falta de homens realmente capazes e competentes em negócios; depois, porém, deve citar-se o malfadado egoísmo - inimigo de tudo que é grande - que apenas alarga o olhar, por cima dos limites estreitos da própria cerca, no momento em que enxerga vantagens ou teme exploração pelo vizinho", (89)

leva a atribuir-se ao desinteresse, acomodação, egoísmo e, principalmente, divergências de cunho religioso o fracasso da Associação dos Agricultores.

#### 2.2.3.6 - Sociedade União Popular (*Volkverein*)

O importante de uma experiência é a aprendizagem que ela proporciona, alterando o comportamento dos elementos de interação ligados diretamente a ela. Pois, parece que foi exatamente isso que aconteceu com o Pe. Theodoro Amstad, S.J.. Se o "*Bauernverein*" não conseguiu se sobrepor aos princípios religiosos, serviu como experiência para uma nova investida no campo da cooperação mútua.

Assim, em 26 de fevereiro de 1912 surgia a "*Volkverein*" (Sociedade União Popular), mais uma vez idealizada pelo padre Theodoro Amstad, S.J., com a finalidade de servir ao povo.

89. RABUSKE, Arthur. op. cit. p. 51.

os interesses materiais, espirituais e religiosos dos colonos teuto-católicos, cabendo aos colonos protestantes dar prosseguimento às idéias associativas, através da Liga União Colonial, ao passo que os colonos italianos agregavam-se na "Associação Viti-Vinícola" e "Cooperativas de Valorização do Leite".

Agora era dar continuidade ao trabalho da Associação de Agricultores, até mesmo porque o idealizador e os colaboradores permaneciam os mesmos: os jesuitas. Mais que isso, o pensamento não era outro senão que a solução dos problemas sociais dependia, basicamente, da participação de cada um, onde a união, a ajuda mútua constituíam fatores indispensáveis na busca de um caminho no qual o povo fosse o agente modificador e impulsionador para o progresso. Com esse espírito, o "*Volkverein*" foi se solidificando e as realizações não tardaram a surgir.

Na área da educação, participou da organização de uma rede de escolas particulares junto às paróquias e fundou a primeira Escola Normal Rural do Brasil, tendo sede em Hamburgo Velho (Novo Hamburgo), além de ter fomentado a criação da "União dos Professores Católicos".

Também a saúde foi uma das preocupações da Sociedade União Popular, tanto que, no período de 1912 a 1917, buscou fundos para erguer o "*Wolktaligkeitsverein zur Unterhaltung des Asyls der hl Familie in São Sebastião do Caf*", ou Associação Beneficente para Sustento do Asilo da Sagrada Família em São Sebastião do Caf, que originou o Hospital e Asilo de São Sebastião do Caf - RS; até 1981, ainda era a União Popular uma das entidades que o sustentava.

Na zona rural, mais diretamente o "*Volkverein*", solidificou as "Caixas Rurais União Popular" com características de cooperativa de crédito, visando proteger o capital do trabalhador

rurícola para mobilizá-lo em obras, efetivamente, de interesse da comunidade colonial, na firme intenção de bloquear o escoamento destes capitais às cidades, descapitalizando as zonas rurais. A rede de "Caixas Rurais" que se formou a partir de 23 de novembro de 1902, com a fundação da primeira "Caixa Rural" em Linha Imperial, Nova Petrópolis - RS, e seguida por Bom Princípio, São José do Herval, Cerro Largo, Venâncio Aires, Poço das Antas, Santa Maria, Colônia Selbach, Harmonia, Porto Alegre, Picada Café, Santa Cruz, Novo Hamburgo, Santo Cristo, Rolante, Taquara, Arroio do Meio, Três Arroios, Roca Sales, Serra Cadeado, Sobradinho, Santo Ângelo, formando uma rede (única no continente americano) por muitos anos a prestar serviços aos colonos como: empréstimos a longo prazo e com juros acessíveis, distribuía sementes e importava material para o trabalho da terra. Também destacou-se na colonização: comprava a terra e repassava aos agricultores como foi o caso de Cerro Azul, Santo Cristo e Porto Novo (Itapiranga-SC).

Paralelamente a esta atividade, editava várias revistas, almanaques e publicações sobre os mais variados assuntos, como recreação, temas técnicos e culturais, todos de interesse dos agricultores. Entre estas publicações, o Skt. Paulus-Blatt, ainda hoje se mantém e por muito tempo foi redigido pelo Pe. Theodoro Amstad, S.J.

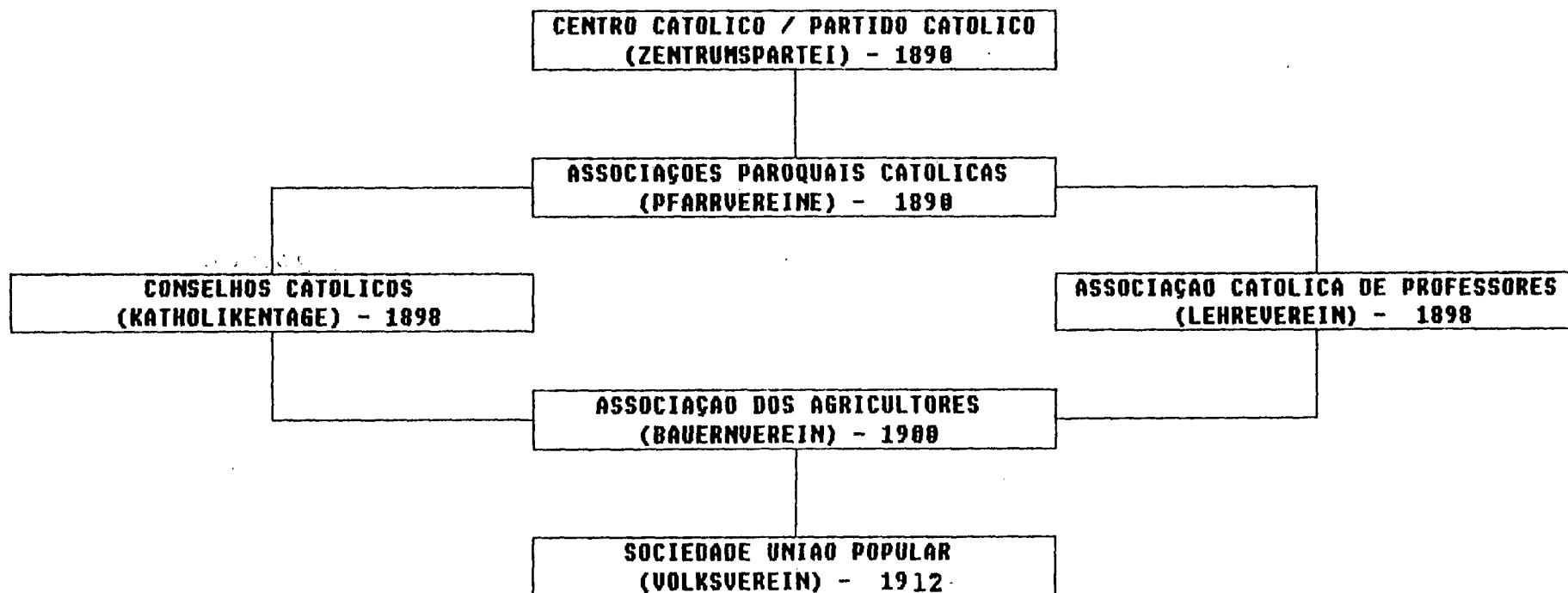
Para um período onde não existiam órgãos responsáveis pela agricultura como hoje (Ministério da Agricultura, Secretaria da Agricultura, EMATER, Sindicatos Rurais e demais associações), a Sociedade União Popular prestou um serviço pioneiro e de base à agricultura rio-grandense, talvez por isso mantenham-se até hoje as suas similares.

Devido às mudanças que o tempo impõe, já não apresenta aquela mobilidade dos primeiros anos; afinal são 76 anos de muita luta e contratempos, pois resistiu a duas Guerras Mundiais, várias Revoluções e levantes no Brasil e no Rio Grande do Sul. Porém, não deixou de prestar serviços, como por exemplo: por volta de 1965, tinha um Centro de Treinamento Agrícola em terras localizadas em São Sebastião do Caí, colonizava terras na região de Mondai, em Santa Catarina, supervisionava uma colonização em Medianeira, no Paraná.

Atualmente, a realidade é outra. As vias de comunicação favorecem o acesso aos centros urbanizados com maior rapidez, os meios de comunicações, praticamente, eliminaram as distâncias e as instituições criadas com finalidades voltadas ao meio rural são inúmeras. O ciclo, hoje, é o da ciência e da tecnologia.

Gráfico 01

INSTITUIÇÕES ASSOCIATIVAS TEUTO-BRASILEIRAS



FONTE:

PERIUS, Vergilio. "Anotações sobre o Direito Cooperativo Brasileiro", em PERSPECTIVA ECONÔMICA. UNISINOS, São Leopoldo-RS, nº 20, vol. 8, 1979.

### 3 - ORIGEM E ESTRUTURAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO RIO GRANDE DO SUL

A origem e a estruturação sócio-econômica de Santa Cruz do Sul fica agravada à medida em que o objeto em estudo faz parte de um universo maior denominado Rio Grande do Sul que, por sua vez, insere-se noutro que o excede, chamado Brasil. Assim, todos estão interligados, formando uma cadeia de reações que tanto poderá fluir do macro ao micro, assim como poderá haver um refluxo.

No que diz respeito ao Rio Grande do Sul, também os trabalhos proliferam na área econômica, como "República Velha Gaúcha", de Sandra Jatahy Pesavento, "Origens e Perspectivas da Crise Econômica no Rio Grande do Sul", de Francisco Carrion Júnior, a "Economia Política Gaúcha dos Anos 30 aos 60", de Geraldo Muller em "RS: Economia & Política", ou ainda os numerosos trabalhos produzidos pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), de Porto Alegre - RS.

Assim sendo, entende-se que é perfeitamente dispensável retomar ao assunto, no que se refere ao crescimento econômico do País e do Rio Grande do Sul, tal a quantidade de obras. Contudo, em que pese a dispersão desta produção científica, envolvendo a história econômica gaúcha, necessário se faz ressaltar alguns pontos característicos sul-riograndenses que, dentro de um contexto mais amplo, assumem importância ímpar na compreensão do fluxo e refluxo da integração do todo.

Assim, deve-se salientar que, apesar de o Rio Grande do Sul ter sido descoberto no início do século XVI, ficou praticamente um século sem ser explorado. Só foi despertar interesse quando da intensificação da atividade mineradora. Enquanto isso, Rio de



Janeiro, São Paulo, Bahia e Minas Gerais já tinham esboçado um crescimento econômico em função de já se terem estruturado.

Posto isso, é preciso que seja enfatizada a questão da apropriação da terra, através da ação militar, em função dos constantes conflitos que abrangem o período de 1680 a 1845, período esse que envolve a Guerra Cisplatina, Guerras Guaraníticas e a eclosão da Revolução Farroupilha. Agregam-se a estas atividades militares iniciais, outras como a Guerra contra o Uruguai de Oribe (1848-1851); em 1864, o Brasil entra em guerra contra o Uruguai em auxílio a Venâncio Flores voltar ao poder e, no Rio Grande do Sul, há nova mobilização para o confronto com Aguirre; em 1865, novas escaramuças no sul, é o início da Guerra do Paraguai - a tríplice aliança (Brasil, Uruguai e Argentina) contra o Paraguai e, para encerrar o século XIX, estoura a Revolução Federalista, contra o governo de Júlio de Castilhos (1893-1895).

O século seguinte não começou muito diferente do anterior, no que diz respeito às lutas armadas. Já no ano de 1923, a crise econômica do pós-guerra, no Estado, assumia proporções incontroláveis. A impossibilidade do Governo Estadual em superar a crise provocou o surgimento, entre os republicanos, de facções dissidentes que, imediatamente, uniram-se politicamente aos antigos federalistas arregimentados por Assis Brasil. Estes, diante da negação de Borges de Medeiros em assumir uma posição protecionista da classe pecuarista, recorreram às armas iniciando, desta forma, a Revolução de 1923.

Não pararam aí as conturbações no Estado do Rio Grande do Sul. Em 1928, ascendeu ao poder máximo estadual Getúlio Vargas. Suas diretrizes governamentais convergiam para recuperar a pecuária gaúcha, tendo como ponto de partida a criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., facilitando crédito a juros baixos e, a longo prazo, atacando o contrabando de charque

pelo Uruguai com mais rigor, além de realimentar a idéia da criação de um frigorífico nacional. (90)

Estas medidas pacificaram o Estado, possibilitando a Getúlio Vargas a criação da Frente Única, o que poderia significar uma aglutinação de forças, visando a recuperação da economia rio-grandense. Entretanto, no plano nacional, o Estado gaúcho se opôs a Washington Luiz e sua política agro-exportadora, formando uma dissidência que é derrotada nas urnas, porém, a "Aliança Liberal" conta, na sua base, com o apoio do tenentismo. E, a 3 de outubro de 1930, a Revolução eclodiu.

Contudo, nem só de revoluções armadas se constitui todo o problema rio-grandense. Ele representa, apenas, um dos problemas do crescimento econômico estadual. Portanto, adicionando-se a este um outro tão ou mais grave, ou seja, a classe dominante do Rio Grande do Sul, não soube identificar o processo maior que se desencadeava em âmbito nacional: o de não interromper o processo de acumulação de capital. Isto se refletia internamente, pois o papel do Estado dentro deste processo porque passava o país, não ultrapassaria da condição de produtor de gêneros de subsistência ao consumidor nacional.

Como tal, as oscilações no preço do charque vão continuar, os produtos uruguaios não desapareceram do mercado nacional, os incentivos eram dirigidos para atividades naturais, uma vez que estas utilizavam matéria-prima local, como por exemplo, a produção de arroz, de trigo, de milho e de frutas entre outras do gênero.

Assim, entre crises econômicas e revoluções, o Rio Grande do Sul, em especial, sua classe dominante permaneceu à margem do processo de crescimento econômico, muito mais por culpa própria do que de terceiros. Isso em função da má avaliação de seu

desempenho dentro do processo global de acumulação capitalista desencadeado no país, entravando todo o processo de construção de estruturas sólidas e de divisas financeiras, visando ao desenvolvimento econômico do Estado.

Tanto assim que, enquanto pecuaristas e governo debatiam-se em conjugar esforços no sentido de viabilizar a pecuária, através da criação de frigoríficos, da construção de matadouros modelares, da edificação de um entreposto frigorífico no cais do porto, da encomenda de vapores frigoríficos, a carne suína já era transformada e produzia banha. A tal ponto que,

"... em 1937, por exemplo, a firma Oderich inaugurava, em Canoas, os 'Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros S.A.'. O empreendimento evidenciava, tal como o estabelecimento 'Frigorífico Renner S.A.', em Montenegro, o maior poder de acumulação da área colonial sobre a pecuária extensiva. Em suma, o comerciante da área colonial, atuando como intermediário na colocação dos gêneros agro-pecuários no mercado, fora capaz de capitalizar mais que o pecuarista. Uma das formas de aplicação deste capital dera-se justamente na produção de banha e dos demais produtos suínos." (91)

Isso evidencia, claramente, a falta de visão e perspicácia da elite gaúcha na administração de sua tarefa de "economia de periferia". Nem mesmo as associações rurais do Estado - mais conscientes da necessidade de incrementar a decisão - como a "Sociedade Agrícola Pastoral do Rio Grande do Sul", fundada em 12 de outubro de 1898, em Pelotas, e seguida por outras regiões como Jaguarão em 1903, Bagé em 1904 e Uruguaiana em 1905, conseguiam a conscientização de toda a classe dominante (criadores e charqueadores).

---

91. PESAVENTO, Sandra Jatahay. op. cit. p. 111.

Já a União dos Criadores (1912) surgida numa fase mais adiantada de conscientização dos pecuaristas, colaboraria neste sentido, inclusive se dispendo a organizar cooperativas para beneficiar a matéria prima existente. Sugere, ainda, o refinamento do rebanho, bem como a adoção de balanças para venda de gado.

Mas tanto as idéias da "Sociedade Agrícola" como da "União dos Criadores", sistematicamente, esbarram estrategicamente na deficiência de transportes.

Assim, o Estado foi vivendo crise após crise, revolução após revolução, sempre no engodo de vir a ser o carro chefe da política nacional e, através desta, estruturar-se economicamente. O resultado foi um atraso considerável da economia gaúcha, a perda do restrito espaço político que usufruía e, internamente, o centro de acumulação de capital vão ser as áreas agrícolas, das quais resultaram os recursos para a tão desejada industrialização.

### 3.1 - Colonização de Santa Cruz do Sul

Realçados os principais pontos que dimensionaram o processo de crescimento político, social e, principalmente, econômico do Rio Grande do Sul, o passo seguinte consiste em caracterizar o crescimento econômico de Santa Cruz do Sul.

Os condicionantes da imigração alemã encerram em si uma controvérsia própria do assunto em questão e, que por isso mesmo, presume-se de difícil, senão impossível, unanimidade quanto às

causas de sua gênese, uma vez que a abordagem desta irá variar de acordo com a posição ideológica de cada pesquisador do assunto.

Não obstante, há fatos que são sintomáticos quanto à predisposição das autoridades federais e estaduais brasileiras de fomentarem a imigração, como por exemplo a grande extensão territorial a ser ocupada no sul, em função da importância geopolítica desta região. Não só ocupá-la, mas também possibilitar sua integração no processo de produção então vigente.

A desarticulação do regime escravocrata é outro fator de assaz importância na política imigratória. Isso porque traz, em seu bojo, a questão referente à "valorização do trabalho livre", problemática esta não menos complexa e polêmica do que a imigração, pelos mesmos motivos já referidos.

Por outro lado, há que considerar a transição porque passa a Alemanha - de um lado a industrialização e de outro as instituições medievais que se opuseram às novas relações do modo de produção, ao processo técnico implantado no setor agrícola e às leis que liberavam os servos das glebas (1798 a 1816) (92), processo este do qual emanaram ao curso da imigração, tais como: impostos extorsivos sobre as terras, perdas de partes importantes de terra a ponto de se tornarem insuficiente ao sustento familiar, legislação sobre herança da terra, o "REALERBTEINLUNG" a oeste e "ANERBENRICHT" e o desaparecimento da média propriedade. (93)

Destacados os fatos que estimularam a imigração, é de bom alvitre enfatizar que o desdobramento desses mesmos fatos, por outro lado, também está inserido como causa da imigração. Pois o excesso de população negra, a necessidade de povoar as

92. MONTALI, Lília. "Notas para o Estudo da Expansão do Capitalismo em Santa Cruz do Sul", Estudos de População. CEBRAP, VI, Santa Cruz do Sul. São Paulo, 1980. p. 39-50

93. MONTALI, Lília. op. cit. p. 42.

fronteiras, a escassez de mão-de-obra e a má distribuição da população foram discussões que acabaram por dividir os debatedores em dois segmentos: aqueles que entendiam ser a

"escassez de mão-de-obra, sentida principalmente pelo setor agrícola, voltado para a exportação, sob impacto do processo de extinção gradual da escravatura e a promoção do trabalho livre desenvolvida pelos críticos do regime escravocrata, que lutavam por uma nova ordem." (94)

ou seja, um grupo que desejava o trabalhador livre, porém dissociado dos meios de produção, enquanto um segundo grupo lutava pelo trabalhador independente, inclusive dono dos meios de produção. (95)

Porém, os problemas não param aí. Há uma extrapolação destas questões, à medida em que se relacionam com a política internacional. Essa interação se procesa, justamente

"num mundo que estava se tornando cada vez mais capitalista e no qual ia se constituindo um mercado internacional de trabalho; [onde] a transferência do capital do centro do mundo capitalista à uma periferia precisava ser acompanhada de mão-de-obra. Esta transferência maciça de mão-de-obra européia às Américas acabou se tornando um negócio lucrativo, onde participavam companhias de transporte marítimo, recrutadores de imigrantes e companhias de colonização." (96)

Para completar este quadro, os instrumentos jurídicos criados visando a operacionalização da imigração geram (97) ambiguidade no que diz respeito à regulamentação da concessão de terras aos imigrantes, quanto à utilização do escravo e também no que se refere à aquisição de terras. Foi dentro deste conglomerado de fatores que surgiu a freguesia de Santa Cruz, nas antigas

94. Ibid. p. 42.

95. Ibid. p. 47.

96. OLIVEIRA, Elizabeth M. Síntese das Informações Histórico-Econômicas. São Paulo, CEBRAP (Separata), 1982. p. 4.

97. Ver item 2.3.3 - Formas de Cooperação dos Alemães e Teuto-Brasileiros.

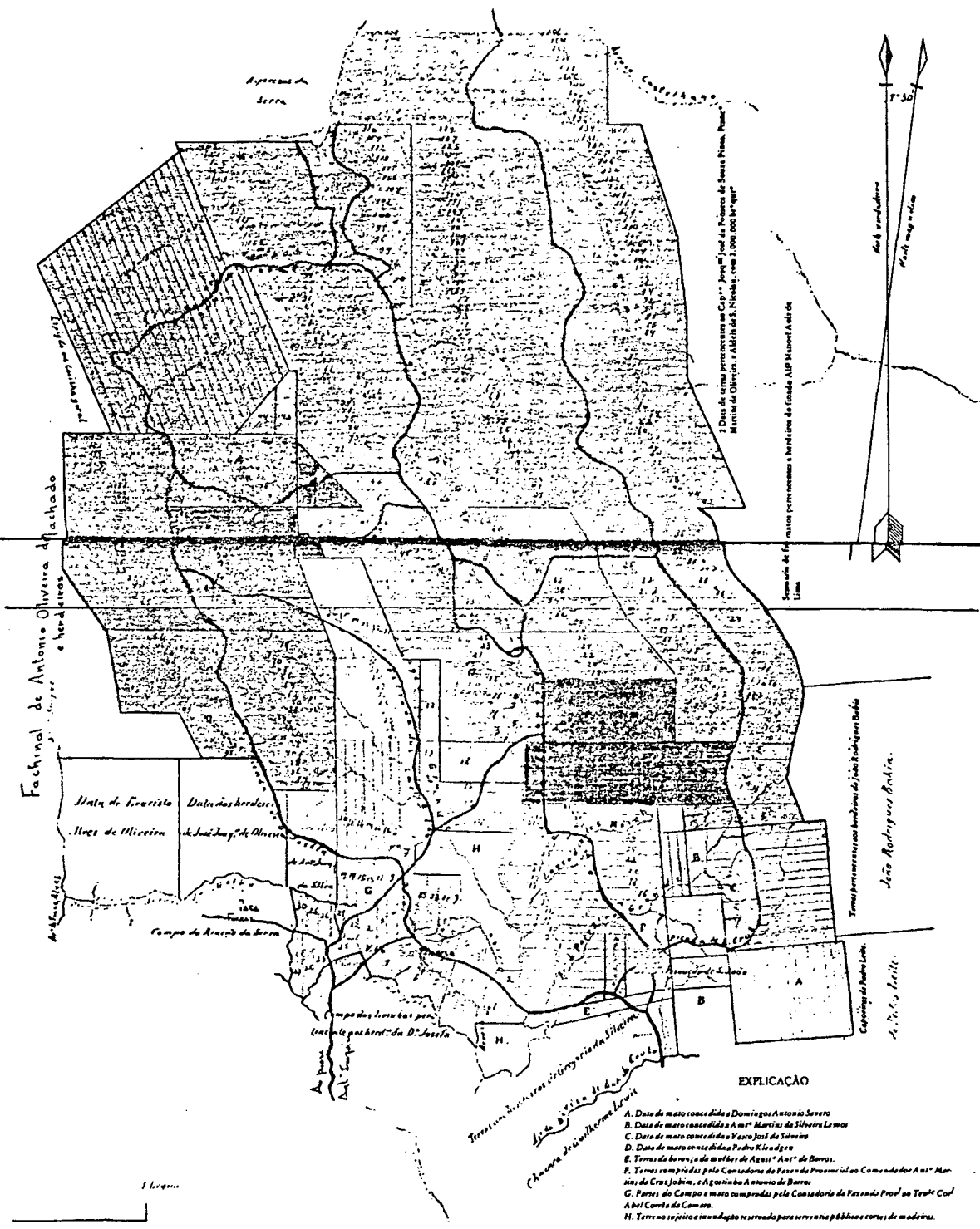
sesmarias de João de Faria Rosa e outros, que se encontravam em situação de abandono e

"... segundo a concessão, continha 2.100.000 braças quadradas, sendo 1.400 braças de frente e 1.500 braças de fundo. De João Faria Rosa, seu primeiro proprietário, passaram estas terras a pertencer ao comendador Antônio Martins da Cruz Jobim, de quem o Governo Provincial as comprou em virtude da respectiva disposição da lei provincial número 248, de 25 de novembro de 1852, depois de medidas, demarcadas e avaliadas pelo capitão-tenente Francisco Cândido de Castro Menezes, pela quantia de Rss 4.943\$840. Parte das respectivas terras foram divididas em prazos coloniais (98), reservando-se no lugar chamado 'Faxinal do João Faria' terreno suficiente para o estabelecimento duma povoação. Em 1855, demarcou o mesmo capitão esse terreno, dividindo-o em 23 quadras para edificar casas e uma quadra de reserva para logradouro público. Cada quadra tem 60 braças de frente e as 24 quadras são divididas em 528 terrenos, sendo 48 para edificação de casas, 8 para igreja e 22 para reserva no logradouro público. A planta da povoação apresenta 2 praças e 12 ruas que se cortam em ângulos retos." (99)

- 
98. Nota do autor: Apesar de exaustiva procura, não foi possível definir o significado preciso de "prazos". Entretanto, com base no Relatório da Administração Central das Colônias da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, elaborado por Carlos Koseritz em 1867, chega-se a conclusão de que, na época, provavelmente, um "prazo" significava um lote. Segundo Koseritz, as 15 Linhas da freguesia eram divididas em 799 "prazos". O Relatório mostra que eram as seguintes as Linhas e os respectivos números de "prazos" coloniais: Santa Cruz (Picada Velha), 156; Rio Pardiniho, 116; Sinimbú, São João, 44; Linha da Serra, 50; Travessão Da. Josepha, 9; Andrea, 20; Bom Jesus, 21; Vila Thereza, 14; Dona Josepha, 103; Ferraz, 54; Brasília, 32; Antão, 54; São Felipe Nery, 20.
99. Relatório da Administração das Províncias de São Pedro do Rio Grande do Sul, apresentado ao presidente da Província Sr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello e elaborado por Carlos Koseritz, agente intérprete da Colonização. O referido relatório faz parte da obra inacabada de Ludwig sobre Santa Cruz do Sul, denominado "CENTENÁRIO", que se encontra no Arquivo Histórico de Santa Cruz do Sul.

PLANTA da COLÔNIA DESANTA CRUZ com as Datas de Terras confinantes

levantada por JOÃO MARTINHO BUFF Diretor da dita Colônia Redatada por Heitor Meyer



Reproduzido de: MARTIN, H. Elmiro. "Santa Cruz do Sul de Colônia a Freguesia 1849-1859. Santa Cruz do Sul, Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul, 1979, (Coleção História de Santa Cruz do Sul, 2), 1-81.



Ficava, assim, elaborada a primeira planta da sede do futuro município de Santa Cruz do Sul - RS, originário do assentamento de imigrantes alemães, em 19 de dezembro de 1849, na Picada de Santa Cruz, também conhecida como "Terras Devolutas de Rio Pardo", como "Faxinal do Faria" ou, ainda, como "Picada do Abel", lugar este situado às margens da estrada aberta, em cumprimento à Lei Provincial número 111, de 6 de dezembro de 1847.

Foi a partir dessa estruturação que a Colônia passou a dar rumo a sua existência. Mas isso não sem ter que superar dificuldades impostas pela má execução da política de imigração - já referida anteriormente que, neste momento, fica mais palpável - como por exemplo,

"na maior parte dos prazos coloniais de Santa Cruz ha dúvidas: as medições das frentes, dos lados e dos fundos dos respectivos prazos. Além disso, alguns dos prazos têm por divisa na frente uma estrada geral, outros, o pique da medição e outros ainda, um arroio, [sendo que] atualmente as terras de particulares encravadas na Colônia servem de base aos fundos dos prazos coloniais da parte meridional e ocidental da picada de Santa Cruz na qual deve começar o trabalho do cadastro." (100)

Esta tarefa se reveste de fundamental importância, uma vez que só demarcaram as 100 braças de frente de lotes em que foram assentados os teutos, permitindo que os próprios proprietários dos referidos lotes demarcassem a parte dos fundos. Bem pode-se imaginar as complicações que trouxe tal procedimento. (101)

Até 1867, não só os imigrantes ainda não haviam recebido os títulos de propriedade da terra, como o diretor da Colônia na época possuía documentos oficiais, quer no que diz respeito à compra de terras de particulares, por parte do governo, quer da planta ou mapa da Colônia, e muito menos da legislação provincial

100. LUDWIG. Centenário. op. cit. p. 143.

101. Ibid. p. 138.

referente ao assunto em questão, conforme afirmou Koseritz em seu relatório. Para complementar o quadro administrativo da Colônia nos 20 anos iniciais, era constante haver

"... um certo número de colonos que embarcaram em Hamburgo com garantia dada pelo Consul do Brasil, de receberem, aqui, terras e subsídios gratuitamente, em conformidade com o contrato Kleudgen <sup>(102)</sup>. Quando estes colonos chegaram a esta província, o referido contrato já tinha caducado e por isto foram considerados devedores à fazenda provincial." <sup>(103)</sup>

### 3.2 - Estruturação das Relações Econômicas

Apesar dos contratempos enfrentados pela povoação, bastaram apenas 10 anos para sua elevação a freguesia, conforme a lei provincial número 432, de 8 de janeiro de 1859.

Aparentemente, essa promoção não se revestiu de benevolência ou complacência das autoridades. Muito pelo contrário, foi fruto do trabalho árduo desenvolvido na Colônia, apesar das contrariedades já citadas, e em que pese a chegada dos colonos ser quase sempre em tempos impróprios, provocando assim um espaço

---

102. Nota do Autor: Peter Lleudgen, natural de Hamburgo. Sua permanência no Rio Grande do Sul foi bastante controversa e cheia de interrogações. Foi o primeiro imigrante a receber terras em Picada Velha de Santa Cruz. Entretanto, ao que parece, sua principal atividade foi como "Agente Autorizado para a Colonização Alemã para a Província", junto ao estrangeiro, conforme contrato de 15 de dezembro de 1851, tendo por base legal a lei provincial número 229,, de 4 de dezembro de 1851. Sua atividade, como tal, dava-se em cumprimento do Artigo 7. da referida lei, especialmente para Santa Cruz do Sul.

103. LUDWIG. op. cit. p. 144.

de tempo de 6 a 8 meses nos quais não havia maiores atividades agrícolas. Ao mesmo tempo em que a vinda fosse programada para início do verão - "tempo próprio para a plantação" - haveria uma racionalidade de atividades dos recém-chegados.

Tal era a situação, que até 16 de julho de 1851, vinte eram os colonos bem sucedidos dos 175, os quais ajudavam a sustentar os últimos a chegar. A base da alimentação era feijão, abóbora, milho e algumas batatas que serviam tanto para consumo quanto para sementes, tendo as vistas as plantações dos meses de agosto e setembro. Desta forma, o primeiro semestre de 1851 findou sem grandes plantações, excessão feita ao fumo em rama que, desde então, já era cultivado a ponto de proporcionar a exportação de algumas arrobas. Não obstante estas dificuldades, em outubro de 1851 grandes roças e plantações foram constatadas na colônia, tanto que no relatório de Buff referente ao primeiro semestre de 1853, a produção à venda era de 245 sacos de feijão e 160 arrobas de fumo em rama, além dos animais domésticos, como porcos e aves. (105)

Já em 1854, a produção da Colônia, visando à exportação, constituiu-se de 218 sacos de feijão, 265 arrobas de fumo e 1.000 de milho. (106)

Em 1856, o crescimento da Colônia era incontestável do ponto de vista econômico, uma vez que a exportação atingiu a cifra de Rs 33:900\$000 (Tabela 01).

- 
105. Relatório de João Martinho Buff, diretor da Colônia de Santa Cruz do Sul, referente a 1853, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.
106. Relatório de João Martinho Buff, diretor da Colônia de Santa Cruz do Sul, referente a 1854, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Tabela 01  
EXPORTAÇÃO EM 1856

QUANTIDADE	UNIDADE	PRODUTO	VALOR EM Rs
2.000	sacos	feijão	14:400\$000
1.000	sacos	embalagem	7:000\$000
2.000	sacos	milho	4:480\$000
100	arrobas	banha	800\$000
800	arrobas	toucinho	4:800\$000
120	arrobas	fumo	720\$000
6	arrobas	rapé	96\$000
10	arrobas	manteiga	120\$000
100.000	---	charutos	700\$000
200	sacos	batata	400\$000
150	arrobas	erva.mate	384\$000
TOTAL			33:900\$000

FONTE: Relatório de João Martinho Buff, diretor da Colônia de Santa Cruz do Sul, referente ao ano de 1856, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Com base nesses dados,<sup>(107)</sup> verifica-se que, apesar da produção agrícola ser variada, há produtos que se destacam (Tabela 02), como é o caso do feijão, milho e toucinho. Além disso, constata-se já haver a industrialização, uma vez que aparecem, na relação de produtos exportados ou em vias de serem exportados, charutos e sacos.

107. Relatório de João Martinho Buff, período de 1 de janeiro a 15 de agosto de 1856.

Tabela 02

## PRODUÇÃO/EXPORTAÇÃO DA COLÔNIA DE SANTA CRUZ (1856)

PRODUTOS	VALORES EM RÉIS	PERCENTAGEM
Feijão	14:400\$000 (*)	42,48
Milho	4:480\$000	13,22
Banha	800\$000	2,35
Toucinho	4:800\$000	14,16
Fumo	720\$000	2,14
Rapé	96\$000	0,28
Manteiga	120\$000	0,35
Charutos	700\$000	2,06
Batata	400\$000	1,18
Erva-mate	384\$000	1,13
Sacos	7:000\$000	20,65
<b>TOTAL</b>		<b>100</b>

FONTE: Relatório do diretor da Colônia de Santa Cruz - RS, João Martinho Buff, referente à exportação do período de 1 de janeiro a 15 de agosto de 1856.

(\*) Total, proveniente das exportações para Passo Fundo, Soledade e Rio Grande.

É evidente que não se trata da industrialização dos atuais dias, mas da transformação primária de um produto - no caso fumo e tecido - isso sem falar na banha e toucinho, o que, nas circunstâncias em que se encontrava a Colônia em 1853, de acordo com o relatório do diretor da época é, sem dúvida, um avanço bastante acentuado no crescimento econômico da referida colônia.

Outro aspecto que chama a atenção refere-se à produção de fumo na época. Esta ficou em Rs 720\$000, representando na soma total da produção a ser exportada 2,14%, fato este que por si só não tem maior repercussão, mas que, no transcorrer do processo histórico do município, será fator determinante de profundas mudanças no comportamento dos habitantes da região referida.

Tendo ainda por base a Tabela 02, mesmo que cautelosamente, em função da estatística da época não ser tão confiável, pode-se dizer que o crescimento econômico de Santa Cruz do Sul foi bastante rápido e por isso mesmo quebrando a formalidade da periodicidade que é estabelecida para o estudo de seu crescimento econômico.

Isso é o que mostram os relatórios já referidos, apesar de sua sinteticidade, porém bastante claros no que diz respeito ao que aqui se afirma.

A rápida ascensão de povoação à freguesia conduz à busca de uma explicação que transcenda a benevolência ou complacência das autoridades imperiais e provinciais, ainda que fosse para aplacar a obstinada oposição à imigração. O fato está claro. É a queima de etapa na produção da colônia, ou seja, a produção da colônia que, em 1853, não tinha excedente, a não ser algumas arrobas de fumo e feijão, em 1856, além de exportar os produtos já referidos, também dá mostras de crescimento na área industrial com a exportação de charutos, banha e sacos.

A explicação para a queima de etapas poderá estar relacionada com o tipo de imigrantes cadastrados na Alemanha, bem como a procedência destes. Assim também, como o fato de os alemães já radicados no Brasil - principalmente os da região de São Leopoldo - terem se dirigido à Colônia de Santa Cruz<sup>(108)</sup> e, portanto, conhecedores da topografia do Estado e, principalmente da técnica a ser utilizada no aperfeiçoamento do solo, além, de já estarem ambientados com a nova realidade.

Tanto é verdade que a Colônia, em 1866, já possuía os seguintes estabelecimentos: 11 moinhos, 2 tafonas, 11 engenhos de açúcar, 5 fábricas de azeite, 5 curtumes, 3 fábricas de arreios, 1 casa comercial por atacado, 25 casas comerciais a varejo, 4 oficinas de alfaiate, 5 sapatarias, 1 socador de erva, 1 fábrica de cordas, 1 saboaria e 1 fábrica de velas para uma população estimada em 4.542 pessoas. Esta população, em 1866, gerou uma exportação no valor de Rs 180:970\$000 e uma importação de Rs 166:700\$000, além de arrecadar aos cofres públicos a quantia de Rs 60:812\$059 distribuídos assim: Império Rs 36:173\$580, Província Rs 21:403\$319, e Municipal Rs 3:235\$160.<sup>(109)</sup>

Já no que se refere à freguesia, mais especificamente, a situação era a seguinte: 1 padaria, 7 casas de negócios, 5 fábricas de charutos, 1 oficina de lapidar, 1 cervejaria, 1 tornearia, 1 tanoaria, 1 funilaria, 3 ferrarias, 2 marcenarias, 3 sapatarias, 2 saboarias, 1 fábrica de velas, 1 casa de pasto, 1 canteiro e 2 carreteiros, além de 2 clubes.<sup>(110)</sup>

---

108. MENEZES, J. Bittencourt. "Município de Santa Cruz". Santa Cruz do Sul, Tipografia Lamberts & Riedl, 1914. p. 40.

109. Relatório da Administração Central das Colônias da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Presidente da Província, Francisco I. Marcondes Homem de Mello, pelo agente-intérprete da colonização, Carlos de Koseritz. op. cit. p. 131-135.

110. Ibid. p. 134-135

Esta estrutura arrancou de Koseritz a sentença de que a freguesia

"tem tomado tal grau de desenvolvimento, que em breve talvez pouco tenha de invejar a São Leopoldo, de quem em alguns anos será rival feliz, e quiçã vitoriosa, sendo por isso mesmo digno de solicitude e do particular interesse do Exmo. governador provincial" (111)

Como se pode constatar pelos números citados, o crescimento econômico não só se manteve, mas aumentou. Esse crescimento fica mais evidente à medida em que se comparam os dados das Tabelas 02 e 03. Obviamente, nessa confrontação é preciso levar em conta as diferenças existente entre uma e outra, como por exemplo, a diferença da época - 10 anos - nos quais deve ter havido variações de preço, muito embora, segundo Koseritz, em 1866,

"... subiria o algarismo da exportação a muito mais de Rs 200:000\$000, se não fossem os baixos preços do fumo (Rs 2\$500 a arroba), do feijão (Rs 2\$800 o saco) e do milho (Rs 1\$600) o saco, que fizeram com que grande porção desses gêneros ficassem na Colônia, sem serem vendidos," (112)

De qualquer maneira, é possível verificar que os dez principais produtos atingem valores acima de Rs 2:000\$000. Entre estes, o fumo, milho, feijão, batata inglesa e abóbora que, juntos, atingem o total de Rs 204:103\$330, o que representa 83,79% da produção. Por sua vez, os produtos básicos da alimentação dos colonos, como milho, feijão, batata inglesa e abóbora, representam, juntos, 51,94% da produção, o que resulta num total de Rs 126:436\$884.

---

111. KOSERITZ, Carlos. op. cit. p. 131.

112. Ibid. p. 131.



Tabela 03  
 PRODUÇÃO DA COLÔNIA DE SANTA CRUZ (1865)

PRODUÇÃO	QUANTIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO		%
		PARCIAL	TOTAL	
Milho	62.113 alqueires	1\$000	62:113\$500	25,51
Feijão	12.225 alqueires	2\$700	33:007\$500	13,56
Batata Inglesa	11.2181 alqueires	1\$500	16:921\$500	6,95
Linhaça	418 alqueires	3\$300	1:379\$400	0,57
Cevada	6.183 alqueires	1\$600	9:892\$800	4,06
Trigo	1.095 alqueires	3\$500	3:832\$500	1,57
Centeio	1.644 alqueires	2\$000	3:288\$000	1,35
Trigo Sarraceno	12 alqueires	3\$200	38\$400	0,02
Lentilha	50 alqueires	2\$500	125\$000	0,05
Painço	6,5 alqueires	4\$000	26\$500	0,01
Arroz	667 alqueires	3\$200	2:134\$400	0,88
Rapps (colza)	14,5 alqueires	3\$200	46\$400	0,02
Amendoim	72 alqueires	1\$000	72\$000	0,03
Cebola	20 alqueires	1\$500	20\$000	0,01
Batata Doce	20 alqueires	\$960	27\$480	0,01
Ervilha	669 alqueires	2\$500	1:627\$500	0,69
Fava	320,5 alqueires	1\$500	480\$000	0,20
Algodão	4.230 libras	?	396\$600	0,16
Cera	908 libras	\$700	635\$600	0,26
Mel	4.544 libras	?	466\$200	0,19
Linho Cânhamo	9.155,5 libras	?	1:716\$650	0,71
Fazendas de Linho	2.319 cs.(?)	\$480	1:112\$640	0,46
Aguardente	2.070 quartos	\$340	703\$800	0,29
Vinho	32.520 quartos	\$240	7:804\$800	3,21
Fumo Preparado	12 arrobas	10\$000	120\$000	0,05
Fumo	25.846 arrobas	3\$000	77:538\$000	31,85
Mandioca	16.000 pés	\$020	703\$800	0,29
Cana-de-Açúcar	159.000 pés	\$020	3:180\$000	1,31
Abóbora	720.169 (?)	?	14:403\$330	5,92
<b>TOTAL</b>			<b>243:475\$610</b>	<b>100</b>

FONTE: Dados extraídos do relatório do agente intérprete da Colonização, Carlos Von Koseritz, 1867.

NOTA: O alqueire é medida agrária variável. Em MG, RJ, GO equivale a 48,00 m<sup>2</sup> e em SP equivale a 24,200 m<sup>2</sup>. A libra é medida de massa que varia de acordo com o lugar (350 a 380 g).

Conclui-se que os produtos de subsistência foram os que mais contribuíram para a produção da Colônia. Contudo, isso não chega a ser uma constatação surpreendente. O contrário seria, porque, dadas as condições em que foi implantada a Colônia, a lógica é que todos os colonos se preocupassem em produzir para comer. Logo, com base na afirmativa de "um homem produz com excedentes a sua própria alimentação", o raciocínio parece estar correto, à medida em que todos ou quase todos cultivassem produtos de subsistência. Há um dado que não pode ser ignorado, sob pena de projetar-se uma análise deformada.

Só a produção do fumo (fumo em folhas mais o preparado) atingiu a soma de Rs 77:658\$000. Isso se torna significativo, à medida em que tal dado seja considerado não só a partir de uma determinada etapa do crescimento econômico de Santa Cruz do Sul, mas desde as primeiras colheitas (1851), onde este produto aparece sendo cultivado e, na época, constituindo-se na única fonte de arrecadação da Colônia.

Este fato é importante, uma vez que fica bastante claro que, na Colônia, sempre houve a preocupação em ter um produto de exportação que rendesse divisas aos seus habitantes e, conseqüentemente, aos órgãos públicos, conforme mostram as Tabelas 03 e 04, paralelamente à necessidade de cultivar víveres indispensáveis à própria vida da freguesia. Prova desta preocupação e ao mesmo tempo recompensa, foi o recebimento de uma medalha de Mérito e respectivo diploma pela Câmara Municipal em 1879, tendo em vista a participação da freguesia de Santa Cruz do Sul na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1875, com o produto fumo em rama. (113)

---

113. Na época da exposição ainda era freguesia. Já quando do recebimento da medalha, em 1879, era Vila, conforme Lei Provincial número 1079 de 31 de março de 1877.

Tabela 04

## EXPORTAÇÃO/IMPORTAÇÃO (1859-1865)

ANO	EXPORTAÇÃO	ÍNDICE	IMPORTAÇÃO	ÍNDICE	SALDO
1859	90:000\$000	100,0	54:000\$000	100,0	36:000\$000
1860	121:000\$000	134,4	69:000\$000	127,7	52:000\$000
1861	195:000\$000	216,6	92:000\$000	170,3	103:000\$000
1862	130:000\$000	144,4	107:000\$000	198,1	23:000\$000
1863	150:000\$000	166,6	110:000\$000	203,7	40:000\$000
1864	108:000\$000	120,0	113:280\$000	209,2	(5:280\$000)
1865	140:280\$000	155,5	135:000\$000	250,0	5:280\$000
TOTAL	934:280\$000		680:280\$000		254:000\$000

FONTE: Dados retirados do relatório de Koseritz, op. cit. p. 131

Por outro lado, tendo por base a Tabela 04, justificava-se essa necessidade de exportar, uma vez que a importação vinha aumentando continuamente, mesmo que, em média, a exportação tenha superado a importação de Rs 36:285\$714. Isso explica-se porque o principal produto de exportação era o fumo - tanto em folha como o produto preparado - que em sua quase totalidade era exportado, fato este que ocorre de forma inversa aos demais produtos. E mais, era necessário importar outros produtos não produzidos na região, desde enlatados até bacalhau.

Foi em cima desses dois fatos que, mais uma vez, desenrolou-se o processo econômico de Santa Cruz do Sul. Mas parece estar claro que consciente ou não, induzido ou não, a Povoação, depois Freguesia, mais tarde Vila e Município autônomo nasceu com esta ambiguidade: produção ao mesmo tempo de subsistência e de exportação.

Com base nesta constatação, e para fins de uma divisão cronológica do crescimento econômico de Santa Cruz do Sul, delimita-se uma primeira dimensão temporal entre 1849 e 1900.

O marco inicial, por si só, dispensa maiores explicações, tendo em vista o já exposto. Quanto ao segundo, considerando o que já foi visto, entende-se não haver necessidade de uma subdivisão antes de 1900, uma vez que as Tabelas 05, 06, 07, 08 e 09 (a partir da pag. 119) deixam evidenciada a ambiguidade acima referida. Além do que, durante esse período as alterações que se verificaram não foram suficientes para modificar o quadro que se compunha de uma produção natural, na qual a mão-de-obra utilizada era familiar,, onde a força era apenas do próprio homem ou do animal, e só no final do século XIX começava a ser explorada a energia a vapor.

A produção dividia-se em produtos para a subsistência (feijão, milho, abóbora, ervilha ...) e para exportação (fumo,

banha, toucinho e erva-mate). O fumo era o principal produto de exportação. Entretanto, o excedente dos produtos de subsistência, principalmente o feijão e o milho, também contribuíram para o aumento das divisas. Já mais para o final do período enfocado, também o artesanato (tijolos e telhas) juntaram-se às fontes de receita.

Evidentemente que as oscilações havidas neste período como, por exemplo, a expansão cada vez maior do cultivo do fumo e como consequência o aumento da produção foi significativo (Tabela 10). Entretanto, este quadro permaneceu inalterado, até mesmo por força do quadro existente

"... no período [que] compreende o final do século XIX e o início do século XX, [onde] o Centro-Sul do País está totalmente 'comprometido na aventura cafeeira' [e] o Rio Grande do Sul se destaca como estado 'celeiro' dele importando São Paulo e o Distrito Federal a quase totalidade dos alimentos industrializados ou não." (115)

Neste intercâmbio de mercadorias primárias pelas manufaturas, surgiu um elemento importante no processo de troca: o comerciante. É este elemento que irá monopolizar a exportação e a importação, também ditando os preços. Em consequência, tornou-se o elemento centralizador do capital agrícola produzido na região, uma vez que os produtores não mantinham contato direto com os consumidores.

Ainda dentro deste período (1849-1900), cabe destacar o artesanato que, por mais incipiente, sempre teve muita importância. Primeiro, porque a colônia estava isolada das demais povoações e, portanto, a manutenção das necessidades tinha de ser suprida com recursos próprios e mão-de-obra da colônia, já que entre os imigrantes, dentre outros, havia ferreiros, pedreiros,

---

115. MONTALI, Lilia. op. cit. p. 64.

seleiros, funileiros, marceneiros e alfaiates. Num segundo momento, em função das novas levas de imigrantes, da fragmentação da terra, do crescimento da agricultura e do conseqüente aumento das necessidades da população da colônia, houve maior convergência de elementos à sede da mesma, fomentando, desta forma, a proliferação de ferrarias, curtumes, alambiques, engenhos, lombilharias, fundições, funilarias, marcenarias, sapatarias, alfaiatarias e oficinas diversas, totalizando 143 fábricas e oficinas no município. (116)

Encerrando o período, é oportuno lembrar que pela Lei Provincial número 1079, de 31 de março de 1877, Santa Cruz do Sul passou a ser município autônomo, sendo sua Câmara instalada em 28 de setembro de 1878.

### 3.2.1 - Integração no Mercado Agrícola (1900-1930)

Ao iniciar-se o estudo desta segunda dimensão temporal do crescimento econômico de Santa Cruz do Sul, que engloba o período compreendido entre 1900 e 1930, é necessário que se enfatizem alguns dos aspectos do crescimento do próprio Estado do Rio Grande do Sul.

Nas últimas décadas do século XIX era patente o crescimento econômico das regiões coloniais do Rio Grande do Sul, tendo como base a lavoura de subsistência, basicamente feijão, milho, banha, toucinho, produtos que convergiam para Porto Alegre e, daí, para o sul do país.

---

116. MENEZES, J. B. op. cit. p. 310-311.

Na área industrial, houve um surto desenvolvimentista a partir da última década do século XIX, época em que surgiram empresas como a Neugebauer, Cia. Fiação e Tecidos Porto Alegre, a cervejaria Ritter e Filhos, a refinaria de banha de Otero Gomes, a fábrica de pregos de João Gerdau, a fábrica de tecidos de Iã A. J. Renner, o Frigorífico Rio-Grandense, a Cervejaria Continental. Também a partir do final do século XIX houve a expansão da manufatura em setores como o calçadista, da farinha, de chapéu, confecções, papel e papelão.

Houve, igualmente, a penetração de empresas transnacionais, como a Swift, Armour e Wilson, no setor de resfriamento e exportação de carne. Em função de sua maior capitalização, a ação de tais empresas foi fulminante, tanto que até o Frigorífico Rio-Grandense foi adquirido pela Vestey-Brothers (1921). Também na área financeira houve um crescimento que pode ser identificado pelo aparecimento do Banco da Província (1854), Banco Pelotense (1906) e o Banco do Rio Grande do Sul (1928).

Como o próprio Estado, Santa Cruz do Sul estava, assim, inserindo-se na orientação doutrinária capitalista mundial do pós-guerra, cujas principais características foram o surgimento de grandes e médias empresas em substituição às pequenas, a substituição da concorrência pelo monopólio ou oligopólio e, ainda, a intervenção do Estado de forma cada vez mais acentuada. Evidentemente, esta nova orientação doutrinária não se realizou, na íntegra, de imediato em Santa Cruz do Sul, dadas as diferenças e a distância entre o município e a Europa, que era o centro ditador destas alterações.

De qualquer forma, a mentalidade desta nova ordem econômica manifestava-se de maneira cada vez mais intensa, uma vez que a introdução dos meios de comunicação - canais, navegação, estradas de ferro - foi uma condição indispensável e eficaz da propaganda da economia de mercado nas regiões de economia natural para,

desta forma, abrir as portas da economia interna ao imperialismo e, conseqüentemente, à dependência em relação ao capital estrangeiro. (117)

No Brasil, este fato ocorreu, inicialmente, na área primário-exportadora, na qual o capital britânico foi aplicado em setores prestadores de serviço como transportes e serviços urbanos. Já durante a fase da substituição das importações, o alvo constituiu-se de setores dinâmicos da transformação industrial, como a produção alimentícia, fumo e agro-pecuária (tratores, máquinas agrícolas, fertilizantes...), subvencionados pelo capital norte-americano. E, numa fase bem recente, quando acentuaram-se a internacionalização da economia e a dependência, os alvos do capital estrangeiro - agora dividido em norte-americano, da Comunidade Européia e do Japão - passaram a ser os setores químico e elétrico.

Como se vê, o capital estrangeiro tomou parte de todas as etapas da economia brasileira, sendo assim parte fundamental das alterações ocorridas no processo econômico brasileiro, uma vez que teve ação direta neste.

Mas não foi só o fato da construção da estrada de ferro, inaugurada oficialmente em 19 de novembro de 1905<sup>(118)</sup>, responsável pelo crescimento econômico de Santa Cruz do Sul. É preciso considerar que o fato da existência de mercado para a produção colonial santa-cruzense junto ao polo exportador gaúcho (Porto Alegre), também se constituiu em fonte geradora de recursos para Santa Cruz.

---

117. LUXEMBURGO, Rosa. Acumulação do Capital, capítulo XXVIII, "A Introdução da Economia de Mercado", p. 334-342.

118. Na oportunidade, Antônio Augusto Borges de Medeiros esteve presente ao ato, aproveitando para elevar Santa Cruz do Sul à categoria de cidade, através do Decreto número 837, de 19 de dezembro de 1905.



Foi da atividade agrícola que surgiram os recursos financeiros que iriam formar o parque industrial e o setor financeiro, a ponto de serem fundadas três caixas de crédito, todas com recursos próprios. Duas delas, a "Caixa Cooperativa Santa Cruzense" (1904) e "Caixa União Popular Santa Cruz" (1919) eram baseadas no sistema raiffeiseano. A terceira, a "Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda. - Banco de Santa Cruz" (1926), no sistema Luzzatti.

Ora, a partir da criação destes estabelecimentos creditícios, a conclusão não pode ser outra: os recursos financeiros existiam e provinham da agricultura, da qual viriam a ser canalizados para o surgimento das primeiras empresas que constituiriam o parque industrial santa-cruzense. Logo, a tônica do crescimento industrial e o conseqüente crescimento econômico irá depender da agricultura.

Esta deveria ser a lógica, conforme já demonstrado, e principalmente se considerar-se que a Primeira Guerra, a depressão de 1929-1933 e a Segunda Guerra, juntamente com as medidas protecionistas da indústria nacional não oportunizavam a captação de grandes recursos externos, ao mesmo tempo que exigiam um crescimento da indústria interna, o que favorecia a proliferação de pequenas empresas em vários ramos de atividades, fato este que forçou a expansão industrial brasileira, criando novas frentes de industrialização. (119)

Isto oportunizou o surgimento e fortalecimento de vários grupos nacionais, principalmente após o período 1929-1933. É este o caso, por exemplo, do grupo Matarazzo, do grupo Ermírio de

---

119. O que é uma contradição com a nova ordem capitalista do século XX já mencionada, mas encontra justificativas reais e concretas com as guerras, a depressão e o protecionismo brasileiro, que se sobrepõem ao planejamento teórico, se bem verdade, não por muito tempo.

Moraes, do grupo Jaffet, do grupo Vidigal, do grupo Silva Prado, do grupo Abdala e do grupo Crespi.

Mas se é verdade que a derrama de favores e privilégios favoreceu à indústria nacional, também favoreceu o crescimento de grupos econômicos de capital estrangeiro, os quais, desde o segundo Império, atuavam no Brasil, mas apenas intermediando o capital estrangeiro, mas que passaram à industrialização em alguns setores da agroindústria.<sup>(120)</sup> E o que parecia ser lógico, novamente, em função dos fatos favoráveis à industrialização brasileira, já a partir de 1940 mostra-se anti-lógico.

E para não extrapolar o período previsto (1900-1930), plenamente justificado pelo exposto, retoma-se a análise da situação santacruzense que, basicamente, durante este período, não apresentou alterações dissonantes da situação geral do Brasil. De acordo ainda com o Quadro 05, constata-se que o crescimento econômico é ininterrupto, apesar de no quinquênio 1900-1904 ter havido uma queda na exportação, compreensível em função da adaptação do município à nova ordem republicana.

---

120. LUZ, Nícia Vilela. A Luta pela Industrialização do Brasil (1908-1930). São Paulo, Difel, 1961 e GUIMARÃES, Alberto Passos. Industrialização e Monopólio no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

## Quadro 05

QUADRO COMPARATIVO DA EXPORTAÇÃO MÉDIA ANUAL  
DOS QUINQUÊNIOS 1895-1899, 1900-1904 E 1905-1909

PRODUTOS	QUANTIDADE	1895-1899	1890-1904	1905-1909
Arroz	sacos	4388,4	3529,1	1676,7
Aves	-----	-----	-----	18,0
Amendoim	sacos	5,4	50,1	25,6
Alfafa	arroba	-----	943,5	491,4
Aguardente	pipas	245,8	75,2	15,4
Banha	arroba	44121,0	40888,0	52356,5
Batatas	sacos	174,0	142,0	577,2
Bananas	kg	-----	-----	250,0
Casca p/curtume	arroba	16,2	227,2	535,3
Carne de porco	arroba	-----	59,1	774,3
Cabelo	kg	-----	-----	2127,4
Chifres	--	-----	-----	2427,0
Cera	kg	603,2	144,2	1182,5
Charutos	--	25100,0	20800,0	21540,0
Couros secos	kg	2838,0	1570,0	27772,0
Cebola	sacos	-----	5,6	2,6
Centeio	sacos	-----	2,0	-----
Cevada	sacos	0,6	1,4	-----
Ervilha	sacos	-----	1,0	0,4
Feijão	sacos	22003,0	16831,5	10262,2
Favas	sacos	-----	6,8	2,0
Frutas diversas	kg	-----	---	1324,8
Farinha mandioca	sacos	42,5	2,4	-----
Fumo em Folha	arroba	115880,0	99300,0	132810,1
Fumo em corda	arroba	1723,0	38000,3	3615,9
Fumo preparado	arroba	1631,0	675,4	2768,9
Erva-mate	arroba	22337,0	22588,0	27196,7
Lã	kg	-----	-----	4,4
Laranja	kg	-----	-----	1275,0
Lentilha	sacos	-----	0,4	2,0
Licores	litros	10600,0	1600,0	-----
Manteiga	kg	-----	-----	5374

FONTE: MENEZES, J. B. op. cit. p. 299

Afora a exceção mencionada, nem mesmo a Guerra (1914-1918) teve repercussões desfavoráveis sobre a economia, a não ser as oscilações normais a respeito da produção agrícola, como, por exemplo, a queda de alguns produtos em detrimento do aumento de outros.

A propósito, os Quadros 06 e 07 são uma dimensão mais exata da realidade santa-cruzense. Antes, porém, se fazem necessários alguns esclarecimentos referentes aos quadros.

Em primeiro lugar, o período cronológico (1904-1927) não coincide, exatamente, com o segundo período ora abordado, uma vez que este trabalho divide o crescimento econômico santa-cruzense em três períodos:

Primeiro período: 1849 - 1900;

Segundo período: 1900 - 1930;

Terceiro período: 1930 - 1964.

Justificava-se esta defasagem à medida em que, em 1900, ano imediatamente posterior à Proclamação da República, toda a nação passou por um processo administrativo de readaptação, no qual as incertezas de ordem econômica, política, social e jurídica eram profundas, gerando distúrbios de grandezas várias e de amplitude sem par.

Estes distúrbios provocaram lacunas de toda ordem, inclusive documental. Eis porque os dados dos Quadros já referidos diferem da divisão cronológica proposta, quanto ao início.

Já no que diz respeito ao ano de 1927, a justificativa não difere da anterior, pois no final do segundo período eclodiu a revolução de 30, com a deposição de Washington Luiz (03 de outubro) e formou-se a Junta Militar Pacificadora, que entregaria

o poder a Getúlio Vargas, episódio que gerou as intervenções estaduais e criou, além das alterações introduzidas pelo Governo Provisório, nova desestabilização administrativa nos Estados.

O interventor do Rio Grande do Sul foi Flores da Cunha, enquanto para Santa Cruz do Sul foi nomeado prefeito o Coronel José Wohlgemuth Koelzer, conforme Decreto número 19.398, Artigo segundo, de 11 de novembro, do Governo Provisório da República. Em 18 de novembro foi dissolvido o Conselho Municipal, passando o prefeito, de acordo com a Circular número 660/2, de 29 de julho de 1931, da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, a enviar os relatórios diretamente ao interventor do Estado.

O resultado destas transformações não poderia ser outro do que a perda de alguns relatórios referentes ao final do período, inviabilizando a coleta de dados concretos quanto à produção agrícola, receita geral e despesa do município de Santa Cruz do Sul.

Por último, os dados constantes dos Quadros são referentes aos produtos tributados pelo município. Consequentemente, devem ser interpretados com a devida cautela, uma vez que a estatística da época não tinha a mobilidade e a precisão dos dias atuais, e nem mesmo a fiscalização dispunha de condições adequadas para exercer as funções inerentes ao cargo. É uma realidade que também hoje, apesar de as condições serem mais favoráveis, ainda deixa a desejar, em função dos problemas decorrentes de uma nação subdesenvolvida em fase de industrialização.

Feitas estas ressalvas, de uma <sup>examinar. Comparar.</sup> maneira geral os dados são importantes à medida que foram cotejados com as Falas dos Intendentes e Prefeitos, registradas em relatórios e inseridas dentro da realidade com que se relaciona Santa Cruz, ou seja, a realidade regional, nacional e internacional.

Em Santa Cruz, a Câmara de Vereadores foi dissolvida em 4 de janeiro de 1890 e, para substituí-la, o Governo do Estado nomeou uma comissão composta por Joaquim José de Brito, João Leite Pereira da Cunha e Adão Jost. Mais tarde, em 28 de julho, Pedro José Koelzer e Paulo Billing juntaram-se a esta comissão, que desempenhou as funções da Câmara até 1891.

A partir de 15 de outubro de 1891, data em que se realizou a eleição para o Conselho Municipal, este passou a assumir as funções da Comissão. Os primeiros membros eleitos do Conselho Municipal foram Abrão Tatsch, Paulo Billing, Adão Jost, Frederico Strohschoen, Guilherme Hansel, Jorge Frantz e Cristian Schuck.

Quanto à situação política, Santa Cruz mantinha-se, tal como outros núcleos coloniais de origem alemã, na condição de Vila, produtora de produtos de subsistência. Assim, necessitava das benesses do Governo do Estado, visando o escoamento da produção, principalmente considerando-se que, naquela época, o PRR de Júlio de Castilhos estava em franca ascensão, tratando de liquidar, literalmente, quem não estivesse ao seu lado.

Mesmo assim, os núcleos coloniais alemães mantinham certa inclinação pelos liberais, mais precisamente por Gaspar Silveira Martins, tanto que, em 2 de dezembro de 1889, a Câmara solicitou, por ofício, a interferência do Governo Provisório, visando conseguir a liberdade de Gaspar Silveira Martins.<sup>(121)</sup> Possivelmente em função deste quadro, o "Club Republicano" de Santa Cruz, fundado em 1884, na época da Proclamação da República contava com apenas sete sócios: João Leite Pereira da Cunha, Adão Jost, Vasco de Azevedo e Souza, Frederico Pedro Lobo D'Ávila, Carlos Dreher e Inácio Francisco Hubner.<sup>(122)</sup>

---

121. MENEZES, J. B. op. cit. p. 177.

122. MENEZES, op. cit. p. 176. O sétimo nome não aparece, e não foi possível identificá-lo.

A respeito da economia de Santa Cruz do Sul, cabe lembrar que, desde 1887, estava em vigor a Lei número 1573 de 3 de julho de 1886, que reformulava a legislação sobre impostos municipais, havendo a supressão do imposto de exportação, excessão feita ao fumo enfardado que continuava pagando 100 réis por 15 quilos. Em compensação, outros impostos foram criados, como por exemplo, o territorial, o predial e outros, gerando importâncias consideráveis aos cofres públicos federais, estaduais e municipais, como pode ser constatado na Tabela 05.

TABELA 05  
ARRECADADAÇÃO DE IMPOSTOS

ANO	MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO
1906	110:726\$636	-----	-----
1907	94:948\$743	-----	-----
1908	131:188\$567	-----	-----
1909	156:022\$313	139:551\$681	39:171\$412
1910	161:665\$208	156:160\$455	52:909\$554
1911	162:288\$409	166:064\$541	60:729\$927
1912	171:480\$213	179:824\$128	69:748\$983
1913	211:276\$829	182:586\$157	75:127\$039
1914	213:180\$869	181:982\$588	77:455\$613
1915	219:150\$693	189:324\$491	156:828\$390
<b>TOTAL</b>	<b>1.631:964\$480</b>	<b>1.195:494\$041</b>	<b>531:970\$918</b>

FONTE: Relatório do intendente Galvão Costa ao Conselho Municipal em 1915

Já a produção agrícola do município, a partir de 1900, comparada com o último triênio do século passado, apresenta vários produtos que não aparecem na relação deste último triênio, como aves, bananas, cabelos, chifres, lã, frutas diversas, mamona, melão, ovos e, de forma mais intensa, telhas de barro e manteiga.

Enquanto isso, outros produtos tinham sua importância reduzida, como o trigo, algodão, linho em fio, fazenda de linho, linhaça, painço, colza, espírito (bebidas alcólicas), farinha de mandioca e povilho. Apesar de vários desses produtos continuarem aparecendo nos "Quadros Estatísticos dos Produtos e seus Valores Exportados pelo Município de Santa Cruz do Sul", nos anos seguintes, mas sem terem grande expressão econômica, como é o caso do linho e algodão - estes eram utilizados na confecção de sacos e roupas para colonos, mas com o advento do caixeiro viajante e do "comerciante" ou "vendeiro" - estas passaram a ser compradas prontas - ou do trigo, da farinha de mandioca que eram produzidas em escala reduzida, somente para consumo familiar.

Mas o certo é que quatro produtos, milho, feijão, banha e erva-mate, despontam como os principais na geração de riquezas do município. (123) Como tal, estes produtos merecem uma análise um pouco mais detalhada, uma vez que, voltando-se aos dados de 1865 e 1866, nota-se que, na pauta de produtos produzidos no município, alguns deles nem aparecem. E mais, a base econômica estava em produtos como feijão, milho, fumo, batata inglesa que, juntos, atingiam 83,04% da receita da produção agrícola. E as Ts 06, 07, 08 e 09 mostram, igualmente, que a produção de linho, cevada, centeio e trigo também era expressiva.

---

123. Quadro nº 06.



QUADRO Nº 06

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE SANTA CRUZ DO SUL - RS  
PRINCIPAIS PRODUTOS (1904 - 1927)

ANO	FUMO	BAKHA	ERVA-MATE	COUROS SECOS	ARROZ	FEIJÃO	MILHO	MANTEIGA	MUDAS DE ARVORES	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO-7	CIGARROS	OUTROS	TOTAL DA PROD.
1904	29:8735900	16:9373900	3:3485900	5855000	2:0315300	5.1885500	365600	-	-	-	-	1:8255805	59:8275905
1905	44:5845950	13:1605250	2:7245950	3815300	1:1585900	2:4135650	415100	-	-	-	-	7165650	65:1815750
1906	37:3865900	16:3425550	3:2905456	5655500	4555250	1:8455900	305500	2355680	-	-	-	1:0995564	61:2525400
1907	29:6665100	7:6525850	2:2495550	5375900	1355900	2:7165500	105100	2645600	-	575500	-	5635490	43:8545450
1908	43:4205000	18:5365100	2:7875109	2885000	1625900	3:3675050	155300	3275960	-	1165000	-	8985361	69:9185780
1909	53:7365900	22:8425900	2:5465300	3075200	6025100	5:0505200	2305358	7835900	-	2685500	-	1:2195790	87:5885148
1910	43:7015000	29:7735150	2:4355000	2715500	1:2695100	7:0325000	1875200	8995400	-	875500	-	2:1165920	87:7925770
1911	51:0265250	23:5375850	2:8495500	3585200	8035400	2:3315600	505700	6945620	-	735500	-	5:1905630	86:9165310
1912	43:0545500	25:9425550	2:2905900	3065000	1:5935900	4:2815900	25200	5625200	1015600	2445000	-	7315210	84:1115060
1913	55:1545700	27:7005950	2:3275050	1495400	7635500	4:7755100	175900	1:2055000	705800	1445600	-	1:3865360	93:6955360
1914	48:7905300	26:7185300	2:7975400	1435100	8315000	2:9095400	175200	6825400	1175850	875100	-	7865000	83:8605050
1915	64:2885700	27:0045350	4455700	-	1:2735500	2:2275500	455100	3265300	1765000	2035520	-	2925300	95:2855030
1916	67:3325170	26:3655500	-	-	1165700	4:4745300	595690	1935300	1095250	5515330	-	4485745	89:6505475
1917	50:5325700	24:2105300	-	-	8215950	3:0725400	95960	1505300	3265450	5855470	-	5435390	90:2535420
1918	92:2355855	35:1185120	-	-	9145760	7605900	555110	3955350	7955000	5895610	-	2:5805324	133:4455039(1)
1919	18:8655385	37:8405680	-	-	1:2175570	2:7195425	65480	4595600	6725200	1:2575085	-	26:5315448	89:5795873(4)
1920	53:3995595	31:9365940	-	-	4425800	1:3495000	15920	1945975	2365400	8705100	-	6:8155396	95:2385126(5)
1921	90:1005740	27:6835420	-	-	5775750	2:9045690	15200	1605550	3925850	5905700	-	6:5855419	128:9975319(6)
1922	71:2065840	30:2705380	2:0225678	2:2865220	5705175	1:5045375	695760	3595700	5195900	1415825	6:3435800	1:7535355	117:0515008
1923	85:3185590	39:2345360	2:4665429	3:3175730	1985410	2:2155010	1685080	4645150	8095300	1965550	3:6945760(2)	1:3655284	139:4485653(3)
1924	92:7315124	29:5755000	2:4735870	9435100	115800	3:8855535	-	3855750	1:0305200	1225475	6:3165550	2:1015020	139:5765424
1925	93:3175600	35:1815500	3:9675670	6295190	275650	1:4315360	525500	3245900	7485300	45500	14:9125660	3:3015157	153:6985987
1926	106:7865290	48:2415000	4:5765560	8485010	6385065	3:0895710	-	3315900	3335000	555550	29:6875046	1:1315580	195:7685711
1927	130:2885134	47:4255566	1:8735090	2:3825190	3695400	2:7665740	265400	1615300	3355600	635725	35:2215580	1:0175130	221:9325055
TOTAL	1501:7905233	669:2335266	47:4735112	14:3015540	17:0575780	74:3125745	1:1345343	9:5745395	6:7785700	6:3115200	96:1765496	71:0015328	2515:1455143
Méd. Art	62:5745593	27:8845719	1:9785046	5955897	7105740	3:0965364	475264	3985933	2625445	2625667	4:0075354	2:9585369	104:7975714
P. Agr.	59,71	26,61	1,89	0,57	0,68	2,95	0,05	0,39	0,27	0,25	3,82	2,82	100,00
Rec. G.	20,83	9,28	0,66	0,20	0,24	1,03	0,02	0,13	0,09	0,09	1,33	0,98	34,88

FORTE: Relatórios dos Intendentes ao Conselho Municipal de Santa Cruz do Sul-RS.

OBSERVAÇÕES:

1. Está incluído o valor de 1:8335139, relativo a taxaço de produtos de outros municípios.
2. Neste total está incluído 145760 referente a cigarros expedidos para fora do Estado.
3. Há uma diferença na soma dos produtos tributados pelo município e deste, para o total no Balanço Geral de 6945000.
4. Neste total está embutido o total de 24:3515436 proveniente de taxa estatística (produtos exportados para fora do Estado e mais a taxa sobre produtos de outros municípios-valor 1:5175193).
5. Incluído neste total 2:4005912 da taxa estatística e 3:5905599 da taxa de reexportação.
6. Incluído neste total 2:5585398 da taxa estatística e 3:4135021 da taxa de reexportação.
7. Fazem parte deste item, tijolos, lajes, pedras.

QUADRO Nº 07

COMPORTAMENTO DA AGRICULTURA SANTA CRUZENSE  
ANTES, DURANTE E DEPOIS DA GUERRA (1904-1927)

ANO	FUMO	BAHHA	ARROZ	MILHO	FEIJÃO	CIGARROS	COUPOS SECOS	ERVA-METE	MANTEIGA	MUDAS ÁRV.	MAT.CONST.	OUTROS	TOTAL PROD. AGRÍCOLAS
1904	29:8735900	16:9375900	2:0315300	365600	5:1885500	-	5855000	3:3485900	-	-	-	1:8255805	59:8275905
1905	44:5845950	13:1605250	1:1585900	415100	2:4135650	-	3815300	2:7245950	-	-	-	7165650	65:1815750
1906	37:3855900	16:3425650	4555250	305500	1:8455900	-	5655500	3:2905455	2355680	-	-	1:0995564	61:2525400
1907	29:6665100	7:6525850	1355900	105100	2:7165500	-	5375900	2:2495550	2645600	-	575500	5635490	43:8545490
1908	43:4205000	18:5365100	1625900	155300	3:3675050	-	2885000	2:7875109	3275950	-	1165000	8985361	69:9185780
1909	53:7365900	22:8425900	6025100	2305358	5:0505200	-	3075200	2:5465300	7835900	-	2585500	1:2195790	87:5885143
1910	43:7015000	29:7735150	1:2095100	1875200	7:0325000	-	2715500	2:4355000	8995400	-	875500	2:1165920	87:7925770
1911	51:0265250	23:5375850	8035400	505700	2335600	-	5595200	2:8495500	6945680	-	735500	5:1905630	85:9165310
1912	48:0545500	25:9425650	1:5935900	25200	4:2815900	-	3065000	2:2905900	5625200	1015500	2445000	7315210	84:1115060
1913	55:1545700	27:7005950	7635500	175900	4:7755100	-	1495400	2:3275050	1:2055000	705800	1445600	1:3865360	93:6955360
TOTAL	435:6055200	202:4275250	8:9965250	6215958	39:0025400	-	3:7505000	26:8495715	4:9735420	1725400	9915600	15:7485780	740:1335973
MEDIA	43:6605520	20:2425725	8995625	625195	3:9005240	-	3755000	2:6845972	4975342	175240	995160	1:5745878	74:0135897
%	58,99	27,35	1,22	0,08	5,27	-	0,51	3,63	0,67	0,02	0,13	2,13	100,00
1914	48:7905300	26:7185300	8315000	175200	2:9095400	-	1435100	2:7975400	6825400	1175850	875100	7855000	83:8305050
1915	64:2885700	27:0045350	1:2735500	455100	2:2275500	-	-	4455700	3265300	1785000	2035580	2925300	96:2855030
1916	67:3325170	26:3655500	1165700	585680	4:4745300	-	-	-	1935800	1095250	5515330	4485745	99:6505475
1917	50:5325700	24:2105800	8215950	93960	3:0725400	-	-	-	1505300	3265450	5855470	5435390	80:2535420
1918	92:2355865	35:1185120	9145760	555110	7605900	-	-	-	3955350	7965000	5895610	2:5805324	33:4455039
TOTAL	323:1795735	139:4175070	3:9575910	1865050	13:4445500	-	1435100	3:2435100	1:7485150	1:5275550	2:0175090	4:6505759	493:5155014
MEDIA	64:6355947	27:8835414	7915582	375210	2:6885900	-	265620	6485520	3495630	3055510	4035418	9305152	98:7035003
%	65,49	28,25	0,80	0,04	2,72	-	0,03	0,66	0,35	0,31	0,41	0,94	100,00
1919	18:8655385	37:8405680	1:2175570	65480	2:7195425	-	-	-	4695500	6725200	1:2575085	26:5315448	89:5795973
1920	53:3905595	31:9365940	4425800	15920	1:3495000	-	-	-	1945975	2365400	8705100	6:8155396	95:2385125
1921	90:1005740	27:6835420	5775750	15200	2:9045690	-	-	-	1605550	3925550	5905700	6:5855419	128:9975313
1922	71:2065840	30:2705380	5705175	695760	1:5045375	6:3435200	2:2885220	2:0225678	3505700	5195900	1415825	1:7535355	117:0515003
1923	85:3125590	39:2345360	1985410	1685080	2:2155010	3:6945760	3:3175730	2:4665429	4645150	8095300	1965550	1:3655284	139:4435653
1924	92:7315124	29:5755000	115800	-	3:8955535	6:3165550	9435100	2:4735870	2855750	1:0305200	1225475	2:1015020	139:5765424
1925	93:3175600	35:1815500	275650	525500	1:4315350	14:9125560	6295190	3:9675570	3245900	7485300	45500	3:3015157	153:8925967
1926	106:7865290	48:2415000	6885065	-	3:0895710	29:6875045	8485010	4:5765560	3315900	3335000	555550	1:1315580	195:7685711
1927	130:2885134	47:4255666	3695400	265400	2:7665740	35:2215680	2:3825190	1:8735090	1615300	3365600	635725	1:0175130	221:9325055
TOTAL	742:0055298	327:3885946	4:1035620	3265340	21:8655845	96:1765496	10:4085440	17:3805297	2:8525825	5:0785750	3:3025510	50:6015789	1.281:4915156
MEDIA	82:4455033	36:3765550	4555958	365260	2:4295538	10:6865277	1:1565493	1:9315144	3165981	5645306	3665946	5:6225421	142:3875906
%	57,90	25,55	0,32	0,03	1,71	7,51	0,81	1,36	0,22	0,40	0,26	3,93	100,00

FONTE: QUADRO Nº 06

Já nas duas últimas décadas do século XIX, o quadro da produção agrícola sofreu alterações e passou a ter como produtos economicamente básicos o fumo, a banha, o feijão e a erva-mate, sendo que o arroz apresentou uma vertiginosa queda em relação ao último quinquênio do século XIX (Quadros 06 e 07), contribuindo pouco para a receita municipal.

Esta mudança se deve a alguns fatores, como, por exemplo, desgaste do solo, política de preços, concorrência de produtos de outras regiões, mas está principalmente relacionada de forma direta com o sensível aumento da produção de fumo, produto de maior rendimento econômico e de maior adaptação às condições climáticas e topográficas da região (Tabela 10), com sucessivos aumentos de produção.

Pelo exposto, a tendência do agricultor foi de produzir aquilo que lhe proporcionava maior renda (Quadros 06 e 07), o que evidencia, nos últimos três períodos, a superioridade do fumo e seus derivados em proporções cada vez maiores, à medida em que transcorrem os anos.

Este monopólio da produção de fumo na produção agrícola é tanto que, através dos Quadros 06 e 07 se constata que sempre que houve uma queda ou aumento expressivo na produção agrícola, está relacionada com a queda ou aumento da produção fumageira. Também não é para menos, pois, em 1908, a produção de fumo do Rio Grande do Sul era de 11.119.909 kg, sendo que, Santa Cruz do Sul produzia 19,5%, o que equivale a 2.170.860 kg, (124) assim como em 1952 foi confirmada esta liderança santa-cruzeense na produção de fumo em folha do Estado, conforme Tabela 11 e Gráfico 02.

---

124. Dados extraídos de MENEZES, J. B. op. cit. p. 305.

Tabela 06  
**PRODUÇÃO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E EXPORTAÇÃO - SANTA CRUZ DO SUL (1895)**

PRODUTOS	QUANTIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO		EXPORTAÇÃO	
		PARCIAL	TOTAL	QUANTIDADE	VALOR
Fumo em folha	1250000 arrobas	4\$800	600:000\$000	100.000 arrobas	480:000\$000
Fumo em corda	5.500 arrobas	7\$500	41:250\$000	1.300 arrobas	9:750\$000
Fumo preparado	2.500 kg	1\$000	2:500\$000	1.300 kg	1:300\$000
Charutos	400 milheiros	35\$000	14:000\$000	300 milheiros	10:500\$000
Feijão preto	30.000 sacos	8\$000	240:000\$000	25.000 sacos	200:000\$000
Banha	55.000 arrobas	9\$000	495:000\$000	45.000 arrobas	405:000\$000
Batatas	3.500 sacos	5\$000	17:500\$000	150 sacos	750\$000
Arroz	3.000 sacos	8\$000	40:000\$000	3.000 sacos	24:000\$000
Erva-mate	25.000 arrobas	4\$800	120:000\$000	17.000 arrobas	81:600\$000
Aguardente	125.000 litros	\$600	75:000\$000	45.000 litros	27:000\$000
Licores	10.000 litros	2\$000	20:000\$000	8.000 litros	16:000\$000
Cera	3.000 kg	2\$000	6:000\$000	1.500 kg	3:000\$000
Mel	10.000 kg	\$400	4:000\$000	-	-
Casca árvore (1)	3.500 arrobas	2\$500	8:750:000	-	-
Toucinho	4.500 arrobas	6\$000	27:000\$000	-	-
Cevada	550 sacos	6\$000	3:3000\$000	-	-
Milho	190.000 sacos	4\$500	855:000\$000	-	-
<b>TOTAL</b>			<b>2.569:300\$000</b>		<b>1.258:900\$000</b>

FONTES: Reproduzido de MENEZES, J.B., op. cit. p. 290.

(1) Casa de Acácia e Araçá, utilizada para curtir couro.

Tabela 07  
**PRODUÇÃO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E EXPORTAÇÃO - SANTA CRUZ DO SUL (1896)**

PRODUTOS	QUANTIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO		EXPORTAÇÃO	
		PARCIAL	TOTAL	QUANTIDADE	VALOR
Fumo em folha	130.000 arrobas	7\$500	975:000\$000	110.000 arrobas	8:25:000\$000
Fumo em corda	5.000 arrobas	11\$000	55:000\$000	1.500 arrobas	16:500\$000
Fumo preparado	2.000 kg	1\$500	3:000\$000	1.500 kg	2:250\$000
Charutos	400 milheiros	45\$000	18:000\$000	300 milheiros	13:500\$000
Feijão preto	25.000 sacos	16\$000	400:000\$000	20.000 sacos	3:20:000\$000
Banha	60.000 arrobas	9\$500	570:000\$000	50.000 arrobas	4:25:000\$000
Batatas	2.000 sacos	7\$000	14:000\$000	100 sacos	700\$000
Arroz	5.000 sacos	8\$000	40:000\$000	3.000 sacos	24:000\$000
Erva-mate	40.000 arrobas	4\$000	160:000\$000	25.000 arrobas	100:000\$000
Aguardente	500 pipas	80\$000	40:000\$000	100 pipas	8:000\$000
Licores	12.000 litros	2\$000	24:000\$000	10.000 litros	20:000\$000
Cera	500 kg	2\$200	1:100\$000	100 kg	220\$000
Mel	2.000 kg	\$400	800\$000	-	-
Casca árvore (1)	5.000 arrobas	2\$500	12:500\$000	-	-
Toucinho	5.000 arrobas	7\$000	35:000\$000	-	-
Cevada	600 sacos	6\$000	3:600\$000	-	-
Milho	200.000 sacos	4\$500	900:000\$000	-	-
<b>TOTAL</b>			<b>3.252:000\$000</b>		<b>1.805:170\$000</b>

FONTE: Reproduzido de MENEZES, J.B., op. cit. p. 293

(1) Casca de Acácia e Araçá, utilizada para curtir couro.

Tabela 08  
**PRODUÇÃO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E EXPORTAÇÃO - SANTA CRUZ DO SUL (1897)**

PRODUTOS	QUANTIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO		EXPORTAÇÃO	
		PARCIAL	TOTAL	QUANTIDADE	VALOR
Fumo em folha	135.000 arrobas	7\$500	1.012:500\$000	115.000 arrobas	862:500\$000
Fumo em corda	6.300 arrobas	11\$000	69:300\$000	1.800 arrobas	19:800\$000
Fumo preparado	2.500 kg	1\$500	3:750\$000	1.700 kg	2:250\$000
Charutos	400 milheiros	45\$000	18:000\$000	300 milheiros	13:500\$000
Feijão preto	20.000 sacos	25\$000	500:000\$000	15.000 sacos	375:000\$000
Banha	65.000 arrobas	12\$000	780:000\$000	50.000 arrobas	600:000\$000
Batatas	2.000 sacos	10\$000	20:000\$000	120 sacos	1:200\$000
Arroz	7.000 sacos	9\$500	63:000\$000	4.000 sacos	36:000\$000
Erva-mate	35.000 arrobas	4\$500	157:500\$000	24.000 arrobas	108:000\$000
Aguardente	452 pipas	80\$000	36:160\$000	95 pipas	7:600\$000
Licores	15.000 litros	2\$000	30:000\$000	10.000 litros	20:000\$000
Cera	650 kg	2\$000	1:200\$000	200 kg	400\$000
Mel	2.500 kg	\$400	1:000\$000	-	-
Casca árvore (1)	5.400 arrobas	2\$500	13:500\$000	-	-
Toucinho	5.000 arrobas	7\$000	35:000\$000	-	-
Cevada	650 sacos	6\$000	3:900\$000	-	-
Milho	170.000 sacos	7\$500	1.275:000\$000	-	-
<b>TOTAL</b>			<b>4.019:810\$000</b>		<b>2.046:550\$000</b>

FONTE: Reproduzido de MENEZES, J.B., op. cit. p. 294

(1) Casca de Acácia e Araçá, utilizada para curtir couro.

**Tabela 09**  
**PRODUÇÃO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E EXPORTAÇÃO - SANTA CRUZ DO SUL (1898)**

PRODUTOS	QUANTIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO		EXPORTAÇÃO	
		PARCIAL	TOTAL	QUANTIDADE	VALOR
Fumo em folha	125.000 arrobas	5\$000	625:000\$000	105.000 arrobas	5:25:000\$000
Fumo em corda	4.500 arrobas	8\$000	36:000\$000	1.100 arrobas	8:800\$000
Fumo preparado	3.000 kg	1\$500	4:500\$000	2.000 kg	3:000\$000
Charutos	400 milheiros	45\$000	18:000\$000	300 milheiros	13:500\$000
Feijão preto	30.000 sacos	10\$000	300:000\$000	26.000 sacos	2:60:000\$000
Banha	60.000 arrobas	15\$000	900:000\$000	47.000 arrobas	7:05:000\$000
Batatas	4.000 sacos	5\$000	20:000\$000	150 sacos	750\$000
Arroz	6.500 sacos	9\$000	60:500\$000	3.500 sacos	31:500\$000
Erva-mate	30.000 arrobas	4\$500	135:000\$000	21.000 arrobas	94:500\$000
Aguardente	400 pipas	80\$000	32:000\$000	90 pipas	7:200\$000
Licores	2.000 litros	2\$000	40:000\$000	15.000 litros	30:000\$000
Cera	500 kg	2\$500	1:250\$000	136 kg	340\$000
Mel	2.000 kg	\$500	1:000\$000	-	-
Casca árvore (1)	5.000 arrobas	3\$000	15:000\$000	-	-
Toucinho	5.000 arrobas	8\$000	40:000\$000	-	-
Cevada	650 sacos	6\$000	3:900\$000	-	-
Milho	180.000 sacos	6\$000	1.080:000\$000	-	-
Couros secos	?	2\$000	-	18.900 kg	37:800\$000
<b>TOTAL</b>			<b>3.312:150\$000</b>		<b>1.717:390\$000</b>

FONTE: Reproduzido de MENEZES, J.B., op. cit. p. 295

(1) Casca de Acácia e Araçá, utilizada para curtir couro.

TABELA 10

## PRODUÇÃO FUMAGEIRA DE SANTA CRUZ - RS (1861-1880)

PERÍODO	QUANTIDADE	VALOR
1861 - 62	3.532 arrobas	20:420\$125
1862 - 63	330 arrobas	1:803\$750
1863 - 64	20 arrobas	403\$500
1864 - 65	12.469 arrobas	51:248\$110
1865 - 66	16.973 arrobas	69:410\$145
1866 - 67	27.607 arrobas	85:025\$862
1867 - 68	19.041 arrobas	98:509\$350
1868 - 69	25.303 arrobas	156:559\$750
1869 - 70	43.491 arrobas	280:358\$800
1870 - 71	98.861 (?) kg	187:250\$572
1871 - 72	747.909 kg	229:476\$644
1872 - 73	1.572.112 (?)kg	195:950\$700
1873 - 74	746.152 kg	286:433\$086
1874 - 75	1.003.357 kg	325:161\$740
1875 - 76	1.473.855 kg	387:888\$110
1876 - 77	1.531.735 kg	342:234\$436
1877 - 78	1.364.805 kg	347:626\$139
1878 - 79	1.556.900 kg	331:889\$310
1879 - 80	2.055.180 kg	421:466\$300
TOTAL		3.819:116\$429

FONTE: MENEZES, J. B. op. cit. p. 100.



Mas nem sempre a produção de fumo foi crescente. Nos períodos 1863-1864 (125) e 1900-1904, houve quedas significativas. Para que se tenha uma idéia, basta dizer que o último quinquênio do século XIX superou os cinco anos imediatamente posteriores em 16.580 arrobas, conforme já foi visto no Quadro 05.

TABELA 11

## PRINCIPAIS PRODUTORES DE FUMO EM FOLHA - RS (1952)

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE	% SOBRE A PRODUÇÃO TOTAL DO ESTADO
Santa Cruz do Sul	7.020	18,9
Sobradinho	4.095	11,1
Venâncio Aires	3.600	9,7
Santa Rosa	3.543	9,6
Três Passos	2.835	7,6
Candelária	2.227	6,0
Palmeira das Missões	2.125	5,7
Outros municípios (*)	11.623	31,4
<b>TOTAL</b>	<b>37.073</b>	<b>100,0</b>

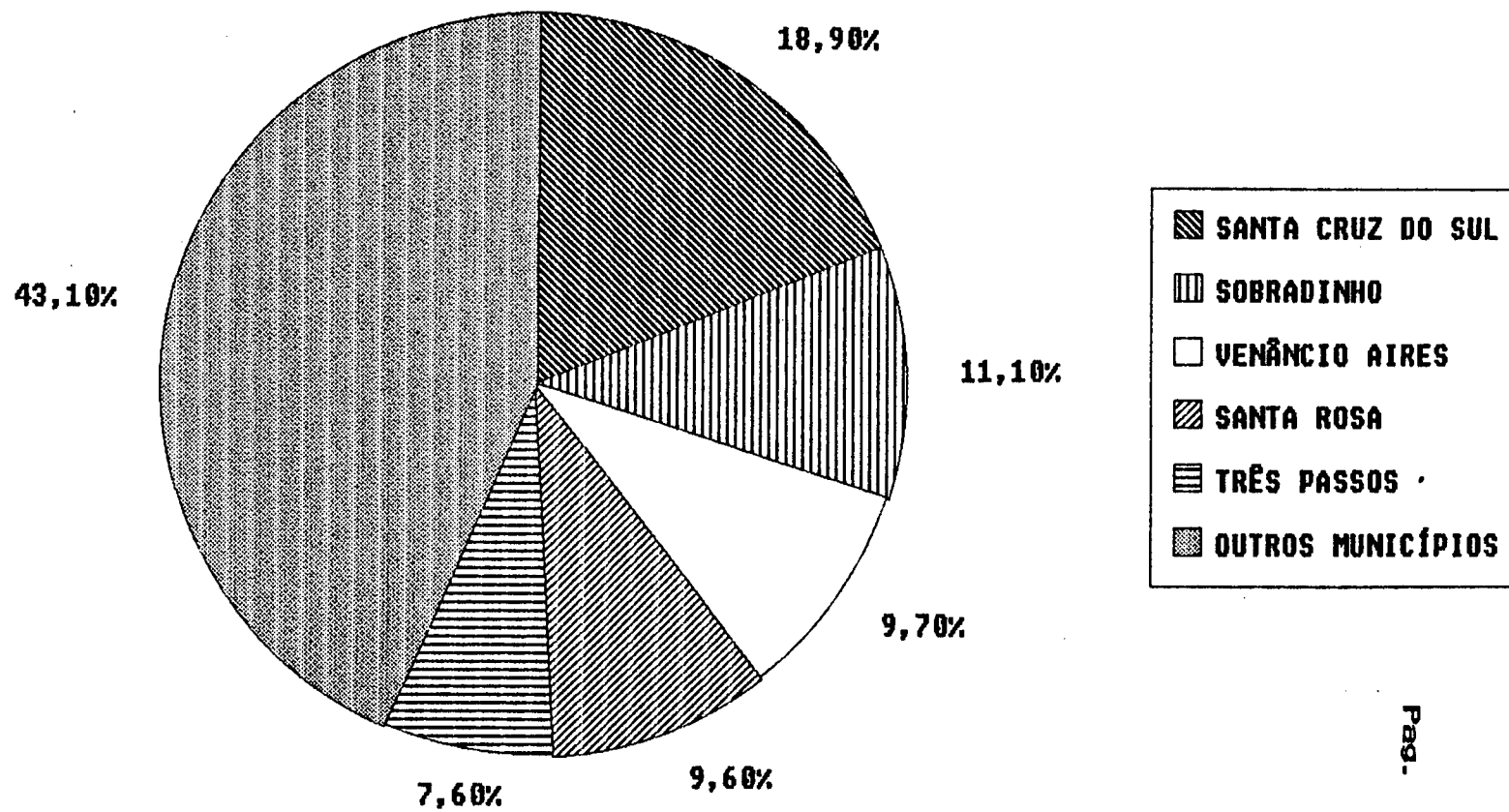
FONTES: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Cultura e Industrialização do Fumo. Porto Alegre, 1952. p. 69.

(\*) Em número de 44.

125. Em decorrência de não haver métodos definidos quanto à colonização, fato este, só a partir de 1860, o Governo Provincial passou a se preocupar, dispensando maior atenção e cuidados à imigração, criando, inclusive, a repartição de "Inspetoria Geral de Colônias", que na época era exercida pelo tenente-coronel Felipe Betbesé de Oliveira Nery. Além disso, continuavam a chegar levas de imigrantes, como em 15 de julho de 1860 e agosto do mesmo ano, bem como as medições de novos lotes ainda continuavam; o que dificultava sobremaneira a imediata colocação dos imigrantes. Complementando este quadro, foi somente em fins de 1860 que o governo autorizou a construção, pelo diretor da Colônia, de uma casa na povoação para abrigar os colonos chegados que não pudessem deslocar-se de imediato para suas terras.

Gráfico 02

PRODUÇÃO RIOGRANDENSE DE FUMO EM FOLHA POR MUNICÍPIO (1952)



Entretanto, a partir de 1905, a produção agrícola retoma o crescimento e também um novo direcionamento. Até então, a economia era nitidamente marcada por produção de subsistência e produção de mercado, não havendo especialização neste ou naquele ramo da economia, todos produziam tanto para o mercado como para a subsistência.

Porém, a produção agrícola, em especial a produção de fumo, no período compreendido entre 1900 e 1904, sofreu uma queda bastante acentuada, já mostrada. Como se explica esta queda?

Fatos como a transição da Monarquia para a República, a falta de estatística, iniciada apenas em 1891 no município de Santa Cruz do Sul-RS, por si só não explicam o decréscimo de produção. Agora, a depreciação da taxa cambial em função da alta do ouro na Europa e conseqüente redução do valor da mercadoria, pressionaram o preço do fumo a patamares ínfimos, corroborando com esta baixa, a queda na qualidade do produto.<sup>(126)</sup> Isto sim, justifica a queda. A propósito da queda da qualidade do fumo, J. B. Menezes, que também foi Secretário da Fazenda do município, diz que a

"... depreciação de uma cultura tão importante deve-se procurar na rotina e, talvez pior ainda, no espírito de ganância que prefere sacrificar o bom nome laboriosamente conquistado em quase meio século para realizar lucros imediatos, sem medir o mal que, em última análise, reverte em prejuízo do próprio agricultor menos escrupuloso. Este, inconscientemente vai cavando a própria ruína, porque se deixa enganar pela miragem do lucro imediato; não procura as sementes mais adaptáveis ao clima e condições do meio e ainda menos trata de aperfeiçoar os métodos culturais que pratica do mesmo modo que aprendeu com seus pais e avós. O que fica dito em relação ao fumo pode-se aplicar às culturas em geral".<sup>(127)</sup>

---

126. MENEZES, J. B. op. cit. p.305.

127. Ibid. p. 305-306

Estes argumentos são bem mais consistentes, porém há outro fator que deve ser considerado e que, adicionado ao exposto, define com maior clareza a queda da produção agrícola santa-cruzense, que não foi só da região, mas em todo o Estado, como a competição de outros centros produtores agrícolas mais próximos da principal fonte consumidora (São Paulo e Rio de Janeiro).

Então, à medida em que se detecta a justificativa da queda agrícola, uma constante no restante do período em termos de quantidade e variedade, apesar de o valor aumentar, isso graças à valorização do fumo e refino da banha, também se percebe nitidamente a integração do sul e, em especial, Santa Cruz do Sul na divisão inter-regional do trabalho, da qual aqui e do Rio Grande do Sul em geral, são importados quase todos os alimentos que São Paulo e Rio de Janeiro consomem, oportunizando, desta forma, que a concentração da mão-de-obra nestes centros fosse canalizada diretamente em função da atividade de maior produtividade. (128)

Como pagamento pela importação do feijão, fumo, milho, charque, farinha de mandioca entre outras, o Rio Grande do Sul recebe alguns produtos manufaturados e o restante em divisas. Estas são aplicadas em importações do estrangeiro já referidas anteriormente. Começando aí, o problema do Rio Grande do Sul que, de forma geral, se centraliza na preocupação excessiva para integrar-se na agricultura de mercado, acabou perdendo a auto-suficiência.

Isso fica bem evidenciado no estudo específico de Santa Cruz do Sul, à medida que se percebe, por exemplo, no Quadro 08, que 30,51% das despesas do município correm por conta de

---

128. Maiores detalhes a respeito, consultar CASTRO, A. B. "7 Ensaio sobre a Economia Brasileira", Forense, vol I p.120-125 e VIOTTI DA COSTA, E: "De Senzala à Colônia", S.P. , Difusão Européia do Livro.

melhoramentos municipais. O que significa que Rs 2.283:960\$277 eram gastos em construção de estradas, pontes, pontilhões, picadas e manutenção das já existentes. Isto sem contar que o governo municipal, alegando prejuízos na arrecadação de impostos, institui um imposto pago pelos agricultores utilitários das ruas, ruelas e picadas, tributo este pago em moeda corrente ou em serviço de manutenção das estradas pelos agricultores.

Em contrapartida, da receita municipal, 34,88% era proveniente da expedição de produtos, ou seja, provinha da exportação de produtos agrícolas. A pergunta que se faz é: o que o governo municipal investia na agricultura?

Na verdade, fazia muito pouco. Basta verificar que, nas rubricas da despesa orçamentária do município, nenhuma se destina a incentivo à produção primária, diretamente (Quadro 08). O pensamento ou a orientação da época era construir estradas, como se isso por si só melhorasse a agricultura e aumentasse a receita. Não foi o caso do Rio Grande do Sul, que de Estado "celeiro" do país passa à condição de importador de produtos hortigranjeiros, justamente de São Paulo e, na "capital do fumo", pode-se encontrar vendedores de produtos como ovos, frutas e leguminosas distribuindo-os na área dita "colonial".

Quadro 08

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS/DESPESAS  
SANTA CRUZ DO SUL-RS (1904-1927)

DESPESA			RECEITA		
CLASSIFICAÇÃO DESPESAS	TOTAL	%	CLASSIFICAÇÃO IMPOSTOS	TOTAL	%
Melhoramentos Municipais	2.283:960\$277	30,51	Expedição de Produtos	2.515:145\$143	34,88
Usina Elétrica	1.284:968\$093	17,17	Usina Elétrica	1.107:579\$158	15,36
Governo Municipal	627:873\$291	8,39	Indústria e Profissões	613:060\$600	8,50
Guarda Municipal	625:636\$095	8,36	Imposto Predal	575:613\$082	7,98
Juros de Empr. e Apólices	312:474\$527	4,17	Hidráulica	454:661\$140	6,31
Hidráulica Municipal	304:919\$864	4,07	Comércio Localizado	348:510\$950	4,83
Asseio Público	262:195\$358	3,50	Renda Extraordinária	312:157\$157	4,33
Instrução Pública	246:453\$422	3,20	Impostos s/ Veículos	214:622\$000	2,98
Sub-Prefeitura	241:749\$564	3,23	Laudêmio	185:767\$160	2,58
Agente	232:272\$919	3,11	Gado Abatido	178:780\$000	2,48
Expediente	115:705\$236	1,55	Asseio Público	177:501\$500	2,46
Gasto com Pessoal	97:858\$295	1,31	Estatística	76:231\$361	1,06
Outros	848:791\$384	11,34	Outros	450:727\$216	6,25
<b>TOTAL</b>	<b>7.484:857\$325</b>	<b>100,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>7.210:356\$467</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Relatórios dos Intendentes ao Conselho Municipal, período 1904-1927

Nem mesmo quando em 1921 abateu-se sobre o fumo e a batata inglesa a doença "*Bacterium Solanacearum*", o governo municipal tomou providências. Estas foram tomadas pela Cia. de Fumos Santa Cruz que manteve contato com o Instituto Borges de Medeiros em Porto Alegre e este, através do Dr. Parseval, visitou a região e fez coleta do material, enviando, posteriormente, extenso relatório sobre as medidas a serem tomadas pelos agricultores.

Mesmo com toda esta preocupação com as vias de comunicação, o transporte não era dos mais fáceis, pois era preciso percorrer 40 quilômetros aproximadamente, entre Santa Cruz do Sul e Rio Pardo e, depois, mais outros por via fluvial até Porto Alegre.

A partir de 1905, surgiu outra alternativa para vencer o trecho compreendido entre Santa Cruz e Rio Pardo: a estrada de ferro. Porém, é necessário que se enfatize que Santa Cruz possuía e possui um meio de comunicação natural de ligação a Rio Pardo: o Rio Pardinho, recurso este nunca aproveitado a não ser para fornecer água à cidade. Aliás, o Rio Grande do Sul é pródigo em não aproveitar sua hidrografia no escoamento de sua produção.

Nesta interação com o mercado agrícola, o comerciante santacruzense era quem continuava acumulando capital, obviamente mais que no período anterior. Esta acumulação processava-se através de duas vertentes principais: comercial e financeira. A primeira proveniente da atividade como tal (comércio) e a segunda em função da guarda do dinheiro do produtor. Esta atividade lhe rendia dividendos, pois cobrava uma taxa do produtor para guardar dinheiro. Além destas vertentes, há outras, como a do transporte de mercadorias e estocagem provisória da produção vinda dos distritos. Contudo, as primeiras são as mais importantes dentro do período, no que diz respeito à acumulação de capital.

Os motivos é que continuam sendo os mesmos do período anterior, uma vez que é o comerciante que mantém o contato direto

com os caixeiros viajantes e com o produtor rural. Como elo de ligação entre ambos, não é difícil de imaginar que o excedente da região ficava nas mãos dos comerciantes.

Se antes abordamos o declínio da agricultura, também o artesanato, antes proeminente, neste período experimenta um declínio. Aliás, não parece que seja um declínio, mas antes uma concentração no perímetro urbano. O que antes proliferava nos distritos, agora concentra-se na cidade. Isto encontra justificativa à medida que às primeiras levas de imigrantes, não eram permitidas atividades outras que não as de agricultor, apesar de, entre estes primeiros imigrantes, muitos serem sapateiros, serralheiros, seleiros, funileiros, médicos, advogados, engenheiros e tantos outros profissionais.

Esta situação já não ocorre por ocasião das últimas levas. Outro aspecto a se considerar com relação a este fator é o inchamento populacional<sup>(129)</sup> que ocorre na vila neste período e que vai exigir atividades decorrentes das profissões citadas e outras mais. Este fato pode ser constatado no Quadro 09, tendo como exemplo, os materiais de construção, a medida que aparece nos quadros estatísticos de produtos exportados, conseqüentemente tributados, a partir de 1907, representando um percentual de 0,25% do valor total da "expedição de produtos" no período de 1907 a 1927. Isto significa que, a partir deste ano, começa a ser exportado o excedente desta atividade artesanal de fabricação de tijolos, telhas e similares.

Este exemplo é sintomático, à proporção que seu aparecimento nas listas de tributação pressupõe um excedente advindo de uma produção datada de um período anterior a 1907.

---

129. Quanto a esta problemática, consultar trabalho de GODINHO, Rute E. "A dinâmica populacional de Santa Cruz do Sul", em Estudos de População. CEBRAP, Santa Cruz do Sul, SP, 1980 p.03-32



Todavia este não é um exemplo isolado, mas o de maior expressão econômica pois que outras atividades artesanais prosperavam no município - havendo a fabricação de carroças, fogos de artifícios, cervejarias, vinho, fábrica de calçados - mas que em função da integração ao mercado capitalista passam a sofrer a concorrência de produtos similares e, possivelmente, de melhor qualidade. A consequência imediata foi o desestímulo e o desaparecimento destas atividades artesanais - com a complacência do governo municipal e estadual, preocupados em construir estradas.

Dessa devassa mercadológica capitalista, apenas dois produtos conseguem manter-se: o fumo e a banha. Destes apenas o fumo subsistiu até os dias atuais como principal fonte de riqueza do município e graças ao capital estrangeiro.

Se a integração, na produção agrícola de mercado, anula a auto-suficiência de Santa Cruz do Sul - fato este questionável da forma como aconteceu tendo em vista os resultados atingidos a longo prazo - por outro lado, proporcionou alguns benefícios à população. Sim, porque essa integração exige requisitos como a instalação de energia elétrica e a construção de rede hidráulica.

Estas exigências começaram a ser satisfeitas a partir de 1905, quando o então intendente do município Galvão Costa, assina contrato com Henrique Melchioris visando o fornecimento de energia elétrica à sede do município por um período de 25 anos. Entretanto, em 1910, estudos preliminares foram desenvolvidos, objetivando a compra desta usina pela Intendência, ato este concretizado em 1912, com a encampação pelo poder público municipal da usina elétrica de Henrique Melchioris.

Apesar de se constituir num fato importante, não nos parece que a encampação da referida usina tenha sido a forma mais acertada do ponto de vista econômico aos cofres públicos

municipais, uma vez que, de 1912 até 1917, só houve déficit (Tabela 12), culminando com uma ampla reforma em 1921, ocasião em que foi adquirida caldeira tubular com todos os acessórios, máquina de 100 HP, dínamo, reforma do prédio da usina e adquiridos fios de cobre.

Cabe ressaltar que o crescimento demográfico do município registrava o seguinte comportamento: em 1900, a população era de 23.122 habitantes, em 1910 a população atingiu 30.010 pessoas e, em 1920, os habitantes eram em número de 34.408. A densidade, em 1900, era de 11,6, em 1915, atingiu 17,4 e, em 1920, caiu para 16,9 habitantes por quilômetro quadrado. (130)

Também o parque industrial não era muito animador, tanto que o intendente Gaspar Bartholomay, em 1917, afirma que "neste particular, estamos bem mais atrasados do que outros municípios coloniais", mas é na agricultura intensiva, ou melhor, na policultura que repousa a base da riqueza econômica de Santa Cruz. Não se conhecem aqui as grandes lavouras em que são exploradas em larga escala as culturas de um único produto".

Quanto à hidráulica, o fato não se repetiu. Primeiro, porque não havia nenhuma iniciativa privada neste sentido e, segundo, porque até os dias de hoje, continua a fornecer água, evidentemente acrescida de outras fontes de captação.

---

130. Dados extraídos do Relatório do Intendente Gaspar Bartholomay em 1922 ao Conselho Municipal de Santa Cruz do Sul-RS

Tabela 12

## DEMONSTRATIVO DE RECEITAS/DESPESAS

## HIDRÁULICA/USINA

SANTA CRUZ DO SUL - RS

ANO	HIDRÁULICA		USINA	
	RECEITA	DESPESA	RECEITA	DESPESA
1907	-----	16:882\$555	-----	-----
1908	3:780\$000	10:292\$657	-----	-----
1909	416\$000	12:669\$890	-----	-----
1910	9:063\$740	2:610\$230	-----	-----
1911	10:264\$600	1:093\$025	-----	-----
1912	12:319\$300	8:054\$870	22:884\$820	121:991\$110
1913	13:437\$900	1:700\$910	27:366\$310	29:996\$860
1914	15:816\$500	2:102\$630	31:538\$900	41:987\$345
1915	16:262\$050	3:488\$555	29:540\$190	32:305\$291
1916	17:128\$100	3:995\$100	30:280\$688	33:249\$299
1917	18:927\$500	2:656\$200	30:613\$120	33:987\$935
1918	21:347\$300	2:747\$940	38:142\$030	39:160\$751
1919	22:236\$800	13:578\$225	48:030\$390	48:055\$527
1920	23:616\$300	3:178\$575	53:577\$780	115:318\$365
TOTAL	184:616\$090	85:051\$362	311:974\$228	496:052\$483

FONTE: Relatórios dos Intendentes (1907 - 1920).

A rede hidráulica foi inaugurada em 1908, proveniente das terras da municipalidade, denominada "Gruta". Manteve-se sem necessidade de aumentar sua captação até 1920, ocasião em que abastecia 509 instalações. Do período de sua inauguração (1908) até 1920, rendeu aos cofres municipais uma receita de Rs 178:544\$090, ao passo que as despesas atingiram Rs 85:068\$362 (Tabela 12).

Como se vê, seu rendimento econômico atingiu um bom índice, uma vez que a receita superou as despesas em 110%. Mesmo em 1921, quando foi necessário aumentar a capacidade de seus reservatórios de 150.000 litros para 200.000. ainda assim, a receita superou os investimentos, pois as despesas atingiram Rs 15:093\$595 e a receita ficou em Rs 26:467\$200, o que proporcionou um saldo favorável à intendência de Rs 11:373\$605. (131)

Instalados estes serviços - fundamental para quem tinha a preocupação de formar um parque industrial - estavam criadas as condições básicas, na sede do município para urbanização e a concentração das atividades industriais que, até então, se utilizavam da força hidráulica e a vapor.

A partir de 1915, o surto industrial se acentuou, à medida em que a agricultura tinha e continuava a possibilitar que os comerciantes acumulassem cada vez mais capital e o canalizassem para o beneficiamento de produtos primários para exportação, aperfeiçoando sua tecnologia.

O processo de industrialização iniciou no final das última décadas do século XIX, mas em razão do já relatado, seria acentuado mais tarde, a partir de 1900 e, principalmente, após a primeira década do século XX.

---

131. Os dados foram retirados dos relatórios dos intendentes dos períodos compreendidos entre 1906 e 1922.

Como em toda a sequência de estados de um sistema que se transformou, a evolução foi lenta e a industrialização santacruzense não fugiu à regra. Sua base data de 1881, quando emigrou de Essen na Alemanha para o Brasil, Guilherme Schreiner. Sua intenção, aqui chegando, era dedicar-se à agricultura, porém os conhecimentos adquiridos durante 16 anos de atividades nas Usinas Krupp, tão logo chegando em Santa Cruz do Sul foram mais fortes e superaram a vontade de ser agricultor.

O subdesenvolvimento da região, comparado com o de onde vinha, o encorajou a substituir os parafusos de madeira utilizados nas prensas de fumo, por similares de ferro. Bastou lançar a idéia para que um grupo de comerciantes de fumo se cotizassem e importassem um torno da Alemanha. Surgiu, desta forma, a primeira fábrica de máquinas de Santa Cruz do Sul e, possivelmente, do Rio Grande do Sul.

Sua primeira oficina usava a força animal que, em muito pouco tempo, ficou defasada, sendo necessário montar uma fundição, alteração esta que oportunizava a produção de moinhos, prensas, para cana-de-açúcar entre outras máquinas utilizadas na lida agrícola da época.

Em 1900, a Fábrica de Máquinas Schreiner, com as modificações introduzidas, já produzia máquinas para indústria de tijolos e telhas de barro que, com o transcorrer do tempo, passaram a ser muito procuradas.

Num constante aperfeiçoar-se, em 1915, passou a colocar no mercado bombas centrífugas de grande aceitação na rizicultura, igressando, assim, na fabricação de máquinas e implementos agrícolas que até hoje são conceituados no Brasil e até mesmo fora, como a África.

O aperfeiçoamento tecnológico e de mão-de-obra foi sempre uma preocupação, por isso, em 1899, Carlos Schreiner, filho de Guilherme Schreiner que desde 1895 já trabalhava nas oficinas da empresa, foi aperfeiçoar-se na Escola de Engenharia de Mittweida, na Alemanha, por um período de quatro anos.

A Fábrica de Máquinas Schreiner que ficou conhecida pela qualidade de seus produtos, em 1936, alterou sua razão social para Schreiner e Cia. Ltda., sendo os sócios Carlos Schreiner e seus filhos Walter e Frederico Schreiner. Este, em 1944, retirou-se da empresa e fundou, juntamente com outros dois sócios, a Mecânica Sul-Brasileira, em Porto Alegre.

Ainda dentro do período incipiente de comercialização e industrialização, outro estabelecimento foi fundado. Em Sinimbu, quarto Distrito de Santa Cruz, em 1890, Augusto Hennig fundou a Exportadora Hennig S/A, estabelecimento que se dedicou à comercialização de produtos coloniais, materiais elétricos, fazendas, ferragens, secos e molhados, por atacado e varejo, além de manter um posto de compra de fumo.

Entretanto, a partir de 1900, as condições básicas para a indústria e o comércio na sede do município começavam a melhorar. Em 1910, Augusto Hennig transferiu a matriz de sua empresa para Santa Cruz, dando início à exportação de fumo, pedras preciosas e de píretro<sup>(132)</sup> para os Estados Unidos e Argentina, enquanto a filial de Sinimbu continuava com as mesmas atividades anteriores.

O crescimento econômico da região, neste período, era sensível, exigindo das instituições uma transformação no sentido de adaptar-se à nova realidade. Procurando enquadrar-se neste contexto, a empresa passou a sociedade anônima, tendo como

---

132. Erva da família das compostas "*Chrysanthemum cinerariaemum cinerariaefolium*", possuidora de propriedades inseticidas, cultivada no Rio Grande do Sul.

diretor Adolfo Hennig, Arnaldo Hennig, Ervino Hennig, Edwin Hennig e fundam - nas próprias instalações da firma - a Casa Bancária Hennig Ltda. <sup>(133)</sup> Além das atividades bancárias, havia o processamento do fumo em folha - classificação, beneficiamento, enfardamento, visando à exportação às fábricas nacionais e aos importadores europeus, tarefa que dava trabalho a 300 operários na época de safra (meses de novembro a março, mais ou menos).

Deve-se enfatizar ainda sobre a Exportadora Hennig que, no período da guerra, parte de suas instalações foram destinadas à instalação de lapidação de pedras preciosas, as quais eram exportadas, na sua maioria, para os Estados Unidos. Todavia, nos relatórios dos intendentes do período referido, no que tange à tributação de produtos, apenas o relatório de 1914 registrava Rs 47\$200 referente à exportação.

Não obstante todas essas atividades, Arnaldo, Edwin e Walter Hennig, em setembro de 1949, montaram uma fábrica de cigarros em Santa Cruz do Sul. Situava-se à rua 28 de setembro, a Cia. de Cigarros Sinimbu que produzia cigarros desde os mais comuns até os mais requintados.

Da Sinimbu, como ficou conhecida, hoje só resta a lembrança em uma parcela da população santa-cruzense, já que foi adquirida pelo capital estrangeiro e, no prédio da então Cia. de Cigarros Sinimbu, funciona a R. J. Reynolds do Brasil S/A.

No finalzinho do século XIX, em Vila Tereza <sup>(134)</sup>, sede do segundo distrito de Santa Cruz do Sul, Roberto Gruending, filho de Frederico Gruending, um dos pioneiros imigrantes, fundou uma funilaria, dedicando-se à fabricação de canos para estufa. Após um período de 29 anos com a funilaria instalada no segundo

133. Apesar dos esforços, não foi possível encontrar informações sobre a Casa Bancária Hennig Ltda.

134. Vila Tereza atualmente é conhecida como Vera Cruz, sendo município autônomo.

distrito, transfere-se para a sede do município sob a razão social "Estabelecimento de Gruending Irmãos".

Continuava a fabricar canos para secagem de fumo, distribuídos por todo o município e para as regiões fumicultoras de Santa Catarina, onde, em 1945, acabou sendo instalada uma filial denominada Gruending & Cia Ltda.

O crescimento da empresa era sensível, fato que pode ser observado nos vários estágios por que passou a linha de produção e que podem ser assim distinguidos:

Primeiro estágio: fabricação de canos galvanizados para secagem de fumo;

Segundo estágio: fabricação de tarros de leite de vários tamanhos;

Terceiro estágio: dedicado à confecção de janelas, portas e portões de ferro;

Quarto estágio: produção voltada para artigos domésticos, baldes, bacias, canecas, banheiros e toda variedade de produtos dirigidos para satisfazer as necessidades domésticas;

Quinto estágio: voltado à comercialização de artigos sanitários visando atender os diversos segmentos da população;

Sexto estágio: montagem de uma seção dedicada à venda de um sortido estoque de chapas de ferro galvanizado, ferros em geral, canos galvanizados e derivados do ramo.

Como se pode constatar, a evolução da empresa acompanhou o crescimento do município nas diversas etapas e exigências do mercado. Esta é mais uma das tantas empresas pioneiras da industrialização santa-cruzense que, ainda hoje, subsiste apesar das adversidades impostas pela economia do país.



Como se vê, por mais incipiente que fosse a industrialização do século XIX, as bases já tinham sido lançadas e as perspectivas eram melhores, uma vez que a política do governo municipal e estadual voltava-se para a construção cada vez mais intensa de meios de comunicação, a mão-de-obra era bastante numerosa e o capital, a agricultura se encarregava de gerar.

Entrementes, a necessidade de um estabelecimento com suas atividades voltadas para o serviço de crédito, já não era sem tempo, pois as atividades começavam a se diversificar e as economias do município exigiam um estabelecimento no qual pudesse confiar o seu capital, bem como dispor do mesmo em face de eventuais necessidades.

Um grupo de santa-cruzenses liderado pelo Pe. Theodoro Amstad resolveu tomar a si esta incumbência e, em 8 de maio de 1904, surgia a "SPAR UND DARLEHNSKASSE" (Caixa de Economia e Empréstimos) que, posteriormente, passou a denominar-se Caixa Cooperativa Santa-Cruzense, para, em 1938, ser transformada em Banco Agrícola Mercantil S/A<sup>(135)</sup> com o objetivo de não só atingir o município, mas o Estado e o País.

A partir de então, surgiram sucessivamente novas indústrias na fundição, beneficiamento de fumo, transformação da borracha, confecção de chocolates, balas e caramelos, produção de artefatos de cimento e na área da litografia (Quadro 09).

---

135. Para maiores esclarecimentos a respeito da trajetória da Caixa de Economia e Empréstimos, mais tarde Banco Agrícola e Mercantil S/A, posteriormente funde-se com o Banco Moreira Sales S/A, dando origem ao conglomerado Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A, consultar monografia BANCO AGRÍCOLA MERCANTIL S/A - 50 ANOS A SERVIÇO DO RIO GRANDE DO SUL E DO BRASIL, planejada e redigida por Breno Ribeiro Wurdig, impressa por Gress, Trein e Cia. Ltda, Porto Alegre, 1954.

Quadro 09

ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E FINANCEIROS DE SANTA CRUZ DO SUL - RS (1882-1944)

FUNDAÇÃO	RAZÃO SOCIAL	FUNDADOR	ATIVIDADE
1882	Fabrica Maquinas Schreiner	Guilherme Schreiner	Fabrica de máquinas
1890	Exportadora Hennig S/A*	Augusto Hennig	Fumo, pedras preciosas
1893	Gruending Irmãos	Roberto Gruending	Funilaria
1902	Hoffmann e Spode	O. Hoffmann/H. Spode	Relojoaria e ótica
1904	Caixa Cooperativa **	Vinte e dois cooperados	Caixa de Crédito
1915	Kliemann & Cia.	J. Nicolau/F. Kliemann	Fabr. fumo, caramelos, bebidas
1916	Rodolfo Binz & Cia.	Rodolfo Binz	Fundição
1918	Cia. Fumos Santa Cruz	Fusão de empresas***	Fábrica de cigarros
1918	Assoc. Com. Ind. Agr. S. Cruz	Empresas	Órgão representativo
1919	Casa Mailander	Elibio Mailander	Comércio de ferragens
1919	Caixa União Popular	Cooperados	Caixa de Crédito
1920	Cia. Bras. de Fumo em Folha	- - -	Fábrica de Cigarros
1922	Fabrica Fumos Sul-Brasileira	Emilio, Rodolfo e Erwino Eifler	Exportação de fumo
1922	Jorge Hoelzel & Cia. Ltda.	Jorge Hoelzel	Fabrica artigos de borracha
1923	Chocolates Hennes e Sochnle	H. Ammon/H. Hennes/E. Sochnle	Fábrica de balas
1929	Antonio D. Assmann & Cia.	Antonio e Henrique Asmann	Fabrica artefatos de cimento
1932	Tabacos Tatsch	Fernando Tatsch	Beneficiamento de fumo
1933	Litografia Minerva Ltda.	Braunger/Ortemberg/Nussbaun	Litografia
1935	Fabrica Cigarros 35 Ltda.	Emilio, Rodolfo e Erwino Eifler	Fábrica de cigarros
1936	Beregl & Baumhardt	C. Berger/U. Baumhardt	Fabrica de balas e caramelos
1940	Sudan S/A	Sabbado d'Angelo	Fábrica de cigarros
1940	Frigorífico Excelsior	João e Carlos Baumhardt	Industrialização do suíno
1941	Zimmer & Goettert	A. Zimmer/J. Goettert	Casa comercial
1944	Dreyer & Cia.	Armando Dreyer	Fábrica de calçados

FONTE: LUDWIG. "Centenário". Arquivo de Santa Cruz do Sul - RS e Junta Comercial do Estado.

OBS.: \* Augusto Hennig, juntamente com seus irmãos, também fundou a Fábrica de Cigarros Sinimbu, em 1948.

\*\* Primeiro estabelecimento bancário de Santa Cruz, fundado com base no sistema Raiffeisen

\*\*\* Irmãos Schutz, Adolfo Isehardt, Lindolfo Grawunder, Schilling & Cia., J.N. Kliemann, José Etges Filho

Apesar do crescimento acelerado e da diversificação industrial que sugere este rápido histórico (Quadro 09), este estado de coisa não se confirmou, ainda que a Primeira Guerra Mundial tenha proporcionado um surto de industrialização no Brasil e no Rio Grande do Sul. Em Santa Cruz predominava a pequena indústria, exceção feita a algumas indústrias fumageiras e à Mercur, levando a industrialização santa-cruzense a não parar totalmente, mas restringindo-se ao setor do fumo. E por que isso?

Porque no período pós-guerra, houve uma concentração de empresas, visando ao barateamento dos custos de produção, para fazer frente ao "pool" de empresas que passaram a manipular a política econômica internacional do pós-guerra. Como Santa Cruz já estava enquadrada nas relações capitalistas, o que interessava era o lucro; empresas que não davam lucro tinham duas escolhas: a fusão ou fechar as portas.

A fusão foi a alternativa às pequenas empresas como Irmãos Schuetz, Adolfo Iserhard, Lindolfo Grawunder, Schilling & Cia., J. N. Kliemann e José Etges Filho & Cia que, em 1918, deram origem à Companhia de Fumos Santa Cruz. Tendo um capital inicial de Rs 700:000\$000, logo se impôs no mercado consumidor de cigarros. Em 1921, montava uma litografia, passando a confeccionar as suas próprias embalagens, enquanto que, em 1926, alterava seu capital para Rs 2.000:000\$000. Apesar deste crescimento, parte de suas ações foram compradas pela Remtsmann, alemã que, em 1970, assumiu o controle acionário e, por sua vez, em 1975, vendeu para a Philip Morris, americana. (136)

Instalaram-se ainda neste período, em Santa Cruz, empresas como a Companhia Brasileira de Fumo em Folha (1920), Fábrica de Fumos Sul-Brasileira e Cigarros 35 Ltda, além de outras empresas fumageiras e em outros ramos.

---

136. MONTALI, Lilia. op. cit. p. 84.

A Companhia Brasileira de Fumo em Folha (1920) desde 1917, quando adquiriu uma área de terra para a construção do prédio, já agia junto aos fumicultores, prestando-lhes orientação quanto ao cultivo do fumo. Foi também a responsável pela introdução do forno para secagem do fumo (1918), como a utilização de adubo químico (1924) na obtenção de um fumo de estufa mais claro e de melhor qualidade.

Também inaugurou um novo sistema de interferência sutil na produtividade e na dependência econômica do fumicultor de estufa, uma vez que oferecia estufa e todos os demais suprimentos agrícolas (inseticidas, fungicidas, arados, cultivadores, termômetros, talagens). Os primeiros colonos plantadores de fumo de estufa à Companhia Brasileira de Fumo em Folha, após sua instalação definitiva no município, foram contratados pela empresa para serem instrutores da mesma, com função de ensinar aos colonos o cultivo racional da cultura do fumo.

A instalação de máquinas secadoras no processamento do fumo, igualmente, foi iniciada na Cia. Brasileira de Fumo em Folha que, em 1948, completava sua instalação no município, empregando em torno de 1.000 operários na época da safra.

Mas bem antes, uma filial já se havia instalado em Santo Ângelo-RS (1928) para compra de fumo de galpão, prática esta que, a partir de 1948, estendeu-se a Lageado - compra de fumo de estufa produzido no Alto Taquari - e outra em Blumenau-SC, objetivando a introdução do cultivo do fumo de estufa naquela região.

A Fábrica de Fumos Sul-Brasileira e a Cigarros 35 Ltda fundadas em 1922 e 1935, respectivamente, tiveram como proprietários, Emílio Eifler (médico) Rodolfo Eifler (comerciante) e Erwino Eifler (bancário), santa-cruzenses, filhos de imigrantes. Primeiro fundaram uma empresa voltada para a

exportação de fumo destalado, utilizando para isto o que havia de mais moderno em esterilização de fumo; somente 13 anos mais tarde é que fundaram a Cigarros 35 Ltda., destinada a produzir cigarros.

Além destas e tantas outras empresas fumageiras criadas neste período, como a Kliemann e Tabacos Tatsch e, no mínimo outras três empresas de porte surgiram nesta época, com atividades não voltadas à fumicultura, mas nem por isso deixaram de se projetar nacional e internacionalmente. São elas: Rodolfo Binz & Filhos, Jorge Hoelzel e Frigorífico Excelsior de Baumhardt Irmãos.

A Rodolfo Binz e Filhos se originou da ferraria de propriedade de José Binz, onde Rodolfo Binz praticou e desenvolveu sua técnica para, em 1916, fundar sua própria empresa dedicada à produção de máquinas e fundição de ferros para o beneficiamento de madeira (serra-fita, aplainadeiras de grossura combinada com macho e fêmea, tornos, lixadeiras, prensas de compensado, afiadeiras de serras), equipamentos destinados a olarias, bombas centrífugas, prensas hidráulicas e maquinário para curtume, além de produzir muitas das próprias máquinas utilizadas na fabricação de seus produtos que se espalharam por diversas regiões brasileiras.

Outra empresa a surgir neste período foi a fábrica de artigos de borracha Jorge Hoelzel & Cia Ltda ou Mercur, como se tornou conhecida. O marco inicial da empresa foi por volta de 1923 quando, após estudos e pesquisas, Jorge Hoelzel passa a produzir alguns produtos para Viação Férrea e, posteriormente, dedica-se à fabricação de botes de borracha os quais foram adotados pelo exército brasileiro. Hoje, sua linha de produção atinge desde borracha escolar, até bolinha de tênis, atividade esta que foge totalmente às características da produção agrícola da região, mas que, apesar disto, hoje se constitui em uma das

fontes geradoras de riqueza, já que seus produtos têm aceitação em várias partes do mundo.

Já os irmãos João e Carlos Baumhardt resolveram aplicar suas economias na construção de um frigorífico e de um armazém de secos e molhados por atacado.

O frigorífico tem suas atividades voltadas principalmente, para os derivados de suínos, sendo este aproveitado integralmente. Produtos como a banha empacotada, banha enlatada e conservas hoje são encontrados em vários Estados da Federação, enquanto o armazém de secos e molhados com um sortido estoque de mercadorias abastecia o mercado consumidor da região. Atualmente, é um moderno supermercado, além de possuir a representação dos produtos Brahma para o município, constituindo-se em uma empresa de capital santa-cruzense de importante papel social e econômico, tendo em vista não só a fonte geradora de empregos como também, importante fonte de absorção de produto primário para suas atividades, adquirido na região.

Desta forma, o processo de industrialização e de acumulação de capital em Santa Cruz do Sul está ligado à agricultura, à proporção que possibilitou não só a industrialização dos produtos primários, mas igualmente, foi origem da acumulação do excedente por parte dos comerciantes, criando, desta forma, o capital necessário para proliferação de novas unidades de produção com maior tecnologia.

Anteriormente e de forma proposital foi dito que a Primeira Guerra poucas alterações tinha provocado em Santa Cruz do Sul. Basta que se observe o Quadro 06 e se constate o seguinte: a média da produção agrícola do período da guerra é superior ao do período que antecede (1904/1913), a maior parte dos produtos relacionados sofreu uma queda sensível, exceção feita às mudas de árvores, produção iniciada em 1912 e materiais de construção

passam a aparecer no quadro de tributação só a partir de 1907. Produtos como couro seco e erva-mate durante o período de conflito mundial, desapareceram do quadro de produtos exportados. É necessário enfatizar dois fatos citados nos relatórios dos intendentess da época.

O primeiro aparece no relatório de Galvão Costa (1913) ao Conselho Municipal, proveniente da ação do Governo da Província quanto à tributação de produtos como erva-mate, sola, cera, pedra ágata, cristais, couro, chifres e cabelos, pelo município. Outros protestos se seguiram, como em 1918, pelo intendente Gaspar Bartholomay em mensagem ao Conselho Municipal nos seguintes termos:

"... estes impostos (expedição de produtos) tendem a diminuir no decorrer do presente exercício, pois que os principais produtos são destinados aos mercados situados fora do Estado; neste caso a tributação só pode ser de 1% sobre o seu valor, consoante as recomendações feitas aos municípios pelo benemérito Presidente do Estado, o qual, no intuito louvável de facilitar cada vez mais a expansão da produção e auxiliar o desenvolvimento comercial Riograndense, regularizou esta parte dos orçamentos municipais, com o que resultará futuramente considerável déficit nas rendas daqueles municípios, cuja principal fonte de receita consiste na agricultura, tornando-se, por este motivo, imprescindível a substituição do referido imposto, cuja abolição foi ocasionada pelas disposições recentemente criadas, a não ser que a conservação permanente das estradas, construção de pontes e pontilhões e outros serviços indispensáveis sofram redução de continuidade." (137)

O segundo fato, não menos importante que o primeiro, diz respeito à seca que ocorreu em 1917 no município, acompanhada de

---

137. Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Santa Cruz do Sul pelo intendente Gaspar Bartholomay. Santa Cruz, 1918, Tipographia Lamberts & Riedls, p. 6.

uma invasão de gafanhotos, ocorrências estas que tiveram influência direta na produção agrícola do referido ano, de acordo com a justificativa do intendente da época, Gaspar Bartholomay, junto ao Conselho Municipal em seu relatório.

Logo, somando-se estes fatos, principalmente porque os dados apresentados nas referidas tabelas são oficiais e não refletem a produção real ou bruta do município, com o surgimento de novos estabelecimentos industriais no município, mais ou menos nas mesmas datas, conforme o Quadro 09, a afirmação no que se refere ao lucro originário da agricultura é absolutamente certa, até mesmo porque o próprio intendente Gaspar Bartholomay, no relatório em que denuncia a seca e o ataque dos gafanhotos em 1917, assim se refere à agricultura: "...é na agricultura intensiva ou melhor, na policultura que repousa a base da riqueza econômica de Santa Cruz. Não se conhecem aqui, as grandes lavouras em que são exploradas em larga escala as culturas de um único produto". (138)

Procura-se inferir que, em termos de produção agrícola, a Primeira Guerra Mundial em nada afetou o município em questão, nem tão pouco o processo de acumulação de capital teve seu curso interrompido ou desviado. Todavia, sob o aspecto sociológico da questão, duas vertentes irrompem, jorrando seus efeitos sobre a sociedade agrária santa-cruzense, num futuro não muito distante, ou seja:

"... o primeiro, a dependência crescente do pequeno agricultor com relação ao mercado, tanto para a venda de seus produtos, como para obter os meios necessários à sua subsistência. Está incluído nesse processo a dependência do agricultor, produzindo de maneira não capitalista, explorado pela empresa industrial capitalista, que

---

138. Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Santa Cruz do Sul pelo intendente Gaspar Bartholomay. Santa Cruz do Sul, Tipografia Lamberts & Riedls, 1917, p. 20.



lhe extrai o excedente; o segundo, que tem sua raiz na estrutura agrária local iniciada pela colonização oficial, com base na pequena propriedade, é a transformação da população rural excedente nas unidades de produção agrícola, em proletários urbanos, através da migração. A expulsão dessa população, para áreas urbanas, onde impera a indústria capitalista, tende a transformar os filhos dos pequenos proprietários em assalariados". (139)

Na prática, o resultado foi o inchamento da população urbana, atingindo, em 1920, uma população de quarenta e um mil habitantes, representando uma taxa média de crescimento anual de 2,9%, (140) levando o intendente Gaspar Bartholomay, em 1921, a aumentar a área urbana, demarcando mais 9 (nove) quadras no logradouro público denominado "Várzea" que resultou em mais 121 terrenos. (141) Quanto à produção agrícola da colônia, a definição é nítida: de um lado, a produção visando a exportação (fumo, produtos alimentícios destinados ao Rio de Janeiro, São Paulo e até mesmo para fora do país, caso do fumo) e de outro, a produção visando a subsistência do município, consolidando-se, assim, a economia santa-cruzense para o próximo período de 30 a 64.

### 3.2.2 - Monopólio Estrangeiro (1930-1964)

Este é um período que amiúde engloba várias fases da nossa economia, tanto nacional como estadual, principalmente, no Rio Grande do Sul, em função do seu "modelo histórico de acumulação e dominação".

---

139. MONTALI. Lilia. op. cit. p. 80-81.

140. OLIVEIRA, Elisabeth Machado. op. cit. p. 19.

141. Maiores detalhes a respeito, consultar Mensagem ao Conselho Municipal pelo intendente Gaspar Bartholomay, referente ao ano de 1921.

Como este objeto de estudos não é a análise da evolução econômica nacional, nem estadual - apenas tomam-se alguns marcos desta evolução econômica visando dar suporte ao objeto de pesquisa - entende-se que Geraldo Muller (142) focaliza muito bem o período revolucionário de 30 até o golpe militar de 64, como sendo o

"... tempo no qual se extingue o processo de articulação de várias economias regionais, que compunham a economia nacional, e se cria a economia brasileira integrada e regionalmente localizada. Ou seja, os mercados regionais dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul se fusionam, perdendo suas características próprias de expansão das forças de produção, dando lugar a uma economia industrial integrada e, preferencialmente, localizada no centro-sul do país". (143)

Significa a

"...expansão da hegemonia do capital industrial oligopólico no país [...] na medida em que foi produzindo internamente o que antes era importado e se começou a importar mercadorias de consumo industrial - processo capitaneado por empresas de grande porte - a indústria se converteu no motor do desenvolvimento-e-crise brasileira, mas também umas poucas empresas passaram a dominar o mercado nacional. Foi, por conseguinte, essa forma de ser do capital industrial que consolidou e redefiniu a antiga articulação que existia entre os vários mercados regionais que existiam no Brasil" (144)

---

142. Geraldo Muller, mestre em sociologia pela USP. Professor da Fundação Getúlio Vargas e membro do CEBRAP.

143. MULLER, Geraldo. "A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60", em César, Guilhermino e outros. RS: Economia e política. Org. José Hildebrando Dacanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979, p. 358.

144. Ibid. p. 358

Já no Rio Grande do Sul a situação não poderia ser outra senão a de crise, aliás nem sabe-se se a economia rio-grandense em algum momento conheceu períodos de desenvolvimento, a não ser um crescimento efêmero, apesar de que houve e há estímulos externos, no sentido de oportunizar uma recuperação.

Se no final do período anterior a produção agrícola santa-cruzense ainda praticava a policultura, agora este tipo de procedimento será alterado, em função das modificações introduzidas já em 1920 pela Companhia Brasileira de Fumo em Folha e que, nesta fase, paulatinamente, passaram a ser adotadas pelas demais empresas fumageiras; aquelas que não aderiram foram englobadas.

O censo de 1940 revela que a produção industrial atinge um percentual de 33% da renda gerada pelo município, tendo o comércio contribuído com 34% da receita municipal e a agricultura participou com 27% da renda municipal. (145)

Mais do que isto, a Tabela 13 mostra que em 1940, as indústrias eram em número de 135; em 1950 o registro de indústrias atingia 392, demonstrando um crescimento percentual de 190% em relação a 1940. Agora, especificamente com relação às indústrias fumageiras, o quadro, em termos de quantidade de empresas, é contrário ao até então mostrado. Ou seja, em 1921, as fábricas de fumo representavam 7,15% do total das indústrias (Tabela 14); em 1965, este percentual atingia a 3%. (146) Em contrapartida, já em 1955, a indústria fumageira representa uma fatia de 58% da produção industrial. (147)

---

145. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Enciclopédia dos Municípios", 1956, p. 171-172.

146. FIBGE. "Cadastro Industrial", 1965.

147. FIBGE. "Enciclopédia dos Municípios", 1956, p.171.

Tabela 13

Indústria: Estabelecimentos, Pessoal Ocupado, Valor da Produção  
Santa Cruz do Sul e Estado do Rio Grande do Sul

	1 9 4 0		1 9 5 0		1 9 6 0		1 9 7 0	
	S. Cruz	Estado	S. Cruz	Estado	S. Cruz	Estado	S. Cruz	Estado
Estabelecimentos	135	6.557	392	13.652	442	12.693	278	18.216
Pessoal Ocupado	1.288	82.731	2.341	125.863	2.457	135.630	3.565	22.450
Valor da Produção (*)	50.623	1.708.769	292.082	10.185.701	1.811.360	85.244.641	136.411	7.391.760

Fonte: ...

Reproduzido de MULLER, Geraldo. Penetração das Empresas Transnacionais nos Complexos Agro-Industriais de Pecuária, Carne, Pecuária Leiteira, Cereais, Oleaginosas e Fumos. CEBRAP, 1979.

(\*) Preços correntes

A indústria alimentícia, segunda fonte geradora de renda no município em 1955, tinha uma participação de 18,2% da produção industrial.

Também no que diz respeito à utilização de mão-de-obra, a ordem é a mesma; o setor fumageiro emprega 41,33% dos operários, enquanto que 19,33% e 7,18% são absorvidos pela indústria alimentícia e da borracha, respectivamente.

No cômputo geral, o parque industrial de Santa Cruz terá uma característica principal: a proliferação de pequenas indústrias, mas que apesar de representarem 89,91%, a absorção de mão-de-obra destas é apenas de 39,34% (Tabela 15), enquanto os estabelecimentos que se utilizam de 10 a 249 pessoas e representam apenas 10,10% das indústrias, atingem um percentual de 60,60% de absorção de mão-de-obra.

Com exceção da Mercur e Frigoríficos Excelsior, as demais são indústrias voltadas para a industrialização do fumo, como por exemplo, Companhia de Fumos Santa Cruz originada de capital santa-cruzense, mas que, em função da crise dos anos 60, entrou em processo de desnacionalização a partir do momento em que a Remtsmann adquire parte de suas ações e

"...em 1970, o controle acionário passa para as mãos desse grupo estrangeiro, que a remodela e aumenta a produção. Em 1975, foi comprada pela Philip Morris, de capital americano que se instalara em Curitiba em 1973 e se expande nesse momento para Santa Cruz do Sul. O processo produtivo da empresa foi aperfeiçoado, tendo sido intensificada a mecanização e sua capacidade de produção" (148)

---

148. MONTALI, Lilia. 1984. op. cit. p. 84.

Tabela 14

## SITUAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SANTA CRUZ-RS (1921)

ESTABELECEMENTOS	QUANTIDADE	PERCENTAGEM
Fábrica de Fumo	3	7,15
Fábrica de Licores	2	4,76
Fábrica de Banha	4	9,52
Fábrica de Formas e Cadeiras	2	4,76
Fábrica de Tijolos e Telhas	6	14,30
Fábrica de Gelo	2	4,76
Fábrica de Cerveja	1	2,38
Fábrica de Gazosa	1	2,38
Fabrica de Torrar Café	4	9,52
Fabrica de Bolachas	2	4,76
Fábrica de Foguetes	1	2,38
Fábrica de Charutos	1	2,38
Fábrica de Obras de Vime	1	2,38
Fábrica de Chapéus	1	2,38
Fábrica Eng. de Mineral	1	2,38
Curtume	1	2,38
Moinhos	3	7,15
Fábrica de Sabão	2	4,76
Confecções e Modas	2	4,76
Fundições	2	4,76
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Mensagem ao Conselho Municipal de Santa Cruz do Sul pelo Intendente Gaspar Bartholomay (1922)

Tabela 15

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E DE PESSOAS OCUPADAS  
 POR CATEGORIAS DE PESSOAS OCUPADAS  
 SANTA CRUZ DO SUL (1) - 1965

CATEGORIA (PESSOAS)	ESTABELECIMENTOS		PESSOAS OCUPADAS	
	Nº	%	Nº (2)	%
1 - 4	435	84,47	1305	34,20
5 - 9	28	5,44	196	5,14
SUB-TOTAL	463	89,91	1501	39,34
10 - 15	21	4,09	305	7,99
20 - 49	20	3,88	690	18,08
50 - 99	6	1,17	447	11,71
100 - 249	5	0,97	873	22,80
250 - 499	-	-	-	-
> 1000	-	-	-	-
Não declarado	-	-	-	-
SUB-TOTAL	52	10,10	2315	60,60
TOTAL	515	100,00	3816	100,00

## FONTE:

Reproduzido de MONTALLI, Lilia. Do Núcleo Colonial ao Capitalismo Monopolista - Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul. Dissertação de Mestrado, USP, 1979.

(1) Incluídos dados obtidos do ex-distrito de Tereza.

(2) O número foi obtido através da multiplicação do ponto médio da categoria pessoas ocupadas pelo total de estabelecimentos da categoria.

Também a Tabacos Tasch (1932), outra empresa fundada com capital santa-cruzense, sofre as consequências da abertura ao capital estrangeiro e, em 1968, um grupo holandês-americano passou a intermediar o relacionamento dos produtores com a empresa, finalizando por assumir o controle acionário da empresa, através da compra da maior parte de suas ações. E em 1976, foi comprada pela Tabacos Brasileiros Limitada, grupo americano, que consorciou com Tabacos Blumenau S/A de Santa Catarina. (149)

Outra empresa genuinamente santa-cruzense, a Companhia de Cigarros Sinimbu (1948) e que não resistiu ao capital forâneo, em 1970 vendeu suas ações ao Grupo Brinkmann, alemão, que, em 1972, acabou por adquirir o restante da Sinimbu e a Exportadora Hennig. Posteriormente, esta vende todo o complexo (fazia parte do complexo a Lopes Sá do Rio de Janeiro) à Rupper Internacional, sendo que, em 1975, a R. J. Reynolds Tabacos do Brasil S/A, americana, adquire todo o complexo da Rupper Internacional. (150)

Existe ainda a Souza Cruz que, até 1968, era a única empresa transnacional no setor de fumicultura, com amplo domínio do mercado. Só esta empresa tem o controle de 80% do mercado de fumos e cigarros, responde por um terço da arrecadação do I.P.I., participando, assim, com 11% da receita tributária da União.

Além destas indústrias, a partir de 1965, outras mais foram instaladas no município como, por exemplo, Armada S/A Indústria e Comércio (1968) que, apesar de ter fachada brasileira, já que oficialmente é de capital nacional, tem a participação do grupo Gebruder Kuhlemkapf - alemão; a Meridional (1975) do grupo S.E.I.T.A. - francês, e a Tabra Exportadora de Tabacos do Brasil (1970) do grupo Austin - norte-americano. (151)

---

149. MONTALI, Lilia. 1984. op. cit. p. 84.

150. Ibid. p. 84.

151. Ibid. p. 84.



Por último, tem-se em Santa Cruz do Sul, uma única indústria do fumo de capital nacional: Fábrica de Cigarros Sudan S/A de capital paulista. Esta empresa, desde 1940, opera no município, tendo iniciado com a produção de fumo esterilizado que, posteriormente, era remetido para sua fábrica em São Paulo. Em 1945, comprou o estabelecimento de Albino Petry e, em 1948, instalou um posto de venda de seus cigarros em Santa Cruz.

Parece evidente que, no processo de industrialização de Santa Cruz do Sul, a predominância é da pequena indústria, porém são as de grande porte as geradoras de rendas. Embora estas últimas sejam em número reduzido, sua ação dentro do contexto econômico santa-cruzense tem-se constituído no principal fator dinamizador da economia do município, isto em função da sua maior capacidade de absorção da mão-de-obra não qualificada.

Outro fator decorrente desta estrutura econômica é a existência, paralelamente, da produção capitalista e não-capitalista, até mesmo porque

"...o capitalismo necessita, para sua própria existência e desenvolvimento, estar cercado por formas de produção não-capitalistas. Não se trata porém, de qualquer forma. Necessita de camadas sociais não-capitalistas, como mercado para colocar sua mais-valia como fonte de meios de produção e como reservatórios de mão-de-obra para seu sistema assalariado. O capital não pode alcançar nenhum de seus fins com formas de produção de economia natural". (152)

Neste confronto, os métodos utilizados são vários; aqui, a estratégia foi tributação sobre o comércio e a agricultura, cabendo, a partir de 1930, a ação fatal, passando as empresas industriais capitalistas a interferir, embora de maneira

---

152. LUXEMBURGO, Rosa. A Acumulação do Capital. Rio de Janeiro, Zahar Editores, Trad. Moniz Bandeira, terceira edição, 1976 p.317.

indireta, no processo produtivo do fumo na unidade de produção agrícola não-capitalista. Como complemento dessa relação de compra e venda sob tais condições, a indústria oferece ao produtor assistência técnica e financiamento na compra de adubos defensivos e de equipamentos necessários. Os insumos fornecidos são debitados ao agricultor e descontados por ocasião da entrega do fumo.<sup>(153)</sup> É uma situação que inviabiliza toda e qualquer opção de comercialização, bem como neutraliza o fato deste pequeno produtor ser proprietário dos meios de produção.

Além disso, a interferência indireta na produção do fumo, tem "facilitado" a mecanização da pequena propriedade e com isto o deslocamento do setor mais jovem da população rural que tem-se dirigido para a sede do município, formando uma disponibilidade de mão-de-obra que, na sua maior parte, será utilizada pelas indústrias fumageiras apenas no período de safra.

Agora, o que parece ser inegável e decisivo no desequilíbrio deste quadro é a penetração das relações capitalistas no meio rural, oportunizando "a separação da agricultura e do artesanato, a eliminação das indústrias rurais da economia rural, constituem um último e muito importante capítulo da luta contra a economia natural<sup>(154)</sup>, fato que precisa da intervenção do estado através da "[...] pressão tributária, a guerra, a venda forçada e a monopolização da terra nacional, isto é, pelos métodos utilizados pela economia nacional como o poder político e o código penal".<sup>(155)</sup>

Tudo isto leva estas economias a uma dependência total do capital financeiro, obrigando o pequeno agricultor a integrar-se ao capital monopolista, associando-se à acumulação capitalista na agricultura. Aliás, conclusão não muito original, uma vez que

---

153. MONTALI, Lilia. op. cit. p. 80.

154. LUXEMBURGO, Rosa. op. cit. p. 343.

155. Ibid. p. 344.

Elizabeth Machado de Oliveira, de certa forma, trilha o mesmo caminho ao analisar as causas da dependência econômica de Santa Cruz do Sul, sob o plano da política governamental que através de instrumentos como a Lei 4.131 (1962), a Lei 4390/64, Instrução 289/65 e Resolução 63/67 beneficiaram sucessivamente os investimentos estrangeiros. Associado a estes dispositivos legais de favorecimento às empresas transnacionais, a crise econômica vivida a partir de 1960 pelo país, contribuiu para debilitar as empresas de uma forma geral, mas de maneira mais profunda o setor fumageiro tendo em vista o alto investimento em face da política adotada em 1918 de fornecer ao produtor assistência técnica, adubos, estufas, máquinas e implementos agrícolas que só serão reembolsados na entrega do fumo. Em segundo plano, a autora coloca a transferência de empresas fumageiras do Reino Unido para a Rodésia.<sup>156</sup>

Também Montali direciona seus trabalhos nesta direção, pois entende que as empresas transnacionais do setor fumageiro, "...sob forma de crédito ao produtor não-capitalista, garante a oferta da matéria-prima à empresa industrial em circunstâncias tais que a relação de troca é marcadamente favorável a esta."<sup>157</sup>

Por último cita-se ainda Geraldo Muller e Rufino Porfírio Almeida. Ambos mostraram em seus trabalhos, de uma certa forma, a mesma causa da dependência econômica de Santa Cruz. Evidentemente, com estilos diferentes, o primeiro realiza um estudo da "Penetração das Empresas Transnacionais nos Complexos Agroindustriais de Pecuária de Carne, Pecuária Leiteira, Cereais, Oleaginosas e Fumos."<sup>158</sup> O segundo faz uma análise econômico-financeira de uma das instituições de crédito desta economia

156. OLIVEIRA, Elizabeth Machado. op. cit. p. 41-43.

157. MONTALI, Lilia. Do Núcleo Colonial ao Capitalismo Monopolista - Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, FFLCS, USP, 1979.

158. MULLER, Geraldo. op. cit. 1979.

dependente: a "Cooperativa de Crédito Santa Cruz Ltda", baseada no sistema Luzzati, já liquidada. (159)

Desta forma, analisa-se a Cooperativa Caixa Rural Santa Cruz, sua fundação e evolução neste contexto sócio-econômico.

---

159. ALMEIDA, Rufino P. Cooperativa de Crédito Santa Cruz Ltda. Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1987.

## 4 - COOPERATIVA CAIXA RURAL UNIÃO POPULAR DE SANTA CRUZ

O Estado brasileiro do período compreendido entre 1808 a 1930, caracteriza-se como sendo primário-exportador, autoritário, oligárquico e, como tal, a serviço de uma minoria que se beneficiou econômica, política e socialmente.

Esta situação provocou perturbações e reações de insatisfações generalizadas, principalmente, a partir do projeto "TENENTISTA" que pregava o Nacionalismo - diferenciando da oligarquia - troca de homens no governo, pregava a competência, bem-estar, tecnologia, juntamente com o aspecto ético-moral.

Este movimento, ainda que contornado, deixou raízes profundas que acabaram constituindo-se em vias de articulação para a instalação do governo de 1930, com base nas idéias e proposições tenentistas, mas já sem estes.

Abria-se, então, uma nova era no processo histórico brasileiro, tendo à frente Getúlio Vargas. Esta nova fase iria incidir, principalmente, sobre a economia brasileira, onde a nova ordem passou a vigorar. "substituição de importações", ou seja, uma economia voltada internamente. Os recursos para isso são transferidos da agricultura, corroborados pelo capital exterior que, a partir de 1950, instala-se de vez no Brasil, através das multinacionais, bem como as estatais passam a proliferar. Juntos formam a mola propulsora da industrialização brasileira.

Mas uma industrialização que só desenvolveria a região centro e sudeste, tendo nas demais, um mero complemento das necessidades do núcleo industrial. Isso seria alcançado com a integração das economias regionais que, teoricamente, deveriam

proporcionar a diversificação produtiva da nação. Perfeito "álibi" do processo de acumulação que não poderia ser interrompido.

No entanto, a praticidade de tal política não foi tão fácil. Muitas dificuldades se antepuseram à viabilização prática da teoria, como por exemplo a "Revolução Constitucionalista" de 1932, a radicalização no campo político, a "Intentona Comunista" em novembro de 1935 e as cisões regionais contribuíram para degenerar a economia nacional e fornecer subsídios para a implantação da ditadura.

Vargas, alegando a necessidade de retomar o "progresso econômico", em 10 de novembro de 1937, dissolveu o Poder Legislativo e, para os Estados, nomeou interventores comprometidos com o "progresso econômico", neutralizando, desta forma, as ambições das oligarquias regionais, canalizando ao Estado prerrogativa de defesa da burguesia. Só então viabilizou a substituição do "crescimento econômico à base da agroexportação" pelo crescimento sustentado pela indústria. Para isso as particularidades regionais foram extintas, passando muito dos poderes municipais e estaduais para esfera federal, principalmente, na área tributária. Neste aspecto, as mais significativas fatias tributárias passaram para a União, fato que atrelou definitivamente, os municípios e estados ao poder central.

Dentro desta ação nacionalista do Estado Novo, também a educação foi atingida, uma vez que na nova concepção a "educação não podia ser neutra". Porém, esta integração nacional, no que diz respeito ao Rio Grande do Sul, acabou por ocasionar um abandono de recursos e assistência educacional nas áreas habitadas pelos alemães.

Este fato, na prática, serviu para fortalecer ainda mais a cultura teuta, já que a solidariedade e a cooperação mútua tornaram-se aspectos básicos na sobrevivência dos imigrantes e, igualmente, na educação foi básico. Tanto assim que várias foram as escolas criadas e mantidas pelas colônias alemãs, onde o ensino era feito em língua alemã e o professor era a principal autoridade da colônia, juntamente com o padre.

É por isso que, quando da intensificação da "brasilianização" (final da década de 30), a ação social foi tão arbitrária e violenta contra os colonos. Ainda mais quando o Brasil, por força de interesses econômico-financeiros, cerrou fileira com os aliados, pois enquanto o nordeste funcionava como base de apoio a invasão africana, o país recebia os recursos desejados para a implantação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda.

Mas, para implantação das idéias "estadonovistas", foi necessário seguir a prática de "ceder alguns anéis para não perder os dedos", o que, em termos de política varguista, entende-se pela criação de partidos, sindicatos, elaboração da legislação social, carteira de trabalho, salário, férias, mesmo que os empresários fossem contra; enfim era preciso "redemocratizar" o país.

A "redemocratização" culminou com eleições, mas também com a deposição de Vargas e o fim do Estado Novo, assim como uma profunda crise econômica, uma vez que o processo até então em prática sofreu uma inversão.

O capital estrangeiro, antes indispensável ao equilíbrio interno e externo do país, agora ausentava-se tendo em vista a crise dos centros financeiros internacionais e a iminência da II Guerra. Tanto que a moeda se desvalorizava tão rapidamente (ainda que adotadas restrições cambiais) que a libra esterlina,

em 1934, atingia em torno de Rs 60\$000, quando em 1920 era de Rs 40\$000. Já no mercado de câmbio livre, a libra atingia os Rs 73\$000. (160) Frente a isso, o pagamento do serviço da dívida externa foi suspenso e o controle cambial regulava com rigidez as remessas e pagamentos ao exterior.

Entretanto, no período 1930-1939, quando o produto real cresceu à taxa efetiva de 5% ao ano e o setor industrial atingiu a taxa efetiva de crescimento de 8% ao ano - mostrando que a industrialização tinha superado o setor primário exportador em que, no mesmo período, a taxa de crescimento efetivo foi de 2,8% ao ano - não só tinha chegado ao seu limite, como entrou em regressão. Tanto que a taxa média de crescimento anual do produto real, entre 1930 e 1945, caiu a 3,6% e o produto industrial apresentou uma média de apenas 5,4% no mesmo período. (161)

Isso mostra, entre outras coisas, que a economia e a industrialização não eram planejadas visando uma trajetória de longo percurso e com flexibilidade para superar os imprevistos. Ao contrário, eram imediatistas, baseadas apenas nas riquezas naturais existentes no país e na capacidade de improvisação, fatos que levaram a um crescimento econômico, mesmo enfrentando a violenta crise do café, seguida pela "Grande Depressão".

O próprio governo, reconhecendo esta falta de planejamento, toma a iniciativa de tentar planificar a economia, criando em 1930 o "Plano Especial de Obras Públicas e Reparcelamento da Defesa Nacional", com duração prevista de cinco anos, objetivando fomentar a indústria de base, executar obras públicas básicas à implantação da infra-estrutura econômica, assim como cuidar da defesa nacional, isto tendo em vista a tensão internacional.

160. PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986. p. 292.

161. FURTADO, Milton Braga. Síntese da Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 4. ed 1986, p. 143-145.



Além da tentativa de planificação da economia, foi o início da intervenção do Estado no setor industrial de base, ou seja, na implantação de fábricas de celulose e papel, de alumínio e, de maneira contundente, na siderurgia.<sup>(162)</sup> A partir de então, diversos órgãos e planos foram criados visando a estruturação industrial e econômica. Na área industrial foi instituído o

"... 'Certificado de Equipamentos', títulos nominativos emitidos pelo Governo, que rendiam juros e podiam ser resgatados em moeda estrangeira, quando se normalizassem as importações. As empresas ficavam isentas de taxaço sobre lucros extraordinários, caso aplicassem o dobro do imposto devido na compra desses certificados."<sup>(163)</sup>

Na área da política monetária, através do Decreto Nº 7.293/45, foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), com atribuições de fixar taxas de juros, de redesconto e do depósito compulsório dos bancos, operar títulos, executar a política cambial e coordenar a política monetária com a política orçamentária.<sup>(164)</sup>

Também na questão do planejamento econômico foram criados órgãos oficiais, como a "Comissão de Política Industrial e Comercial" (1944-1946) que tinha a participação de Roberto C. Simonsen, ou ainda a "Comissão de Planejamento Econômico" (1944-1945), da qual participava Eugênio Gudín, dois teóricos de idéias opostas quanto à participação do Estado na economia. Ainda foi criado o "Conselho Federal do Comércio Exterior" com funcionamento durante 1934-1949, com a função de defender a economia nacional.<sup>(165)</sup>

---

162. FURTADO, Milton Braga. op. cit. p. 145.

163. Ibid. p. 146.

164. Ibid. p. 147.

165. Ibid. p. 147.

Aconteceu, todavia, que toda esta instrumentalização acabou detendo-se, na realidade, em projetos siderúrgicos e militares, esquecendo que o equipamento industrial precisava de reposição ou substituição para manter a produtividade, bem como a competitividade no mercado internacional, situação que, com o término da II Guerra, agravava-se à medida que as grandes potências retornavam ao curso normal de produção.

A produção tinha objetivo certo, a recuperação da Europa, e os motivos eram óbvios: políticos e econômicos. Considerando o parque industrial obsoleto e o balanço de pagamentos desajustado, sendo necessário fazer o primeiro empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o quadro econômico brasileiro não atraía o investidor. Primeiro, porque o investidor externo estava preocupado em reconstruir a Europa, tarefa à qual o Plano Marshal (1946-1952) mobilizou recursos da ordem de 12,5 bilhões de dólares. Segundo, porque o investidor nacional não estava disposto a dispender um capital significativo onde os riscos eram grandes e o retorno a longo prazo. E não se pode alegar que não houve recursos intensivos, pois quando o governo estabeleceu um regime cambial isento de restrições - por pressões internas - o resultado foi um aumento de 15% nas importações (1946-1947). (166)

Este aumento não está afeto só a bens de capital e insumos básicos - Certificados de Equipamentos - mas muito atribui-se à importação de 13.521 automóveis de passeio, em 1946, e outros 30.487, em 1947. Isso sem considerar a quantidade de perfumes importados. (147) O problema estava no imediatismo do consumidor e na falta de visão da elite brasileira, oportunizando ao governo a intervenção direta na produção.

---

166. Ibid. p. 154.

167. FURTADO, Milton Braga. op. cit. p. 152.

Evidentemente, esta intervenção é imperfeita e conflitante, tendo em vista a complexidade deste tipo de iniciativa, uma vez que o agente da ação, por características próprias, está atrelado a uma série de comprometimentos internos e externos, acabando por criar um emaranhado de contradições que não raramente vêm em prejuízo da formação de um sistema de produção equilibrado e uma distribuição de recursos que satisfaça, realmente, a população.

Pela ausência deste equilíbrio e pela falta de uma distribuição satisfatória dos recursos, é que não se pode discordar de Caio Prado Júnior, quando afirma que

"[...] os diferentes setores do parque industrial brasileiro não se desenvolverão em função um do outro, ajustando-se mutuamente para formarem um conjunto harmônico. Cada indústria nascerá pelo acaso de circunstâncias fortuitas e objetivando atender alguma pequena necessidade incapaz de ser satisfeita pela importação e permanecerá por isso isolada, continuando a depender muitas vezes, no essencial, da importação. Indústrias de expressão e significação econômica secundárias terão por isso precedência sobre outras fundamentais, o que se observa em particular na debilidade e insuficiência, ainda hoje tão sentidas, em nossas indústrias de base: metalurgia, mecânica, química [...]", (168)

situação, aliás, que pouco mudará se não houver uma arrancada rumo à libertação e independência desta "cômoda" situação de país periférico e satélite do capitalismo internacional.

Esta é uma realidade que, a partir de 1964, para desespero daqueles poucos que acreditavam redirecionar a rota da história brasileira, passa a ser solidificada ainda mais, pois a "Revolução de 1964" acelerou o processo de acumulação de capital, só que, desde então, abolindo as práticas populistas que mascaravam este verdadeiro objetivo.

---

168. PRADRO JÚNIOR, Caio. op. cit. p. 299.

Assim, estabeleceu-se um "Estado Tecnoburocrático-Militar Autoritário", tendo como estrategistas a burguesia e os militares. Esta nova ordem estabeleceu duas formas bem definidas de ação: a burguesa, buscando ampliar os lucros, no afã da acumulação de capital e a tecno-burocrata, preocupada em aumentar número de empregos, assim como o aumento da remuneração.

O resultado foi um projeto de industrialização e crescimento acelerado, havendo uma integração ao capitalismo internacional à custa da exploração do operariado e um avultamento desproporcional da dívida externa e interna, com uma inflação atingindo patamares assombrosos. Dentro deste encadeamento de fatos que caracterizaram o processo econômico brasileiro, em 21 de setembro de 1919, em Santa Cruz do Sul-RS, era fundada a "Caixa União Popular Santa Cruz" que tem subsistido até hoje às crises do país e às de âmbito interno.

#### **4.1. Aspectos Formais da Estrutura Empresarial**

##### **4.1.1. Estatutos**

Em verdade, os movimentos cooperativista e sindicalista são resultados de uma situação provocada pela doutrina liberal e possuem os mesmos objetivos: fazer frente ao capital, através da eliminação do lucro à medida que, por meio da educação, buscam desenvolver os princípios de ajuda mútua e solidarismo.

Esta origem comum aconteceu em diversas partes do mundo. Em Lyon (França), por exemplo, por volta de 1828 surgiu "O Dever", instituição que era, ao mesmo tempo, sindicato e cooperativa, buscando defender os trabalhadores de uma usina. (169)

De modo geral, também em termos de Brasil, poder-se-ia colocar o cooperativismo e sindicalismo como tendo a mesma origem, os mesmos objetivos e, inclusive, tendo a mesma tutela legal, porém um instrumento de ação diferenciados.

Entretanto, o movimento cooperativista brasileiro possui algumas características específicas: as idéias precederam a prática cooperativista, (170) assim como cronologicamente, a generalização não é válida, ainda que o Decreto Nº 979 de 06 de janeiro de 1903 facultasse aos profissionais da agricultura e industriais rurais sua organização em sindicatos para defesa de seus interesses, abrindo a possibilidade da criação de "caixas rurais de crédito agrícola e de cooperativas de consumo ou produção", a medida que em seu Artigo 10 determinava a

"...função dos sindicatos nos casos de organização de caixas rurais de crédito agrícola e de cooperativas de produção ou de consumo, de sociedade de seguros, assistência, etc., não implica responsabilidade direta dos mesmos nas transações nem os bens nelas empregados ficam sujeitos ao disposto no número 8, sendo a liquidação de tais organizações regidas pela lei comum das sociedades civis".

---

169. PINHO, Diva Benevides. Sindicalismo e Cooperativismo. São Paulo, Instituto Cultural de São Paulo, 1967. p. 88

170. Ver item 2.3.3 - Formas de Cooperação dos Alemães e Teuto-Brasileiros.

Como já se viu no capítulo em que é abordado o Pensamento Associativo do Rio Grande do Sul, várias instituições foram criadas entre 1890 e 1912 que introduziram as idéias de ajuda mútua e, paralelamente, praticavam-nas em várias atividades humanas. Assim também no restante do Brasil, várias iniciativas foram tomadas, onde a prática de alguns dos pressupostos da doutrina cooperativista podem ser identificados.

Entre estas podem ser citadas as Reduções Jesuíticas (1610-1768), os Quilombos (séc. XVII a XIX), Colônia Industrial do Saí em Santa Catarina (1842-1843), a Colônia Belga ou Ilhota (1844) também em Santa Catarina, Colônia Cristina (1847) no Paraná, ou ainda a Colônia Cecília (1890) no Paraná. Podendo ser citado ainda o movimento messiânico dos Muckers no morro Ferrabraz, em Saporanga iniciado em 1872 e exterminado em 1876. Apesar de não contar com estatuto e, nem tão pouco, haver indícios de que pretendessem constituir uma cooperativa, João Jorge Maurer e Jacobina Mentz Maurer - protestantes anabatistas - não se constituíram em apenas um grupo religioso e fanático como alguns colocam, mas também representam a tentativa de superar o modelo social vigente. Nesta tentativa, se os fatores ideológicos são um tanto obscuros por falta de subsídios, algumas práticas são conhecidas, como por exemplo, os bens eram comunitários, o trabalho realizado sob forma coletiva, as refeições feitas em comum e o dinheiro abolido em suas relações internas. (171)

Porém, em termos de Rio Grande do Sul o grande precursor do cooperativismo foi Theodoro Amstad S. J., nascido em Unterwalden na aldeia de Beckenried. Ordenado padre em 1883 na Inglaterra, em 1885 era designado como missionário no sul do Brasil.

---

171. A respeito dos Muckers, consultar HUNSCHE, Carlos. "Dez Fontes, Desconhecidas e Inéditas, sobre o Episódio e o Epílogo dos Mucker no Rio Grande do Sul", Anais do Primeiro Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, p. 247-262.

A ação continuada deste missionário visando a implantação do cooperativismo no Brasil não tem precedentes. E é por essa razão que o Rio Grande do Sul tornou-se pioneiro no cooperativismo de crédito. Também fruto da dedicação de Amstad, o seu trabalho foi único a provocar um movimento que até hoje perdura. Mas em que termos sua ação diverge dos demais precursores do cooperativismo?

Primeiro houve uma propaganda das idéias e, posteriormente, adaptou a doutrina cooperativista à realidade local, só então partindo para concretização. Sempre utilizando as instituições que foram lastreando o caminho,<sup>(172)</sup> a ponto de em 1900, por ocasião da realização do Congresso dos Católicos em Santa Catarina da Feliz - dois anos antes da fundação da primeira cooperativa de crédito em Nova Petrópolis - ter lançado uma verdadeira plataforma cooperativista:

"[...] com a carroça cheia e os burros carregados do fruto de pesados trabalhos e do resultado de amargos suores, o colono se dirige à casa comercial, mas as bugigangas estrangeiras que recebe em troca para levar para casa, ele facilmente pode colocar debaixo do braço. Por isso a queixa que hoje se houve com frequência: pelas nossas coisas nada recebemos, mas pelo que compramos devemos pagar o valor duplo ou triplo. Por isso estareis de acordo comigo se eu digo: a dependência econômica, na qual atualmente nos encontramos em relação a outros países é, na verdade, uma nova escravatura que está ameaçando o nosso país; e como foi um ponto de honra abolir a nova escravatura, assim agora para o verdadeiro brasileiro é um dever de honra afastar com mão firme esta nova escravatura do nosso querido Brasil [...] devemos produzir mais, exportar mais e importar menos, caso contrário nos endividaremos sempre mais [...] prefiram os produtos nacionais aos estrangeiros e conclui exortando: se uma grande pedra se atravessa no caminho e vinte

---

172. Ver Gráfico 01, Instituições Associativas Teuto-Brasileiras (1890-1912)

peças querem passar; não o conseguirão, se um por um a procurar remover. Mas se as vinte peças se unem e fazem força ao mesmo tempo sob o comando de um deles, mais facilmente conseguirão afastar a pedra e abrir o caminho para todos." (173)

Estava lançado o embrião do cooperativismo que, em 1902, se consubstanciaria na fundação da "Caixa Rural de Nova Petrópolis", primeira do gênero na América do Sul. Este ato acabou por desencadear a fundação das Caixas Rurais em Bom Princípio, São José do Herval, Cerro Largo, Venâncio Aires, Poço das Antas, Santa Maria, Colônia Selbach, Harmonia, Porto Alegre, Picada Café, Santa Cruz, Novo Hamburgo, Santo Cristo, Rolante, Taquara, Arroio do Meio, Três Arroios, Roca Sales, Serra Cadeado, Sobradinho e Santo Ângelo. Culminando a fundação das Caixas Rurais citadas, em setembro de 1925 era criada a Central das Caixas Rurais", tendo adesão de 18 Caixas Rurais.

Este embrião criou-se livremente, elaborando sua própria regulamentação, na qual os legisladores buscaram subsídios necessários para a elaboração de uma forma jurídica das cooperativas que lhes possibilitou uma vivência livre e autônoma.

Entretanto, à medida que os anos iam passando, também a legislação visando sistematizar a ação das cooperativas, pouco a pouco passou a atrelá-las ao Estado.

O resultado, de uma forma global, é a existência bem distinta de duas fases na história do cooperativismo. A primeira fase vai de 1902 a 1963, segmento em que o cooperativismo cresceu a ponto de se tornar o principal agente financeiro da agricultura no sul do país. A segunda fase constituiu-se no pós-1964, quando a revolução militar reformulou o Sistema Financeiro Nacional, tomando a si a responsabilidade de financiar a

---

173. AMSTAD, Theodoro. Como Podemos Tornar-nos Independentes do Estrangeiro com Respeito à Economia?. Trad. de Rubens Neis, 1976. p. 77.



agricultura brasileira. Não satisfeita, criou normas restritivas à continuidade do Cooperativismo de Crédito, a ponto de inviabilizar centenas de pequenas cooperativas.

No final da década de 70, os altos custos da produção e a gradativa retirada dos subsídios exigiam novas alternativas de financiamento. Foi então que as nove cooperativas de crédito rural sistema Raiffeisen, remanescentes, reuniram-se e constituíram a "Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul" (COCECRER-RS), de segundo grau, com a função de administrar em maior escala os recursos e serviços, fomento, apoio, assessoramento e controle das cooperativas filiadas.

Criada a COCECRER-RS (1981) nascia no Brasil o Sistema Integrado de Cooperativas, a nível horizontal e vertical que, recentemente, contava com 57 cooperativas em funcionamento, sendo que três dependiam apenas da autorização do Banco Central do Brasil e mais cinco estavam em fase de formação.

O "Sistema Integrado de Crédito Rural Cooperativo do Rio Grande do Sul" (SISCREDI-RS), em 1988 contava com 69.000 associados, sendo que deste total 85% são pequenos e mini-produtores rurais. Entre estes estão os associados da Cooperativa de Crédito Rural de Santa Cruz do Sul Ltda. (CREDIVARP), objeto desta pesquisa, e que, para atingir o atual estágio, passou várias alterações na sua estrutura.

Sob a égide do Decreto 1.637, de 05 de janeiro de 1907, surgiu aos vinte e um dias de setembro de mil novecentos e dezenove, a "Caixa Econômica e de Empréstimos Rural 'União Popular' Santa Cruz, sociedade com responsabilidade limitada dos sócios" que este estudo convencionou chamar de Caixa União Popular-SCS.

A Caixa União Popular-SCS foi fundada em 21 de setembro de 1919, sem duração fixa, mas não excedendo os trinta anos, conforme Artigo 14, parágrafo Único, dispositivo segundo do Decreto acima mencionado, ficando a cargo dos associados, através de Assembléia Geral, prorrogar ou não a existência da sociedade.

O primeiro artigo dos Estatutos outorgou a denominação de "Caixa União Popular de Santa Cruz", enquanto que a denominação social é de "Caixa Econômica e de Empréstimo Rural 'União Popular' Santa Cruz, Sociedade com Responsabilidade Limitada dos Sócios". O segundo Artigos dos Estatutos fixa a sede da sociedade na cidade de Santa Cruz do Sul - RS.

Ao analisar o Estatuto de fundação, constata-se que a base legal foram os Decretos número 1.637, de 05 de janeiro de 1907 e o Decreto número 6.532, de 20 de junho de 1907, que criou e regulamentou os sindicatos e cooperativas.

A abordagem das questões concernentes à estruturação da sociedade é sucinta - o Estatuto compõe-se de nove artigos - e, talvez por isso, constata-se algumas omissões, as quais deveriam ser interpretadas sob a ótica do embasamento legal das cooperativas e dos sindicatos.

Entretanto, no que diz respeito a "jóia para cada sócio", a lei orgânica da sociedade estabeleceu em Rs 50\$000 (cinquenta mil reis) "que serão levados a conta de capital vencendo o juro que a Caixa estipular para os depósitos." (174) A respeito do modo de integralização da "jóia" há omissões.

A Caixa União Popular-SCS tem por fim "fornecer a seus sócios os capitais necessários, por meio de empréstimos feitos com juro módico e sob a responsabilidade comum; receber sob sua guarda com vencimento de juros as economias e capitais (?)"

---

174. Estatutos de Fundação, Artigo 4, 1919.

pertencentes quer aos sócios quer a estranhos à sociedade." (175) Como se pode observar, o objetivo da Caixa União Popular-SCS enquadra-se com o que prescreve o cooperativismo, ou seja, aproximar os que desfrutam de capital excedente dos que deste necessitam, possibilitando, desta forma, a integração e uma melhoria nos padrões do pequeno e médio produtor, sendo o juro mantido em patamares suportáveis.

Podem ser sócios tão somente os que pertencem à Sociedade União Popular (*Volksgemeinschaft*), ao Sindicato Rural de Santa Cruz do Sul - fundado também em 21 de setembro de 1919, de conformidade com o que previa o Decreto número 979 de 06 de janeiro de 1903 - que estejam em gozo de seus direitos civis e residam na área limítrofe do município.

O mesmo artigo possibilita também que todos aqueles que não possam tomar parte da Sociedade União Popular possam usufruir da Caixa União Popular-SCS, contraíndo empréstimo para fim "puramente particular". Porém, estes não são elegíveis e nem tem direito de voto nas deliberações da sociedade.

Cabe à diretoria aceitar ou não a admissão de novos sócios que, para tanto, reunir-se-á em sessão, sendo que o número de novos sócios poderá crescer indefinidamente; já o número mínimo não poderá contrariar o que prescreve o Decreto número 1.637 de 05 de janeiro de 1907, em seu Artigo 14, Inciso terceiro.

Ainda a respeito do artigo dos Estatutos da Caixa União Popular-SCS que se refere aos sócios, constata-se que o mesmo diz: "A sociedade contém atualmente cinquenta (50) sócios ..." mas ao final da ata de confecção os Estatutos e da Instalação da Caixa União Popular-SCS, verifica-se que 51 assinaram as respectivas atas.

---

175. Estatutos de Fundação, Artigo 3, 1919.

A perda da qualidade de sócio ocorre por demissão ou exoneração e por exclusão ou expulsão.

A demissão ou exoneração ocorre quando houver transferência de domicílio para fora dos limites do município, sendo o pedido encaminhado à diretoria três meses antes do encerramento do ano comercial.

Já a exclusão ou expulsão estava a juízo da diretoria, podendo recair sobre qualquer dos sócios que contrariasse, deliberadamente, os fins da sociedade ou, ainda, os que fossem condenados judicialmente, acarretando a perda dos direitos civis.

Pedir empréstimos mediante garantias, tomar parte das Assembléias Gerais, votar e ser votado - excessão feita àqueles que não pudessem fazer parte da Sociedade União Popular dos Católicos do Rio Grande do Sul - eram os direitos dos sócios.

A diretoria é composta por três membros: presidente, tesoureiro e secretário que são eleitos pela Assembléia Geral com um mandato de três anos. Também o Conselho Fiscal é composto por três membros, tendo o mesmo tempo de mandato da diretoria e eleitos em Assembléia Geral.

As Assembléias dividiam-se em gerais e parciais ou de diretoria. A Assembléia Geral reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez por ano para prestação de contas do ano social, podendo ser convocada extraordinariamente, toda vez que a diretoria julgar necessário ou quando parte dos sócios assim exigir.

As deliberações da Assembléia - quando por meio de votação seriam por maioria absoluta - terão validade com a presença de no mínimo um terço do quadro social, em primeira convocação, ou com qualquer número de sócios em segunda convocação, que deverá ser publicada no mínimo com 15 dias de antecedência de sua realização.

O fundo de reserva da Sociedade era constituído pela "jóia" e pelos "lucros" nas transações realizadas pela instituição.

Determinam os Estatutos que o ano social terminasse em 30 de junho de cada ano, bem como, deixa claro que as despesas judiciais ou extrajudiciais e honorários de advogados, originados de empréstimos ou liquidações destes corriam por conta do devedor.

Ao analisar-se o primeiro Estatuto da Caixa União Popular-SCS, constata-se que, apesar de seguir de modo geral a regulamentação legal, referente à organização das cooperativas, há algumas omissões, como por exemplo: em nenhum momento deixa explícito que segue os princípios raiffeiseanos, não determina a forma de integralização da "jóia", não fixa o percentual a ser transferido para o fundo de reserva e nem o percentual disponível com a operacionalidade da sociedade e também não aborda a questão da dissolução da instituição, constituindo-se esta na mais grave, uma vez que o Decreto número 1.637 de 05 de janeiro de 1907 a respeito da constituição de cooperativas previa o seguinte:

## II CAPÍTULO II

### DAS COOPERATIVAS

...

Art. 14 - O ato constitutivo das sociedades deverá conter, sob pena de nulidade:

...

Sétimo - Os casos de dissolução e formas de liquidação;

Oitavo - O modo de constituição do fundo de reserva e o seu destino nas liquidações, depois de satisfeitos os compromissos sociais;

...

De qualquer forma, serviu de instrumento legal, possibilitando o funcionamento da Caixa União Popular-SCS até 25 de fevereiro de 1923, quando sofreu a primeira reforma do Estatuto.

#### 4.1.2 - Fundadores

Segundo assinatura da ata de confecção e instalação da "Caixa Econômica e de Empréstimo Rural 'União Popular' Santa Cruz" de Responsabilidade Limitada participaram da elaboração dos Estatutos e Instalação: José Werlang, Feliz Hoppe, Mathias Melchiors, José Kroth, *Pedro Muller*, Henrich Muller, Nicolau Mahle, Gustavo Theiemann, Cristóvão Agnes, Leonardo Melchiors, José Sehnen, Jacob Kohlev, José Mossmann (?), Henrique Melchiors, José Frantz, Germano Karl, Pedro Frohlich Filho, André Back (?), João Werlang Sob., João Etges, A. A....(?), José Nicolao Werlang, Guilherme Kliemann, Guilherme Kuhn, Hugo Jungbluth, Frederico Rech, Guilherme Werlang, Leopoldo Kraether, Luiz Wirker (?), Ervino Prschel, Arthur Jaeger, Humberto Eick, João Melchiors, João Etges Filho, João Morsch (?), Franz Halfer, João F. Klafk, Bernardo Urbano Stein, João N. Kliemann, Fernando A. Azambuja (?), Joaquim Pedro da Silva Branco, Antônio Eick, Humberto Haesker, José Miguel Frantz, *Pedro Muller*, João Pritsch, José W. Koelzer(?), Jacob Pritske, João Rabuske, Júlio Alberto Klafke.

Como já foi anteriormente mencionado, o Estatuto refere-se a cinquenta (50) o número de sócios fundadores, mas nas atas aparecem 51 assinaturas. Porém, constata-se a repetição de um nome (ver grifo) que talvez justifique esta discordância, apesar das referidas assinaturas apresentarem algumas diferenças.

#### 4.1.3 - Instalação e Constituição

A ata de instalação e constituição da "Caixa Econômica e de Empréstimo Rural 'União Popular' (*Volkverein*) de Santa Cruz - Sociedade de Responsabilidade Limitada" foi lavrada em 21 de setembro de 1919. Assumiu a presidência da Assembléia Geral de Instalação, Pedro José Koelzer, que convidou Bernardo Urbano Stein para secretariar.

Instalada a mesa diretora dos trabalhos o presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura dos Estatutos, lavrados no livro de matrícula.

Ao ser analisada a ata de instalação, chama a atenção o fato de não ter sido aberto um espaço para a discussão do Estatuto, atitude que de todo não é imcompreensível, pois quem elaborou os Estatutos do "Sindicato Rural 'União Popular' de Santa Cruz" (*Volkverein*)<sup>(176)</sup> são, rigorosamente, os mesmo que elaboraram e fundaram a Caixa União Popular-SCS.

---

176. Em conformidade com os Artigos nono e décimo do Decreto 979, de 06 de janeiro de 1903, aos Sindicatos era possibilitada a intermediação de crédito e organização de caixas rurais de crédito agrícola e de cooperativas de produção ou de consumo, de sociedade de seguros, assistência, ...

Ato imediato após a leitura do Estatuto pela mesa diretora dos trabalhos, foi submeter à votação a resolução de estar a Caixa União Popular -SCS definitivamente instalada e constituída, resolução que foi aprovada por unanimidade.

Como decorrência do fato acima, foi aberto espaço para eleição da primeira diretoria da sociedade que ficou sendo:

Presidente: Felix Hoppe

Tesoureiro: José Werlang

Secretário: Bernardo Urbano Stein

Para constituirem o Conselho Fiscal foram eleitos José W. Koelzer, Pedro Frohlich Filho e Henrique Melchions.

Como todos os eleitos estavam presentes, foram empossados em seus respectivos cargos, bem como prestaram juramento, comprometendo-se a cumprirem o que determina os Estatutos e regulamento da Caixa.

#### 4.1.4 - Primeira Reforma Estatutária (25.02.1923)

Durante o período de quatro anos a Caixa União Popular-SCS teve seu funcionamento normatizado pelo Estatuto de fundação. Mas em 25 de fevereiro de 1923 ocorreu a primeira reforma estatutária da Sociedade.

Foi uma reforma que se entende como sendo uma necessidade de adequação aos novos tempos, conforme atesta relatório estatístico publicado no jornal "*St. Paulus-Blatt*" de outubro de 1930 nas páginas 13, 14 15 e 16. órgão este da Sociedade "União Popular" com sede na Av. Alberto Bins, 467-S2, Porto Alegre - RS, fundado



em 1912 e de circulação mensal, sendo editado ainda hoje, em língua alemã. (177)

Entretanto os reais motivos que originaram a primeira reforma, apesar de inúmeras tentativas não foi possível apurar. Isto se deve à falta do livro de atas referentes ao período compreendido entre 1919 e 1945.

O novo estatuto introduz alterações bastante significativas na Caixa União Popular-SCS que vão desde a razão social até as disposições gerais.

Como primeira alteração, a denominação passa para "Sociedade Cooperativa Caixa Rural 'União Popular' de Santa Cruz". Além dessa alteração, o Capítulo I definiu a instituição como sendo uma cooperativa de crédito rural do sistema RAIFFEISEN, com responsabilidade pessoal, solidária e ilimitada dos sócios, conforme faculta o Decreto número 1.637 de 05 de janeiro de 1907 em seu Artigo 12. Também fixa a área de atuação da sociedade, o prazo de 30 anos de duração e iguala o ano social ao ano civil.

O Capítulo II estabelece que a sociedade terá por fim combater a usura, fornecendo a juro módico, a seus sócios e somente a estes, os capitais necessários à exploração de seu pequeno trabalho, facilitando-lhes o exercício da profissão. A concessão de empréstimos a curto e a longo prazo, reembolsáveis por amortização periódica, só seriam concedidos quando a diretoria julgar que o fim para o qual se destina é útil e produtivo. A Sociedade poderia receber em depósito, a prazo fixo ou em conta corrente limitada ou de movimento, dinheiro a juro de sócios e pessoas estranhas. Os máximos de empréstimos e total de encargos seriam deliberados pela Assembleia Geral.

---

177. Ver capítulo ORIGEM DA COOPERAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL, subtítulo Formas de Cooperação dos Alemães e Teuto-Brasileiros. Publicado ainda hoje em gótico.

A regulamentação do Fundo de Reserva foi normatizada pelo Capítulo III, sendo formado por donativos ou contribuições espontâneas dos sócios ou estranhos à Caixa União Popular-SCS e por 80% dos lucros verificados anualmente pelo balanço. (178)

O objetivo da constituição do Fundo de Reserva visou fazer frente a prejuízos eventuais, constituindo-se em propriedade exclusiva da instituição. Como consequência, em hipótese alguma, é partilhado entre os sócios e nem tão pouco o sócio demissionário ou excluído ou credores teriam direito sobre o mesmo.

Em eventual dissolução da Sociedade seria recolhido à "Caixa Econômica da União" e, oportunamente, aplicado na fundação de outra Caixa Raiffeisen no município ou, então, aplicado em algum estabelecimento conforme deliberação da Assembléia de Dissolução.

No que diz respeito ao destino do lucro, conforme já foi mencionado acima, 80% iriam para o Fundo de Reserva e os restantes 20% seriam levados a título especial, com aplicação em fins beneficentes ou outra qualquer despesa imprevista, conforme entendimento da diretoria.

A questão que se refere aos sócios, seus direitos e responsabilidades, a rigor sofreu uma alteração. O Artigo décimo-primeiro do Capítulo IV, definiu que a responsabilidade dos sócios é ilimitada, respondendo cada um por si solidariamente, com todos os seus bens, pelos compromissos sociais. Contudo, na prática, em caso de prejuízo, a Sociedade só recorreria aos sócios rateando os prejuízos em partes iguais quando o Fundo de Reserva fosse insuficiente para cobrir o déficit.

---

178. Realizado de acordo com o que prescreve o Decreto número 1.637, de 05 de janeiro de 1907, no Artigo 22, e os Estatutos da referida Sociedade, Capítulo 3, Artigo oitavo.

Quanto aos direitos e responsabilidades não houve alterações, a não ser na forma de redigir. Inclusive o dispositivo que faculta só aos sócios da "União Popular" do Rio Grande do Sul a possibilidade de serem eleitos para a Diretoria e o Conselho Fiscal, permaneceu.

Os Artigos 13, 14, 15 e 16 eram pertinentes à admissão, demissão e exclusão de sócios e corroboram o que prescrevia o Estatuto anterior.

Da Assembléia Geral, trata o Capítulo VI, que altera o número mínimo de presentes na Assembléia Geral, da terça parte para a quinta parte, na primeira convocação e a segunda convocação é com qualquer número. Havendo desta forma, uma diminuição no número de sócios nas Assembléias. Outra modificação introduzida pelo novo Estatuto foi a de fixar a realização da Asembléia Geral para os três primeiros meses do ano, oportunidade em que seria apresentado o relatório da diretoria, discutido e votado o parecer do Conselho Fiscal sobre o balanço, contas e atos gestivos referentes ao exercício anterior. Assim como eleger membros da Diretoria e Conselho Fiscal, fixar os limites máximos para empréstimos e o total dos encargos e compromissos a serem assumidos pela Sociedade.

O Último acréscimo referente à Assembléia Geral, diz respeito ao Artigo 1º Parágrafo 3º que proíbe os sócios interessados em algum assunto em pauta, de votar sobre o mesmo, porém lhe faculta a participação no debate. Os demais artigos ratificam os já existentes no Estatuto anterior.

O Capítulo VII é composto de quatro artigos, sendo todos voltados às ações da Diretoria. A respeito da essência do assunto em foco, o novo Estatuto não difere do anterior, uma vez que a Diretoria continua sendo composta por três membros: presidente, gerente e secretário com mandato de três anos, podendo ser

reeleitos. Além de atribuir plenos poderes para resolver os atos de gestão que se constituíam em obrigações, alienar, hipotecar e empenhar bens e direitos. Porém, todas as operações, obrigatoriamente, teriam que passar pelo exame, discussão e resolução de no mínimo dois diretores. Para execução destas operações era facultado à diretoria contratar empregados e ao gerente nomear um contador, aos quais eram pagos ordenados mensais arbitrados pela diretoria.

Fiscalizar todas as operações da sociedade, examinar livros, correspondências e fazer inquéritos, analisar minuciosamente as contas, relatório da diretoria e sobre estes apresentar parecer por escrito, prestar informações sobre qualquer negócio social e servir de órgão consultor da diretoria eram as tarefas do Conselho Fiscal previstas pelo novo Estatuto, funções estas não previstas no Estatuto anterior.

A dissolução da sociedade poderia acontecer em dois casos: primeiro aquele previsto pelo Decreto número 1.637 de 05 de janeiro de 1907, ou seja, o número de sócios ser menor que sete. O segundo é em caso de findar o prazo de existência da Sociedade sem que esta tenha sido, em tempo, renovada pela Assembléia Geral. Em qualquer um dos casos caberia ao presidente determinar o modo de liquidação e nomear os liquidantes.

Nas disposições gerais, três aspectos devem ser ressaltados, uma vez que caracterizam de maneira inequívoca a natureza da Sociedade.

O primeiro diz respeito à proibição do Artigo 28, do envolvimento da Caixa União Popular-SCS em questões de caráter aleatório, especular sobre compra e venda de títulos em bolsa ou adquirir imóveis para exploração por conta própria.

Outro aspecto diz respeito à não remuneração dos cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal, previsto no Artigo 20 do Capítulo X.

Por último, a reforma do Estatuto só poderia acontecer através da realização de uma Assembléia Geral Extraordinária, tendo o mínimo de dois terços de sócios. Sendo reforçado pelo Parágrafo Único do Artigo 30 da seguinte forma:

"... por instituírem bases essenciais do sistema RAIFFEISEN, jamais poderão ser revogadas as disposições dos dois artigos precedentes, Artigos 29 e 30, e as que consagram, para a Caixa, a responsabilidade pessoal, solidária e ilimitada de todos os sócios e a indivisibilidade dos lucros e do fundo de reserva, mesmo em caso de dissolução da Sociedade."

Como se pode constatar, este novo Estatuto, em relação ao primeiro, era mais dinâmico e mais completo, especificando as atribuições de todas as seções e complementando informações sobre funções específicas da sociedade de crédito, ficando bem evidenciada a preocupação no cumprimento dos princípios básicos do raiffeiseanismo.

Este Estatuto foi aprovado pelo Ministro da Fazenda em despacho deferido em 27 de junho de 1923 e perdurou quase três décadas sem reformas.

#### 4.1.5 - Segunda Reforma Estatutária (19.11.1952)

Em ata da diretoria aos dezoito dias do mês de outubro de mil novecentos e cinquenta e dois, realizada na sede da Cooperativa Rural Caixa União Popular, sita à rua Ramiro

Barcelos, 388, foi fixada a data de 06 de novembro de 1952 para realização da Assembléia geral Extraordinária para reforma dos Estatutos vigentes, tendo em vista adaptá-los às disposições da legislação cooperativista vigente.

O edital de convocação da Assembléia Extraordinária foi publicado no dia 28 de outubro de 1952 no jornal Gazeta de Santa Cruz, cumprindo, desta forma, o que previa o artigo 17 em seu parágrafo segundo.

Conforme o estabelecido em reunião de diretoria e de acordo com a convocação, aos seis dias do mês de novembro de mil novecentos e cinquenta e dois, tendo por local a sede da "Caixa União Popular de Santa Cruz", o presidente Bruno Agnes abriu a sessão. Constatando que não havia número suficiente de associados para a Assembléia funcionar e deliberar legalmente, foi designado o dia 19 de novembro de 1952, às 14 horas, para realização da Assembléia Geral Extraordinária em segunda convocação. Foi determinado que em caso de não existir número legal para ser instalada a Assembléia Geral Extraordinária, haveria uma terceira e última convocação às 16 horas do mesmo dia.

Publicada nova convocação em 11 de novembro de 1952 na Gazeta de Santa Cruz em razão da Assembléia Geral Extraordinária não ter se realizado em 06 de novembro de 1952, por falta de *quorum*, eram assim cumpridas as disposições estatutárias.

No dia 19 de novembro de 1952, às 14 horas, o presidente Bruno Agnes, cumprindo as determinações estatutárias e nos termos do edital de convocação publicado, abriu a sessão e mais uma vez foi constatado não haver número legal de associados para a referida sessão deliberar legalmente, sendo então encerrada a sessão para ser reaberta em terceira e última chamada às 16 horas do mesmo dia. Nesta oportunidade, a Assembléia Geral funcionaria

e deliberaria com qualquer *quorum*, conforme o que facultava o estatuto vigente.

Aberta a sessão, em terceira chamada, às 16 horas, o presidente Bruno Agnes instalou a Assembléia Geral Extraordinária, convidando Pedro A. Junges para secretariar os trabalhos.

No uso da palavra, o presidente explicou à plenária a finalidade da reunião, ou seja, reformar os estatutos sociais, adaptando-os às novas disposições legais consubstanciadas no Decreto número 22.239 de 19 de novembro de 1932, combinado com o Decreto-Lei número 581, de 01 de agosto de 1930, ambos revigorados pelo Decreto-Lei número 8.401, de 19 de dezembro de 1945.

Em função destas novas exigências legais, foi apresentado pelo presidente um projeto do novo estatuto. O mesmo foi amplamente debatido, artigo por artigo, possibilitando, desta forma, esclarecer todas as questões pertinentes à vida da sociedade e às relações dos associados entre si.

Após o debate, o projeto foi colocado em regime de votação e aprovado por unanimidade pelos trinta associados que estavam presentes e que assinaram a ata.

Este novo Estatuto, no Capítulo I, em que trata da sede, forma jurídica e duração, apresenta duas alterações: na razão social passa para "Caixa Rural União Popular de Santa Cruz", precedido pela designação de Cooperativa de Crédito, sendo abolida a palavra Sociedade.

A outra alteração deste capítulo refere-se à duração da instituição, pois o Artigo terceiro determinava que o prazo de duração passava a ser de tempo indeterminado e o ano social passaria a coincidir com o ano civil, ao fim do qual seria

apresentado o balanço geral. Esta medida alterou o procedimento anterior, que previa a apresentação de balanços semestrais.

Quanto à concessão de empréstimos de que trata o Capítulo II, um acréscimo importante foi introduzido com a nova redação do Artigo quarto, mais especificamente o Parágrafo primeiro, que disciplina a concessão de empréstimos "exclusivamente aos associados lavradores ou criadores, que sejam solváveis, dignos de crédito e domiciliados na circunscrição onde a Caixa tem sua área de ação, ou aí possuem propriedade agrícola, destinados a serem aplicados em sua atividade agrária". Complementado pelo Parágrafo segundo que adiciona a necessidade do fim do empréstimo ser útil e reprodutivo - já previsto no Estatuto anterior - havendo a obrigatoriedade do solicitante em declarar este fim. Proibindo o empréstimo para mero consumo. No restante, o capítulo não sofreu modificações.

O Fundo de Reserva permaneceu inalterado no que tange à sua constituição, destino e em caso de dissolução da Caixa União Popular-SCS, excessão feita ao órgão a ser recolhido em caso de dissolução. Anteriormente, este recolhimento deveria ser feito à Caixa Econômica da União. A partir da vigência do novo Estatuto, em caso de recolhimento, o mesmo seria ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC).

No que diz respeito aos sócios, seus direitos, deveres e responsabilidades, desapareceu a imposição estatutária anterior, que impedia o sócio não membro da sociedade "União Popular" do Rio Grande do Sul de ser eleito para cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Às admissões, demissões e exclusões de sócios, além da modificação da redação no Artigo 17, foram acrescentados mais dois dispositivos, anteriormente omitidos e que diziam respeito à exclusão do associado quando perder os direitos civis ou mudar de



domicílio para fora da área de ação da cooperativa, além das já existentes.

A Assembléia Geral tinha sua ação normatizada a partir do Artigo 18 ao 22 que inovaram em alguns pontos. Porém, as alterações verificadas em relação aos Estatutos anteriores, não alteraram substancialmente a função da Assembléia Geral, como órgão soberano da administração, capaz de resolver todos os problemas sociais, tomar decisões, aprovar e retificar, ou não, os atos que interessam aos associados e à própria Sociedade.

Entende-se que tinha, a finalidade de agilizar as decisões e a mobilização dos associados, buscando contar com o maior número possível destes nas assembleias. Pelo menos é o que sugere o Artigo 19 que ratifica a necessidade de um quinto dos associados para a Assembléia funcionar e deliberar com validade em primeira convocação e com qualquer número em segunda convocação. Entretanto, possibilitava que ambas as convocações fossem publicadas em um mesmo edital, dentro do prazo previsto estatutariamente e que a realização da segunda e última reunião fosse duas horas após a hora marcada à primeira chamada.

Também determinava que as convocações para Assembleias Gerais fossem publicadas pela imprensa ou qualquer outro meio pelo qual ficasse evidenciado, com legalidade, o conhecimento por parte do associado da referida notificação convocatória.

Por último, determina que, em regra geral, as decisões tomadas pela plenária em regime de votação fossem realizadas pelo processo simbólico, levantando-se os que aprovassem as propostas, sendo feita a verificação pelo inverso, excessão feita quando o presidente ou qualquer associado propusesse voto secreto.

No restante, permaneceram as exigências de que cada associado terá direito a um só voto, sendo este pessoal e vetado

o voto por representação. Nas deliberações tomadas por maioria de votos, há a proibição aos associados envolvidos direta ou indiretamente nos assuntos em votação de participar da mesma, fato que não o excluía dos debates, assim como a exigência de lavrar atas das respectivas reuniões, com assinatura dos membros da mesa diretora dos trabalhos, bem como por todos os associados participantes que desejassem. No que diz respeito às atribuições concernentes à diretoria, não houve modificações e nem acréscimos. Houve apenas a subtração do dispositivo que obrigava a diretoria a cumprir com o estabelecido no Artigo 16 do Decreto número 1.637 de 05 de janeiro de 1907, justamente em face da origem da reforma do Estatuto ter sido a nova legislação prevista pelo Decreto número 22.239, de 19 de dezembro de 1932, combinado com o Decreto-Lei número 581 de 01 de agosto de 1938, ambos revigorados pelo Decreto-Lei número 8.401 de 19 de dezembro de 1945.

O Capítulo VIII regulamentava a composição e ação do Conselho Fiscal. A novidade neste sentido, em relação ao anterior, relaciona-se com a inspeção da regulamentação contábil elaborada mensalmente e sobre o estado de caixa, atribuição esta, de forma geral, implícita no estatuto anterior, uma vez que previa um minucioso estudo das contas e do relatório da Diretoria, sobre os quais emitia parecer. Outra atribuição do Conselho Fiscal era o poder de convocar extraordinariamente a Assembléia Geral, em caso de ocorrência de algum motivo grave e urgente.

A respeito de uma possível dissolução da sociedade, os casos previstos continuam sendo os mesmos: diminuição do quadro social a um número inferior a sete ou pela vontade do quadro social, expressa em Assembléia Geral, conforme o previsto estatutariamente, sendo também de competência desta nomear os liquidantes.

Nas disposições gerais havia a previsão de que para os casos omissos, a Diretoria ou o Conselho Fiscal estabeleceriam regras a serem observadas até a reunião da primeira Assembléia Geral. Estas decisões seriam embasadas no Decreto número 22.239, de 19 de novembro de 1932, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 581, de 01 de agosto de 1939, revigoradas pelo Decreto-Lei número 8.401, de 19 de dezembro de 1945.

O envolvimento em operações de caráter aleatório, especular na compra de títulos ou adquirir imóveis eram proibidos de forma contundente. Os cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal seriam exercidos gratuitamente. Pelo previsto, era vetada a participação de pessoas jurídicas e de natureza mercantil, fundações, corporações e sociedades civis na qualidade de sócios.

Já o Artigo 33 das disposições gerais, previa que só poderiam ser tomadas por Assembléia Geral Extraordinária deliberações sobre reforma estatutária, mudança de objeto, fusão com outra cooperativa, dissolução e nomeação de liquidantes. As convocações, conforme o Artigo 18 do mesmo Estatuto, obedeciam ao seguinte: a primeira convocação antecederia a Assembléia Geral Extraordinária em oito dias, e a segunda e terceira, em uma única convocação, com cinco dias de antecedência.

Para instalar e deliberar com validade, em primeira convocação, eram necessários dois terços dos associados; em segunda chamada precisava da metade e mais um e, em terceira chamada - duas horas mais tarde que a primeira - qualquer número de associados. Porém, as decisões emanadas da Assembléia precisavam contar com dois terços dos presentes.

O Artigo 33 encerra as disposições gerais, enfatizando que

"...por constituírem bases essenciais do sistema Raiffeisen, jamais poderão ser revogadas as disposições destes Estatutos e que dizem respeito

às características apontadas pelo Artigo 30, Parágrafo terceiro, letras a, b, c, d, e, do Decreto número 22.239 de 19 de dezembro de 1932, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número 581, de 01 de agosto de 1938, revigoradas pelo Decreto-Lei número 8.401 de 19 de dezembro de 1945."

O referido Estatuto foi apresentado ao Oficial do Registro Especial de Santa Cruz do Sul em 01 de agosto de 1953, para fins de registro, tendo sido remetido à Junta Comercial do Rio Grande do Sul em 03 de agosto de 1953, em cumprimento ao Artigo 13, Parágrafo segundo do Decreto número 22.239 de 19 de dezembro de 1932, sendo deferido em 13 de agosto de 1953 pelo Diretor - Secretário da Junta Comercial do Rio Grande do Sul.

Este Estatuto vigorou até 17 de novembro de 1970, data em que a Assembléia Geral extraordinária, em virtude das transformações da "Cooperativa de Crédito Caixa Rural 'União Popular' de Santa Cruz" para "Cooperativa de Crédito Rural 'União Popular' Ltda.", passou a reger-se pela Lei número 4.595 de 31 de dezembro de 1964, Decreto-Lei número 59 de 21 de novembro de 1966, pelo Decreto número 60.597, de 19 de abril de 1967, normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

Logo, a "Caixa Rural 'União Popular' de Santa Cruz" até 1963, ano em que encerra o período pesquisado, terá seu embasamento legal no Decreto número 22.239 de 19 de dezembro de 1932, legislação que influenciou todas as demais normatizações posteriores.

A atuação da Cooperativa por intermédio de uma de suas seções atuou significativamente no meio rural, no âmbito pedagógico com a criação do Centro de Treinamento Agrícola (CTA).

4.1.6 - Centro de Treinamento Agrícola - CTA  
Antiga Escola Prática de Agricultura

Neste subtítulo enfoca-se uma das secções da Caixa União Popular-SCS que, provavelmente, prestaria relevantes contribuições à região, se a reforma bancária, promovida pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964 por um governo autoritário não tivesse dado cabo do mesmo: o Centro de Treinamento Agrícola (CTA).

A Caixa União Popular-SCS, como todas as instituições fundadas sob a inspiração dos princípios raiffeiseanos, tem compromisso com tudo aquilo que diz respeito ao bem-estar do agricultor, que vai desde o crédito até a educação dos filhos de seus associados.

Imagine-se quantas eram as preocupações neste sentido, na medida em que os imigrantes chegados à região, na sua maioria, eram deixados à própria sorte, desprovidos de qualquer orientação segura. Como consequência, as alterações em seu comportamento foram profundas.

Preocupada com esta ambientação que, não raramente, era responsável pela perda de identidade do imigrante, a partir de 1952 a Caixa procurou resgatar um pouco que fosse desta identidade.

Importou 150 caixas de sementes de batatas holandesas, ao preço de Cr\$ 70,00 a caixa, que foram distribuídas gratuitamente entre os agricultores, através de correspondentes da Caixa União Popular-SCS, cabendo aos agricultores contemplados comprometer-se a devolver, por ocasião da colheita, igual quantidade de semente recebida.

Esta atitude tomada pelo diretor da Caixa União Popular de Santa Cruz do Sul teve por motivação a constatação de que, na mesa dos imigrantes, este alimento tão tradicional estava ausente.

Outros indicativos no plano social, liderados pela Cooperativa - oportunamente serão enfocados - mas esta, de forma direta, está ligada com o subtítulo ora proposto, porque foram constatações deste nível que levaram a direção da Sociedade a preocupar-se com a alteração comportamental de ordem nutricionista e fundar o CENTRO DE TREINAMENTO AGRÍCOLA (CTA).

A idéia do CTA foi elaborada em cima de fatos constatados pela diretoria da Caixa União Popular-SCS, como por exemplo, os depósitos confiados à instituição em 2/3 partes provinham da cidade e arredores e 1/3 do interior do município, invertendo uma situação que até 1953 era exatamente o contrário.

Esta transformação foi grandemente prejudicial aos agricultores, pois estabelecia-se nesta constatação o início do êxodo rural na região, o que provocaria uma degradação da vida moral, cultural e material dos agricultores, uma vez que no perímetro urbano a ocupação de mão-de-obra ociosa - especializada em produzir alimentos - era absolutamente impossível, tendo em vista a estrutura econômica da cidade. (179)

Outra constatação que fortaleceu a idéia do CTA foi extraída de várias reuniões levadas a efeito no interior do município, nas quais ficou evidenciada a necessidade de facilitar ao agricultor o acesso ao crédito, porém importante como o crédito é auxiliá-lo para que adquira novos conhecimentos que são necessários para novas iniciativas, indispensáveis ao rendimento da propriedade.

---

179. Ver capítulo de Origem e Estruturação do Rio Grande do Sul.

Logo, era inevitável tomar providências de curto e longo prazo, para garantir e melhorar o padrão de vida moral, cultural e material dos agricultores e evitar que esta classe de pessoas, mais dia menos dia, se tornasse um problema de difícil resolução.

Neste sentido, a primeira providência foi a importação de sementes de batatas holandesas que, em 1954, atingiu a soma de 1.500 caixas. Em seguida foram organizadas excursões de agricultores em visitaçõa a estabelecimentos de alto padrão, como por exemplo, as plantações do Colégio Cristo Rei em São Leopoldo, a granja de propriedade de Rinaldo Umann, localizada em Rincão Del Rei, distrito de Rio Pardo, visitações às plantações do Vale do Taquari, cultivadas por imigrantes italianos, e participaçãõ em exposições agro-pecuárias em Rio Pardo e Porto Alegre.

Com os agriculores motivados, a direçãõ da Caixa Uniãõ Popular-SCS entendeu que era chegada a hora de mostrar "mais a miúde" o "como fazer". Para tanto, foram estabelecidos entendimentos em diferentes pontos do interior do município e organizados "Campos de Demonstraçãõ Agrícola" em caráter experimental em Linha João Alves, Ferraz e Trombudo, todos distritos de Santa Cruz do Sul.

Dentro das limitações financeiras da Caixa Uniãõ Popular-SCS, o objetivo era dar maior expansãõ aos serviçõs agrícolas, possibilitando ao agricultor a oportunidade de plantar os mais variados produtos, dentro de um sistema racional e com uso apropriado de fertilizantes. Tudo isso com a finalidade de alcançar a melhoria de vida do homem do interior. Com base nesta experiênciã que na reuniãõ de Diretoria e Conselho Fiscal, realizada aos trinta e um dias do mês de julho de mil novecentos e cinquenta e quatro, na sede da Caixa Uniãõ Popular Santa Cruz , à rua Ramiro Barcelos, 388, em Santa Cruz do Sul - RS, o presidente Bruno Agnes, usando da palavra, apresentou o projeto de criaçãõ da "Escola Prática de Agricultura". O referido projeto

previa a aquisição de uma área de terra pela Cooperativa, na qual seria instalada a "Escola Prática de Agricultura", destinada aos filhos dos agricultores, visando com isso possibilitar-lhes condições de estudar e praticar novos métodos de agricultura mais racional.

Após prolongado debate em torno da proposta apresentada, a Diretoria e Conselho Fiscal entenderam convocar uma Assembléia Geral Extraordinária para 16 de agosto de 1954, a fim de submeter o projeto à avaliação desta.

Instalada a Assembléia Geral Extraordinária em segunda convocação, conforme dispositivos estatutários, o presidente Bruno Agnes apresentou à plenária o projeto, enfatizando "ser absolutamente necessário introduzir na zona rural métodos de culturas melhoradas, bem como introduzir novas culturas em si, a fim de possibilitar um rendimento maior ao agricultor", (180) destacando ainda que a "Escola Prática de Agricultura seria o meio mais indicado para obter um resultado satisfatório.

Feita a apresentação e defesa do projeto, o presidente esclareceu à plenária que, segundo o Estatuto Social, só a Assembléia Geral Extraordinária poderia autorizar a realização do referido projeto.

Tendo sido debatido pela plenária, o projeto entrou em regime de votação, sendo aprovado por unanimidade. A diretoria foi autorizada a investir até Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) na aquisição de uma propriedade rural, objetivando a instalação da "Escola Prática de Agricultura".

Autorizada conforme o Estatuto, em reunião de Diretoria realizada aos dezesseis dias de agosto de mil novecentos e cinquenta e quatro, na sede da Cooperativa, ficou decidido que seria necessário nomear uma comissão para auxiliar a Diretoria na



execução do projeto, sendo escolhidos Antônio Willibaldo Eick, Jacob Schmitt e o professor Guilherme Hillesheim.

Em 07 de dezembro de 1954, por ocasião da última reunião da Diretoria e do Conselho Fiscal do ano, os participantes tomaram conhecimento da compra de uma área de 34 ha de terras, pertencentes ao casal Alvino Mandler, situada em Linha Santa Cruz, primeiro distrito de Santa Cruz do Sul, pelo valor de Cr\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil cruzeiros), conforme autorização da Assembléia Geral Extraordinária realizada a 16 de agosto de 1954. Também tomaram conhecimento que o professor Guilherme Hillesheim, a título de colaboração, ficou encarregado de dirigir os trabalhos iniciais da "Escola Prática de Agricultura".

Com base na ata de Diretoria e Conselho Fiscal, lavrada em 22 de abril de 1955, que determina ao gerente da Cooperativa firmar contrato com o professor Willy Hillesheim<sup>(181)</sup> que já estava desempenhando suas funções desde janeiro do corrente ano, supõe-se que as atividades da "Escola Prática de Agricultura" tenham iniciado naquele ano.

É uma suposição que se confirma, pois na ata do dia 23 de julho de 1955 da Diretoria e do Conselho Fiscal, os participantes foram informados de que na "Escola Prática de Agricultura" progressivos trabalhos estavam sendo realizados e quatro filhos de agricultores já se encontravam na Escola: Pedro Reckers, de

---

180. Livro de Atas da Sociedade Cooperativa União Popular Santa Cruz, p. 388.

181. Há uma divergência quanto ao nome do professor. Na referida ata aparece como sendo WILLY HILLESHEIM. Já em outras atas e documentos oficiais, aparece como sendo GUILHERME HILLESHEIM. Entretanto, trata-se da mesma pessoa, já que GUILHERME, em alemão, grafa-se WILHELM, também usando-se WILLY que é um diminutivo de WILHELM e constitui-se em um vocativo carinhoso.

Linha Formosa, José Sorbens, de Linha Floresta, Roque Baierle, de Serro Alegre e Arthur Pappen, de Linha Santa Cruz.

A "Escola Prática de Agricultura" tornava-se uma realidade, apesar da limitação de recursos, tanto que no relatório da Diretoria referente às atividades de 1955, datado de 20 de fevereiro de 1956, a "Escola Prática de Agricultura" fez parte do mesmo, pois, segundo este, os resultados práticos que vinham sendo obtidos com a variedade de culturas ali introduzidas, muito ceticismo já tinha sido banido do espírito daqueles que visitavam a Escola. Afirmava ainda que não consideravam a Escola como modelo de perfeição, mas que nesta eram realizadas experiências que o agricultor, às suas custas, não podia ou não queria realizar.

Também fica clara neste relatório a disposição da Diretoria em concluir até o final do ano a construção do prédio, apropriando-o aos serviços a que se propõe a Escola, dotando-a de salas de aula amplas, dormitórios, refeitório, cozinha, sanitários e depósito de produtos agrícolas, possibilitando com isso a ampliação do número de alunos a serem recebidos pela Escola.

A Diretoria considerava os melhoramentos nas instalações indispensáveis a uma exploração racional da agricultura, pois entendem que "tudo aquilo que se extrai do solo lhe deve ser devolvido por meios naturais, quando possível, e segundo velho axioma que no mundo nada se consome, mas tudo se transforma". (182)

Este era o espírito que predominava e impulsionava os trabalhos na Escola. Foi assim que, durante o ano de 1956, a Diretoria manteve entendimentos com a "Campanha Nacional de

---

182. Relatório da Diretoria referente ao ano de 1955, registrado no Livro de Atas número 02.

Educação Rural" (CNER) trazendo seu diretor João Pedro dos Santos, para uma visita à Escola. Resultou desta visita a promessa do diretor da CNER no sentido de viabilizar um convênio entre a instituição que dirigia e a Escola, possibilitando um apoio efetivo da CNER no que diz respeito a técnicos, equipamentos e verbas para a manutenção da Escola.

A mobilização em torno da Escola era muito grande e irradiava em todas as direções, tanto que na reunião de Diretoria e Conselho Fiscal em 27 de outubro de 1956, o presidente levou ao conhecimento dos presentes que a Escola tinha sido escolhida pelo Ministério e Secretaria da Agricultura, Campanha Nacional de Educação Rural, Sociedade União Popular, Central das Caixas Rurais, Federação das Associações Rurais e ASCAR "para servir de padrão modelo para iniciativas semelhantes em outros pontos do Estado. (183)

O relatório da Diretoria referente às atividades do "Centro de Treinamento Agrícola" (184) em Linha Santa Cruz comunica que, a partir de abril do ano seguinte, o Centro estaria em pleno funcionamento, uma vez que todas as dependências necessárias já haviam sido construídas, o que proporcionava uma capacidade para alojar entre 25 e 30 alunos internos, sendo ministrada aos jovens agricultores uma formação profissional voltada para a atividade rural. Inclusive, já havia pensamento da direção do Centro em estender a formação profissional também às filhas dos agricultores, a fim de melhorar seus conhecimentos gerais, referentes a economia doméstica, higiene a puericultura.

---

183. Livro de Atas da Diretoria e Conselho Fiscal número 02, p. 430-431.

184. A partir do relatório referente às atividades concernentes a 1956, registrado no Livro de Atas da "Caixa União Popular de Santa Cruz", p. 431-435, a Escola passa a ser denominada CENTRO DE TREINAMENTO AGRÍCOLA.

Este relatório comunicou ainda que, para levar a efeito tão grandiosa tarefa, a de educar, foi criado um órgão especialmente para tal fim. Este órgão foi denominado "Conselho Consultivo" e formado por um representante das seguintes instituições: Secretaria de Educação, Secretaria da Agricultura, Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), Federação das Associações Rurais, Associação Sulina de Crédito e Assistência rural (ASCAR), Sociedade União Popular, Oitavo Regimento de Infantaria, Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul e Arcebispado Metropolitano.

Cumprindo o previsto no relatório de 1956, o "Centro de Treinamento Agrícola" foi inaugurado oficialmente em 08 de abril de 1957, por ocasião da realização do "Congresso de Ação Social Rural", oportunidade em que mais de 2.000 pessoas estiveram visitando o Centro.

O Centro contava com 15 alunos matriculados em regime de internato, oriundos dos diversos distritos do município. Sendo orientados nas atividades teóricas e práticas por professores colocados à disposição do CTA pela Secretaria de Educação e pelo Superior dos Jesuitas, contava ainda com a colaboração do agrônomo e da supervisora do escritório da ASCAR.

Os resultados do primeiro ano e atividades do CTA foram considerados bons. Em parte, pela colaboração recebida tanto de órgãos públicos como privados, o que possibilita projetar para o futuro sucesso no que diz respeito aos objetivos propostos para o CTA: "maior bem-estar social e moral de nossos agricultores".

O progresso do CTA era visível e, em 29 de abril de 1958, por ocasião da reunião da Diretoria e Conselho Fiscal, o presidente Bruno Agnes comunicava a todos a assinatura de um convênio entre a Caixa União Popular-SCS e a Campanha Nacional de

Educação Rural, para execução de um trabalho de educação rural no CTA.

O convênio previa uma verba de CR\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros) destinada ao pagamento dos vencimentos do agrônomo, do técnico rural e manutenção do equipamento do CTA. Posteriormente, a CNER colocou à disposição do CTAS o agrônomo João Mariano Voleato.

Com a grande mobilização em torno do CTA, os resultados começavam a aparecer, tanto que no relatório do ano de 1958 da Diretoria ao Conselho Fiscal, era enfatizado o grande interesse pelo CTA, não só na área circunscrita ao município de Santa Cruz do Sul, mas também de municípios vizinhos, dos quais eram recebidos diversos pedidos de matrícula.

No final de 1959, o convênio de manutenção do CTA, além da participação da Campanha Nacional de Educação Rural, participavam ainda o Governo do Estado, via Secretaria de Educação Rural, Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul e mais a Província Sul-Brasileira dos Jesuitas, além da colaboração de instituições públicas e privadas. Como se percebe, ampliavam-se as fontes de manutenção do CTA, visando fazer frente aos altos custos que tal tarefa exigia, ou seja, melhorar os conhecimentos dos agricultores e lhes proporcionar métodos mais racionais na exploração da lavoura e na criação.

Se as fontes mantenedoras do CTA se ampliavam, também o interesse e a procura aumentavam. Já não eram só os 15 alunos da inauguração, mas 24 os matriculados que frequentavam o CTA gratuitamente.

As atividades do Centro podiam ser divididas em duas:

a) aulas teóricas: ministradas pelos professores através das quais buscavam aprimorar os conhecimentos gerais;

b) aulas práticas: constituíam-se em desenvolver atividades na lavoura, onde até 1959, os projetos eram: horta, pomar, batatinha, batata-doce, mandioca, feijão preto, soja, trigo, forrageiras, milho e criação de suínos e aves.

Cada um dos projetos de trabalho, após um estudo prévio, era colocado em execução sob orientação dos professores e técnicos, sistema que proporcionava um aproveitamento plenamente satisfatório.

Entretanto, visando dotar o CTA de recursos financeiros que oportunizassem ampliações e melhorias, o presidente Bruno Agnes mantinha entendimento com a CNER no sentido de aumentar a contribuição para Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros) em 1960. Além disso, no Serviço Social Rural havia projeto para contribuir com a importância de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) sob forma de bolsas de estudo.

O ano de 1960 para o CTA, transcorreu com normalidade, tendo operado no limite de sua capacidade interna, com relação ao número de matriculados: 24 rapazes. Mas, apesar da normalidade, já havia a preocupação da direção em introduzir modificações, a fim de obter resultados maiores nas atividades do Centro.

A esta altura, faz-se necessário abrir um parêntese. Em 25 de março de 1961, inesperadamente, faleceu o presidente da Caixa União Popular-SCS, o Sr. Bruno Agnes. Idealizador do Centro de Treinamento Agrícola e principal incentivador, constitui-se uma perda considerável, porém o Centro precisava continuar, até mesmo por gratidão ao seu arquiteto.

Leopoldo Morsch assumiu a presidência da Caixa União Popular Santa Cruz do Sul em 01 de abril de 1961. Em 14 de abril de 1961, já na gestão do novo presidente, foi enviada uma correspondência oficial ao deputado Euclides Nicolau Kliemann, com uma sucinta

história do CTA, de sua origem, como foi realizada a idéia do CTA, como trabalhava o CTA e os planos para o futuro. (185)

Apesar de neste trabalho não aparecer nenhum pedido de dotação orçamentária destinada a Caixa União Popular Santa Cruz para fazer frente às despesas do CTA, via Câmara dos Deputados, este trabalho surtiria mais tarde os efeitos desejados, ou seja, sensibilizar as autoridades para o objetivo a que se propunha o CTA. E a forma de demonstrar esta sensibilidade foi através de consignação orçamentária.

Mas o importante deste documento enviado ao deputado Euclides Kliemann era o fato de constar, no item "Como Funciona o CTA", a atividade curricular desenvolvida durante o período letivo do Centro, compreendido de 01 de março a 20 de dezembro.

Esta atividade curricular, considerando as necessidades dos jovens matriculados no CTA, previa o seguinte:

a) Cultura Geral:

1. Português: leitura e escrita correta, conhecimentos gerais de gramática, cartas e redação.

2. Matemática: as quatro operações fundamentais, sistema métrico, regra de três simples e composta, porcentagem,

---

185. Considerando o pouco tempo no exercício da presidência da Cooperativa, o fato de que no relatório de 1960 ficava clara a intenção do ex-presidente, Bruno Agnes, em introduzir modificações no CTA, que era vontade do mesmo estender ao elemento feminino, futuramente, os serviços do CTA e que não possuía assinatura o referido documento, apenas o carimbo da Cooperativa, entende-se que o mesmo teria sido realizado por Bruno Agnes. Inclusive indícios levam a crer na possibilidade do histórico sobre o CTA ter sido entregue pessoalmente ao deputado Euclides N. Kliemann, uma vez que o mesmo residia em Santa Cruz do Sul, juntamente com seu familiares.

juros, linhas reta, curva e quebrada, curva de nível numa lavoura e superfícies.

3. Geografia: Brasil, Rio Grande do Sul e o município.

4. História: descobrimento do Brasil até a atualidade e os poderes da República.

5. Estudos Sociais e Naturais: reino animal, vegetal, mineral, o homem, corpo humano, alimentação, etc.

6. Canto.

7. Conhecimento de Higiene.

b) Agricultura e criação:

1. Agricultura: planta, solo, clima, flora, fauna, combate à erosão, rotação cultural, conservação, adubação, semeaduras, tratos culturais, colheita e ensilagem.

2. Criação: raças, alimentação, higiene, doenças e combate.

c) Trabalhos Práticos:

Todos os trabalhos práticos eram realizados sob a orientação dos professores. Como os internos não pagavam pensão direta ao Centro, o trabalho dos mesmos, além de treinamento prático, era considerado como pagamento de sua pensão.

Do rendimento líquido obtido na produção, cujos cálculos individuais eram acompanhados e, muitas vezes, feitos pelos alunos internos, era distribuída uma porcentagem a estes, visando desta forma, satisfazer as necessidades individuais dos internos.

Desta forma, não havia dificuldade para a implantação de alguns projetos de trabalho que, por sua natureza, não



proporcionavam rendimentos diretos mas que eram necessários à boa marcha de todo o conjunto, como por exemplo, a plantação de verduras e legumes, serviço de matar formigas, conservação de cercas, estrumeiras, entre outras. E os serviços pesados da lavoura eram feitos por operários rurais, o que, até 1961, tinha sido possível executar projetos como:

a) Criação: suínos, aves e gado leiteiro.

b) Plantação: horta, pomar. babatinha, batata-doce, feijão, soja, trigo, forrageiras, milho e cebola.

Para o futuro, estava previsto consolidar o trabalho acima mencionado, uma vez que era pensamento dos dirigentes da Caixa União Popular-SCS e do Centro, torná-lo auto-suficiente, o que possibilitaria aplicar os recursos da Cooperativa e eventuais recursos do poder público que fossem conseguidos, em investimentos e melhoramentos tais como: aquisição de trator, construção de açude para irrigação e instalação de pequenas indústrias caseiras.

Além da auto-suficiência, era meta oferecer curso de orientação sobre os mais variados assuntos para os agricultores já estabelecidos, com o objetivo de criar a oportunidade de intercâmbio de idéias.

Também era preocupação da direção do CTA, a mulher rurícola. A estas era necessário oferecer condições para boa formação, pois, com uma prole geralmente grande, eram indispensáveis os conhecimentos de higiene, educação sexual, puericultura, preparo de alimentos, costura e tantos outros ensinamentos, o que justifica a intenção de abrir as portas do CTA ao elemento feminino.

Entretanto, ao finalizar 1961, constata-se que o número de vagas - anteriormente todas preenchidas - não haviam sido

preenchidas, apesar de manter a mesma programação, havendo apenas 16 internos.

Durante o ano de 1962, pelos documentos que foi possível encontrar e das "parcas" informações sobre o CTA, conclui-se que as atividades transcorreram dentro do previsto, inclusive com uma previsão de colheita boa.

Quanto a novos recursos, apesar de terem sido aprovadas verbas para o Centro, no orçamento da União de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros), indicados pelo deputado Tarso Dutra, sendo intermediário o deputado Euclides Kliemann e, de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), indicados pelo deputado Willy Froelich, estas subvenções não foram recebidas.

Em 1963 as informações sobre o desempenho do CTA são ainda mais exíguas. A Única referência é na ata de 25 de fevereiro de 1964, na qual consta que o número de alunos em 1963 foi de 18 rapazes e que os trabalhos tinham sido encerrados em 10 de dezembro de 1963.

Também registra que o Centro alcançou uma auto-suficiência de 64%. Considerando a anormalidade da época e apesar da diminuição do número de alunos, pode classificar o desempenho do Centro como sendo ótimo.

Pelo relatório, as atividades de 1964, apesar do "Centro de Treinamento Agrícola" ser considerado uma realização ousada da Caixa União Popular-SCS, a mesma não era bem compreendida pela população do interior, pois desconheciam os benefícios que a cultura técnico-agrícola lhes proporcionaria, segundo a diretoria da Caixa União Popular-SCS.

Mas se os agricultores não compreenderam o espírito do CTA, o Ministério da Agricultura continuava a enviar recursos financeiros, pois, segundo a ata de 25 de fevereiro de 1965, o

CTA tinha recebido Cr\$ 775.000,00 e estaria, em breve, recebendo mais Cr\$ 1.200.000,00 conforme comunicação feita por Carlos Leite Costa, procurador em Brasília, verba esta que até a venda do CTA não foi recebida, apesar de estar prevista no orçamento da União, provocando, compreensivelmente, um funcionamento com substancial dificuldade.

Conforme registro da ata da reunião da Diretoria e do Conselho Fiscal realizada em 20 de abril de 1966, a alegação para o não repasse de consignações no valor de Cr\$ 3.500.000,00 deve-se ao fato de o Conselho Nacional do Serviço Social negar registro ao "Centro de Treinamento Agrícola".

Como se não bastassem os contratempos com as questões financeiras, também os aspectos administrativos não passavam por bons momentos, tanto que, na ata do dia 04 de julho de 1965, o presidente Leopoldo Morsch levou ao conhecimento dos presentes que o diretor do "Centro de Treinamento de Caf" estava disposto a dividir suas atividades entre o "Centro de Caf" e o de Santa Cruz. Inclusive, já haviam sido feitas algumas viagens àquele Centro, visando recrutar jovens para o CTA.

Mas o que realmente definiu o futuro do CTA, já havia sido sancionado em 31 de dezembro de 1964, ou seja, a partir desta data, passava a vigorar a Lei 4.595 (Lei Bancária).

As consequências das determinações da Lei 4.595/64 só foram analisadas na reunião de Diretoria e Conselho Fiscal em 12 de novembro de 1965, principalmente as que diziam respeito a: novos associados; prazo de carência de 30 dias para receber empréstimos; proibição aos diretores, conselheiros fiscais e suplentes, bem como suas respectivas esposas e parentes de primeiro e segundo graus, de receber empréstimos e, de modo especial, o Artigo 35, que proibia a Caixa de possuir imóveis que não para uso próprio.

Em decorrência, foi marcada uma Assembléia Geral Extraordinária para o dia 18 de outubro de 1966, com vistas a normatizar os procedimentos do CTA.

Nesta Assembléia Geral Extraordinária foi apresentada a Lei 4.595 de 31 de dezembro de 1964, com destaque ao Artigo 35, sendo lida também a circular número 30 de 29 de março de 1966, do Banco Central, item 3, que regulamentava a venda de imóveis que não fossem de uso da instituição financeira.

Após tomarem conhecimento da Lei Bancária e ter sido debatida a nova legislação em vigor desde 1964 e terem tomado conhecimento da fiscalização do Banco Central, no sentido do cumprimento da mesma, aprovou por unanimidade o projeto de venda dos 24 ha de terras localizadas em Linha Santa Cruz, distrito de Santa Cruz do Sul, onde estava instalado o CTA e uma área de 706 metros quadrados situada na esquina das ruas Tenente Coronel Brito e Ramiro Barcelos, no centro de Santa Cruz do Sul, na qual se achava o Santa Cruz Hotel, de propriedade da Caixa União Popular.

Por ocasião da Assembléia foi concedida à Diretoria a autorização para venda dos referidos imóveis dentro das seguintes condições:

a) são assessores com a finalidade de orientar a Diretoria na venda dos imóveis Arnoldo H. Zimmer, Harry A. Werner, Arthur G. Rauber e Edvino J. Haeser;

b) publicar na imprensa edital de venda, com prazo de 30 dias para o recebimento de propostas de eventuais interessados.

Em 16 de dezembro de 1966, a Diretoria, em reunião com o Conselho Fiscal, aceitou a venda do CTA à Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, pelo valor de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros).

Entretanto, tal operação acabou por estender-se até 1967, tendo em vista a falta de dinheiro, por parte da Prefeitura Municipal, levando a Diretoria a reunir-se com o Conselho Fiscal, em 29 de junho de 1967, e tomar as seguintes determinações:

1 - Entrar em entendimentos com o Prefeito Municipal no sentido de uma alteração no preço, pois o que fora estimado referia-se a 1966;

2 - Informar-se com o Prefeito se há interesse na aquisição de diversos imóveis que ainda se encontram no Centro;

3 - solicitar uma minuta do convênio que, de acordo com o noticiado pela imprensa, teria sido assinado pelo Prefeito Municipal e IRGA, tendo por objeto o CTA.

O resultado das providências acima foi divulgado na reunião da Diretoria e do Conselho Fiscal no dia 01 de agosto de 1967, ou seja, a Prefeitura Municipal passava por dificuldades de numerário em função da alteração no sistema de arrecadação de tributos municipais, dificultando a efetivação da transação.

Com base nestas dificuldades, a comissão de assessoramento na venda dos imóveis contactou com a Federação dos Sindicatos Rurais, visando uma possível venda do CTA.

Neste interim, algumas salas do CTA haviam sido ocupadas por uma Escola Estadual, sem que ao menos a Caixa fosse comunicada ou consultada a respeito.

Assim ia arrastando-se a venda do CTA que, nestas alturas já tinha sido desativado e o objetivo para o qual havia sido criado, totalmente esquecido. Em 20 de junho de 1968, em reunião de diretoria, foi apresentada a proposta do Hospital Santa Cruz, visando a aquisição do CTA. O total oferecido era de Ncr\$ 65.000.00 (sessenta e cinco mil cruzeiros novos) nas seguintes

condições: Ncr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos) de entrada e Ncr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos) a cada sessenta dias, sendo cobrado juro de 15 ao mês sobre o saldo devedor.

A proposta, presumivelmente, foi aceita sem alterações, uma vez que, na documentação legal pesquisada não aparecem indícios de alterações. Apenas no Relatório da Diretoria, referente às atividades de 1968, foi registrado que em 22 de julho de 1968 tinha sido passada a escritura do imóvel onde estava instalado o "Centro de Treinamento Agrícola" à Sociedade Literária São Francisco de Assis, mantenedora do Hospital Santa Cruz. A operação foi no valor de Ncr\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil cruzewiros novos) e foi autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária de 18 de outubro de 1966.

Assim chegava ao fim um empreendimento liderado pela Caixa União Popular-SCS que tinha como objetivo colaborar com a formação do homem rural, identificando-se plenamente com os pressupostos raiffeiseanos que norteavam a fundação e administração da Caixa União Popular-SCS, graças à intervenção do Estado, contrariamente, instituição criada para proteger o povo.

Mas frente a ação da revolução militar de 64, que instalou um governo autoritário e limitado na sua capacidade de administrar, já que tomava a si a responsabilidade de financiar a agro-pecuária brasileira, a mesmo tempo, implantava medidas restritivas ao cooperativismo de crédito, sem analisar com profundidade o desempenho destas instituições no meio rural a que estava circunscrito seu raio de ação, não restou alternativa senão um melancólico fim para uma iniciativa tão nobre.

Entrementes, cabe enfatizar que, a partir de 1961, quando da morte do presidente Bruno Agnes, o CTA em muito perdeu de entusiasmo, de vibração e de arregimentação de forças em torno do Centro de Treinamento Agrícola. A julgar pelas atas, parece que o

presidente Leopoldo Morsch não era muito entusiasta do CTA, suposição esta que, de uma certa forma, é corroborada pela estranheza com que algumas pessoas tomaram conhecimento da venda do CTA. (186)

Sua meritória ação não ficou restrita ao meio rural, pois desenvolveu-se também com fins sociais.

#### 4.1.7 - Ação Social

Em termos de ação social, a linha de atuação da Cooperativa Caixa União Popular de Santa Cruz foi bastante abrangente, tanto que teve participação em, praticamente, todos os setores da comunidade santa-cruzense.

Esta prática adotada foi de doação pura e simples de numerário às mais variadas instituições, a concessão de empréstimos facilitados, tendo em vista o fim a que se destinavam, aquisição de sementes e implementos agrícolas para serem distribuídos entre agricultores, doação de material didático às escolas particulares, contribuição para aquisição de bens públicos e colaboração financeira para dinamizar o setor cultural da comunidade.

Em termos de doação de numerário à instituições diversas, pode-se dizer que representou em torno de 73% da ação social da Cooperativa. Desta forma, nem que se pretendesse, não seria possível relacionar todas as contribuições consignadas, mas que

186. Suposição retirada de interlocução com pessoas da comunidade e que, na época, tinham ativa participação em instituições voltadas a prestar serviços à comunidade.

se depreende destas, sempre que a causa fosse compatível com o espírito religioso que norteou o surgimento deste tipo de cooperativa, tivesse por finalidade o bem-estar da comunidade, encontrasse amparo na legislação em vigor e no regimento estatutário, teria a participação da Caixa União Popular-SCS.

Por exemplo, a contribuição de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) às Irmãs Maria em 01 de abril de 1947, por um período de seis meses, visando auxiliar o trabalho realizado na Vila Operária em Santa Cruz do Sul e que, em 15 de julho de 1949 foi aumentado para Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros).

O número de logradouros, bairros, vilas e distritos beneficiados com este tipo de contribuição é inumerável. A educação também foi outro setor para o qual as contribuições foram significativas, não só para educandários do município de Santa Cruz do Sul, mas também de várias regiões do Estado. Igualmente, a formação de professores recebeu contribuições pecuniárias da Caixa.

O lazer não foi esquecido. A construção do estádio do Football Club Santa Cruz e do ginásio de Esportes do Corinthians Sport Club tiveram a participação financeira da Caixa União Popular-SCS, assim como as quermesses realizadas na comunidade.

Outros setores que contaram com efetivo apoio financeiro foram o Asilo dos Idosos de Santa Cruz, a creche Casa da Criança, a Casa do Menor Abandonado, a Casa de Formação Loyola (casa de retiro), seminários de várias localidades do Estado, igrejas, arcebispados e ordens religiosas de modo geral.

O meio rural pode-se considerar como o segundo mais importante alvo da Caixa União Popular-SCS, em termos de ação social. Materializando-se na compra de sementes de batata holandesa (distribuição gratuita entre os agricultores),



organização de reuniões nos vários distritos com a finalidade de dimensionar as reais necessidades do agricultor, compra de cultivador para aproveitamento dos moradores da localidade de Capão da Cruz, intercâmbio de experiências na prática de uma cultura mais racional com propriedades-modelo e distribuição de uma literatura técnica de proteção e ocupação do solo entre os rurícolas.

Outro tipo de ação social prestada pela Cooperativa foi no sentido de adquirir material e doá-lo às instituições necessitadas. Este tipo de atitude beneficiou mais as escolas particulares que, em número bastante expressivo, receberam mapas do Brasil, do Rio Grande do Sul e do município, bandeiras do Brasil e demais material didático básico para o funcionamento de uma escola.

Dentro deste espírito de melhorar o bem-estar da população, teve participação significativa, no sentido de dotar a comunidade com equipamentos de grande utilidade pública, como o telefone automático. Para tanto, subscreveu Cr\$ 50.000,00 em ações preferenciais da Companhia Telefônica Nacional.

Da mesma forma procedeu-se para a aquisição de um terreno com posterior doação ao Círculo Operário de Santa Cruz do Sul, para que este instalasse uma fábrica de farinha de osso. Isto em termos de utilidade à comunidade, assume um caráter importante, pois com esta iniciativa a Cooperativa estava proporcionando a possibilidade de gerar mais trabalho, mais alimento e contribuindo, ainda que de forma discreta, com a diminuição da marginalização do operariado que, em grande parte, na época, era originário das zonas agrícolas do município.

A cultura faz parte do bem-estar de uma comunidade. E, em Santa Cruz do Sul esta prática era bastante apreciada, tanto que a cidade possui uma das maiores casas de espetáculos

cinematográficos, em termos de capacidade de público, o Cine Apolo, Hoje virou loja comercial, mas quando de sua existência como casa de espetáculos, muitas peças teatrais, festivais de música e cinema foram exibidos.

A contribuição da Caixa União Popular-SCS, neste sentido, era de participar do rateio das despesas provenientes da estada dos artistas que, muitas vezes, vinham do exterior. A ação social mais objetiva da Caixa União Popular-SCS, sem dúvida alguma, foi a liberação de empréstimo via Central das Caixas - a legislação em vigor e os Estatutos da Caixa proibiam empréstimos desta natureza - ao Liceu Comercial São Luiz de Santa Cruz do Sul, no valor de um milhão de cruzeiros, para a construção do prédio, e ao Instituto Visconde de Mauá, também de Santa Cruz do Sul, no valor de quatrocentos mil cruzeiros, para igual finalidade. Contribuiu, desta forma, dentro da natureza a que se propôs a Caixa União Popular -SCS, solidificar a educação de seus associados através de educandários que hoje se constituem em instituições de mais alta importância no contexto cultural santacruzense. Com isto, cumpria um dos pressupostos do raiffeiseanismo: a educação

Sua participação no exterior se fez com representantes da Caixa, com a finalidade de estender seu raio de ação.

#### 4.1.8 - Representantes

De acordo com a documentação pesquisada, constata-se que a Caixa União Popular-SCS usava de representantes no interior do

município santa-cruzense, no sentido de manter a Caixa em contato permanente com seus associados.

Estes representantes eram pessoas de inteira confiança da diretoria da Caixa, e de "honra". Os representantes não eram funcionários da Cooperativa, excessão feita a Darci Gressler, representante em Gramado Xavier e que foi contratado para desempenhar tal função, de acordo com ata da Diretoria e Conselho Fiscal de 02 de julho de 1952. O que recebiam era uma comissão anual que variava de acordo com o movimento da respectiva localidade.

Aos representantes cabia a função de ligação entre a Cooperativa e os associados, bem como divulgar junto a estes a ação da Caixa União Popular-SCS. Para que esta interação fosse alcançada, eram marcadas reuniões onde participavam os representantes, juntamente com a Diretoria e o Conselho Fiscal.

As localidades onde a Caixa União Popular possuía representantes eram Rio Pardinho, Riopardense, Ponte Rio Pardinho, Sinimbu, Gramado Xavier, Sitio, General Osório, São Martinho, Monte Alverne, Ferraz, Dona Josefa, Linha Antão, Rio Tal e Linha Trombudo.

Na reunião do dia 29 de setembro de 1951, que contou com a participação da Diretoria, Conselho Fiscal e Representantes do Interior, concluíram haver necessidade de contratar um Inspetor "para estar em permanente contato com a clientela, tanto depositantes como devedores, a fim de auxiliá-los e assim conseguir uma melhora no nível de vida, tanto no terreno econômico, como no terreno educacional e social" (187)

---

187. Livro de Atas da Caixa União Popular-SCS, período de 1945 a 1964, p. 272.

Para tanto, a diretoria foi autorizada a contatar com pessoas que preenchessem os requisitos exigidos pelo cargo. E, na reunião de Diretoria e Conselho Fiscal do dia 09 de novembro de 1951, o presidente levou ao conhecimento dos presentes que mantinha entendimento com Pedro Avelino Junges, professor da escola particular de São Martinho, para ocupar o cargo de inspetor da Caixa.

Os presentes concordaram plenamente com a escolha, devendo Pedro A. Junges assumir o cargo a partir de janeiro de 1952, como funcionário do quadro da Caixa e tendo um vencimento mensal de Cr\$ 2.800,00.

Desta forma, a Caixa passou a contar com os representantes em cada localidade e um inspetor servindo como elo de ligação associado/Caixa, Caixa/associado.

Este esquema de contato com o associado era tão importante e facilitava sobremaneira ambas as partes que o correspondente de Sinimbu, Henrique Becker, durante o ano de 1951, consultou a direção da Caixa, quanto a uma possível escrituração de caderneta de depósitos dos associados daquela localidade, feita por aquele representante. (188)

Apesar da consulta aparentemente não ter sido respondida, já que não se encontrou registro neste sentido, serve para evidenciar o acerto deste tipo de comunicação, a confiança que os associados depositavam nos representantes e a facilidade que isto representava ao associado, pois nem sempre as vias de comunicação permitiam uma fluência normal de tráfego até a sede do município, onde estava instalada a Caixa.

---

188. A Direção da Caixa União Popular-SCS repassou esta consulta à Central das Caixas, no sentido de verificar a legalidade de tal prática

Esta situação causava transtorno ao agricultor, já que, na maioria das vezes que precisava ir até o perímetro urbano, se via obrigado a abandonar seu trabalho por um ou mais dias, dependendo do local onde morava.

Já pelo lado da Caixa o sistema de representantes oportunizava uma maior mobilidade na chegada das decisões e deliberações ou convocações aos associados, uma vez que o espaço físico a ser coberto era bastante expressivo, isso sem considerar a dificuldade em percorrê-lo e a falta de pessoal para tal função.

O número de representantes de que a Caixa dispunha para este tipo de contato com seu associado, senão impossível de precisar, pelo menos as dificuldades para tal, são de toda ordem. Começa com a falta de documentação a respeito, já que não era uma função que precisava ser desempenhada por um funcionário e nem os representantes eram funcionários da Caixa, outra que as informações a respeito destes representantes são contraditórias e resumidas, as alterações de pessoas na respectiva função são abundantes, tendo em vista a constante migração da população da região. Somente os distritos com mais volume de negócios com a Caixa é que aparecem mais seguidamente. Os nomes dos representantes na documentação da Caixa e as atas das reuniões em que participavam os representantes não são relacionadas individualmente e nem por localidade.

De qualquer forma, elaborou-se um quadro com os nomes dos representantes, localidades e algumas observações. Entretanto, em função do já exposto, o respectivo quadro, à medida que novas pesquisas forem feitas, deverá ser alterado e complementado.

## Quadro 10

## REPRESENTANTES DA CAIXA UNIÃO POPULAR-SCS

NOME	LOCAL	OBSERVAÇÃO
VICTOR SCHMIDEL	Pte. Rio Pardinho	
HEINZ WEGNER	Pte. Rio Pardinho	Substituiu V. Schmidel
RUDY BERNHARD	Rio Pardinho	- - -
ERVINO EICKSTAED	RioPardinho	Substituiu R. Bernhard
WANDOLINO KOHN	Riopardense	- - -
FREDERICO KOPS	Sininbu	- - -
EGIDIO BECKER	Sininbu	Substituiu Fred. Kops
HENRIQUE BECKER	Sininbu	Substituiu E. Becker
DARCI GRESSLER	Gramado Xavier	Único contratado como representante.
JOSÉ GASSEN	Sítio	- - -
JOSÉ MORSCH	General Osório	Foi nomeado para duas localidades, devido à proximidade de ambas.
JOSÉ MORSCH	São Martinho	
M. ASSMANN Fº	Linha Antão	- - -
Prof. PILZ	Linha Antão	Substituiu M. Assmann
OTTOMAR KOHLS	Ferraz	- - -
PEDRO J. ETGES	Rio Tal	- - -
J. WOLFENBUTTEL	Linha Trombudo	- - -
R. GESSINGER	Linha Andréas	- - -

FONTES: 1. Atas da Cooperativa Caixa Rural União Popular-SCS, período 1944-1964.

2. Jornal *St. Paulus Blatt*, n. 2, fev./29, p. 10-11.

## 5. ANÁLISE HISTÓRICO-ECONÔMICO-FINANCEIRA

### 5.1. Questões Metodológicas - Análise de Relatórios Financeiros

A metodologia utilizada na análise dos balanços é a desenvolvida pelo professor Dr. Rufino Porfírio Almeida em diversos trabalhos,<sup>(189)</sup> incluindo a análise e interpretação de balanços e relatórios financeiros como instrumento de avaliação da situação da empresa. Busca-se com isso dimensionar e compreender a evolução da instituição pesquisada.

A utilização deste processo, oportuniza ainda, projetar uma tendência, em torno da qual, se assumirá uma posição. Evidentemente todas as informações e dados são considerados como corretos, uma vez que parece ser ilógico elaborar balanços e relatórios financeiros oficiais com dados falsos. Principalmente se considerarmos a natureza da Caixa União Popular-SCS e sua forma organizacional.

---

189. ALMEIDA, Rufino Porfírio. A Empresa Com. e Ind. Germano Stein S/A (Estudo Histórico-Econômico-Financeiro de uma Empresa Centenária). São Paulo, USP, Tese Doutorado, 1985 (mimeo) 685 p.

\_\_\_\_\_. Cooperativa de Crédito Santa Cruz Ltda. (Trabalho de pesquisa apresentado ao Departamento de História da UFSC para concurso de professor titular). Florianópolis, 1987, 310 p.

\_\_\_\_\_. Um Aspecto da Economia de Santa Catarina: A Erva Mate - O Estudo da Cia. Industrial. Florianópolis, UFSC, Tese de Mestrado (mimeo), 1979, 245 p.

## 5.2. Enquadramento Contábil

O universo está em constante movimento. Esta assertiva tem uma lógica e profundidade que extrapola nossa limitada e imediata compreensão do sentido da expressão. Mas independente da nossa compreensão ou não, as ciências vão se adaptando e cada vez mais penetrando na vastidão deste movimento, produzindo resultados que se convencionou determinar evolução.

Pois também a contabilidade tem e continuará a sofrer a interferência desta evolução. Isso fica mais evidenciado quando se pesquisam períodos, relativamente longos, através dos quais o ativo e passivo são caracterizados por uma prolixa nomenclatura. Desta forma, segundo Almeida, "mister se faz enquadrar os balanços, para que todos possuam a mesma nomenclatura e possibilitem então a retirada de séries históricas para análise".<sup>(190)</sup> Lembra-se ainda que o enquadramento contábil, anexos 1 a 20, se originaram dos balanços da Cooperativa. Tal enquadramento é exigido a todas as empresas ao apresentarem seus relatórios financeiros (Lei 6.404, das Sociedades Anônimas).

## 5.3. Inflação

Outra questão um tanto embaraçosa de superar é a abordagem da inflação, principalmente, no Brasil onde a questão fundamental deixou de ser uma diminuição da inflação, mas tentar evitar uma hiper-inflação.

---

190. ALMEIDA, Rufino Porfírio. op. cit. p. 57-58.



Esta característica se contorna à medida que se usa o Índice de Custo de Vida (Rio de Janeiro, Revista Conjuntura Econômica, 5/51) para o período de 1918 a 1940 e o Índice Geral de Preços (Rio, Revista Conjuntura Econômica, 1940/1964) e se calcula um multiplicador fixo (Quadro Nº 8). É a partir deste que se corrige o capital, depósito e empréstimo, oriundos dos balanços.

Conforme esclarece Almeida, esta metodologia não elimina todas as distorções, "porém na inexistência de outra que apresente melhores condições de análise"<sup>(191)</sup>, usou-se esta.

Para efeito deste trabalho, a análise financeira da Cooperativa Caixa Rural União Popular, período compreendido entre 1918 a 1964, foram destacados os seguintes tópicos:

#### 01 - *Ativo*

Objetivo: verificar o crescimento e o desenvolvimento da Cooperativa, identificando e analisando as sub-contas que o compõem.

#### 02 - *Passivo*

Objetivo: identificar e analisar o desdobramento das contas: Depósito, Fundos de Reservas e outras obrigações.

#### 03 - *Multiplicadores Fixos*

Objetivo: fazer a correção dos valores utilizados como base no ano de 1964, num período que vai de 1918 a 1964.

#### 04 - *Correção das Reservas*

Objetivo: busca-se verificar se as reservas acompanharam a desvalorização da moeda.

---

191. Ibid. p.58, 1987.

**05 - Gráfico das Reservas Corrigidas**

Objetivo: visualizar a evolução das reservas corrigidas e justificar as oscilações, ainda que corrigidas

**06 - Correção dos Depósitos**

Objetivo: verificar se houve crescimento ou queda, explicando os motivos que originaram um ou outro.

**07 - Gráfico dos Depósitos Corrigidos**

Objetivo: visualizar a evolução dos depósitos e justificar os períodos de maior ou menor captação de recursos.

**08 - Correção dos Empréstimos**

Objetivo: verificar se houve ou não aumento dos empréstimos concedidos, explicando-se o aumento ou não.

**09 - Gráfico dos Empréstimos Corrigidos**

Objetivo: visualizar a evolução e, ao mesmo tempo, explicar os momentos de alta e baixa.

**10 - Relação dos Depósitos/empréstimos**

Objetivo: detectar se os depósitos são superiores aos empréstimos ou vice-versa, e constatar o destino dos depósitos.

**11 - Gráfico dos Depósitos/Empréstimos**

Objetivo: visualizar a evolução de ambos e explicar as eventuais oscilações de ambos.

12 - *Índice 100*

Objetivo: transformar os números absolutos em relativos, tendo por base o primeiro elemento da série cronológica, possibilitando uma comparação direta entre os elementos em análise.

13 - *Índice Base Móvel*

Objetivo: calcular a variação percentual de cada componente em relação ao imediatamente anterior.

Os elementos acima selecionados, justificam-se em razão da natureza deste trabalho, como são importantes para análise contábil.

## Quadro 11

## MULTIPLICADORES FIXOS

ANOS	ÍNDICE CUSTO DE VIDA	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS	MULTIPLICADORES FIXOS
1919	149	0130	354.615
1920	164	0143	322.378
1921	168	0147	316.605
1922	184	0161	286.335
1923	203	0178	258.989
1924	237	0207	222.705
1925	253	0222	207.658
1926	260	0228	202.193
1927	267	0234	197.009
1928	263	0230	202.435
1929	261	0229	201.310
1930	237	0207	222.705
1931	229	0200	230.500
1932	229	0200	230.500
1933	229	0200	230.500
1934	246	0215	214.419
1935	259	0227	203.084
1936	297	0260	177.038
1937	320	0280	164.643
1938	333	0292	157.877
1939	342	0300	153.667
1940	359	0315	146.349
1941	398	0349	132.092
1942	446	0391	117.903
1943	513	0450	102.444
1944	-	0573	80.453
1945	-	0656	70.274
1946	-	0765	60.261
1947	-	0856	53.855
1948	-	0916	50.327
1949	-	0981	46.993
1950	-	1.090	42.293
1951	-	1.270	36.299
1952	-	1.420	32.465
1953	-	1.630	28.282
1954	-	2.070	22.270
1955	-	2.410	19.128
1956	-	2.890	15.951
1957	-	3.300	13.969
1958	-	3.730	12.359
1959	-	5.140	8.968
1960	-	6.640	6.942
1961	-	9.100	5.065
1962	-	13.800	3.340
1963	-	24.200	1.904
1964	-	46.100	1.000

FONTE: ALMEIDA, R. P. A Empresa Com. Ind. Germano Stein S/A. São Paulo, USP, Tese Doutorado, 1985, p. 693-694.

NOTAS: 1. Índice do Custo de Vida: Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, Mai./51, p. 37.

2. Índice Geral de Preços: Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 1940-1964 (de 1919 a 1919 cálculos oriundos da fonte consultada).

3. Multiplicadores Fixos: cálculos do autor.

#### 5.4. Divisão da Análise.

Quando se diz que o Brasil não tem memória histórica, não se está a dizer que a população brasileira esqueceu sua história, mas que não há também, estrutura e, muito menos, consciência de preservar o fato histórico.

A prova disto são as inúmeras pesquisas que ficam mutiladas por falta da existência ou destruição da fonte histórica.

O objeto desta pesquisa não é diferente, pois as pesquisas demonstram haver uma lacuna de 25 anos de existência de Balanços (1919/1944), provocando prejuízos na análise contábil, contemporizado com alguns dados coletados em jornais, referente aos dez primeiros anos da Cooperativa (1919-1929), assim como os balanços de 1930 e 1931, igualmente retirados de jornais. Até mesmo o livro de atas referente ao período 1919 a 1944 (01 de janeiro a 20 de julho) desapareceu; obviamente, existiu.

Desta forma, a análise terá que ser dividida em três períodos:

Primeiro - de 1919 a 1931 - período da existência de dados;

Segundo - de 1932 a 1943 - período da inexistência de balanços.

Terceiro - de 1944 a 1964 - período da existência de balanços.

## 5.5. Análise Histórico-econômico-financeira

### 5.5.1 - Primeiro Período: 1919 a 1931

A Cooperativa Caixa Rural União Popular de Santa Cruz foi fundada em 21 de setembro de 1919. O espaço de tempo compreendido entre 1919 a 1931, caracteriza-se por existirem apenas dados coletados junto ao jornal "St. Paulus-Blatt"<sup>(192)</sup>, de propriedade da Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul, instituição esta inspiradora das Caixas Rurais e fundada pelo Pe. Theodoro Amstad S. J.

Esta ausência de balanços, justifica-se à medida que os mesmos estavam transcritos no livro de atas da Caixa União Popular-SCS, período 1919 ao primeiro semestre de 1944 e desapareceu do arquivo da Cooperativa, provavelmente em decorrência de reforma interna da sede da Caixa.

Os dados referentes aos primeiros dez anos de existência da Caixa União Popular-SCS foram extraídos do relatório publicado no "St. Paulus-Blatt" de março de 1930, páginas 13, 14, 15 e 16.

---

192. Órgão de Comunicação da Sociedade Popular do Rio Grande do Sul, fundado em 1912 e de circulação mensal. O jornal tem sua sede na Av. Alberto Bins, 467- sala 2, C. Postal 1115, tel. :24-6953, Porto Alegre-RS. Também pode ser encontrada coleção completa do referido jornal no "Instituto Anchietano da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo-RS.

A estatística sobre os dez primeiros anos da Caixa União Popular-SCS constava do seguinte: Empréstimos, Fundo de Reserva, Fundos Especiais, Fins Sociais, Depósitos e Evolução do Saldo.

Os anos de 1930 e 1931, foram coletados, igualmente, do "St. Paulus-Blatt", número 2 de fevereiro de 1931 e o número 4 de abril de 1932. Para fins de análise deste período, os elementos a serem trabalhados serão as reservas, empréstimos e depósitos. Os empréstimos no período de 1919 a 1931, atingiram um total de Cr\$ 18.510.802,37, proporcionando uma média de Cr\$ 1.542.566,86. Média que poderia atingir um índice maior, tendo em vista que no primeiro ano de funcionamento da Caixa União Popular-SCS, não houve empréstimos (Tabela 16).

O constante aumento na concessão de empréstimos fica evidenciado nos Gráficos 03 e 04, bem como um período inicial de crescimento lento, seguido de um quase abrupto.

Estas oscilações são reflexos das épocas de crise. Por exemplo, em 1919, o ano de fundação da Caixa União Popular-SCS, o Rio Grande do Sul mergulha em uma crise econômico-financeira, consequência da Primeira Guerra Mundial. O abate, as charqueadas, os frigoríficos e as casas bancárias, assim como a fumicultura, principal produto de exportação de Santa Cruz do Sul-RS, sofrem com a recessão. Daí por que os empréstimos nos três primeiros anos de funcionamento da Cooperativa, não terem apresentado um crescimento muito acentuado. Obviamente, a existência de estabelecimento congênere, desde 1904 como a "Cooperativa de Crédito Santa Cruz Ltda", deve ser levado em consideração.

Outro fator bastante relevante nesta questão dos empréstimos, diz respeito à ocorrência da "pulga da terra" ou como denominou o "Instituto Borges de Medeiros" de Porto Alegre-RS, "Bacterium Solanacearum" no cultivo do fumo e de batata inglesa em 1921.

Tabela 16

## EMPRÉSTIMOS NOMINAIS/CORRIGIDOS (1919-1930)

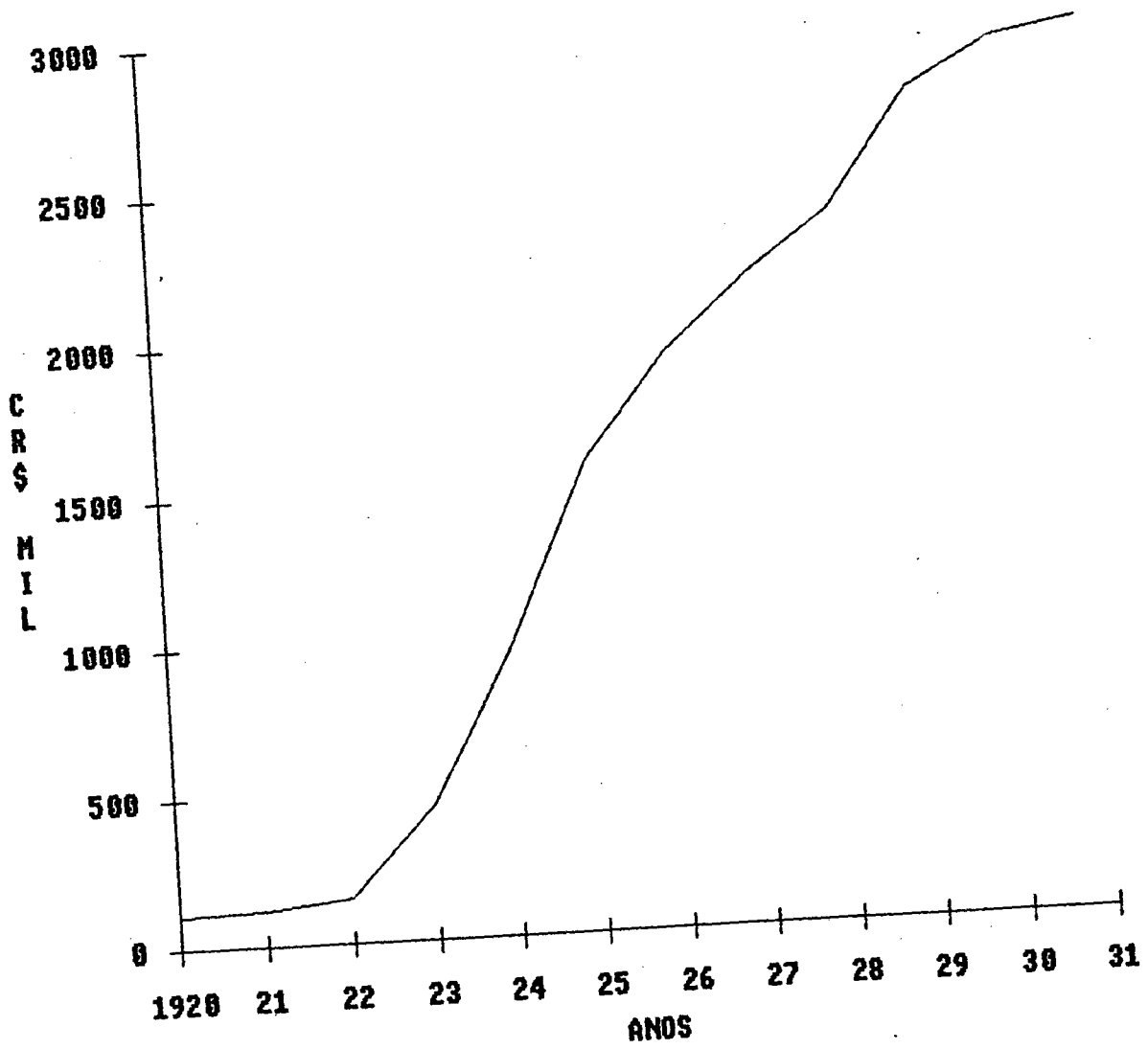
ANO	MULTIPL. FIXOS	EMPRÉSTIMOS NOMINAIS	INDICE	INDICE B. MÓVEL	EMPRÉSTIMOS CORRIGIDOS	INDICE	INDICE B. MÓVEL
1919	354.615	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -
1920	322.378	107.362,30	100,00	- - -	34.611.243,54	100,00	- - -
1921	313.605	117.476,10	109,40	190,40	36.841.092,34	106,40	106,40
1922	286.335	149.741,80	139,50	127,50	42.876.318,30	123,80	116,30
1923	258.989	450.374,00	419,40	300,80	116.641.911,88	337,00	272,00
1924	222.705	959.210,95	893,40	112,90	213.621.074,61	617,20	183,10
1925	207.658	1.584.624,82	1.475,90	165,20	329.060.020,87	950,70	154,00
1926	202.193	1.926.805,70	1.794,60	121,60	389.586.624,90	1.125,60	118,30
1927	197.009	2.170.918,70	2.022,00	112,60	427.690.522,16	1.235,70	109,70
1928	202.435	2.372.381,60	2.209,60	109,30	480.253.069,19	1.387,50	112,20
1929	201.310	2.767.627,30	2.577,80	116,70	557.151.051,76	1.609,70	116,00
1930	222.705	2.926.921,60	2.726,20	105,70	651.840.074,92	1.883,30	117,30
1931	230.500	2.977.357,50	2.773,10	101,70	686.280.903,75	1.982,80	105,20
TOTAL	- - -	18.510.802,37	- - -	- - -	3.865.453.908,22	- - -	- - -
M. ART.	- - -	1.542.566,86	- - -	- - -	322.121.159,09	- - -	- - -

FONTE: Quadro 07, Multiplicadores Fixos

St. Paulus-Blatt, Nº 2, fevereiro de 1929, e Nº 3, março de 1930.

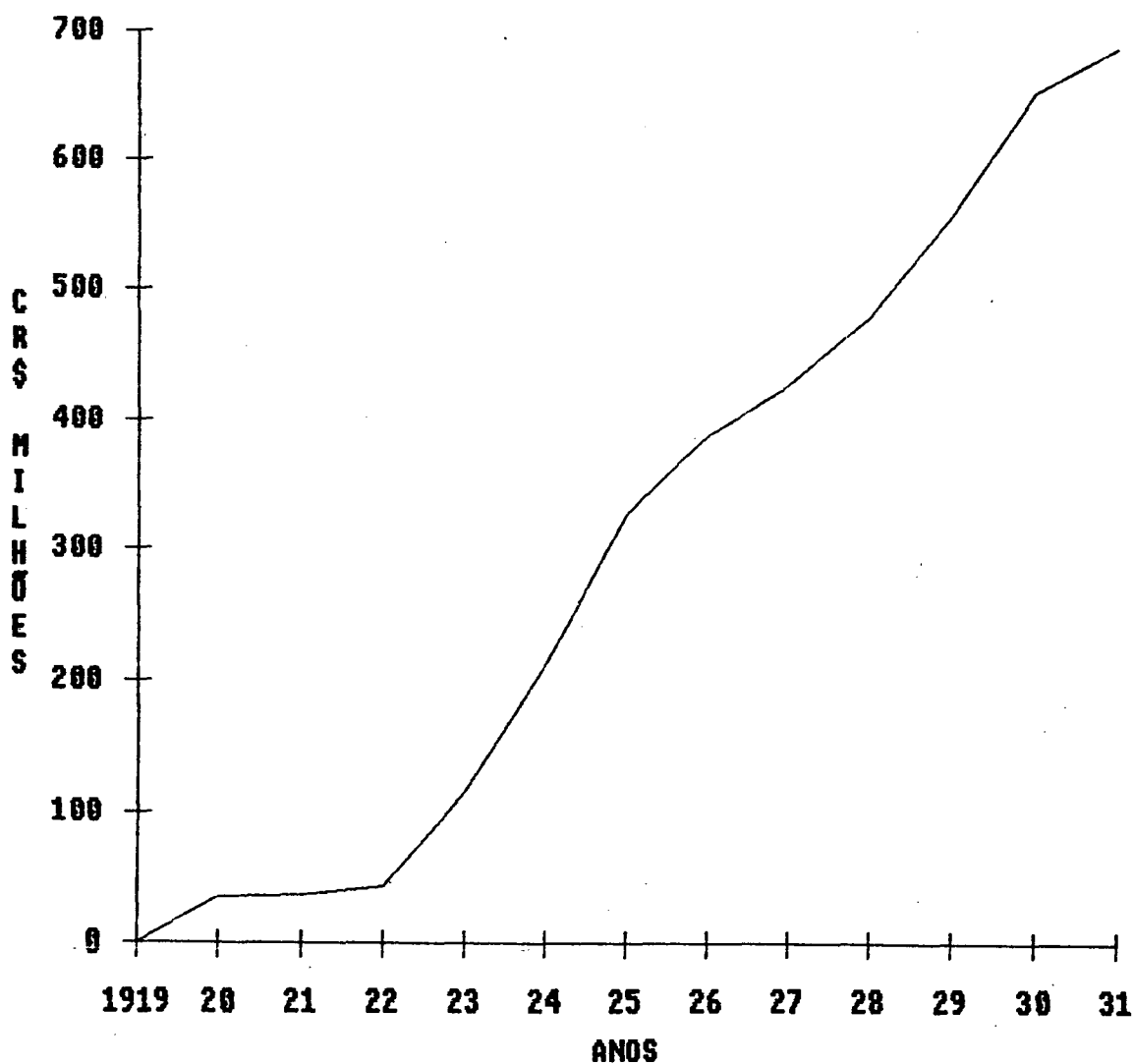


Gráfico 03  
EMPRÉSTIMOS/NOMINAIS



FONTE: Tabela 16

Gráfico 04  
EMPRÉSTIMOS/CORRIGIDOS



FONTE: Tabela 16

A praga provocou perdas significativas para estes produtos e também atingiu o feijão e o tomate.

Considere-se ainda que, mais ou menos nesta época, Santa Cruz do Sul-RS ingressava na divisão inter-regional do trabalho, ao mesmo tempo que a mentalidade do agricultor começava a sofrer transformações: buscava lucro fácil e imediato. (193) Todo este contexto impulsionava-o a buscar financiamentos, justificando-se, assim, o expressivo aumento dos empréstimos da Caixa União Popular-SCS, de 1922 até 1927. A partir daí, constata-se um decréscimo nos índices anuais, o que não chega a prejudicar a tendência de crescimento em 1919.

Já era o prenúncio da revolução de 30, denunciado pelo Intendente Provisório de Santa Cruz do Sul e Tenente Coronel Felício de Almeida, em seu relatório, que reclamava da falta de numerário nas casas bancárias.

Na verdade, este declínio que se constata na Tabela 17 - coluna 8 - foi função da crise no sistema capitalista baseado na agroexportação, acabando na tomada do poder político por Getúlio Vargas, apoiado pelas oligarquias de Minas Gerais e Paraíba. Esta situação levou Getúlio, ao assumir a chefia do Governo Provisório em 03 de novembro de 1930, a tomar medidas reformadoras, urgentes, no que diz respeito à situação econômica.

Os reflexos são sintomáticos; da expectativa em torno das novas medidas resultou a recessão na tomada de recursos financeiros, enquanto não houvesse conhecimento das novas regras.

Os depósitos na Caixa União Popular-SCS no período em análise (1919-1931) atingiram um total de Cr\$ 31.427.953,86 o que proporcionou a média de Cr\$ 2.417.534,91, conforme a Tabela 17.

---

193. Capítulo: Origem e Estruturação Sócio-Econômica do Rio Grande do Sul, subtítulo Colonização de Santa Cruz do Sul.

Tabela 17

## DEPÓSITOS NOMINAIS/CORRIGIDOS (1919-1930)

ANO	MUPLI. FIXOS	DEPÓSITOS NOMINAIS	INDICE	INDICE B. MÓVEL	DEPÓSITOS CORRIGIDOS	INDICE	INDICE B. MÓVEL
1919	354.615	35.446,40	100,00	- - -	12.569.825,14	100	- - -
1920	322.378	130.862,28	369,20	369,20	42.187.120,10	336	335,60
1921	313.605	180.267,70	508,60	137,70	56.532.852,06	450	134,00
1922	286.335	270.006,93	761,70	149,80	77.312.434,30	615	136,70
1923	258.989	821.394,90	2.317,30	304,20	212.737.243,75	1.692	275,10
1924	222.705	2.077.014,60	5.859,60	252,90	462.561.536,49	3.680	217,40
1925	207.658	2.894.837,60	8.164,50	139,30	600.970.059,94	4.781	129,90
1926	202.193	2.881.764,70	8.129,90	99,60	582.672.649,98	4.635	96,90
1927	197.009	3.629.844,77	10.240,40	126,00	715.112.088,29	5.698	122,70
1928	202.435	3.974.944,68	11.221,10	109,50	804.465.491,29	6.400	112,50
1929	201.310	4.908.644,78	13.844,00	123,50	988.159.280,66	7.861	122,80
1930	222.705	5.005.854,21	14.122,30	102,00	1.114.828.761,83	8.869	112,80
1931	230.500	4.618.870,31	13.030,50	92,30	1.064.649.606,45	8.470	95,50
TOTAL	- - -	31.427.953,86	- - -	- - -	6.734.753.950,28	- - -	- - -
M. ART.	- - -	2.417.534,91	- - -	- - -	518.057.996,18	- - -	- - -

FONTE: Quadro 07, Multiplicadores Fixos

St. Paulus-Blatt, Nº 2, fevereiro de 1929, e Nº 3, março de 1930.

Estes valores corrigidos pelos multiplicadores fixos, base 1964, são os seguintes: total Cr\$ 6.734.753.950,28, dando uma média de Cr\$ 518.057.996,18.

De acordo com a tabela 17, verifica-se que os depósitos nem sempre mantiveram um crescimento positivo e, mesmo quando este foi positivo, as oscilações foram bastante intensas. É o caso do aumento de 335,6% em relação ao ano de 1919, constituindo-se no maior índice de crescimento do período (índice base móvel).

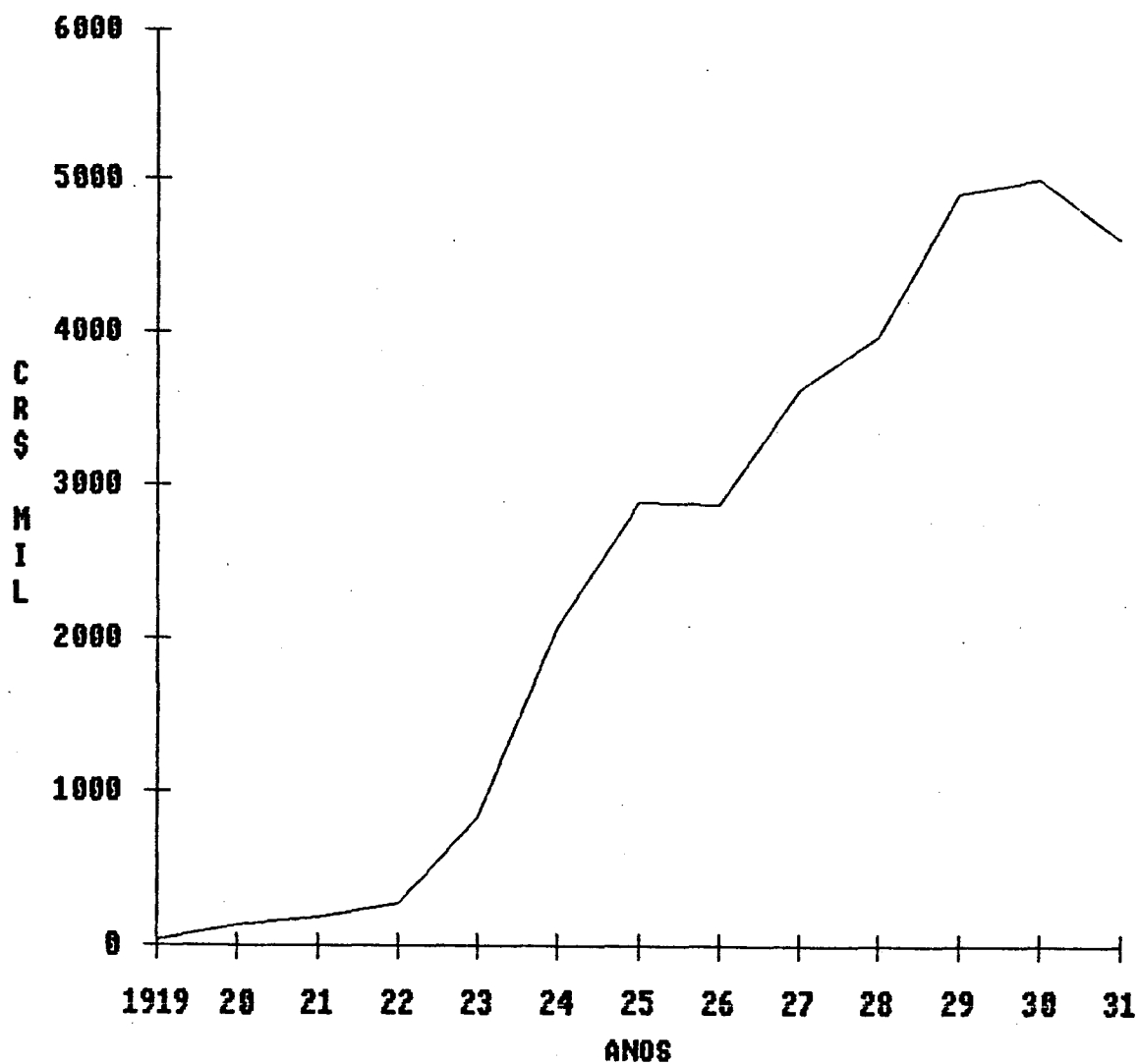
Em termos de crescimento, este foi contínuo e muito significativo, atingindo 8.469,8% em relação a 1919 (índice).

Entretanto os Gráficos 05 e 06 mostram, claramente, as variações que, de modo geral, são reflexos dos fenômenos abordados quando da análise da evolução dos empréstimos. Aliás não teria como eliminar as consequências da carestia, da crise no setor econômico-financeiro e nem constatação do fracasso do sistema agroexportador.

Senão vejamos: o considerável aumento dos depósitos em 1920 teve origem no fato de que a fundação da Caixa União Popular-SCS foi em 21 de setembro de 1919, apenas o movimento de 3 meses e 9 dias, isso não descontando os dias em que não houve expediente, em contrapartida os dados relativos a 1920 são sobre o ano comercial inteiro.

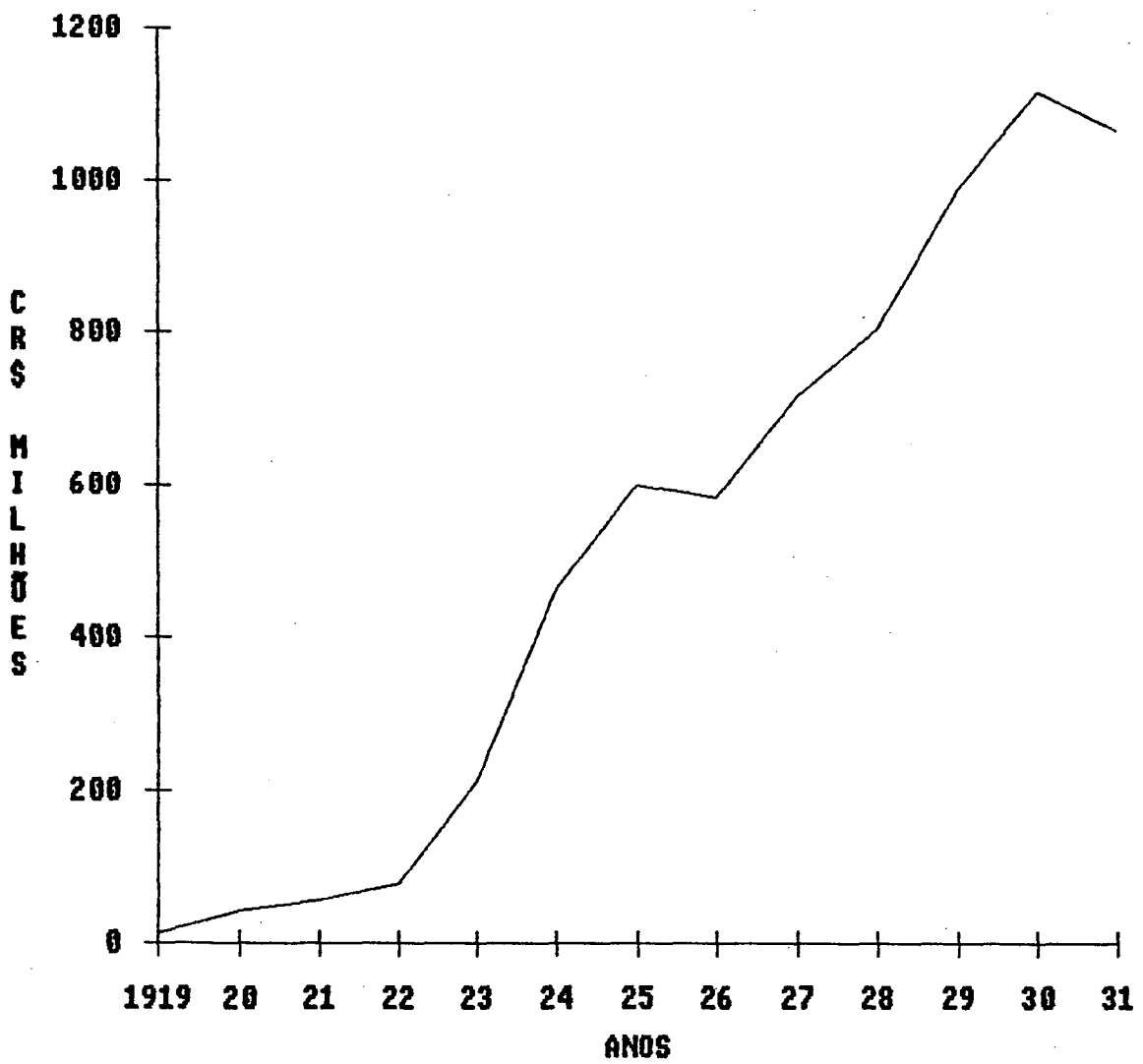
O segundo maior aumento nos depósitos em relação ao ano interior ocorreu em 1923 (índice base móvel) conforme Tabela 18. Isso em função da considerável recuperação do principal produto da economia santa-cruzense: o fumo.

Gráfico 05  
DEPÓSITOS/NOMINAIS



FONTE: Tabela 17

**Gráfico 06**  
**DEPÓSITOS/CORRIGIDOS**



FONTE: Tabela 17

Este produto, apesar de ter sofrido com a "*Bacterium solanacearum*" em 1921, em 1923 arrecadou para a receita do município Cr\$ 22.096.576,30, valor corrigido com base em 1964. Isso significa que a exportação do produto para o mercado europeu já havia sido reestabelecido, uma vez que durante a Primeira Guerra Mundial havia sido interrompida. Com isso, foram gerados mais recursos financeiros que passam a girar na economia santa-cruzense, mais especificamente, no meio rural, embora aquecesse também, o surgimento de novas indústrias no perímetro urbano, tendo em vista a ação das grandes empresas processadoras do fumo, no cultivo e na industrialização do produto em Santa Cruz do Sul.

Dois outros fatores podem ser acrescentados como responsáveis pelo aumento dos empréstimos: a mudança de mentalidade do agricultor que projetava facilidades a curto prazo em seus ganhos - incentivados pelas empresas que atuavam na comercialização do produto como Companhia de Fumos Souza Cruz, Companhia de Cigarros Sinimbu entre outras - e a ação mobilizadora da Caixa União Popular-SCS em captar os recursos financeiros provenientes da comercialização do fumo.

Os componentes para fechar a circulação do dinheiro estão identificados, ou seja, o comércio nacional e internacional, principalmente, aquecidos, a pressão das empresas que atuavam na comercialização do fumo sobre o produtor que acenavam com ganhos fáceis e imediatos, o produtor mudando de mentalidade e em consequência aumentando a área de cultivo e a Caixa União Popular-SCS mobilizada e atenta ao processo econômico santa-cruzense.

Cabe enfatizar ainda, que tanto os empréstimos quanto os depósitos, possuem algumas características comuns. Por exemplo, o período em que houve um crescimento lento(1919-1922) ocorreu nos primeiros anos de funcionamento da Cooperativa, tanto para os empréstimos como para os depósitos. Provavelmente, isso está



ligado com a situação do pós-guerra que, de uma forma geral, atingiu todas as partes do mundo, uma vez que a Europa, centro comercial, também era teatro de operações belicosas, corroborado pela "pulga da terra", ocorrida em 1921, no fumo.

Já a partir de 1922 até o final do período, os depósitos e empréstimos sofreram variações assimétricas, com exceção do período de 1922 a 1925, no qual houve um crescimento quase abrupto dos depósitos.

A propósito ainda desta relação depósito/empréstimos, os Gráficos 07 e 08 evidenciam os períodos de assimetria e simetria existentes, inclusive visualizando a queda nos depósitos entre 1925 e 1926 e 1930 e 1931.

A primeira queda justifica-se à medida que as áreas de produção colonial, desde 1920 davam mostras de esgotamento do solo, provocando uma queda na produção rural e a conseqüente crise financeira. Também não se pode deixar de considerar os efeitos da crise de 1923, que desestabilizou a produção, o rendimento, a quantidade e a área produtora.

Isto tudo adicionado à constatação de que a partir da década de 20 o eixo São Paulo/Rio intensificou a acumulação capitalista e que a política no período de 1924 a 1926 foi de deflação e contenção de gastos corroborou para a recessão e a inevitável queda dos depósitos na Caixa União Popular-SCS (194).

As causas da segunda queda são bem conhecidas e já foram abordadas neste trabalho, bastando apenas que se diga, estarem relacionadas com a Revolução de 30.

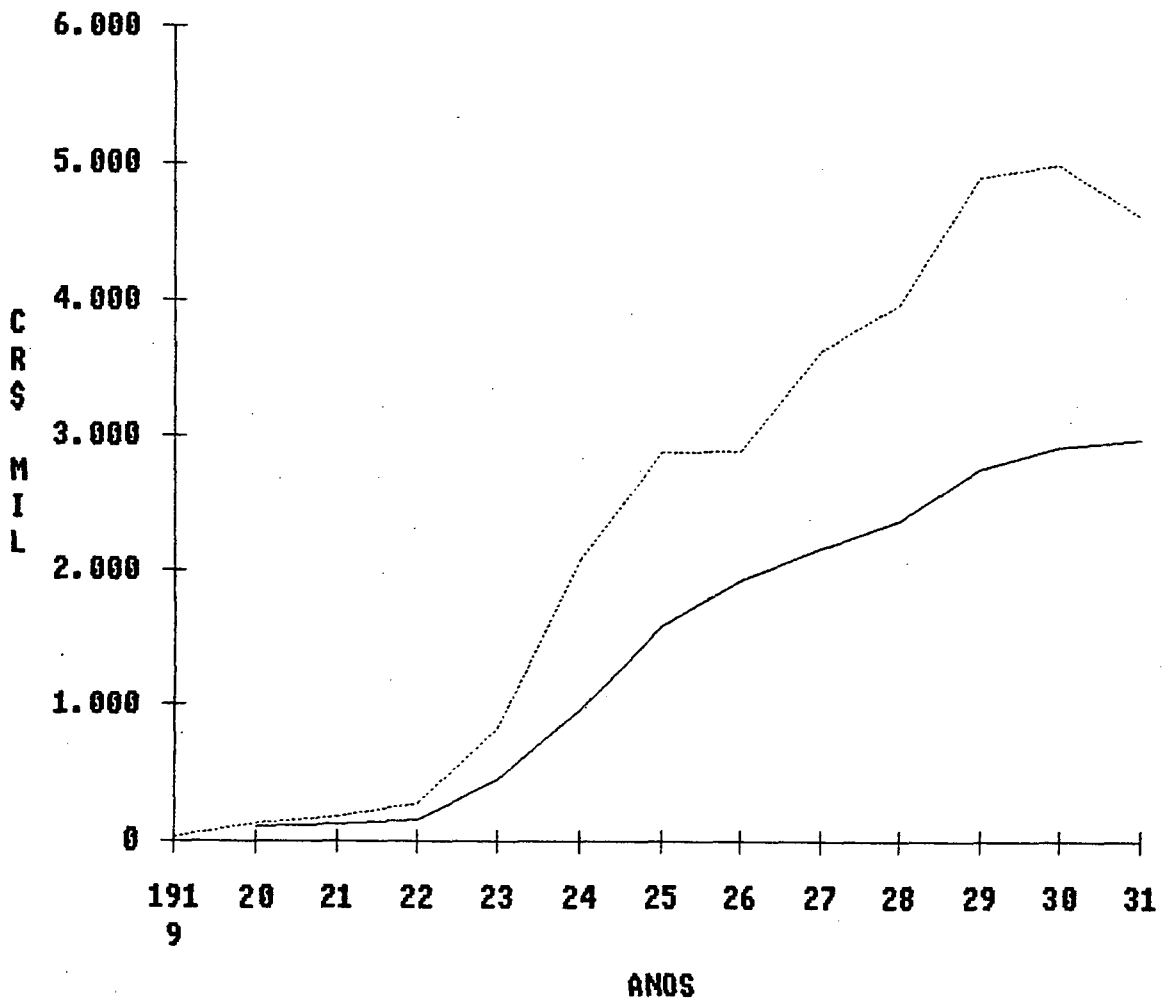
---

194. FRAQUELLI, Jane Aita. "A Lavoura Capitalista de Arroz e a crise de 1926", em RS: Economia & Política Mercado Aberto, Porto Alegre, 1979, p. 329-357.

Gráfico 07

DEPÓSITOS/EMPRÉSTIMOS NOMINAIS

— EMPRÉSTIMOS    - - - DEPÓSITOS

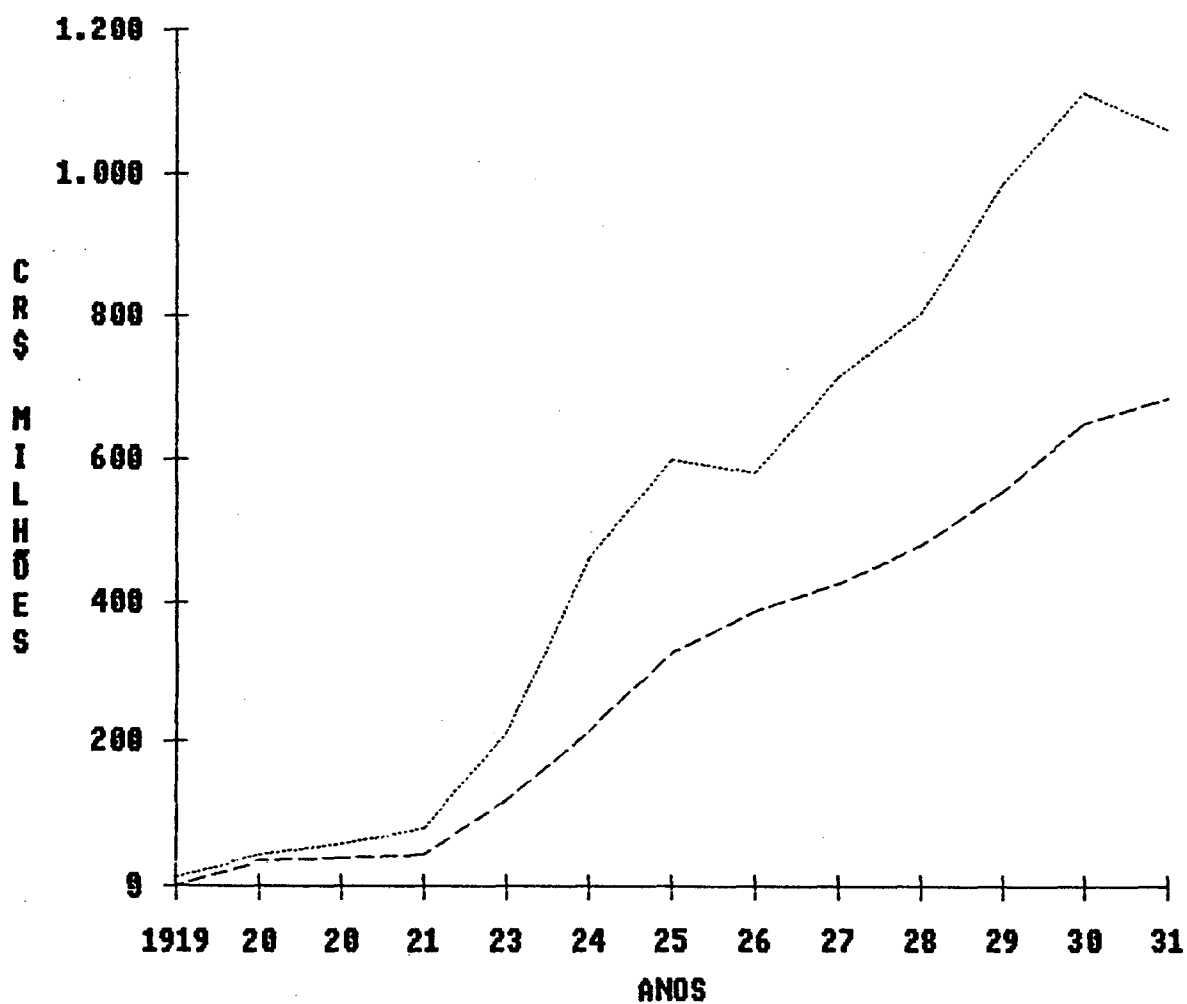


FONTE: Gráficos 16 e 17

Gráfico 08

DEPÓSITOS/EMPRÉSTIMOS CORRIGIDOS

--- DEPÓSITOS    -- EMPRÉSTIMOS



FONTE: Gráficos 16 e 17

Como se percebe, os fenômenos que agem sobre os empréstimos e depósitos são os mesmos: quebra da bolsa de Nova York (1929), instabilidade da política econômico-financeira do Brasil e as constantes crises políticas, quer em nível federal como estadual.

Fase que se caracteriza por espaços de aumento do dinheiro em circulação, provocando o aumento dos depósitos que por sua vez possibilita maior quantidade de recursos disponíveis oferecidos pela Caixa União Popular-SCS. Recursos estes que tanto o meio rural como o urbano tomariam emprestados já que o processo de industrialização de Santa Cruz do Sul, estava em fase de expansão e o cultivo do fumo começava a monopolizar as atividades do agricultor da região, em função da boa perspectiva que o mercado internacional e nacional representava, à medida que as grandes empresas comercializadoras do produto dirigiam sua atenção para esta área.

Apesar dos dois itens analisados até agora terem oferecido uma visão do que foi o crescimento da Cooperativa, o que indica um bom e seguro sinal de progresso da Caixa União Popular-SCS, é o Fundo de Reservas.

A sexta coluna da Tabela 18 mostra as Reservas Corrigidas, com base em 1964, totalizando Cr\$ 125.139.565,49 proporcionando uma média de Cr\$ 13.904.396,16 para o período.

Através do índice (coluna 7 da Tabela 18) constata-se que houve um crescimento constante das reservas em relação a 1923, atingindo um aumento de 3.660,2% em 1931, prova de que a Caixa União Popular-SCS era um estabelecimento de garantias sólidas, oferecendo tranquilidade aos seus associados. Este crescimento fica evidenciado nos Gráficos 09 e 10, onde é possível visualizar o comportamento das reservas, sempre numa tendência crescente.

Tabela 18

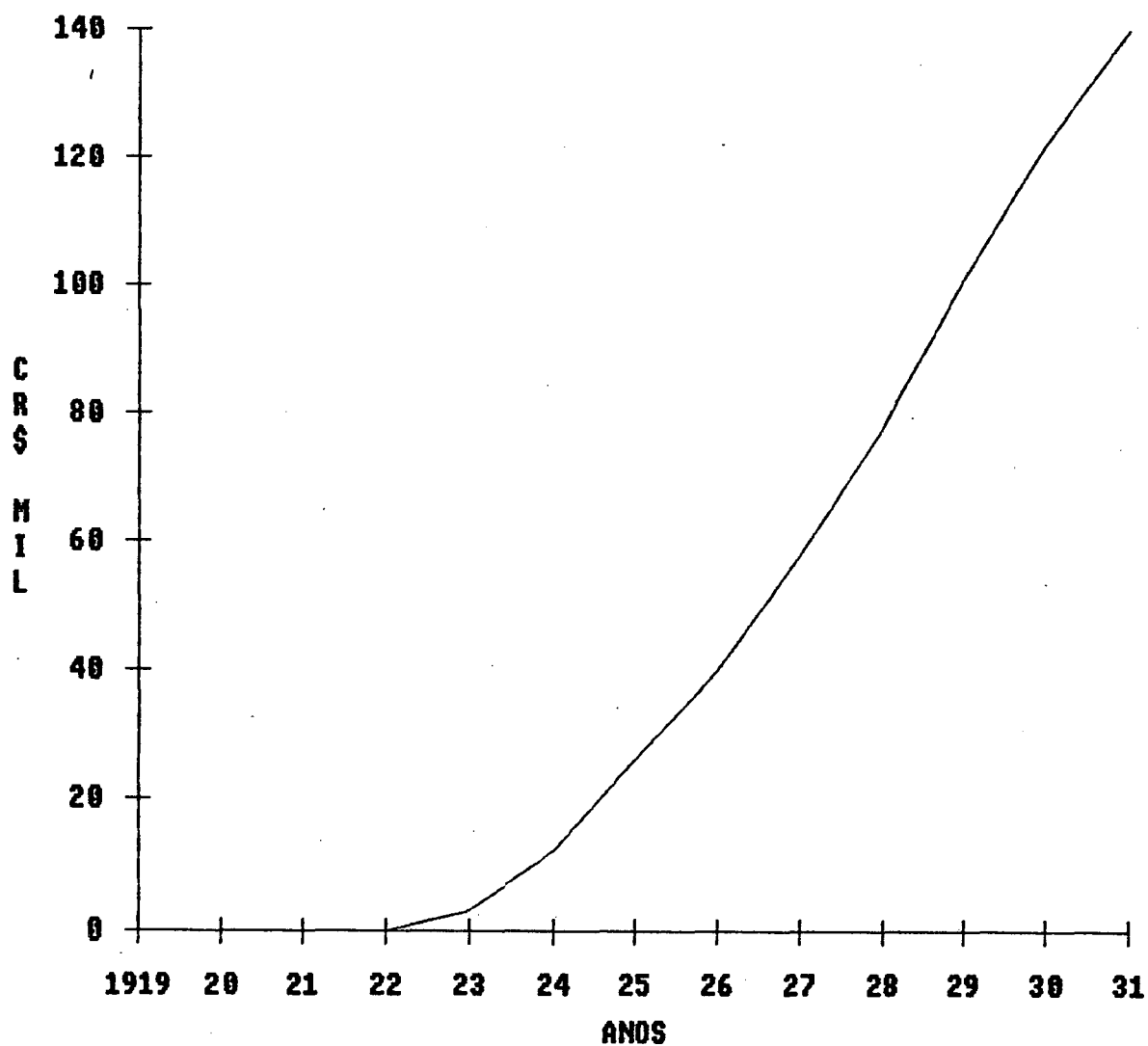
## RESERVAS NOMINAIS/CORRIGIDAS (1919-1931)

ANO	MULTIPL. FIXOS	RESERVAS NOMINAIS	INDICE	INDICE B. MÓVEL	RESERVAS CORRIGIDAS	INDICE	INDICE B. MÓVEL
1919	354.615	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -
1920	322.378	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -
1921	313.605	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -
1922	286.335	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -
1923	258.989	3.423,25	100,00	- - -	886.584,09	100,00	- - -
1924	222.705	12.602,54	368,10	368,10	2.806.648,67	316,50	316,50
1925	207.658	26.092,67	762,20	207,00	5.418.351,66	311,10	193,00
1926	202.193	40.915,53	1.195,20	156,80	8.272.833,75	933,10	152,60
1927	197.009	58.794,17	1.717,50	143,70	11.582.980,63	1.306,40	140,00
1928	202.435	78.743,01	2.300,20	133,90	15.840.341,22	1.798,00	137,60
1929	201.310	101.559,98	2.967,00	129,00	20.444.039,57	2.306,10	128,20
1930	222.705	122.744,85	3.585,60	120,80	27.335.891,81	3.083,20	133,70
1931	230.500	140.784,79	4.112,60	114,60	32.450.894,09	3.660,20	118,70
TOTAL	- - -	585.660,79	- - -	- - -	125.139.565,49	- - -	- - -
M. ART.	- - -	65.073,42	- - -	- - -	13.904.396,16	- - -	- - -

FONTE: Quadro 07, Multiplicadores Fixos

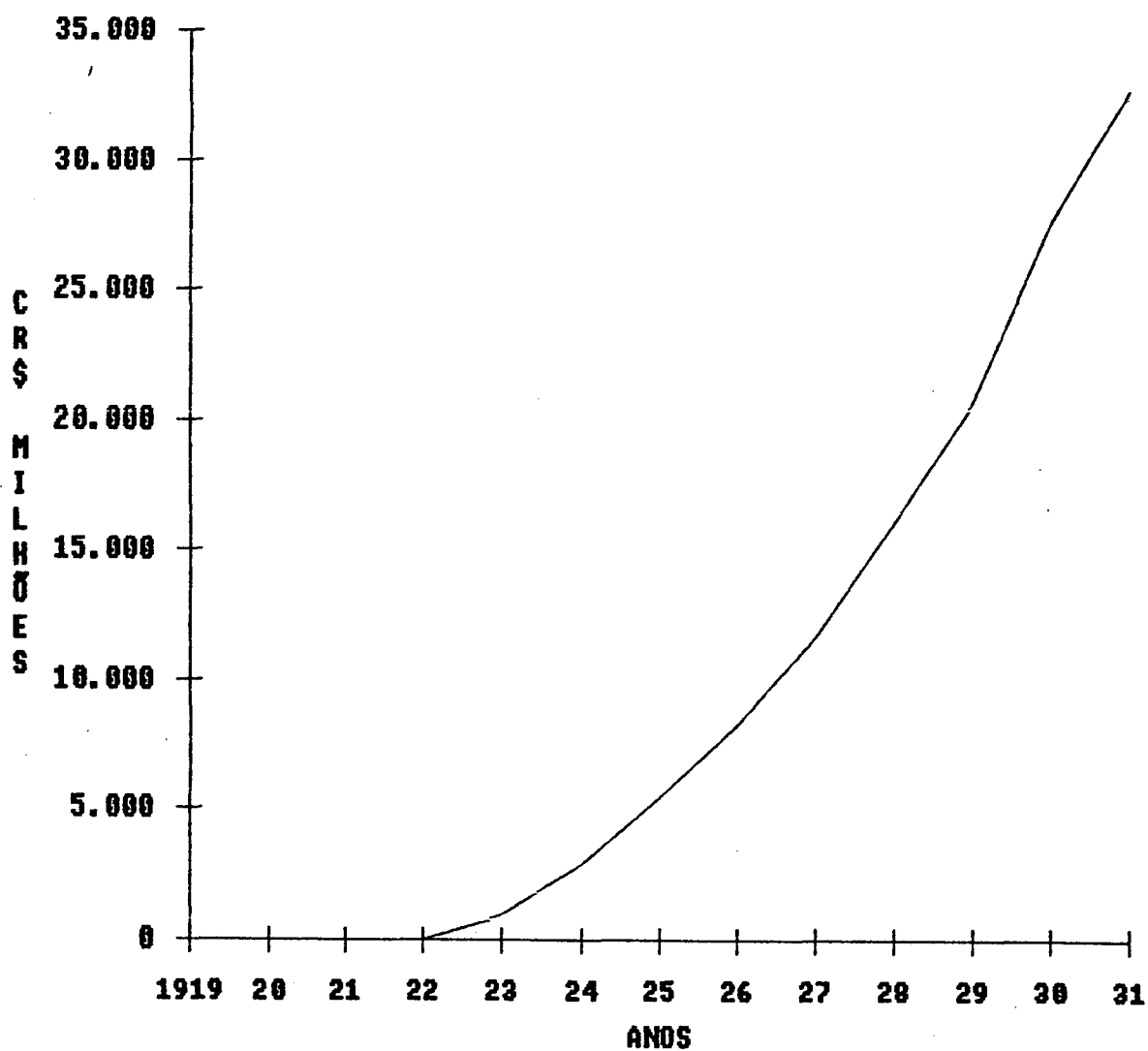
St. Paulus-Blatt, Nº 2, fevereiro de 1929, e Nº 3, março de 1930.

**Gráfico 09**  
**RESERVAS/NOMINAIS**



FONTE: Tabela 18

**Gráfico 10**  
**RESERVAS/CORRIGIDAS**



FONTES: Tabela 18

Já o índice com base móvel (coluna 8) mostra que houve uma variação no percentual de crescimento das reservas, em relação ao ano anterior. Justifica-se a medida que o fundo de reserva, a partir da primeira reforma estatutária, era composto por 80% das "sobras" verificadas quando da demonstração das contas da Caixa União Popular-SCS.

A respeito deste primeiro período (1919/1931) enfatiza-se que a Caixa não sofreu prejuízos, pois para ganhar empréstimos, o solicitante precisava associar-se à Cooperativa, o que oportunizava aumentar o número de sócios com responsabilidade mútua.

Outro fato que merece ser enfocado, diz respeito ao relatório de 1929, publicado no "St. Paulus Blatt" de número 3 de março de 1930 e diz respeito às filiais.

Segundo os documentos oficiais consultados, a Caixa União Popular-SCS não possuía filiais, apenas representantes que nem funcionários eram na grande maioria. Estes, com base na confiança dos associados da sua respectiva área de atuação, arrecadavam os depósitos que eram transportados até a sede da Cooperativa, para a devida escrituração contábil.

Em função deste fato, possivelmente, tenha-se originado a consulta do representante de Sinimbu<sup>(195)</sup> à Diretoria da Caixa, para escriturar direto nas cadernetas de depósitos os numerários arrecadados naquele distrito.

---

195. Assunto desenvolvido no subtítulo deste trabalho denominado Representantes.



## 5.5.2 - Segundo Período: 1932 a 1943

Este período caracteriza-se por não terem sido encontrados nem balanços e nem dados sintéticos que possibilitassem analisar a evolução dos depósitos, empréstimos e os fundos de reserva. Nem mesmo o livro de atas do período (1919/44) foi possível utilizar uma vez que o mesmo, em circunstâncias inexatas, desapareceu do arquivo da Caixa União Popular-SCS. (196)

No sentido de reaver senão total, pelo menos, parcialmente, as informações que possibilitassem uma análise do período enfocado, diversos foram os contatos mantidos.

A primeira providência foi um exame rigoroso da documentação que compõe o arquivo morto da Caixa. Para tanto, foram necessários alguns dias, pois o material disponível não apresentava nenhuma organização, além de haver inúmeros documentos de outras instituições, como o Leprosário de Rio Pardo.

Outra alternativa foi a consulta junto a dois ex-presidentes: Leopoldo Morsch e Pedro Avelino Junges. Com o primeiro não foi possível manter um contato direto, ainda que se tenha visitado sua residência em Santa Cruz do Sul-Rs.

Com Pedro Avelino Junges, presidente até 1987, apesar de todo o interesse demonstrado, não conseguiu-se êxito, partindo-se então, para a pesquisa em jornais que circularam na época e que se encontram no Arquivo Histórico do Colégio Mauá em Santa Cruz do Sul-RS.

---

196. Por ocasião da visita feita à Cooperativa, solicitou-se a permissão para o manuseio da referida documentação, o livro de atas se encontrava à disposição. Posteriormente, quando do início da coleta do material, constatou-se a falta do referido documento.

Junto a este arquivo foram encontrados diversos jornais e periódicos como: "A Cruzada", "Kolonie", "Die Neue Zeitung", "O Estudante" entre outros.

Entre estes, o "Kolonie" fundado em 01 de janeiro de 1891 e o "Die Neue Zeitung" fundado em 25 de março de 1887 foram pesquisados. Os demais, na sua maioria, tiveram efêmera duração ou tinham assuntos específicos como literatura e propaganda política.

Dos jornais pesquisados, o "Kolonie" foi o de maior abrangência e de maior duração. Entretanto, apesar de conter valiosas informações a respeito da comunidade santa-cruzense e o mundo, encontramos apenas alguns editais de convocação para a Assembléia Geral e Reforma dos Estatutos da Caixa União Popular-SCS em 1953.

Além disso constatou-se haver em abundância, informações a respeito da Cooperativa de Crédito Santa Cruz Ltda.", como publicação de balanços, demonstrativos de lucros e perdas, bem como todo tipo de informação a respeito da mesma.

Já no "Die Neue Zeitung", a omissão quanto ao objetivo da pesquisa foi total, além de abranger curto espaço do período em questão.

Em decorrência da pesquisa anterior no arquivo da Caixa União Popular-SCS e em decorrência do estudo feito no capítulo Origem da Cooperação no Rio Grande do Sul<sup>(197)</sup>, dirigiu-se a atenção para o jornal "St. Paulus Blatt"<sup>(198)</sup> que a "Universidade do Vale do Rio dos Sinos" (UNISINOS), através do Instituto Anchietano, mantém coleção completa.

---

197. Consultar subtítulo "Sociedade União Popular" (Volksverein) do título Origem da Cooperação no Rio Grande do Sul.

198. Nota de rodapé nº 192.

Destes jornais conseguiu-se retirar os dados já analisados, porém, a partir de 1932, há uma total ausência de informações a respeito das Caixas mais antigas, sendo dada mais ênfase às recém-constituídas.

Também na Junta Comercial do Rio Grande do Sul não conseguiram-se as informações específicas desejadas, porém foram localizadas as reformas estatutárias, bem como foi fotocopiada a ata de fundação da Cooperativa.

Segundo informações do encarregado do setor de arquivo, era normal na época, as instituições da natureza da Caixa União Popular-SCS, operarem com o registro apenas no tabelionato.

Esgotada mais esta possibilidade, os esforços convergiram em direção à "Cooperativa Central de Crédito" do Rio Grande do Sul (COCECRER-RS). Também nesta instituição não foram encontrados subsídios em razão da fundação desta ter ocorrido em 1981. Consequentemente, a documentação disponível contém informações a partir desta data.

A "Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul" (OCERGS), cooperativa de segundo grau, igualmente foi consultada a respeito de uma possível existência de dados contábeis sobre a Caixa União Popular-SCS referente ao período de 1932 a 1943. Entretanto, a documentação disponível data de 1963 em diante, período do qual dispõe-se de atas e balanços.

Consultou-se, inclusive a Federação das Cooperativas de Trigo (FECOTRIGO), mas, mais uma vez não foi possível conseguir as referidas observações.

Exauridos todos os meios possíveis de se encontrar subsídios que possibilitassem uma análise, ainda que suscinta, do período de 1932 a 1943, só restou registrar o período como sendo o da inexistência de balanços.

Obviamente, em termos de análise da evolução da Caixa União Popular-SCS, o processo fica um tanto prejudicado, em função da ausência de dados que poderiam oportunizar um dimensionamento mais exato da sua trajetória, pois as oscilações do período não poderão ser identificadas, contudo, em termos de unidade do período proposto (1919 a 1964), este prejuízo se dilui não chegando a comprometer a análise global.

### 5.5.3 - Terceiro Período: Existência de Balanços (1945-1964)

#### 5.5.3.1-Aspectos Gerais

A década de trinta não projetava um futuro muito promissor. Em termos internacionais, havia uma crise econômica bastante grave e de repercussão mundial (Quebra da bolsa de Nova York), havendo uma recessão do crédito. Politicamente, crescia vertiginosamente o poderio do partido Nazista que iria desaguar no fortalecimento do governo de Hitler, dando início ao II Reich em 1934.

No que diz respeito ao Brasil, a revolução de trinta deu à classe média a supremacia política, embora não fosse maioria, mas já contava com uma massa crítica capaz de gerar a seus representantes, condições de controlar o Estado.

Contudo, os revolucionários eram bastante heterogêneos, sendo o sustentáculo da força (insurreta) constituído pela classe média urbana e da juventude militar.

Seguiu-se à tomada do poder, uma trégua ideológica, que durou só até 1932. Nesta oportunidade, entre muitas posições divergentes, a questão da transformação da sociedade brasileira polarizou as forças componentes do governo revolucionário.

Nesse quadro histórico, de um lado os liberais conservadores queriam realizar de imediato as transformações necessárias, convocando a Constituinte; do outro, os radicais sustentavam a hipótese de usar o poder para concretizar as transformações, para só então realizar eleições.

Sob este fogo cruzado, Getúlio Vargas usando de estratégia, anteriormente vitoriosa no Rio Grande do Sul, alimentava as esperanças de um e de outro lado. Primeiro fomenta a questão da consulta popular, para depois fixar dia 03 de maio de 1933 para a eleição da Constituinte. Paralelamente, não deixava transparecer a disposição de colocar um fim no governo revolucionário.

Neste contexto de indefinições, explode a Revolução Constitucionalista de São Paulo, dominada pelo Governo Central, uma vez que a adesão do Rio Grande do Sul e Minas Gerais não aconteceu.

Superada a rebelião, o governo paulista foi entregue nas mãos dos paulistas e em 16 de julho de 1934 é promulgada a Constituição com a Assembléia elegendo Getúlio Vargas para mais 4 anos de mandato.

Neste segundo período da administração varguista na década de trinta, as radicalizações são bem mais profundas entre liberais, conservadores e radicais. Todos se consideravam ligados à democracia, só que uns se identificavam com o liberalismo moderado voltado ao social, outros almejavam uma democracia que não excluísse a livre iniciativa, além de ter tendência para o social e concepções nacionalistas.

O resultado deste conflito, espelhado nos acontecimentos europeus é a bipolarização formada por integralistas liderados por Plínio Salgado - traído em 1937 quando da implantação do Estado Novo - e uma esquerda com características de uma frente popular, inclusive contando com o apoio de Luis Carlos Prestes.

Neste momento, Getúlio Vargas se obriga a sair da ambigüidade para tomar posição. Cria a Lei de Segurança Nacional e fecha a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Em novembro de 1935, a Intentona Comunista oportuniza a Getúlio Vargas, sob a alegação de Segurança Nacional, decretar "Estado de Guerra" que iria culminar com a descoberta do "Plano Cohen" que nada mais era do que uma linha de ação traçada por Mourão Filho. Como consequência, em 10 de novembro de 1937, para evitar subversão comunista, o Congresso era fechado.

Se a década de trinta oscilou, terrivelmente, entre a democracia e o autoritarismo, no campo econômico, grandes foram as transformações. De uma situação desesperadora onde havia uma superprodução de café, reservas cambiais esgotadas e crise nas finanças públicas, pulou-se, no final da década, para uma situação de semi-industrialização, destacando-se São Paulo, com a instalação de indústrias básicas: metalurgia, mecânica, cimento e papel. Além disso, os setores ainda em formação tinham amplas facilidades para implantação. Era a recuperação econômica.

Entretanto em 1939 eclodiu a II Guerra Mundial e com ela novas dificuldades nas exportações em face do fechamento do comércio europeu, nossos principais parceiros econômicos. Era a crise.

Os anos 40 foram de relevante dimensionamento na vida da sociedade brasileira. A começar pela tomada de consciência da

sociedade de um país que estava em luta, justamente contra o facismo. Logo, internamente, só podia existir o liberalismo.

Era o começo do fim do Estado Novo, pois desta conscientização nasciam instituições como a "Sociedade Amigos da América" que tinham como proposta lutar contra as "doutrinas facistas européias ou nacionais". Ou então reativam-se outras instituições como "Liga de Defesa Nacional", também de combate ao facismo e criada durante a Primeira Guerra.

Neste estado de coisas, criavam-se as condições de redemocratização do país que culminou com a queda de Vargas em 1945 e uma Constituição em 1946.

Apesar de Getúlio Vargas ter sido forçado a retirar-se do governo, seu indicado à presidência do Brasil, General Eurico Gaspar Dutra (1889-1974) o substituiu, graças à máquina do PTB, apesar de Dutra ser do PSD.

O governo de Dutra (1946/50) é marcado por um grande esforço no sentido da conciliação nacional que tinha até a participação da UDN, mas efetivamente não tolerava comunistas, tanto que mandou extinguir o Partido Comunista.

No aspecto da institucionalização, de uma certa forma, deu prosseguimento ao que fez Vargas, formou o Conselho Nacional de Economia, o Tribunal Federal de Recursos e as Comissões de Planejamento Regional.

Em termos econômicos, pegou o Tesouro Nacional em alta, em função das reservas acumuladas durante o período da guerra e acabou por liberar as importações maciças de bens de consumo, acarretando uma limpa no Tesouro Nacional. Durante o seu governo, pode-se sentir a forte influência do pensamento cepalino (Comissão Econômica para América Latina) que afirmava não haver

incompatibilidade entre a industrialização e a produção primária praticada pelos países latinos e apontava para solução como sendo

"...crescer a expensas del comercio exterior, sino de saber extraer, de um comercio exterior cada vez más grande, los elementos propulsores del desarrollo". (199)

colocando ainda como básico

"... la elevación del nivel de vida de las masas depende, en ultima instancia, de una fuerte cantidad de capital por hombre empleado en la industria, los transportes e la producción primaria, y aptitud para manejarlo bien." (200)

Nascia a consciência de desenvolvimento traduzida no Plano Salte (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) ao mesmo tempo que era negociada com o presidente Harry Trumann dos Estados Unidos uma contribuição em dinheiro bastante significativa, visando a instalação dos serviços de infra-estrutura e da indústria de base.

Além da consciência da necessidade de desenvolvimento, as trocas comerciais do Brasil passaram da Européia (em estado de guerra) para os Estados Unidos.

O resultado econômico destas alterações todas foi o aumento do custo de vida em 60%. E mais: os protestos eram violentamente reprimidos pelo Governo Dutra.

No plano político deu a lógica nas eleições de 1950: Getúlio Vargas foi eleito com o apoio do PTB, PSB e do PSD. No entanto,

---

199. PREBISCH, Raúl. "El Desarrollo Economico de La America Latina y Algunos de Sus Principales Problemas". em Boletim Econômico da América Latina, publicação da Secretaria Executiva da CEPAL, vol. VII, número 1, fevereiro 1962, p. 2.

200. Ibid. p. 3.



os ministérios foram repartidos e até mesmo a UDN ficou com uma pasta.

A terceira administração varguista era voltada ao desenvolvimento estrutural a economia brasileira, tendo como objetivo fortalecer o operariado e sindicatos, porque os tempos eram outros e os parceiros internacionais na área econômica também tinham mudado. Principalmente porque sabia da exploração que representava a ajuda norte-americana e pretendia, com base nisto, conseguir apoio da população brasileira para uma virada. A resposta foi um corte de US\$ 1500 milhões no empréstimo de 250 milhões de dólares e considerável diminuição da importação do café brasileiro.

Oficiais do exército, imprensa e UDN não perdoavam, combatiam ferozmente a Getúlio. A favor, só a Última Hora, criada sob a inspiração getulista.

Assim os planos de Vargas para o carvão nacional, petróleo, eletrificação e o plano de recuperação dos rendimentos reais do operariado, cada vez mais esbarravam na oposição das forças majoritárias.

As pressões e o abandono levaram o presidente a inevitável constatação: deposição militar.

Porém, a reação imprevista para a época, diante de tão grave situação, o suicídio foi muito mais além do imaginável no momento. Teve efeito abortivo de um golpe que teve a duração de 10 anos de gestação.

Mas as contrações da gestação do golpe de quando em vez reapareciam. Foi assim durante o mandato de Café Filho, quando um golpe foi evitado por outro golpe, graças à antecipação do general Teixeira Lott.

Restabelecidas as condições para posse de Juscelino Kubitschek, sua administração enfrentou duas revoltas que, juntas, tiveram a duração de 11 dias e ambas originaram-se na Aeronáutica.

A administração Kubitschek tinha um programa de 30 metas em cinco setores básicos: energia, transportes, alimentos, educação e indústria de base, sendo a construção de Brasília encampada por Juscelino, sob a denominação de "Meta-Síntese", acabando por se tornar a principal realização de seu governo.

Como balanço do governo Kubitschek havia a construção de Brasília, a indústria automobilística, duas rebeliões, uma inflação alta e a nação entrando no consumismo. Havia uma marcante diferença entre o setor urbano e o rural, com desvantagem acentuada para este último, evidenciando a não-solução da questão social (minorias riquíssimas e maiorias indigentes).

A década de 60 começou nada promissora com a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, após ter recebido a maior votação da história.

Sua administração foi tão curta quanto a nota de renúncia: "Nesta data, e por este instrumento, deixando com o Ministro da Justiça a razão do meu ato, renuncio ao mandato de Presidente da República."

A conturbada posse de João Goulart só ocorreu a 05 de setembro de 1961. Passa a turbulência da posse e de ter derrotado o parlamentarismo, era preciso recuperar o tempo e a economia brasileira.

O Plano Trienal elaborado por Celso Furtado oportunizava a superação dos entraves econômicos, via setor público, com base em novos recursos tributários.

Entretanto, a esquerda se dividiu entre Santiago Dantas, comprometido com o Plano Trienal, e Leonel de Moura Brizola, que preconizava medidas à revelia do Congresso.

Nesta cisão Jango ficou com Brizola e acabou em competição com este, pelos favores dos Sindicatos e pela popularidade. A desestabilização do regime não tardou, favorecendo o golpe de 1964 de direita radical e ideologicamente favorável ao capitalismo dependente, optando, no plano econômico, pelo capitalismo multinacional.

Se o contexto nacional era de instabilidade política, desordenação econômica e crises sociais, o que se poderia esperar dos governos regionais?

Em termos de Rio Grande do Sul, a cisão da oligarquia - por tradição dividida - não podia ser ainda maior na década de 30. Os períodos de tentativa de pacificação do Estado eram de longa duração.

As crises no setor pecuário - principal fonte de riqueza - eram constantes, com acentuada decadência das charqueadas. Nas áreas das lavouras coloniais, zonas de assentamento dos imigrantes, havia crise na lavoura provocada pelo esgotamento do solo, agravada com o êxodo rural.

Os anos 40 não apresentaram grandes modificações estruturais, mas sim alterações em decorrência do próprio processo político, econômico e social do país.

Nas regiões de imigração alemã, no início da década, ocorreu a "brasilianização", reflexo da conjuntura internacional e nacional, acentuando-se a partir da declaração de guerra do Brasil a Alemanha.

Politicamente, houve organização dos partidos políticos que, nas eleições de 1946, foi ganha por Walter Jobim (PSD), derrotando o candidato do PTB.

Do ponto de vista econômico, a industrialização - indústrias naturais - era a principal meta; para tanto, havia a aceitação do capital estrangeiro.

A institucionalização no estado oportunizou o surgimento da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e o Departamento Autônomo de Carvão Mineral, entre outros.

A década de 50, politicamente, seria marcada pela ascensão do PTB, derrotado nas eleições de 1946.

Ernesto Dorneles (PTB) era o governador do Estado, com metas voltadas para a superação da economia agrária-tradicional pela urbano-industrial.

Mesmo usando de cautela na aceitação de capital estrangeiro, visando concretizar suas metas, o resultado foi a perda das eleições em 1955 para o candidato do PSD, Ildo Meneghetti.

Meneghetti centrou seu plano de governo em cima do desenvolvimento dos transportes.

Mas em 1958, novamente, o PTB assumia o governo do Estado com Leonel de Moura Brizola que o administrou até o golpe militar.

Com excessão feita à administração de Meneghetti, as demais - todas do PTB - empreenderam ferrenha luta com o objetivo de alcançar a industrialização, fator marcante da década de 50.

Do ponto de vista social, a década, de modo geral, caracterizou-se pela emergência de um novo segmento social, o homem oriundo da região agrária que se concentrava nas áreas

urbanas na busca e na ilusão de dias melhores, aliás, aspecto explorado por Leonel Brizola nas eleições de 1958.

A partir de 1958 em diante, com Brizola na chefia do governo estadual, acentua-se a política populista, onde a preocupação era com a distribuição da renda e da terra, os ataques veementes e constantes ao imperialismo com a encampação de empresas estrangeiras que atuavam no Rio Grande do Sul.

No início dos anos 60, o Estado se envolve na "Campanha da Legalidade", recebendo o apoio do III Exército em respaldo a João Goulart.

Como se percebe, o Rio Grande do Sul foi atuante e decisivo nos momentos cruciais da vida política do país. Entretanto deitou nos louros da fama, esquecendo de reivindicar maior paridade dentro do contexto econômico. Muito mais por culpa de sua classe dirigente que não soube avaliar corretamente o papel do Estado dentro da nova ordem.

Sinteticamente, este era o perfil do país e em termos regionais, dentro dos quais as instituições independentemente da natureza, operavam. Evidente que as reações foram as mais variadas quer em relação Estado/Instituições ou quer Instituições/Estado.

#### 5.5.3.2 - Comportamento Financeiro

Traçado o perfil político e econômico do período de 1944/64, passa-se à análise do comportamento financeiro da Cooperativa Caixa União Popular Santa Cruz.

Este comportamento financeiro tem por base os balanços da Cooperativa, os quais foram contabilmente enquadrados e cujos originais em anexo.

Tal qual o período de 1919 a 1931, já analisado, também aqui a história contábil da Cooperativa será decomposta nas contas depósito, empréstimos e reservas, tanto em valores nominais como corrigidos.

Os depósitos da Caixa União Popular-SCS correspondentes a 1944/64, totalizaram Cr\$ 644.317.282,10, atingindo uma média de Cr\$ 30.681.775,33. Entretanto estes valores corrigidos pelos multiplicadores fixos, base 1964, alcançaram o valor de Cr\$ 9.055.028.377,16, proporcionando a média de Cr\$ 431.191.827,48.

Estes números por si só já demonstram o poder de captação de recursos da Cooperativa, principalmente quando se observa na coluna 4 da Tabela 19, que no final do período, o crescimento dos depósitos foi acima de 2.800% em relação a 1944 e que este crescimento, no transcorrer do período, foi constante, ainda que houvesse a concorrência de estabelecimentos do gênero.

Mas o que mostra a coluna 5 da Tabela 19 é uma variação no percentual de crescimento dos depósitos, caracterizando-se como o ano em que houve o maior índice de crescimento em relação de um ano para outro: 152%.

Ainda com base nas informações da coluna 5, pode-se subdividir os depósitos em dois períodos bem distintos: o primeiro de 1944/56 onde as oscilações em termos de um ano para outro, mostra três triênios de crescimento positivo, intercalados por anos de captação negativa. O segundo período (1957/64), apresenta um crescimento positivo constante mesmo que este seja cheio de altos e baixos, porém sempre positivo e coincide com o período desenvolvimentista desencadeado a partir de 1956/61.

Tabela 19

## DEPÓSITOS NOMINAIS/CORRIGIDOS (1944-1964)

ANO	MULT. FIXOS	DEPÓSITOS NOMINAIS	INDICE	INDICE B. MÓVEL	DEPÓSITOS CORRIGIDOS	INDICE	INDICE B. MÓVEL
1944	80.453	3.303.143,80	100	- -	265.747.828,14	100	- -
1945	70.274	5.031.747,80	152	152	353.465.187,70	133	133
1946	60.261	7.028.743,50	212	139	423.542.841,58	159	119
1947	53.855	9.445.951,80	285	134	508.711.734,18	191	120
1948	50.327	9.394.748,90	284	99	472.809.527,89	177	92
1949	46.993	11.806.212,90	357	125	554.909.362,80	208	117
1950	42.293	15.490.559,60	468	131	655.142.237,16	246	118
1951	36.299	19.750.972,20	597	127	716.940.539,88	269	109
1952	32.465	19.654.197,20	595	99	638.073.512,08	240	88
1953	28.282	22.860.969,30	692	116	646.553.933,74	243	101
1954	22.270	25.873.947,80	783	113	576.212.799,69	216	89
1955	19.128	26.692.040,30	808	103	510.565.346,85	192	88
1956	15.951	26.028.107,00	787	97	415.174.334,75	156	81
1957	13.969	33.348.938,20	1009	128	465.851.317,71	175	112
1958	12.359	35.519.729,60	1075	106	438.988.338,12	165	94
1959	8.968	41.341.409,00	1372	116	370.749.755,91	139	84
1960	6.942	47.552.067,50	1439	115	330.106.452,58	124	89
1961	5.065	53.159.229,10	1609	111	269.251.495,39	101	81
1962	3.340	60.493.682,20	1831	113	202.048.898,54	76	75
1963	1.904	77.747.938,70	2335	127	146.889.760,96	55	72
1964	1.000	93.393.171,50	2827	121	93.393.171,50	35	63
TOTAL	- - -	644.317.282,10	- -	- -	9.055.028.377,16	- -	- -
M. ART.	- - -	30.681.775,33	- -	- -	431.191.827,48	- -	- -

FONTE: 1. ALMEIDA, R. P. "A Empresa Com. e Ind. Germano Stein S/A (Estudo Histórico-Econômico-Financeiro de uma Empresa Centenária)" São Paulo, USP, Tese de Doutorado, p. 693-694.

2. Quadro 07, Multiplicadores Fixos

Foi uma fase onde as aplicações nos setores "dinâmicos" foram acelerados; em contrapartida, diminuem as aplicações nos serviços de utilidade pública que passam ao encargo do Estado.

Outra constatação é no sentido de que o segundo período já referido, (que mostra um crescimento continuado) também coincide com o início da era desenvolvimentista com Juscelino Kubitschek, ou seja, construção de Brasília, de novas estradas e demais infra-estruturas para instalação da indústria automobilística - sonho de JK - mesmo que a peso dos dólares estrangeiros e muita emissão de dinheiro.

O resultado foi um alto índice inflacionário e um consumismo desenfreado.

Basta que se observe na coluna 6 da Tabela 19 o comportamento dos depósitos corrigidos. Verifica-se que a desvalorização dos depósitos, a partir de 1956, se acentua, acompanhando a escalada inflacionária, já a partir de 1939 e assumindo proporções alarmantes com o início da década de 50 (Quadro 08, Índice Custo de Vida).

Este decréscimo dos depósitos corrigidos fica mais evidenciado quando se interpretam os dados da coluna 7 da Tabela 19 e verifica-se que em 1964 o índice é de -35%, em relação a 1944.

Nem mesmo os triênios de crescimento positivo verificados no índice de base móvel, referentes aos depósitos nominais, constata-se nos depósitos corrigidos que desde 1953 apresenta um crescimento negativo de ano para ano, com exceção de 1956, onde houve uma reação para em seguida voltar a apresentar índices negativos.

Isto deixa à mostra as dificuldades da época e a sensibilidade da Cooperativa para com estes mesmos obstáculos que



tão bem eram distorcidos pelo projeto nacional para "liquidar com a sonolência de uma sociedade que parasitava ao longo das praias como caranguejos, ou como se quisesse ir embora" como afirmava Juscelino Kubitschek.

Mas a Tabela 19 e seus respectivos Gráficos 11 e 12 mostram bem o reverso da retórica dos palanques e as dificuldades que estas causam às instituições voltadas ao amparo do homem do campo.

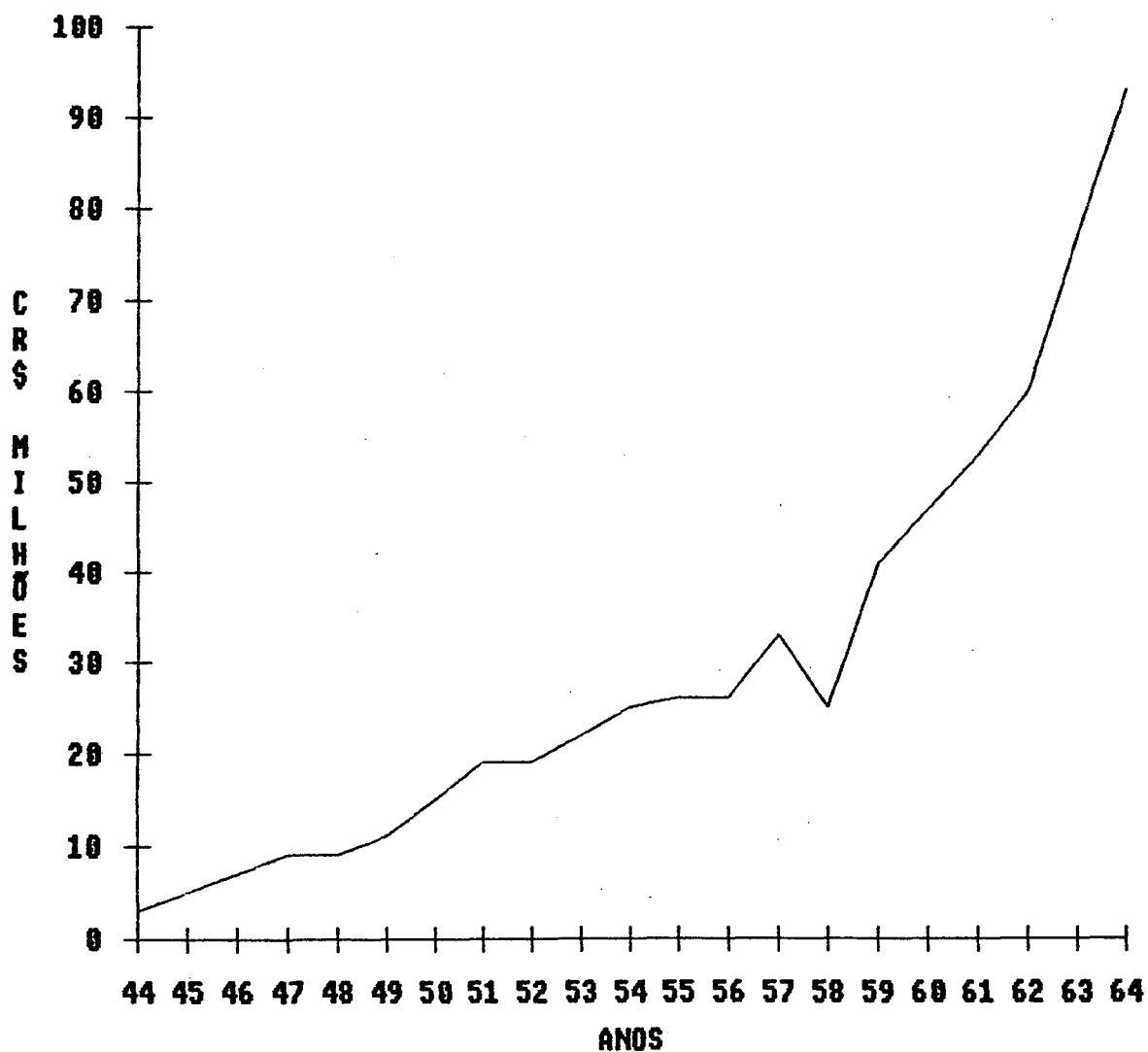
Quanto ao montante emprestado pela Cooperativa no período de 1944-1964 foi de Cr\$ 490.101.422,44, o que em média alcançou Cr\$ 23.338.162,49. Verifica-se também que o montante a ser emprestado esteve num constante evoluir, atingindo em 1964, 3,652% do valor consignado em 1944.

Constata-se ainda que as maiores variações percentuais ocorridas sobre o ano anterior, situam-se no início da série cronológica - Tabela 20 - e o crescimento de 1956 foi de -1% em relação a 1955. Nos demais o crescimento foi positivo, mesmo que em níveis muito baixos.

Já o montante emprestado durante 1944-1964, se corrigido, atinge a Cr\$ 6.953.383.916,23 o que dá uma média de Cr\$ 331.113.519,82. Verifica-se que os empréstimos corrigidos com base em 1964, foram sempre superiores ao ano de 1944 exceção aos anos de 1963 e 1964 que se constituíram em consequência de um processo contínuo de queda a partir de 1951, quando até então, a tendência era de crescimento.

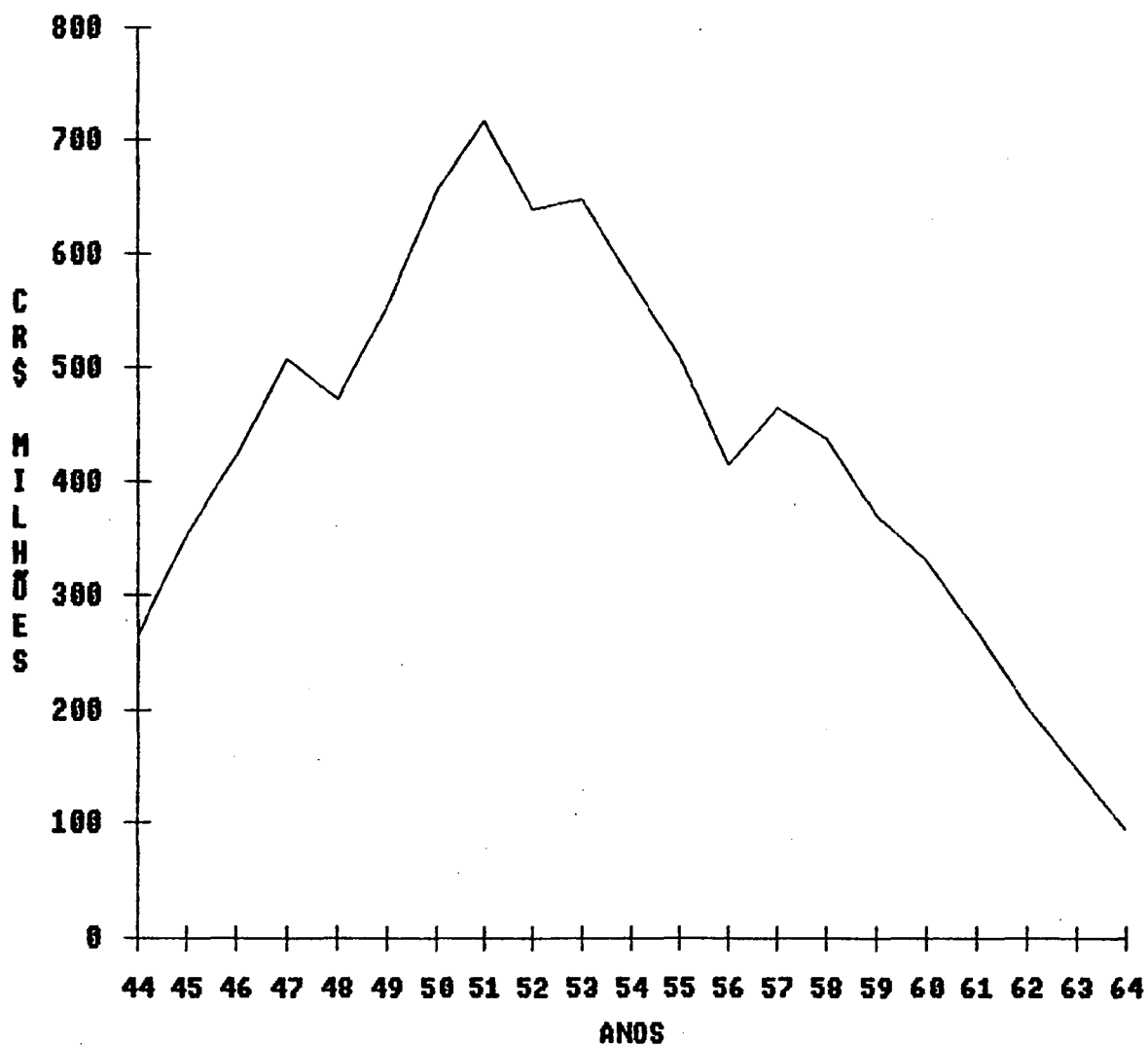
Este aspecto fica melhor evidenciado na coluna 8 da Tabela 20, apesar dos anos de 1957 e 1958 esboçarem uma reação.

**Gráfico 11**  
**DEPÓSITOS/NOMINAIS**



FONTE: Tabela 19

**Gráfico 12**  
**DEPÓSITOS/CORRIGIDOS**



FONTE: Tabela 19

Este processo de deteriorização do valor real da moeda brasileira demonstrado pela Tabela 20 e respectivos Gráficos de números 13 e 14, foram os responsáveis pela inviabilização das instituições creditícias da natureza da Cooperativa Caixa União Popular com autonomia, pois se viram obrigadas a socorrerem-se de linhas de crédito que os órgãos oficiais, como Banco do Brasil, passaram a oferecer tendo em vista os depósitos (principal fonte de captação) estarem em baixa.

Isto, segundo a própria diretoria, que assim se manifestou em reunião realizada dia 05 de dezembro de 1958:

"Há alguns anos passados. o Sr. Gerente do Banco do Brasil, agência desta cidade, ofereceu recursos a esta Caixa Rural para financiamentos aos pequenos agricultores deste município. Em vista de ter tido recursos próprios nesses anos, a Caixa agradeceu o oferecimento do Sr. Gerente do Banco do Brasil. O mesmo, porém, não está acontecendo atualmente. Impossibilitada de atender os numerosos pedidos que lhe são dirigidos, a direção da Caixa entrou em entendimentos com a direção local da Agência do Banco do Brasil, a fim de estudar a possibilidade de a Caixa Rural obter um financiamento e redistribuí-lo aos pequenos agricultores. Informou o Sr. Gerente do Banco do Brasil que esse tipo de financiamento, por intermédio de Cooperativas, era muito comum no país, prometendo colher todos os dados e dirigir-se à Direção Geral no Rio de Janeiro, a fim de obter permissão para encaminhar o negócio" (201)

Tendo em vista o exposto, a Assembléia Geral Ordinária realizada em segunda convocação no dia 17 de junho de 1959, reunida em sessão na sede social da Cooperativa para deliberar a respeito, aprovou por unanimidade e concedeu autorização à Diretoria

---

201. Livro de atas, 1944/64, p.467.

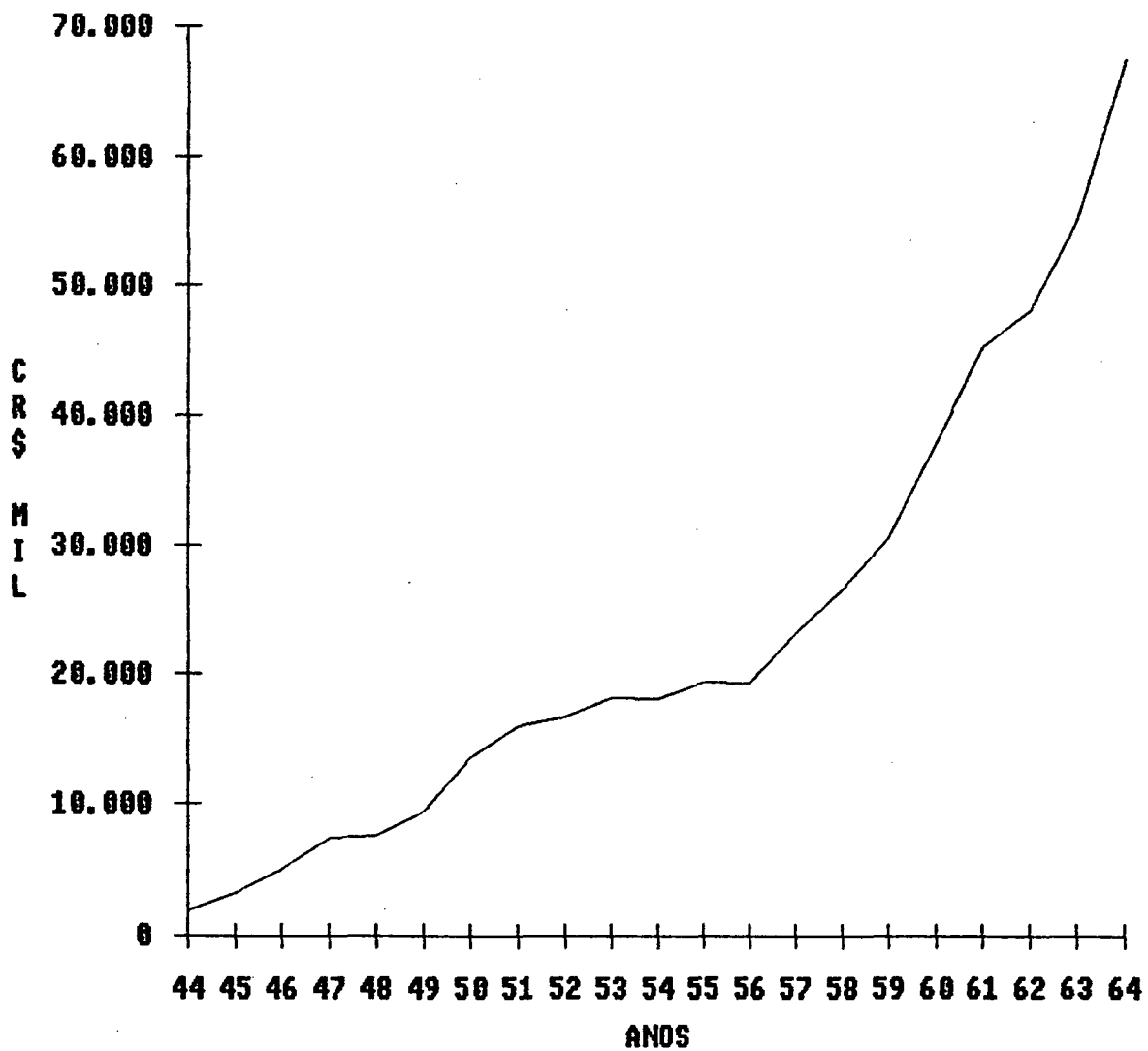
## EMPRÉSTIMOS NOMINAIS/CORRIGIDOS (1944-1964)

ANO	MULT. FIXOS	EMPRÉSTIMOS NOMINAIS	INDICE	INDICE B.MÓVEL	EMPRÉSTIMOS CORRIGIDOS	INDICE	INDICE B.MÓVEL
1944	80.453	1.844.624,70	100	- -	148.405.590,98	100	- -
1945	70.274	3.215.027,67	174	174	225.932.854,48	152	152
1946	60.261	5.012.214,07	271	155	302.041.032,07	203	133
1947	53.855	7.381.390,05	400	147	397.524.761,14	267	131
1948	50.327	7.521.041,25	407	101	378.511.442,98	255	95
1949	46.993	9.437.591,70	511	125	443.500.746,75	298	117
1950	42.293	13.523.264,90	733	143	571.939.442,41	385	128
1951	36.299	15.957.703,30	865	118	579.248.672,08	390	101
1952	32.465	16.676.012,60	904	104	541.386.749,05	364	93
1953	28.282	18.148.319,90	983	108	513.270.783,41	345	94
1954	22.270	19.046.818,20	1032	104	424.172.641,31	285	82
1955	19.128	19.355.977,90	1049	101	370.241.145,27	249	87
1956	15.951	19.307.567,40	1046	99	307.975.007,59	207	83
1957	13.969	23.108.902,00	1252	119	322.808.252,03	217	104
1958	12.359	26.539.907,10	1438	114	328.006.711,84	221	101
1959	8.968	30.536.474,00	1655	115	273.851.098,83	184	83
1960	6.942	37.839.169,80	2051	123	262.679.516,75	177	95
1961	5.065	45.277.732,20	2454	119	229.331.713,59	154	87
1962	3.340	48.104.401,30	2607	106	160.668.700,34	108	70
1963	1.904	54.889.138,20	2975	114	104.508.919,13	70	65
1964	1.000	67.378.134,20	3652	122	67.378.134,20	45	64
TOTAL	- - -	490.101.412,44	- -	- -	6.953.383.916,23	- -	- -
M. ART.	- - -	23.338.162,49	- -	- -	331.113.519,82	- -	- -

FONTE: 1. ALMEIDA, R. P. "A Empresa Com. e Ind. Germano Stein S/A (Estudo Histórico-Econômico-Financeiro de uma Empresa Centenária)" São Paulo, USP, Tese de Doutorado, p. 693-694.

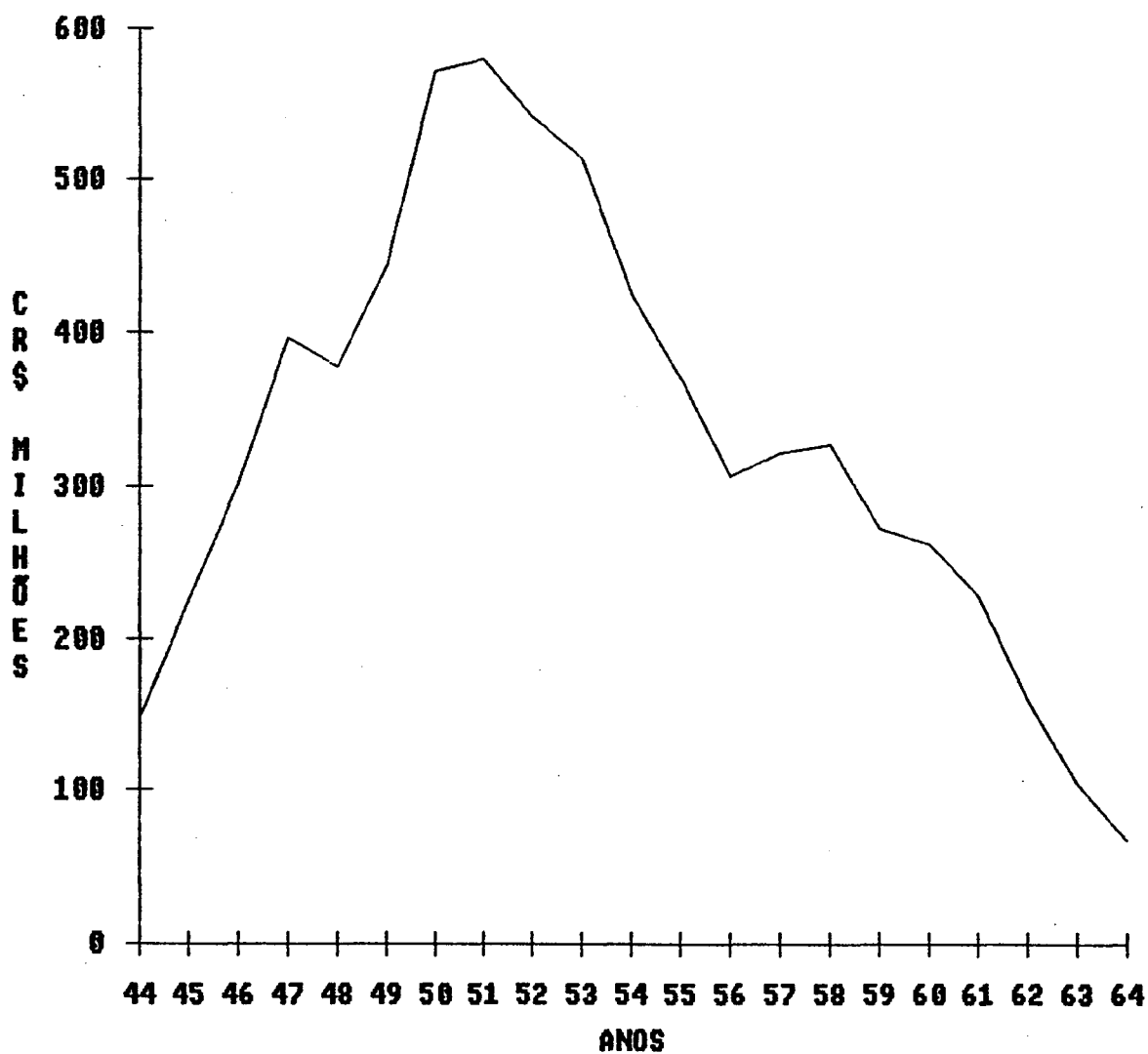
2. Quadro 07, Multiplicadores Fixos

**Gráfico 13**  
**EMPRÉSTIMOS/NOMINAIS**



FONTE: Tabela 20

**Gráfico 14**  
**EMPRÉSTIMOS/CORRIGIDOS**



FORNTE: Tabela 20

"para firmar um contrato de abertura de Crédito de Cr\$5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) junto à Carteira de crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S/A - Agência desta cidade, contrato esse garantido pela caução dos direitos creditórios da Caixa, resultantes de financiamentos por ela contratados com seus associados, aos juros e comissões usuais da Carteira, isto é, 7% ao ano sobre o saldo devedor e 1/2% de comissão anual sobre o valor do contrato, pelo prazo de 3 anos e com aplicação integral para empréstimos a pequenos agricultores, associados desta Caixa" (202)

Este tipo de contrato se tornou rotina posteriormente, até mesmo, porque a situação econômico-financeira do país piorou ainda mais, a partir de 1962 quando o Brasil mergulha não só numa crise econômica, mas também numa crise política, culminando com o golpe de 31 de março de 1964. A tabela 20 com seus respectivos Gráficos 13 e 14 é a melhor forma de se verificar o exposto.

Já o Gráfico 15 (Depósitos e Empréstimos Corrigidos) e o Gráfico 16 (Depósitos/Empréstimos Nominiais) evidenciam que em momento algum do período, a concessão de empréstimos foi superior à captação de recursos. Estiveram rigorosamente acompanhando os períodos de maior ou menor captação de recursos, conforme fica evidenciado na Tabela 21 e nos Gráficos 15 e 16. Isto demonstra a sensibilidade dos Diretores da Cooperativa a respeito da realidade econômico-financeira do país, assim como uma administração consciente e realística.

Mais significativo que os empréstimos se manterem abaixo dos recursos disponíveis é o constante aumento das reservas da Cooperativa que em termos nominiais foi de Cr\$75.338.666,88, numa média de Cr\$ 3.587.555,56 (Tabela 22), atingindo em 1964, um crescimento de 22.167% em relação a 1944 que foram distribuídos dentro do período, conforme mostra a coluna 5 da Tabela 22.

---

202. Ibid. p. 482.



Tabela 21

## RELAÇÃO DEPÓSITOS/EMPRÉSTIMOS CORRIGIDOS

ANO	CORRIGIDOS		PERCENTUAL
	DEPÓSITOS	EMPRÉSTIMOS	APLICADO
1944	265.747.828,14	148.405.590,98	55,84
1945	353.465.187,70	225.932.854,48	63,91
1946	423.542.841,58	302.041.032,07	71,31
1947	508.711.734,18	397.524.761,14	78,14
1948	472.809.527,89	378.511.442,98	80,05
1949	554.809.362,80	443.500.746,75	79,93
1950	655.142.237,16	571.939.442,41	87,30
1951	716.940.539,88	579.248.672,00	80,79
1952	638.073.512,09	541.386.749,05	84,84
1953	646.553.933,74	513.270.783,41	79,38
1954	576.212.799,69	424.172.641,31	73,61
1955	510.565.346,85	370.241.145,27	72,51
1956	415.174.334,75	307.975.007,59	74,17
1957	465.851.317,71	322.808.252,03	69,29
1958	438.988.338,12	328.006.711,84	74,71
1959	370.749.755,91	273.851.098,83	73,86
1960	330.106.452,58	262.679.516,75	79,57
1961	269.251.495,39	229.331.713,59	85,17
1962	202.048.898,54	160.668.700,34	79,52
1963	146.889.760,96	104.508.919,13	71,14
1964	93.393.171,50	67.378.134,20	72,14
TOTAL	9.055.028.377,16	6.953.383.916,23	76,79

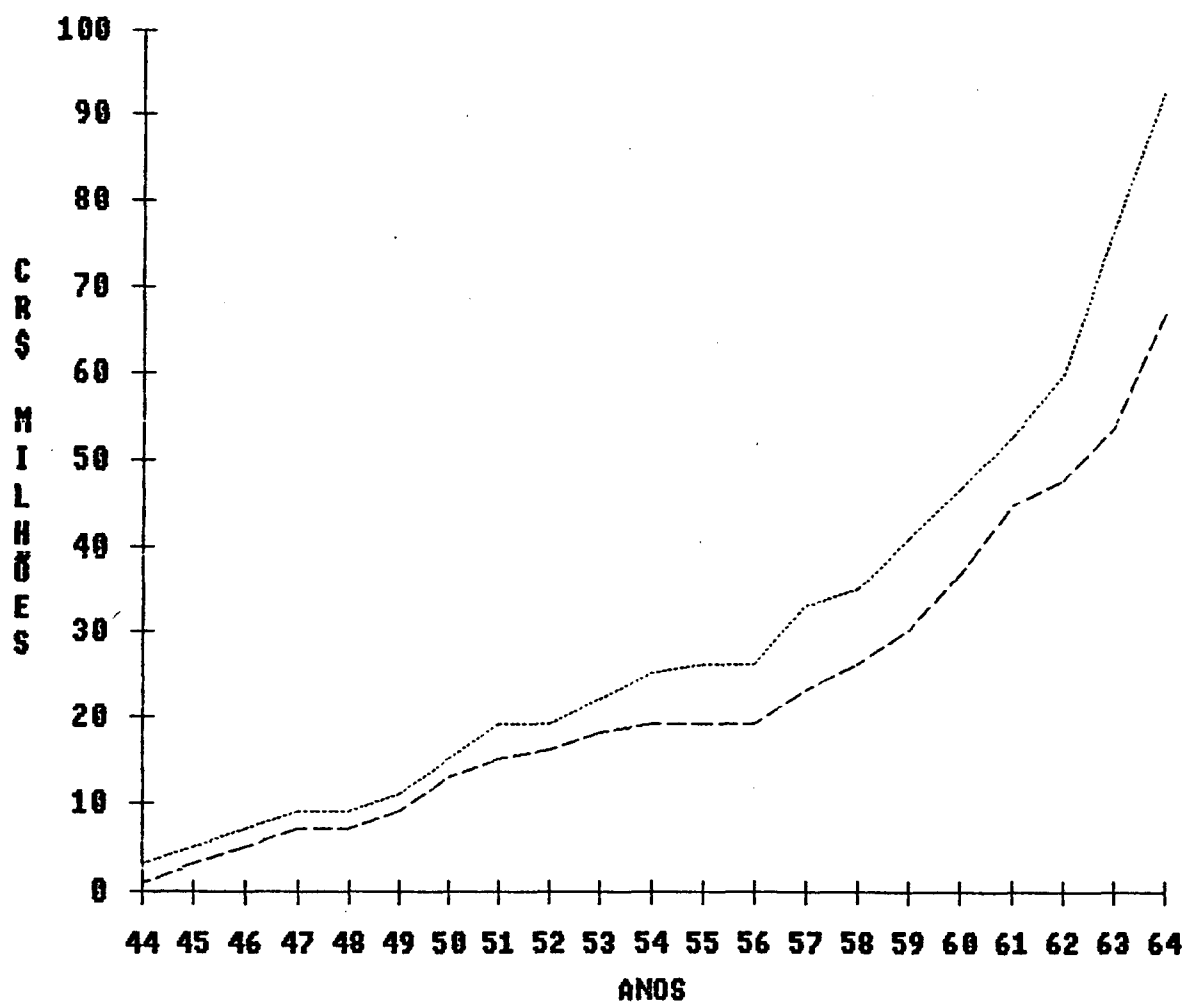
FONTES: 1. Balanços da Cooperativa Caixa Rural União Popular Santa Cruz.

2. Tabelas 19 e 20.

Gráfico 15

DEPÓSITOS/EMPRÉSTIMOS NOMINAIS

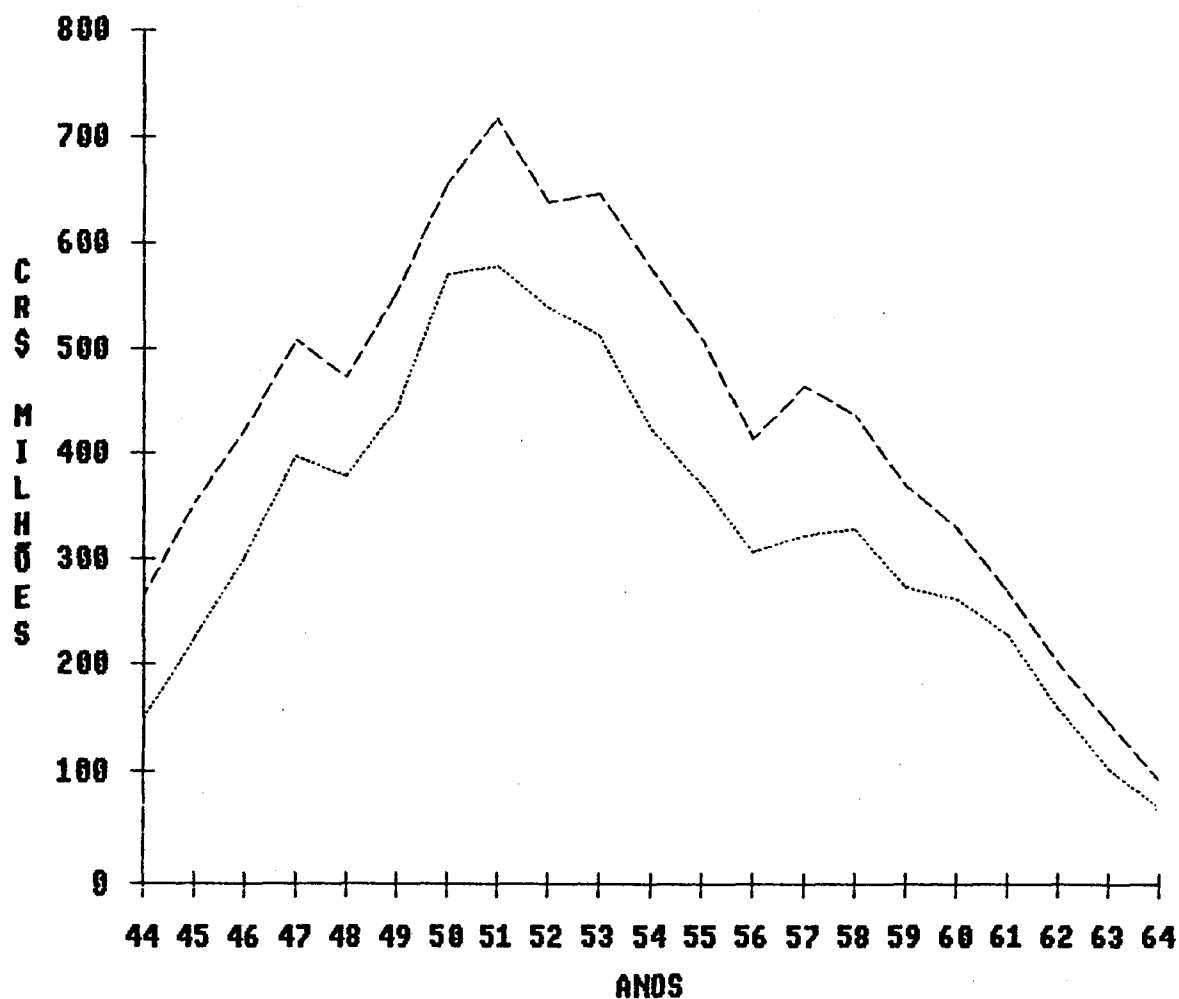
--- DEPÓSITOS    -- EMPRÉSTIMOS



Tabelas 19 e 20

**Gráfico 16**  
**DEPÓSITOS/EMPRÉSTIMOS CORRIGIDOS**

--- EMPRÉSTIMOS -- DEPÓSITOS



Tabelas 19 e 20

A Tabela 22 indica também que a variação do percentual de crescimento das reservas, em relação ao ano imediatamente anterior, não apresentou índices negativos. Isto não significa que não houve aplicações no plano social e no Centro de Treinamento Agrícola<sup>(203)</sup>, revela uma boa administração, uma vez que as reservas são oriundas das "sobras".

Porém, quando as reservas sofrem a correção com base em 1964 (coluna 6, Tabela 22), vê-se que houve um crescimento até 1953; daí em diante há um decréscimo que, a partir de 1958, acentua-se.

Justifica-se esta ocorrência à medida que o processo inflacionário se aprofunda, ainda que em 1953 - nominalmente - representa o índice 100 e 1964 índice 446. O que quadruplica os valores a serem corrigidos, percebendo-se que os mesmos não acompanham o processo inflacionário.

Consequentemente, até 1953, o índice (coluna 7 da Tabela 22) apresentava tendência a crescer; a partir de então, o processo inverteu-se, pois as variações dos percentuais com relação ao ano anterior, passam a ser negativos de ano para ano.

Esta desvalorização da moeda fica bem caracterizada nos gráficos referentes às reservas nominais e corrigidas, pois estes oferecem uma visão direta do comportamento das reservas diante da inflação, permitindo uma compreensão melhor da realidade. O Gráfico 17 (Reservas Nominais) mostra o caráter evolutivo desta que, a partir da década de 50, assume um crescimento mais efetivo para em 1962/63 assumir uma posição quase abrupta. Já o Gráfico 18 (Reservas Corrigidas) mostra uma tendência lenta no início, assumindo posição abrupta para atingir o picó em 1953.

---

203. Capítulo 4, Cooperativa Caixa União Popular de Santa Cruz e subtítulos Centro de Treinamento e Ação Social.

Tabela 22

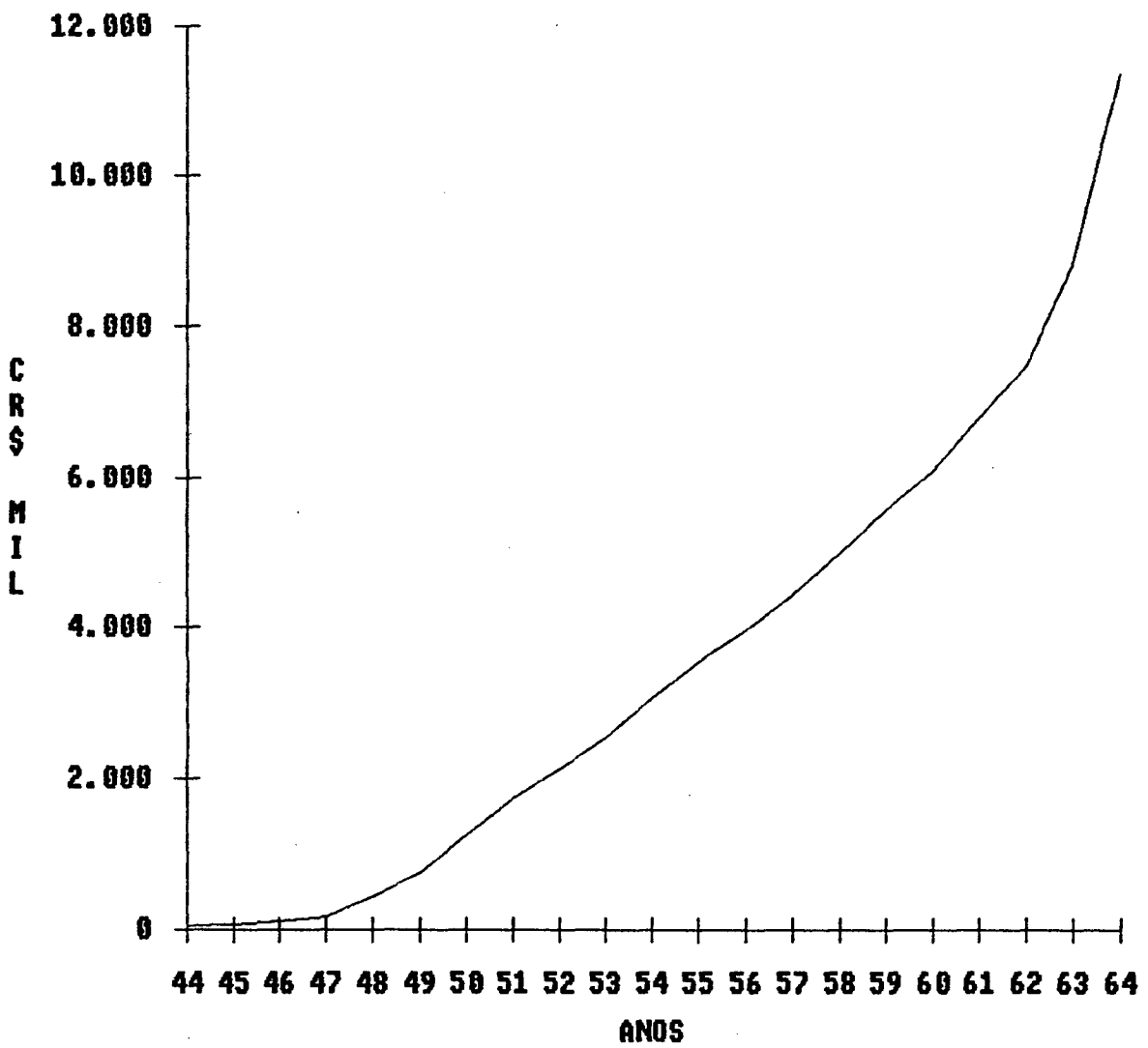
## RESERVAS NOMINAIS/CORRIGIDAS (1944-1964)

ANO	MULT. FIXOS	RESERVAS NOMINAIS	INDICE	INDICE B. MÓVEL	RESERVAS CORRIGIDAS	INDICE	INDICE B. NÓVEL
1944	80.453	51.270,70	100	- -	4.124.881,62	100	- -
1945	70.274	65.166,47	127	127	4.579.503,59	111	111
1946	60.261	144.654,10	223	175	6.909.170,72	167	150
1947	53.855	170.654,18	332	148	9.190.580,86	223	133
1948	50.327	432.853,58	844	253	21.784.222,12	528	237
1949	46.993	742.616,13	1448	171	34.897.759,79	846	160
1950	42.293	1.233.633,68	2406	166	52.174.069,22	1264	149
1951	36.299	1.723.154,13	3360	139	62.548.771,76	1516	119
1952	32.465	2.115.444,18	4126	122	58.777.895,30	1664	109
1953	28.282	2.544.002,98	4961	120	71.949.492,28	1744	104
1954	22.270	3.059.010,98	5966	120	68.124.174,52	1651	94
1955	19.128	3.543.158,88	6910	115	67.773.543,05	1643	99
1956	15.951	3.967.908,78	7739	111	63.292.112,94	1534	93
1957	13.969	4.441.163,08	8662	111	62.038.607,06	1504	98
1958	12.359	4.990.193,40	9733	112	61.673.800,23	1495	99
1959	8.968	5.559.122,70	10842	111	49.854.212,37	1208	80
1960	6.942	6.089.686,60	11877	109	42.274.604,37	1024	84
1961	5.065	6.810.057,40	13282	111	34.492.940,73	836	81
1962	3.340	7.495.088,90	14618	110	25.033.596,92	606	72
1963	1.904	8.824.458,30	17211	117	16.801.768,60	407	67
1964	1.000	11.365.367,80	22167	128	11.356.367,20	275	67
TOTAL	- - -	75.338.666,88	- -	- -	839.552.075,85	- -	- -
M. ART.	- - -	3.587.555,56	- -	- -	39.978.670,27	- -	- -

FONTE: 1. ALMEIDA, R. P. "A Empresa Com. e Ind. Germano Stein S/A (Estudo Histórico-Econômico-Financeiro de uma Empresa Centenária)" São Paulo, USP, Tese de Doutorado, p. 693-694.

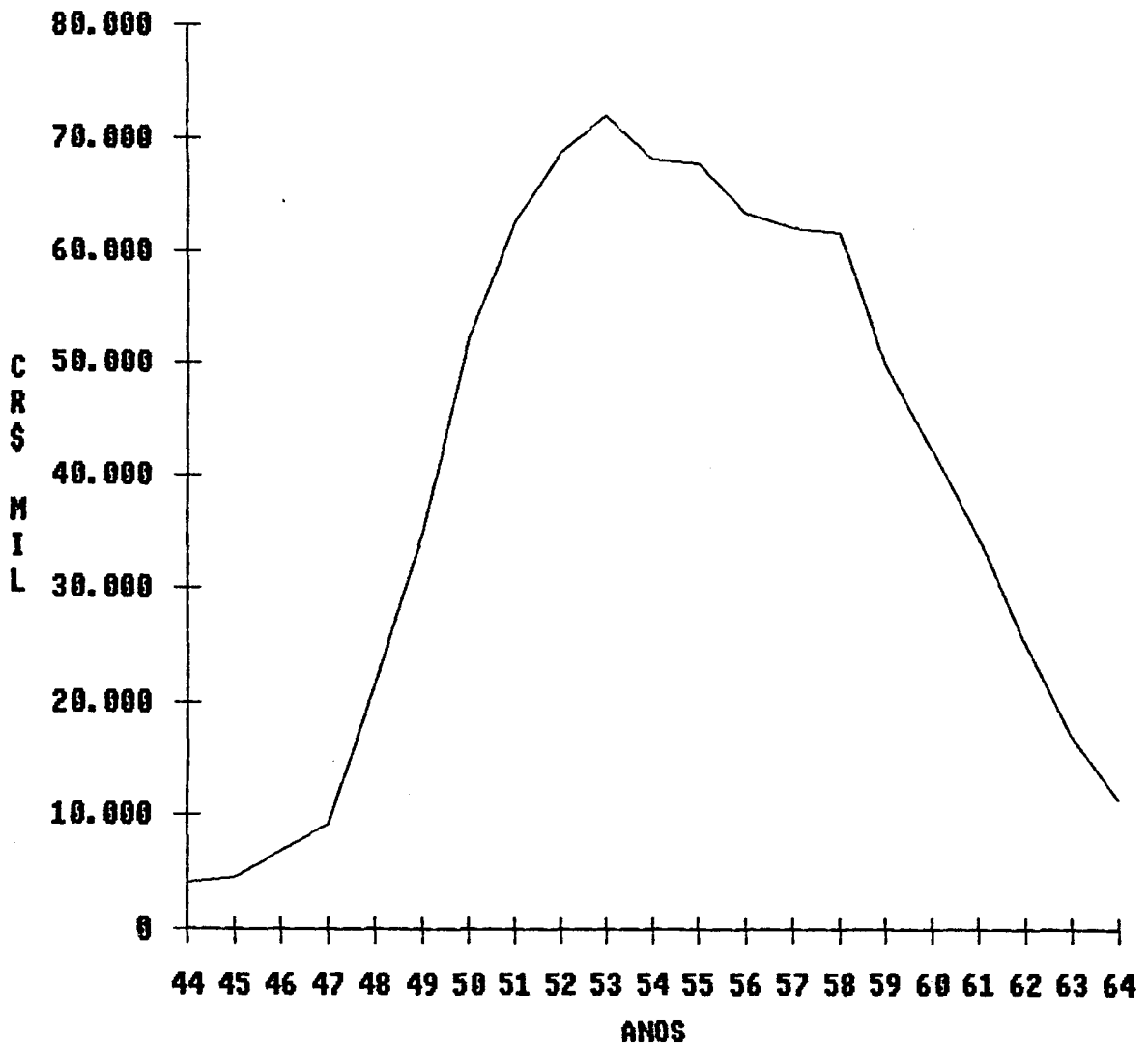
2. Quadro 07, Multiplicadores Fixos

**Gráfico 17**  
**RESERVAS/NOMINAIS**



FONTE: Tabela 22

**Gráfico 18**  
**RESERVAS/CORRIGIDAS**



FONTE: Tabela 22

Após o pico de 1953, o comportamento das reservas corrigidas assume um caráter flutuante que perdura até o final da década para, em seguida, entrar em vertiginosa queda, deixando à mostra o pouco poder de lastro da moeda que, em confronto com a inflação, rapidamente, se desvaloriza.

Dentro deste contexto, extremamente inflacionário, a captação de depósitos é o elemento vital para que o estabelecimento bancário possa funcionar. Aqueles são emprestados para quem deles necessitem, sendo de onde provêm os juros e comissões, as rendas sobre capital alheio que é remunerado, por seu turno, com juros bem mais baixos.

A diferença entre ambos são as "sobras" das cooperativas. Assim sendo, convém que se analise o comportamento da Cooperativa Caixa União Popular Santa Cruz, no que diz respeito às sobras. Para tanto, a Tabela 23, na quarta coluna, evidencia os percentuais retirados da captação e destinados aos empréstimos.

A Tabela 24 mostra que a Cooperativa aplicou, durante os 21 anos analisados, sempre percentuais altos dos depósitos captados, notadamente, entre 71% a 80% que abrange 13 anos, e percebe-se que, durante 5 anos, estes percentuais variavam de 81% a 90%. Disso, conclui-se que, em 18 anos, as aplicações excederam a 71%, mas não ultrapassando os 87,30%

Outro fato verificado é a procura de crédito deu-se em 1948, 1950, 1951, 1952 e 1961 com percentuais acima de 80%. Justifica-se esta ocorrência à medida que na região a exploração da fumicultura passava por transformações, como aliás o país inteiro, pois os anos 50 foram o marco inicial do período desenvolvimentista. Além disso, em 1948, segundo o relatório da Diretoria apresentado em 15 de fevereiro de 1949 aos associados, nem só de cultivo do fumo se fez a produção agrícola.



Tabela 23

## RELAÇÃO DEPÓSITOS/EMPRÉSTIMOS NOMINAIS

ANO	NOMINAIS		PERCENTUAL
	DEPÓSITOS	EMPRÉSTIMOS	APLICADO
1944	3.303.143,80	1.844.624,70	55,84
1945	5.031.747,80	3.215.027,67	63,89
1946	7.028.473,50	5.012.214,07	71,31
1947	9.445.951,80	7.381.390,05	78,14
1948	9.394.748,90	7.521.041,25	80,06
1949	11.806.212,90	9.437.591,70	79,94
1950	15.490.559,60	13.523.264,90	87,30
1951	19.750.972,20	15.957.703,30	80,79
1952	19.654.197,20	16.676.012,60	84,84
1953	22.860.969,30	18.148.319,90	79,39
1954	25.873.947,00	19.046.818,20	73,61
1955	26.692.040,30	19.355.977,90	72,52
1956	26.028.107,00	19.307.567,40	74,18
1957	33.348.938,20	23.108.902,00	69,29
1958	35.519.729,60	26.539.907,10	74,72
1959	41.341.409,00	30.536.474,00	73,86
1960	47.552.067,50	37.839.169,80	79,57
1961	53.159.229,10	45.277.732,20	85,17
1962	60.493.682,20	48.104.401,30	79,52
1963	77.147.983,70	54.889.138,20	71,15
1964	93.393.171,50	67.378.134,20	72,14

FONTE: Balanços da Cooperativa Caixa Rural União Popular Santa Cruz.

Tabela 24

## PERCENTUAIS APLICADOS

VARIAÇÃO PERCENTUAL	INCIDÊNCIA
50,00 a 60,00	1
61,00 a 70,00	2
71,00 a 80,00	13
81,00 a 90,00	5

FONTE: Tabela 23

Em Santa Cruz do Sul, também o trigo e o feijão entre outros produtos alimentícios oportunizaram um apreciável aumento na produção agrícola, exceção feita ao fumo que, neste período, sofreu uma recessão tendo em vista a paralisação dos negócios de exportação.

Esta situação também contribuiu para o aumento da procura de capital, acrescido do retraimento do crédito bancário em outros estabelecimentos do gênero.

Além disto, os estabelecimentos industriais do município mais ou menos neste período - em especial os ligados ao beneficiamento de fumo - já desfrutavam de órgãos financeiros locais em condições de fomentar as atividades comerciais, bem como a produção industrial capitalista. Ocorreu na região o desenrolar de dois processos: a concentração de capitais individuais e o surgimento de empresas fumageiras à capitalista. O outro processo é a penetração do capitalismo monopolista nas regiões não capitalistas.

Evidentemente, tudo isso ocorreu como consequência de experiências vivenciadas em outros centros mais dinâmicos e como resultado do capitalismo internacional.

Na região, entre outras consequências, como as constatadas nas Tabelas 23 e 24, observa-se no referido período, a atuação mais intensa de empresas como a Souza Cruz, tendo como forma de atuação o "Extension Service", ou seja, assistência técnica e fornecimento de equipamentos e sementes por conta da empresa. A indenização seria feita apenas na entrega da safra. Desta forma, o produtor era incentivado a ampliar a área cultivada sob alegação de melhor rendimento.

O resultado não poderia ser outro, pois o Rio Grande do Sul, em 1955, atingiu a média de 900 kg/ha, enquanto a média nacional foi de 755 kg/ha. (204)

Mas além de oportunizar condições de ampliação da concessão de empréstimos, a captação de recursos deverá possibilitar a chegada o mais próximo possível, do bem-estar social, tanto de seu quadro de associados como dos funcionários.

Entretanto, por mais simplista e singelo que se possa ser ao afirmar o acima exposto, no plano real, a concretização deste princípio doutrinário do cooperativismo é extremamente complexo, uma vez que os recursos para atingirem o bem-estar social se originam das "sobras". Para tanto, os diretores da Cooperativa têm que ser bons administradores para que em nome do bem-estar social, não confundam "sobras" com "lucros" mas ainda assim a Cooperativa seja atuante não só no social como na educação.

Dentro desta visão, a Cooperativa União Popular-SCS teve uma atuação marcante no setor social no período em análise, tendo prestado sua efetiva colaboração financeira a setores sociais, educacionais, de lazer, cultural e agrícola. A evidência do comprometimento da Cooperativa com os setores mencionados fica materializada no Quadro 12.

Como se pode verificar, a educação foi o setor ao qual foi destinado o maior volume de recursos (85,5%). Entretanto cabe destacar que está incluído no total de recursos da educação, a concessão de empréstimos ao Colégio São Luís de Cr\$ 1.000.000,00 e ao Colégio Mauá de Cr\$ 400.000,00. Operações estas que não aparecem relacionadas nas atas de autorização de empréstimos por dois motivos: primeiro, porque na época do pedido de empréstimo (1949), de acordo com a autorização da Assembléia Geral Ordinária (09 de março de 1949), o valor máximo do empréstimo individual

era de Cr\$ 100.000,00 e, em segundo lugar, a legislação e os Estatutos da Cooperativa em vigor, impediam o deferimento de tal pedido.

## Quadro 12

## AÇÃO SOCIAL DA COOPERATIVA

## CAIXA RURAL UNIÃO POPULAR DE SANTA CRUZ

TIPO	TOTAL EM CR\$	%
EDUCAÇÃO	1.458.600,00	85,50
ATIVIDADE CRISTÃ	101.434,00	5,90
PÚBLICO	50.000,00	2,90
MENOR CARENTE	33.500,00	1,90
SOCIAL	18.600,00	1,09
AUXÍLIO A IDOSOS	16.500,00	0,96
CULTURA	6.000,00	0,35
JAC	5.000,00	0,29
CENTRAL	5.000,00	0,29
CÍRCULO OPERÁRIO	3.000,00	0,17
CALAMIDADE	2.500,00	0,14
AGRICULTURA	1.300,00	0,07
LAZER	1.200,00	0,07
OBRAS DE CARIDADE	1.100,00	0,06
SAÚDE	1.000,00	0,05
<b>TOTAL</b>	<b>1.704.734,00</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Livros de Atas da Cooperativa Caixa Rural União Popular de Santa Cruz.

A solução encontrada foi depositar o valor equivalente na Central e, esta, repassar aos respectivos Colégios, cobrando uma taxa de serviço de 1% ao ano sobre o valor do empréstimo.

Com o desconto de Cr\$ 1.400.000,00 dos dois empréstimos, o percentual cairia para 3,4% o que colocaria a educação em segundo plano em termos de recebimento de recursos da Cooperativa. Mas independentemente disso, fica clara a preocupação da Instituição com a problemática da educação.

O segundo setor a receber recursos é a atividade cristã (5,9%, que consistia em contribuir financeiramente para a construção, reconstrução ou manutenção de igrejas ou obras do gênero). Levando-se em conta a origem histórica do sistema raiffeiseano e do fundador das cooperativas do Rio Grande do Sul (205) - Padre Theodoro Amstad S.J. - não há de se estranhar a preocupação com as obras pias.

A preocupação com as realizações voltadas para utilização pública, ficam bem evidenciadas à medida que os recursos destinados a este fim representam 2,9% do total gasto em ação social no período de 1944/64. Destacando-se o esforço despendido, visando dotar Santa Cruz do Sul de telefone automático.

Chama atenção igualmente, a preocupação com o menor carente que do total despendido em ação social, 1,9% foi destinado a auxiliar as crianças da comunidade, assim como os idosos não foram esquecidos.

Resumindo-se, a Cooperativa Caixa Rural União Popular Santa Cruz em termos de ação social, administrou as "sobras" de maneira tal, a contemplar setores como educação, religião, cultura, juventude, idosos, lazer e esporte entre outros com recursos

---

205. Capítulo: Origem da Cooperação no Rio Grande do Sul, subtítulo : Formas de Cooperação dos Alemães e Teuto-Brasileiros.

financeiros tão importantes no fortalecimento das instituições voltadas às respectivas atividades enumeradas. Com isto, além de cumprir com os preceitos da doutrina cooperativista, contribuí de maneira decisiva para o bem-estar social da comunidade, sede de sua atuação.

Isto posto, pode-se acrescentar ainda, com base nas atas referentes a 1944/64 que em termos técnicos, a administração da Caixa União Popular-SCS esteve pautada sempre pela legislação e pelos estatutos em vigor. Haja vista as constantes reuniões de diretoria e assembléias, das quais emanavam a aprovação dos pedidos de empréstimos, do limite das obrigações assumidas pela Cooperativa, do valor máximo a ser emprestado e o máximo de empréstimo a ser concedido individualmente.

Tão competentes têm sido as sucessivas administrações, que até hoje, a Caixa União Popular-SCS tem-se mantido em atividade desde 1919. E, não foram poucas as crises e transformações por que tem passado.

Apesar disto, para que o espírito do legítimo cooperativismo fortaleça e prospere, não basta que bons técnicos em administração comandem as cooperativas. É preciso haver um constante e amplo contato com a teoria cooperativista, gerando um debate consubstancial à expansão do cooperativismo. Mas, mais importante que este, é a necessidade de haver, cada vez mais, pessoas e instituições comprometidas com a prática da doutrina cooperativista.

O conhecimento e a prática do arcabouço teórico cooperativista é básico para que alguns dos pressupostos cooperativistas não sejam utilizados de forma errônea inadvertidamente, ou de maneira proposital visando mascarar instituições voltadas puramente para a exploração de muitos em proveito de uma minoria. Ou ainda, que cooperativistas não

1/5 na primeira e segunda chamada, sendo a terceira válida com qualquer número de associados presentes.

Cabe enfatizar que as convocações eram todas para um mesmo dia e, normalmente, às 14 horas, 16 horas e 17 horas, respectivamente.

A não remuneração dos diretores das cooperativas no sistema raiffeiseano é outra inobservância da Caixa União Popular-SCS. Inclusive, além da remuneração a diretoria era gratificada com 5% sobre as "sobras" apuradas em balanço.

A título de justiça, deve-se destacar que o presidente Bruno Agnes desistiu de sua parte, sendo dividida entre o gerente e o secretário em partes iguais. (206)

Prática comum por alguns membros da diretoria refere-se à retirada de empréstimos avalizados pelos próprios companheiros de diretoria. Exemplificando a assertiva, constata-se que, na sessão de Diretoria e Conselho Fiscal realizada em 24 de julho de 1947 (207), foram autorizados dois pedidos de empréstimos nos valores de Cr\$ 6.000,00 e Cr\$ 4.000,00 a Francisco J. Frantz (208) avalizados por Leopoldo Morsch.

Na época, Leopoldo Morsch era secretário, eleito em Assembléia Geral Ordinária em 21 de março de 1947 e Francisco J. Frantz era suplente do Conselho Fiscal, eleito na mesma Assembléia Geral (209), ou ainda diretores avalizando empréstimos para parentes como José A. Mergener - Diretor Gerente - avalizou pedido de empréstimo a Ruy Mergener no valor de Cr\$ 1.500,00

---

206. Livro de atas do período de 1944/64, ata da reunião da Diretoria e Conselho Fiscal de 01 de abril de 1945, p.51-53

207. Livro de Atas. op. cit. 1944/64, p. 61-63

208. Fundador do Jornal "Gazeta do Sul", hoje transformado no "Grupo Gazeta de Comunicações" de Santa Cruz do Sul, composto por uma rádio Am, uma FM e um jornal.

209. Ibid. p. 61-63.



aprovado em sessão de Diretoria e Conselho Fiscal no dia 24 de julho de 1947. (210)

Mais um flagrante diz respeito aos pressupostos doutrinários do cooperativismo raiffeiseano, praticado pela Caixa União Popular-SCS, é o fato de serem concedidos empréstimos na sua maioria ao meio urbano. E, mais, eram pessoas ligadas com empresas comerciais e industriais, desvinculadas do meio rural. Ou por outra, usufruíam do capital gerado pelo setor rural, seja através dos empréstimos sacados junto à Cooperativa, ou seja, vendendo seus produtos aos colonos. Até militares foram beneficiados com empréstimos pela Caixa União Popular-SCS.

É o caso, por exemplo, de Arnaldo Zimmer<sup>(211)</sup>, que na sessão da Diretoria e Conselho Fiscal de 07 de maio de 1947, lhe foi concedido empréstimo no valor de Cr\$ 30.000,00 com juros de 9% ao ano. (212) Houve também a concessão de empréstimos lavrada em ata da Diretoria e Conselho Fiscal no dia 08 de maio de 1948, para Theodoro Gruending de Cr\$ 50.000,00, Arnaldo Gruending de Cr\$ 50.000,00 e Alfredo Gruending de Cr\$ 25.000,00, todos avalizados por Gruending Irmãos Ltda com juros de 10% ao ano com prazo de 183 dias, totalizando Cr\$ 125.000.00 avalizados por uma só empresa e, coincidentemente, a empresa era Gruending Irmãos Ltda. (213)

Enfim, poder-se-ia numerar um significativo número de exemplos iguais aos acima citados, já que esta prática era constante na Caixa União Popular-SCS e pode ser confirmada através das atas de Diretoria e do Conselho Fiscal. Entretanto

---

210. Ibid. p. 61-63.

211. Um dos fundadores da Comercial Zimmer Goettert, uma das maiores lojas de ferragens e eletrodomésticos de Santa Cruz do Sul que, por muitos anos, operou na região sem concorrentes.

212. Livro de Atas 1944/64. p. 54.

213. Ibid. p. 91.

foram apresentados aleatoriamente alguns exemplos, como forma de amostragem que de forma legal e juridicamente, pode-se infringir os pressupostos raiffeiseanos.

Inclusive, a prática de empresas avalizando empréstimos era tanta que, por proposta do presidente Bruno Agnes, em 03 de junho de 1948, aprovou-se a exigência de que as empresas avalistas de vultosas somas, apresentassem cópia do balanço ou balancete. (214)

Mas também os militares foram beneficiados com empréstimos da Caixa União Popular-SCS. Na sessão de 08 de março de 1950, 24,24% dos empréstimos foram concedidos para militares. Na sessão de 28 de novembro de 1950, 6,12% dos empréstimos para reforma de títulos foram destinados aos militares. (215)

Não se pretende discriminar estes segmentos da sociedade, desmerecer a confiança que a comunidade deposita em cada um destes e, muito menos, impedi-los de usufruir das benesses de uma cooperativa. Muito pelo contrário, mas para estes já existiam agências bancárias em Santa Cruz do Sul, enquanto isso o agricultor - verdadeiro fim da Cooperativa sistema raiffeiseano - ficava desassistido e iniciativas como o Centro de Treinamento Agrícola mendigavam favores financeiros aos governos estaduais e federais.

Engana-se quem imaginar que as irregularidades no que diz respeito à observância dos princípios do raiffeiseanismo ficam só nisso. A Caixa União Popular-SCS usufruia de aluguéis de alguns imóveis como casas residenciais e o Hotel Santa Cruz, fatos que atestam o total desconhecimento do espírito raiffeiseano. Mostra também o quanto é necessária a educação de base, do que vem a ser cooperativismo, para que não haja uma legalização jurídica do desvirtuamento da ação cooperativista.

---

214. Livro de Atas 1944/64. p. 99.

215. Ibid. p. 51-52 e 173-175.

## CONCLUSÃO

O "progresso" do homem, se processa dentro de uma seqüência contínua de fatos, e estes são impulsionados pela dinâmica social. Esta, por sua vez, provém de experiência vivenciadas, as quais são utilizadas para atingir novas invenções e criações no sentido do homem atingir seu "progresso".

Por isso, após exaustivo somatório de fatos pertinentes ao processo histórico brasileiro e rio-grandense, não é difícil compreender a liderança do Rio Grande do Sul na implantação do cooperativismo. Aliás, liderança esta que poderia ser de qualquer outro Estado da Federação, pois as terras brasileiras foram habitadas por nativos de sul a norte e de leste a oeste; os primeiros a se utilizarem da cooperação.

Porém, a posição geográfica e a forma de ocupação do Rio Grande do Sul, oportunizaram um maior tempo de convivência com os nativos. Nascendo desta, e principalmente pela atividade econômica desenvolvida, o hábito consuetudinário da cooperação, solidificado através do tempo pelo "Galpão Gaúcho".

Outro fator que contribui à prática da cooperação foi a imigração, em especial, a alemã. Sendo os colonos alemães os primeiros a se estabelecerem em terras gaúchas e por seu abandono quase total nas colônias, outra não seria sua atitude senão a de adotar a cooperação mútua para a sobrevivência. Brotando desta prática o espírito associativo.

Fator decisivo na passagem deste hábito consuetudinário à formação de instituições embasadas no cooperativismo, foi a chegada dos primeiros Jesuítas (1851). Além da óbvia assistência

espiritual, iriam também participar do soerguimento do bem-estar material dos teuto-brasileiros. Esta ação intensificar-se-ia a partir de 1890, quando foram fundadas várias instituições visando não só difundir os princípios religiosos, mas também defender os direitos civis através de associações como: Centro Católico/Partido de Centro (*Zentrumspartei*); Associações Paroquiais Católicas (*Pfarrvereine*); Congressos Católicos (*Katholikentage*); Associação Católica de Professores (*Lehrverein*); Associação dos Agricultores (*Bauernverein*); e a Sociedade União Popular (*Volksverein*).

Temos aí, nada mais e nada menos, do que uma tentativa de transplantar o modelo suíço que vigorou após a revolução de 1848, onde várias associações foram fundadas; entre elas a Associação de Pio (*Piusverein*), a Sociedade União Popular (*Volksverein*) e o Partido Popular Católico (*Katholisch Volkspartei*), todas estas visando defender os interesses dos católicos suíços.

No Brasil, e em especial no Rio Grande do Sul, houveram organizações semelhantes que tiveram algumas condições em função da situação de ostracismo em que se encontravam os agricultores em geral. Prova disto é que as associações formadas no período de 1890 a 1900 - fundação da Sociedade União Popular - procuravam abranger não só católicos mas igualmente os protestantes, bem como, alemães, italianos, portugueses, poloneses e todo e qualquer agricultor. Logo, estas associações recebiam uma gama muito grande e diversificada de tendências, o que caracterizava estas associações como atípicas, se comparadas com as co-irmãs originárias da Europa, onde o espírito associativo tomou realce e consistência.

Comparando-se com as associações alemães, gênese das demais ligas, tendo por base as poderosas Ligas de Renania e da Westphalia, ou ainda, os Congressos dos Católicos Alemães iniciados em 1848, que de acordo com o Abbade May - autor da

História das Assembléias dos Católicos da Alemanha, - "...foi em Monguncia que para o bem dos católicos alemães, foi plantada a árvore da liberdade; foi ahi que começou a desmoronar-se a influencia do funcionalismo do Estado, que mantinha a Igreja escravizada". (216)

Foram nestes Congressos que a Liga Católica Alemã (Volksverein) fez escola para o mundo inteiro, como na Bélgica, onde em 20 de julho de 1890, J. Helleputte, F. Schollaert e J. F. Mellarst fundavam a Liga dos Agricultores da Bélgica ou o Boerenbond Belga que entre as várias Ligas Agrícolas ou Federações Belgas é mais famosa.

No Brasil tiveram eco estas ligas com a fundação do Volksverein em 1912, já agora purificado e comprometido com os ideais católicos de buscar o "...ideal intelectual: educar o povo católico alemão. Promover instituições econômicas de todo o gênero entre na sua esfera de ação;..." (217)

Talvez por isso, as instituições anteriores ao Volksverein Gaúcho não alcançaram uma permanência mais duradoura, ao contrário deste, que ainda hoje continua a realizar suas Assembléias Gerais, nas quais presta aos seus associados esclarecimentos sobre a principal atividade da Sociedade União Popular, a revista "St. Paulus-Blatt". (218)

Assim, de experiência em experiência, busca o homem aprimorar sua "realidade humana" para atingir a tão ambiciosa liberdade. Mas nesta angustiada busca, ele tem que superar o quase insuperável imprevisto da realidade.

216. VLIEBERG, E. "Questões Cathólicas-Sociais". Rio de Janeiro , Oficinas do Jornal do Brasil, 1910. p. 23.

217. ---"Questões Cathólicas-Sociais". Rio de Janeiro, Oficinas do Jornal do Brasil, 1910. p.27

218. Ata da Assembléia Geral Ordinária de Delegados da Sociedade União Popular realizada em 23 de março de 1985, em anexo. Tal jornal é impresso ainda hoje no alemão gótico.

Na "realidade humana", onde o homem - ser eminentemente social - habita, significa que as invenções (instituições) devem respeitar um dos princípios básicos desta interação homem-natureza; homem na relação reflexiva e homem na relação com a sociedade, que é a COOPERAÇÃO. Qualquer invenção que desrespeite este princípio, estará se opondo em Última análise a liberdade do homem.

Esta tarefa foi desempenhada por Theodoro Amstad, SJ com muita dedicação, coragem e inteligência, mas contou com fatores favoráveis como: as áreas de implantação do cooperativismo de crédito eram zonas de assentamento de imigrantes alemães que já conheciam ou tinham informações sobre o desempenho das cooperativas de crédito na Alemanha. A condição de quase abandono na maioria das colônias, onde sobreviveu graças ao auxílio mútuo, foi fundamental. Bem como o apoio da Sociedade União Popular, que complementou as condições necessárias à implantação das "Caixas de Economia e Empréstimo.

Santa Cruz do Sul enquadra-se nas condições acima mencionadas por se tratar de uma colônia particular, abandonada a sua própria sorte, estruturada com base na pequena propriedade, predominando a produção de subsistência, embora desde início houvesse a preocupação com a exportação, preferencialmente a do fumo.

Tanto assim que a terceira Caixa de Economia e Empréstimos a ser fundada no Rio Grande do Sul foi em Santa Cruz, sendo mais tarde denominada Caixa Cooperativa Santa Cruzense e por fim transformada no Banco Agrícola Mercantil S/A que se fundiu com o Banco Moreira Salles S/A, originando o UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A.

Fundada a antecessora da Caixa União Popular Santa Cruz em 1904, ficava evidenciado já existir as condições necessárias para

o funcionamento de estabelecimentos de crédito em Santa Cruz do Sul.

Assim, em 21 de setembro de 1919, sob a égide do decreto número 1.637 de 05 de janeiro de 1907, era fundada a Caixa Econômica e de Empréstimos Rural 'União Popular' Santa Cruz de Responsabilidade Limitada dos Sócios, com o fim de

"... fornecer a seus sócios os capitais necessários, por meio de empréstimos feitos com juro módico e sobre a responsabilidade comum; receber sobre sua guarda com vencimento de juros as economias e capitais incentivos pertencentes quer aos sócios quer a estranhos à sociedade." (220)

A jóia para cada sócio foi de cinquenta mil réis que eram levados à conta capital.

A primeira diretoria da "Caixa Econômica e de Empréstimos Rural 'União Popular' Santa Cruz" era constituída de presidente, tesoureiro, secretário e do Conselho Fiscal, eleitos pelo período de três anos pela Assembléia Geral.

O Estatuto de fundação da União Popular-SCS teve como suporte legal o Decreto número 1.637 de 05 de janeiro de 1907. Porém, houve algumas omissões, como por exemplo, não determina a forma de integralização da jóia, não fixa o percentual a ser transferido para o fundo de reserva e nem o percentual disponível com a operacionalidade da Sociedade e também não aborda a questão da dissolução.

Com este Estatuto a Sociedade funcionou durante mais de três anos, oportunidade em que ocorreu a primeira reforma estatutária. Foram introduzidas alterações significativas, visando a

220. Artigo terceiro dos Estatutos da Caixa Econômica e de Empréstimos Rural União Popular Santa Cruz, de 21 de setembro de 1921.

adequação da instituição ao sensível crescimento econômico, bem como aos novos tempos.

O resultado desta primeira reforma estatutária foi o Estatuto mais dinâmico e completo, especificando as atribuições de todos os setores e complementando as atribuições e funções específicas da Sociedade de Crédito, assim como ficou explícito o comprometimento com os princípios básicos do raiffeiseanismo.

A segunda reforma estatutária, ocorrida em 19 de novembro de 1952, foi por força de lei, já que o Decreto número 22.239 de 19 de novembro de 1932 passava a ser suporte legal básico das cooperativas.

De modo geral, esta segunda reforma representou a adequação das Cooperativas às exigências estatais que cada vez mais passavam a interferir na administração das Cooperativas, culminando com a Lei 4.595 de 31 de dezembro de 1964, juntamente com as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

Logo, a "Caixa Rural 'União Popular' de Santa Cruz" até 1963 teve suas atividades regulamentadas pelo Decreto número 22.239 de 19 de dezembro de 1932, legislação que influenciou as demais normatizações posteriores, inclusive possibilitando que um setor da Cooperativa atuasse de forma significativa no meio rural da área pedagógica, via criação do Centro de Treinamento Agrícola (CTA).

O idealizador e entusiasta do Centro de Treinamento Agrícola foi o presidente Bruno Agnes, que durante 15 anos na presidência da Cooperativa fez do CTA sua principal obra. Para tanto, não mediu esforços nem entusiasmo no sentido de dotar o CTA dos recursos necessários, visando atingir a meta principal: introduzir

---



novas técnicas no manejo do solo, diversificar a produção, possibilitando com isto um melhor rendimento ao produtor.

Porém, dois fatores impediram que tal objetivo se concretizasse em toda plenitude. O primeiro foi a morte prematura de Bruno Agnes em 25 de março de 1961. Esta fatalidade pegou toda a direção da Cooperativa despreparada, assim como o CTA perdia seu maior incentivador.

A segunda ocorrência a depor contra a continuidade do CTA foi a Lei 4.595 de 31 de dezembro de 1964 que originou a Circular número 30, de 29 de março de 1966, do Banco Central. Aquela, através do Artigo 35, proibia as Caixas de possuírem imóveis que não fossem para uso próprio e esta regulamentava a venda destes imóveis. Era o fim o Centro de Treinamento Agrícola.

A análise histórico-econômico-financeira da Cooperativa União Popular-SCS possibilitou decompor seu ativo e passivo e com isto constatar que houve um crescimento dos negócios, demonstrando que a diretoria agiu corretamente, sob o ponto de vista técnico.

Além desta constatação, através dos depósitos, empréstimos e reservas corrigidas, verificou-se que houve um comportamento totalmente diferente dos valores nominais, comprovando que não acompanharam o processo de inflação, sendo a captação e a consequente aplicação dos recursos, inferiores à espiral inflacionária.

Com base no exposto, a inferência imediata é que o cooperativismo de crédito não resume-se só em seguir as normas legais. Não basta uma direção honesta, é indispensável ser capaz. Este ser capaz não limita-se apenas à prática legal das regras financeiras, mas também à prática dos pressupostos básicos do cooperativismo. Porque somente estes são capazes de superar as

dificuldades de crédito agrícola neste país. Oportunizando aos agricultores o exercício da auto-direção dos próprios interesses com base na real democracia, sem descuidar-se da auto-proteção dos abusos creditícios e, assim, engajar-se conscientemente no crescimento material, bem como na realização humana sua e dos seus.

Entretanto, na análise da Cooperativa União Popular-SCS, fica evidente o não cumprimento de tal proposição, em função da falta de educação cooperativista. Ainda que possa parecer paradoxal, pois a Cooperativa investiu na educação. Só que este investimento foi no sistema educacional privado do município e o seu Centro de Treinamento Agrícola, enquanto funcionou, não se preocupava com a formação teórica cooperativista de seus alunos. Esta contradição concretiza de forma cabal o despreparo dos dirigentes da cooperativa, em termos da educação cooperativa.

Logo, ao concluir este trabalho, é inegável que a "Cooperativa Caixa Rural 'União Popular' de Santa Cruz, atualmente sob a denominação de "Cooperativa de Crédito Rural de Santa Cruz Ltda" (CREDIVARP), desempenhou papel importante na formação industrial de Santa Cruz do Sul, pois fomentou de forma direta o crédito, quer na área urbana como na zona rural do município, além de ser agente impulsionador das melhorias do setor público. Mas apesar deste desempenho, falhou no cumprimento dos pressupostos do cooperativismo.

É compreensível, à medida que sua relação externa defronta-se com um arcabouço teórico contrário ao cooperativismo. Porém inadmissível é aceitar que uma Cooperativa Econômica e de Crédito que visa a liberação econômica a fim de possibilitar ao homem melhor assumir as suas responsabilidades com a liberdade e dignidade, limite-se a apresentar um balanço financeiro apenas. Pois este é um dos instrumentos do capitalista para verificar o aumento de produção, a redução de gastos, a intensificação das

vendas e aumentar os lucros. Precisa haver, igualmente, um balancete cooperativista, no qual se verifique se houve uma diminuição da dívida social, dos desempregados, dos desamparados, dos famintos, dos analfabetos e dos marginais, na área de influência da cooperativa.

FONTES

- I. Relatórios da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul
  1. Relatório do Intendente João Martinho Buff (1853,1854 e 1856)
  2. Relatório do Intendente Jorge Eichenberg (1889)
  3. Relatório do Intendente Adalberto Pita Pinheiro (1900)
  4. Relatório do Intendente Gaspar Bartholomay (1917,1918,1921 e 1922)
  
- II. Cooperativa Caixa Rural União Popular Santa Cruz
  1. Livro de Atas das Assembléias Ordinárias e Extraordinárias e do Conselho Fiscal - Livros nº 1 e 2.
  2. Balanços da Cooperativa Caixa Rural União Popular Santa Cruz
  3. Livro de Registro de Empregados
  4. Pasta de correspondências diversas
  5. Estatutos da Cooperativa Caixa Rural União Popular Santa Cruz
  
- III. Da Legislação do Direito Cooperativo Brasileiro
  1. Decreto nº979, de 06 de janeiro de 1903
  2. Decreto nº1.637 de 05 de janeiro de 1907
  3. Decreto nº22.239 de 19 de dezembro de 1932
  4. Decreto nº581 de 1938
  
- IV. Jornais
  1. St. Paulus-Blatt, nº 2 de fevereiro de 1929
  2. St. Paulus-Blatt, nº 3 de março de 1930
  
- V. Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul. Relatório do Poder Executivo Municipal, 1852  
  
Prefeitura Muncipal de Santa Cruz do Sul. Relatório do Poder Executivo Muncipal, 1853

Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul. Relatório do Poder Executivo Municipal, 1854

Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul. Relatório do Poder Executivo Municipal, 1956.

#### BIBLIOGRAFIA

A CRISE E A SAÍDA PRA A INCERTEZA ECONÔMICA DO SUL. Porto Alegre Zero Hora, edição 83/84.

ALMEIDA, R.P. A Empresa Comércio e Indústria Germano Stein S/A (Estudo Histórico-Econômico Financeiro de uma Empresa Centenária). São Paulo, USP, Tese de Doutorado, 1985.

\_\_\_\_\_. Um Aspecto da Economia de Santa Catarina: a Erva Mate-Um Estudo da Cia. Industrial. UFSC, Tese de Mestrado, 1979.

\_\_\_\_\_. Cooperativa de Crédito de Santa Cruz Ltda. Trabalho de pesquisa apresentado ao Departamento de História da UFSC para concurso de Professor-titular, 1987.

AMARAL, Luiz. Tratado Brasileiro do Cooperativismo. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.

AMSTAD, Theodoro. Memórias Autobiográficas. Trad. de A. Rabuske. Série Cooperativismo, Edição Especial. Co-edição. São Leopoldo Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOPE) do Curso de Especialização em Cooperativismo (CESCOOP) e Instituto Anchietano de Pesquisa (IAP) - UNISINOS.

\_\_\_\_\_. Como podemos tornar-nos independentes do Estrangeiro com respeito a Economia. Tradução de Rubens Neis, 1976.

BÁLAN, Jorge. Migrações e Desenvolvimento Capitalista no Brasil : Ensaio de Industrialização Histórico-Comparativa. São Paulo, CEBRAP nº5, jul./set. 1973.

BAGIO, Adela Francisco (org.). Elementos de Cooperativismo e Administração Rural. Ijuí, FIDENE/ASSOESTE, COTRIGUACU.

- BARTHOLOMAY, Gaspar. Relatório ao Conselho Municipal de Santa Cruz do Sul. Intendência Municipal de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul-RS, 1922.
- BENETTI, Maria Domingos. Origem e Formação do Cooperativismo Empresarial no RGS. Porto Alegre, FEE, 1985.
- BULGARELLI, Waldírio. Regime Jurídico das Sociedades Cooperativistas. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1965..
- BRASSARA. Contribuição para o Desenvolvimento do Cooperativismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo.
- CASTRO, A. B. Sete Ensaios sobre Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Forense, 1960.
- CARRION JR., Francisco M. RS: Política Econômica & Alternativas. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. São Paulo, Difel, 1962.
- CEAG-RS/IDERES. Pesquisa Industrial do Município de Santa Cruz do Sul. Porto Alegre, Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa, 1985.
- CEAG-RS/IDERES. Cadastro Empresarial - Setor Terciário. Santa Cruz do Sul. Porto Alegre, Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa, jul./1986.
- CEAG-RS/IDERGS. Pesquisa do Setor Terciário - Santa Cruz do Sul. Porto Alegre, Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa, jul./1986.
- CESAR, Guilhermino e outros. RS: Economia e Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

- CORVISIER, André. História Moderna. Trad. de Rolando Roque da Silva e Carmen Olívia Castro Amaral. São Paulo, Difel, 1976.
- DELGADO, G.C. Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: Ano 1965-1985. São Paulo, Editora Ícone e UNICAMP, 1985.
- DIE GESCHICHTE DERSUBBRASILIANSCHEIN JESUITEN - MISSION (A História da Missão dos Jesuítas no Brasil Meridional).
- DUARTE, Laura Maria Goulart. Capitalismo e Cooperativismo no Rio Grande do Sul. Orientação Juam Mairo Fandino Marno. Porto Alegre, LP&M.
- DRUCK-UND VERLAGSANSTALT BORUSSIA, Berlim S.W. 11/17.
- EICHENBERG, Jorge. Mensagem ao Conselho Municipal de Santa Cruz do Sul. Intendência Municipal. Santa Cruz do Sul-RS, 1889.
- FACCINA, Carlos Roberto. Metodologia Científica: o Problema da Análise Social/Carlos Roberto Faccina, Luiz Alberto Pelluso. São Paulo, Pioneira, 1984.
- FLORES, João do Prado. Nações Fundamentais sobre Sociedades Cooperativas. Centro Nacional de Estudos Cooperativos. 1951.
- FRANQUELLIm Jone Aito. "A Lavoura capitalista de arroz e a crise de 1926", em RS: Economia & Política. Mercado aberto, Porto Alegre, 1979.
- FRANKEL, Charles. "Explicação e Interpretação em História", In GARDNER, Patrick. Teoria de História. Lisboa, C. Gulbenkian.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Enciclopédia dos Municípios. 1956.
- \_\_\_\_\_. Cadastro Industrial do Rio Grande do Sul. 1965.
- FURTADO, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. 2.ed. São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- FURTADO, Milton Braga. Síntese da Economia Brasileira. 4.ed. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, Editora S.A, 1986.
- GODINHO, Rutie E. A Dinâmica Populacional. CEBRAP, São Paulo, 1980.

- GREDILHA, Adolpho. Doutrina e Prática do Cooperativismo. Coq. Central União Sul Brasileira Ltda., Porto Alegre.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Inflação e Monopólio no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1963.
- HUGON, P. Elementos de História das Doutrinas Econômicas. São Paulo, CEF.
- \_\_\_\_\_. História das Doutrinas Econômicas. São Paulo, Atlas, 1952.
- INGELFRITZ, Álvaro Batista. Formas Primitivas de Cooperação no Estado do Rio Grande do Sul. Boletim Sul-coop., (Rio Grande do Sul: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, 1949).
- INDICADORES ECONÔMICOS RS, v. 1 - n. 1, Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística.
- KERN, A. Alvarez. Missões: Uma Utopia Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.
- KLAES, Luiz Salgado. "História de Pioneiros do Movimento Cooperativista no Brasil". Perspectiva Econômica, número 42, Série Cooperativismo, número 12, 1983.
- KOSERITZ, Carlos de. Relatório da Administração Central das Colônias de São Pedro do Rio Grande do Sul. Arquivo Histórico de Santa Cruz do Sul-RS, 1867.
- LAGEMANN, Eugênio. O Banco Pelotense & o Sistema Financeiro Regional. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.
- LAYTAND, D. Açorianos e Alemães. Porto Alegre, Globo, 1948.
- LOVE, Joseph. O Regionalismo Gaúcho. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- LOWY, M. Método Dialético e Teoria Política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.



- LUDWIG. Centenário. Obra mimeografada e inacabada que se encontra no Arquivo Histórico de Santa Cruz do Sul.
- LUZ, Nícia Vilela. A Luta pela Industrialização do Brasil (1898-1930). São Paulo, 1961.
- LUXEMBURGO, Rosa. A Acumulação de Capital. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- MANHEIM, Karl. "A Sociologia do Conhecimento". In GARDNER, P. Teorias da História. Lisboa, C. Gulbenkian.
- MARTIN, Hardy Elmiro. Santa Cruz do Sul de Colônia a Freguesia: 1849-1859. Santa Cruz do Sul-RS, APESC, 1979.
- MELLO, Plácido. O Crédito Popular Agrícola e as Caixas Raiffeisen. Rio de Janeiro, Papelaria Mendes, 1920.
- MENEZES, J. B. O Município de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, Lamberts e Riedl, 1914.
- MENSÁRIO ESTATÍSTICO SUL RIO-GRANDENSE, v. 1, n. 1. jan./78. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, Número Especial.
- MONTALI, Lília F. Do Núcleo Colonial ao Capitalismo Monopolista - Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul. Dissertação de Mestrado, FAC, São Paulo, 1979.
- \_\_\_\_\_. "Notas para o Estudo da Expansão do Capitalismo em Santa Cruz do Sul". In Estudos de População. São Paulo, CEBRAP, 1980.
- MOURE, Telmo. "A Inserção da Economia Imigrante na Economia Gaúcha", In Imigração e Colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

- \_\_\_\_\_. "Cantineiros e Colonos". In Imigração e Colonização.  
Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- MULLER, Geraldo. Penetração das Empresas Transnacionais nos Complexos Agroindustriais de Pecuária de Carne, Pecuária Leiteira, Cereais, Oleaginosas e Fumos. CEBRAP, São Paulo, jan./79.
- \_\_\_\_\_. "A Economia Política Gaúcha dos Anos 30 aos Anos 60" em CESAR, Guilhermino e outros. RS: Economia e Política. Org. José Hildebrando Daconol e Sergius Gonzaga. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.
- \_\_\_\_\_. Colônia Alemã - 160 Anos de História. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia, 1984.
- MLADENAZ, Gromoslau. História das Doutrinas Cooperativas.
- NAGEL, Ernest. "Alguns Problemas da Lógica da Análise Histórica". In GARDNER, Patrick. Teorias de História. Lisboa, C. Gulbenkian.
- NERÉ, Jacques. História Contemporânea. Trad. de Octávio Mendes Cajado, 2. ed. São Paulo, Difel, 1981.
- NORONHA, Adolfo Vasconcelos e outros. Cooperativismo. Aryolo, 1976.
- OBERACKER, C. H. "A Colonização Baseada no Regime da Pequena Propriedade". In HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difel.

- OLIVEIRA, Elizabeth Machado de. Síntese das Informações Histórico-Econômicas, Baseadas em Entrevistas e Leituras. Separata , CEBRAP, 1982.
- \_\_\_\_\_. Santa Cruz do Sul - Síntese da Informações Histórico - Econômicas. Baseadas em Entrevistas e Leituras. CEBRAP, mimeo, 1975.
- OLIVEIRA, N.B. Cooperativismo. Porto Alegre, 1979.
- OLIVEIRA VIANA, Francisco J. Populações Meridionais do Brasil. Rio de Janeiro, 1952.
- \_\_\_\_\_. Gênese da Consciência do Valor Econômico da Planície Platina. Rio de Janeiro, 1952.
- PERIUS, Vergilio. "Anotações sobre o Direito Cooperativo Brasileiro", em Perspectiva Econômico. UNISINOS, São Leopoldo- RS nº20, vol.8, 1979.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, 2. ed. 1982.
- \_\_\_\_\_. RS: Agropecuária Colonial & Industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.
- \_\_\_\_\_. República Velha: Charqueadas, Frigoríficos, Criadores. Porto Alegre, Movimento/IEZ, 1980.
- PINHEIRO, Adalberto Pito. Mensagem ao Conselho Municipal de Santa Cruz do Sul. Intendência Municipal de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul\_RS, 1900.
- PINHO, Diva Benevides. A Doutrina Cooperativa nos regimes Capitalistas e Socialistas. São Paulo, Pioneira, 2. ed. rev. e amp. 1965.
- \_\_\_\_\_. Atuação das Cooperativas em Alguns Países Desenvolvidos. São Paulo, ISPECO, 1964.
- \_\_\_\_\_. Sindicalismo e Cooperativismo. Instituto Cultural de São Paulo, 1967.
- \_\_\_\_\_. Sindicalismo e Cooperativismo. São Paulo, Instituto Cultural do Trabalho, 1964.

- \_\_\_\_\_. O Cooperativismo no Brasil Desenvolvido e no Brasil Subdesenvolvido. São Paulo, FFCL, USP, 1965.
- PRADO JR., Caio. Evolução Política do Brasil - Ensaio de Interpretação Dialética da História Brasileira. São Paulo, 1947.
- \_\_\_\_\_. Formação do Brasil Contemporâneo - Colonia. 2. ed. São Paulo, 1986.
- \_\_\_\_\_. História Econômica do Brasil. São Paulo. Brasiliense, 1965.
- PREBISCH, Raul. "El Desarrollo Economico de La America Latina y Algunos de Sus Principales Problemas", em Boletim Econômico da América Latina. CEPAL, v.III, n.1. fev./62.
- PROUDHON, Pierre Joseph. Proudhon, Textos Escolhidos. Porto Alegre, LP&M, 1983.
- RABUSKE, Arthur. "Eles se Empenham pelo Enriquecimento do Bem-Estar Material da Colônia Alemã no Rio Grande do Sul". In : Anais do I Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã do Rio Grande do Sul. São Leopoldo, Rotermond, 1974.
- REVERBEL, Carlos. Maragatos e Pica-Paus. Porto Alegre, LP&M, 1985. Revista Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, 1940/1964.
- RIOS, Gilvando Sá L. O que é Cooperativismo. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- ROCHE, Juan. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1959.
- RUIZ DE MONTOYA, Antonio. Conquista Espiritual Feita pelos Religiosos da Companhia de Jesus na Província do Paraguai, Uruguai e Sul. 1. ed. Trad. de Arnaldo Bruxel. Rev. apres. e notas de Arthur Rabuske. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1985.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. Economia e Sociedade no Rio Grande do Sul: Século XVIII. São Paulo, Nacional, Brasília, INL - Fundação Pró-Memória, 1984.
- SCHNEIDER, Jurgen. "Emigração Alemã para o Brasil - 1815/1870". III Colóqui de Estudos Teuto-Brasileiros. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1980.

- SOARES, J. J. Sociedades Cooperativas. Rio de Janeiro, Livraria Leite Ribeiro, 1929.
- TEJO, Limeira. Contribuição Crítica da Economia Rio-Grandense - Processo Industrial. dez./45.
- VIEIRA, Eurípedes Falcão e RANGEL, Suzana Regina Salum. Rio Grande do Sul: Geografia da População. Porto Alegre, Sagra, 1985.
- VILEBERG, E. Questões Católicas-Sociais. Rio de Janeiro. Oficinas do Jornal do Brasil, 1910.
- VIOTTIDA COSTA. Da Senzala à Colônia. São Paulo, Difel, 1960.
- UTZ, Arthur. Entre o Neoliberalismo e o Neomarxismo: uma Filosofia de Caminhos Alternativos. Trad. de E. A. Royer, São Paulo, EPU, USP, 1981.
- WILLENS, Emílio. A Aculturação dos Alemães no Brasil. 2. ed. amp. São Paulo, Nacional, 1980.
- WURDIG, Bruno Ribeiro. Banco Agrícola-Mercantil S/A - 50 Anos a Serviço do Rio Grande do Sul e do Brasil. Porto Alegre, Gress, Trein&Cia, Ltda. mai/54.

ANEXOS

## COOPERATIVA RURAL UNIÃO POPULAR DE SANTA CRUZ

## ENQUADRAMENTO CONTÁBIL

ANO: 1945

ATIVO

1. <u>DISPONÍVEL</u>			
Caixa e Bancos.....:			<u>400.616,20</u>
2. <u>REALIZÁVEL</u>			
<u>Curto Prazo</u>			
Empréstimos.....:		<u>3.215.027,67</u>	
<u>Longo Prazo</u>			
Caixa Central Rural.....:	<u>121.905,50</u>		
Títulos de Renda.....:	<u>129.000,00</u>		
Deved. e Cred. Div.....:	<u>366.689,53</u>		
Juros a receber.....:			
Valores.....:	<u>763.837,80</u>		
Outras.....:	<u>3.392,50</u>	<u>1.384.825,33</u>	<u>4.599.853,00</u>
3. <u>IMOBILIZADO</u>			
Moveis e Utensílios.....:	<u>14.844,40</u>		
C. Liquidações.....:	<u>83.833,20</u>		
Material de Expediente.....:			<u>98.677,60</u>
		Sub-Total	<u>5.099.146,80</u>
		Contas de Compensação	
		Total	<u>5.099.146,80</u>

PASSIVO

4. <u>EXIGÍVEL</u>			
Depósitos.....:	<u>5.031.747,80</u>		
Outras Obrigações.....:	<u>2.232,60</u>		<u>5.033.980,40</u>
5. <u>PATRIMÔNIO</u>			
Reservas.....:			<u>65.166,40</u>
		Sub-Total	<u>5.099.146,80</u>
		Contas de Compensação	
		Total	<u>5.099.146,80</u>

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS

<u>DÉBITO</u>			
Lucros de depósitos.....:	<u>112.841,90</u>		
Despesas Gerais.....:	<u>28.920,80</u>		
Consertos e Impostos.....:	<u>4.180,40</u>		
Gratificação.....:			
Outras Despesas.....:	<u>37,00</u>		
Fundos.....:	<u>35.389,70</u>		<u>181.369,80</u>
<u>CRÉDITO</u>			
Juros de Empréstimos.....:	<u>151.341,90</u>		
Comissões.....:	<u>535,90</u>		
Aluguéis.....:	<u>17.527,00</u>		
Taxa de Fiscalização.....:	<u>9.465,90</u>		
Outras Rendas.....:	<u>2.499,10</u>		<u>181.369,80</u>

FONTE: Balanço Original de 31/12/45.

COOPERATIVA RURAL UNIÃO POPULAR DE SANTA CRUZ  
ENQUADRAMENTO CONTÁBIL  
ANO: 1946

ATIVO

1. <u>DISPONÍVEL</u>			
Caixa e Bancos .....			<u>945.166,80</u>
2. <u>REALIZÁVEL</u>			
<u>Curto Prazo</u>			
Empréstimos .....		<u>5.012.214,07</u>	
Longo Prazo .....			
Caixa-Central Rural .....	6.253,65		
Títulos de Renda .....	<u>123.500,00</u>		
Deved. e Cred. Div. ....	<u>254.481,80</u>		
Juros à Receber .....			
Valores .....	<u>678.005,38</u>		
Outras .....	<u>108.966,10</u>	<u>1.171.206,93</u>	<u>6.183.421,00</u>
3. <u>IMOBILIZADO</u>			
Móveis e Utensílios.....		<u>18.844,40</u>	
Imóveis .....			
Material de Expediente .....			18.844,40
		Sub-Total	<u>7.147.432,20</u>
	Contas de Compensação		<u>1.571.100,00</u>
		Total	<u>8.718.532,00</u>

PASSIVO

4. <u>EXIGÍVEL</u>			
Depósitos .....		<u>7.028.473,50</u>	
Outras Obrigações .....		<u>3.304,60</u>	<u>7.031.778,10</u>
5. <u>PATRIMÔNIO</u>			
Reservas .....			115.654,10
		Sub-Total	<u>7.147.432,20</u>
	Contas de Compensação		<u>1.571.100,00</u>
		Total	<u>8.718.532,20</u>

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS

<u>DÉBITO</u>			
Lucros de depósitos.....		<u>168.162,40</u>	
Despesas Gerais .....		<u>39.380,00</u>	
Consertos e Impostos .....		<u>5.765,60</u>	
Gratificação .....		<u>9.881,10</u>	
Outras Despesas .....		<u>25.730,90</u>	
Fundos .....		<u>30.000,00</u>	<u>278.920,00</u>
<u>CRÉDITO</u>			
Juros de Empréstimos .....		<u>244.806,10</u>	
Comissões .....		<u>815,40</u>	
Aluguéis .....		<u>16.414,00</u>	
Taxa de Fiscalização .....		<u>16.884,50</u>	
Outras Rendas .....			<u>278.920,00</u>

FONTE: Balanço Original de 31/12/46.



## COOPERATIVA RURAL UNIÃO POPULAR DE SANTA CRUZ

## ENQUADRAMENTO CONTÁBIL

ANO: 1947

ATIVO1. DISPONÍVELCaixa e Bancos .....: 1.222.556,802. REALIZÁVELCurto PrazoEmpréstimos .....: 7.381.390,05Longo prazoCaixa Central Rural ....: 25.463,15Títulos de Renda .....: 123.500,00

Deved. e Cred. Div. ....: \_\_\_\_\_

Juros à Receber .....: \_\_\_\_\_

Valores .....: 673.318,38Outras .....: 174.372,70      996.654,238.378.044,283. IMOBILIZADOMoveis e Utensílios .....: 20.644,40

Imóveis .....: \_\_\_\_\_

Material de Expediente .....: \_\_\_\_\_

Sub-Total

20.644,40

Contas de Compensação

2.858.285,00

Total

12.479.530,48PASSIVO4. EXIGÍVELDepósitos .....: 9.445.951,00Outras Obrigações .....: 4.639,509.450.591,305. PATRIMÔNIO

Reservas .....: \_\_\_\_\_

Sub-Total

170.654,18

Contas de Compensação

9.621.245,48

Total

2.858.285,0012.479.530,48DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDASDÉBITOLucros de Depósitos .....: 230.284,00Despesas Gerais .....: 54.715,80Consertos e Impostos .....: 3.955,50Gratificação .....: 8.029,30Outras Despesas .....: 128.020,12Fundos .....: 24.516,28449.521,00CRÉDITOJuros de Empréstimos .....: 407.018,20Comissões .....: 826,10Aluguéis .....: 15.924,00Taxa de Fiscalização .....: 25.703,70Outras Rendas .....: 49,00449.521,00

FONTE: Balanço Original de 31/12/47.

COOPERATIVA RURAL UNIÃO POPULAR DE SANTA CRUZ  
ENQUADRAMENTO CONTÁBIL  
ANO: 1948

ATIVO

1. <u>DISPONÍVEL</u>			
Caixa e Bancos .....			1.514.304,40
2. <u>REALIZÁVEL</u>			
<u>Curto Prazo</u>			
Empréstimos .....	7.521.041,25		
Longo prazo			
Caixa Central Rural ....	60.000,00		
Títulos de Renda .....	123.100,00		
Deved. e Cred. Div. ....	106.172,80		
Juros à Receber .....			
Valores .....	633.230,38		
Outras .....		922.503,18	8.443.544,43
3. <u>IMOBILIZADO</u>			
Moveis e Utensílios .....	26.544,40		
Imóveis .....			
Material de Expediente .....			26.544,40
		Sub-Total	9.984.393,23
		Contas de Compensação	4.101.785,00
		Total	14.086.178,23

PASSIVO

4. <u>EXIGÍVEL</u>			
Depósitos .....	9.394.748,90		
Outras Obrigações .....	156.790,75		9.551.539,65
5. <u>PATRIMÔNIO</u>			
Reservas .....			432.853,58
		Sub-Total	9.984.393,23
		Contas de Compensação	4.101.785,00
		Total	14.086.178,23

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDASDÉBITO

Lucros de Depósitos .....	236.720,10		
Despesas Gerais .....	78.921,45		
Consertos e Impostos .....	4.795,00		
Gratificação .....	8.379,40		
Outras Despesas .....	65,00		
Fundos .....	159.211,95		488.092,90

CRÉDITO

Juros de Empréstimos .....	417.194,90		
Comissões .....	1.175,10		
Aluguéis .....	15.924,00		
Taxa de Fiscalização .....	53.784,50		
Outras Rendas .....	14,40		488.092,90

FONTE: Balanço Original de 31/12/48.

COOPERATIVA RURAL UNIÃO POPULAR DE SANTA CRUZ  
ENQUADRAMENTO CONTÁBIL  
ANO: 1949

ATIVO

1. <u>DISPONÍVEL</u>		
Caixa e Bancos .....		<u>1.972.717,30</u>
2. <u>REALIZÁVEL</u>		
<u>Curto Prazo</u>		
Empréstimos .....	<u>9.437.591,70</u>	
<u>Longo prazo</u>		
Caixa Central Rural ...:	209.843,25	
Títulos de Renda .....	<u>122.700,00</u>	
Deved. e Cred. Div. ...:	<u>166.785,70</u>	
Juros a Receber .....		
Valores .....	<u>618.319,68</u>	
Outras .....	<u>1.117.648,63</u>	<u>10.555.240,33</u>
3. <u>IMOBILIZADO</u>		
Moveis e Utensílios .....	<u>26.544,40</u>	
Imóveis .....		
Material de Expediente .....		<u>26.544,40</u>
	Sub-Total	<u>12.554.502,03</u>
	Contas de Compensação	<u>4.450.935,00</u>
	Total	<u>17.005.437,03</u>
<u>PASSIVO</u>		
4. <u>EXIGÍVEL</u>		
Depósitos .....	<u>11.806.212,90</u>	
Outras Obrigações .....	<u>5.673,00</u>	<u>11.811.885,90</u>
5. <u>PATRIMÔNIO</u>		
Reservas .....		<u>742.616,13</u>
	Sub-Total	<u>12.554.502,03</u>
	Contas de Compensação	<u>4.450.935,00</u>
	Total	<u>17.005.437,03</u>

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS

<u>DÉBITO</u>		
Lucros de Depósitos .....	294.639,45	
Despesas Gerais .....	<u>102.112,45</u>	
Consertos e Impostos .....	<u>3.624,90</u>	
Gratificação .....	<u>9.588,20</u>	
Outras Despesas .....	<u>40,00</u>	
Fundos .....	<u>182.176,05</u>	<u>592.181,05</u>
<u>CRÉDITO</u>		
Juros de Empréstimos .....	<u>524.097,95</u>	
Comissões .....	<u>1.065,10</u>	
Aluguéis .....	<u>17.783,40</u>	
Taxa de Fiscalização .....	<u>49.234,60</u>	
Outras Rendas .....		<u>592.181,05</u>

FONTE: Balanço Original de 31/12/49.

COOPERATIVA RURAL UNIÃO POPULAR DE SANTA CRUZ  
ENQUADRAMENTO CONTÁBIL  
ANO: 1950

ATIVO

1. <u>DISPONÍVEL</u>			
Caixa e Bancos .....			2.084.719,90
2. <u>REALIZÁVEL</u>			
<u>Curto Prazo</u>			
Empréstimos .....	13.523.264,90		
<u>Longo prazo</u>			
Caixa Central Rural ....	100.000,00		
Títulos de Renda .....	82.200,00		
Deved. e Cred. Div. ....	324.655,80		
Juros à Receber .....			
Valores .....	613.883,08		
Outras .....		1.120.738,88	14.644.003,78
3. <u>IMOBILIZADO</u>			
Moveis e Utensílios .....	33.044,40		
Imóveis .....			
Material de Expediente .....			33.044,40
		Sub-Total	16.761.768,08
	Contas de Compensação		6.084.235,00
	Total		22.846.003,08

PASSIVO

4. <u>EXIGÍVEL</u>			
Depósitos .....	15.490.559,60		
Outras Obrigações .....	37.574,80		15.528.134,40
5. <u>PATRIMÔNIO</u>			
Reservas .....			1.233.633,68
		Sub-Total	16.761.768,08
	Contas de Compensação		6.084.235,00
	Total		22.846.003,08

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDASDÉBITO

Lucros de Depósitos .....	733.877,30		
Despesas Gerais .....	260.557,20		
Consertos e Impostos .....			
Gratificação .....			
Outras Despesas .....			
Fundos .....	503.849,45		1.498.283,95

CRÉDITO

Juros de Empréstimos .....			
Comissões .....			
Aluguéis .....			
Taxa de Fiscalização .....			
Outras Rendas .....	1.498.283,95		1.498.283,95

FONTE: Balanço Original de 31/12/50.

COOPERATIVA RURAL UNIÃO POPULAR DE SANTA CRUZ  
ENQUADRAMENTO CONTÁBIL  
ANO: 1951

ATIVO

1. <u>DISPONÍVEL</u>			
Caixa e Bancos .....			4.126.709,40
2. <u>REALIZÁVEL</u>			
<u>Curto Prazo</u>			
Empréstimos .....	15.957.703,30		
<u>Longo prazo</u>			
Caixa Central Rural ....	100.000,00		
Títulos de Renda .....	<u>82.200,00</u>		
Deved. e Cred. Div. ....	<u>755.656,30</u>		
Juros a Receber .....			
Valores .....	<u>615.986,33</u>		
Outras .....		<u>1.553.842,63</u>	
			<u>17.511.545,9</u>
3. <u>IMOBILIZADO</u>			
Moveis e Utensílios .....	<u>107.475,40</u>		
Imóveis .....			
Material de Expediente .....			<u>107.475,4</u>
		Sub-Total	<u>21.745.730,7</u>
	Contas de Compensação		<u>7.313.135,0</u>
		Total	<u>29.058.865,7</u>

PASSIVO

4. <u>EXIGÍVEL</u>			
Depósitos .....	19.750.972,20		
Outras Obrigações .....	<u>271.604,40</u>		20.022.576,6
5. <u>PATRIMÔNIO</u>			
Reservas .....			<u>1.723.154,1</u>
		Sub-Total	<u>21.745.730,7</u>
	Contas de Compensação		<u>7.313.135,0</u>
		Total	<u>29.058.865,7</u>

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDASDÉBITO

Lucros de Depósitos .....	<u>912.315,90</u>	
Despesas Gerais .....	<u>300.880,85</u>	
Consertos e Impostos .....	<u>4.435,50</u>	
Gratificação .....	<u>26.785,80</u>	
Outras Despesas .....	<u>128,00</u>	
Fundos .....	<u>496.436,05</u>	<u>1.740.982,10</u>

CRÉDITO

Juros de Empréstimos .....	<u>1.557.476,10</u>	
Comissões .....	<u>3.639,50</u>	
Aluguéis .....	<u>38.740,00</u>	
Taxa de Fiscalização .....	<u>139.645,70</u>	
Outras Rendas .....	<u>1.480,80</u>	<u>1.740.982,10</u>

FONTE: Balanço Original de 31/12/51.

COOPERATIVA RURAL UNIÃO POPULAR DE SANTA CRUZ  
ENQUADRAMENTO CONTÁBIL  
ANO: 1952

ATIVO

1. <u>DISPONÍVEL</u>		
Caixa e Bancos .....		<u>4.126.215,60</u>
2. <u>REALIZÁVEL</u>		
<u>Curto Prazo</u>		
Empréstimos .....	<u>16.676.012,60</u>	
<u>Longo prazo</u>		
Caixa Central Rural ...:	<u>100.000,00</u>	
Títulos de Renda .....	<u>82.000,00</u>	
Deved. e Cred. Div. ...:	<u>181.051,80</u>	
Juros à Receber .....		
Valores .....	<u>1.356.831,68</u>	
Outras .....	<u>1.719.883,48</u>	<u>18.395.896,08</u>
3. <u>IMOBILIZADO</u>		
Moveis e Utensílios .....	<u>170.741,20</u>	
Imóveis .....		
Material de Expediente .....		<u>170.741,20</u>
	Sub-Total	<u>22.692.852,88</u>
	Contas de Compensação	<u>7.149.635,00</u>
	Total	<u>29.842.487,88</u>

PASSIVO

4. <u>EXIGÍVEL</u>		
Depósitos .....	<u>19.654.197,20</u>	
Outras Obrigações .....	<u>923.211,50</u>	<u>20.577.408,70</u>
5. <u>PATRIMÔNIO</u>		
Reservas .....		<u>2.115.444,18</u>
	Sub-Total	<u>22.692.852,88</u>
	Contas de Compensação	<u>7.149.635,00</u>
	Total	<u>29.842.487,88</u>

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDASDEBITO

Lucros de Depósitos .....	<u>1.069.481,40</u>	
Despesas Gerais .....	<u>455.510,85</u>	
Consertos e Impostos .....		
Gratificação .....		
Outras Despesas .....		
Fundos .....	<u>479.767,55</u>	<u>2.004.759,80</u>

CRÉDITO

Juros de Empréstimos .....		
Comissões .....		
Aluguéis .....		
Taxa de Fiscalização .....		
Outras Rendas .....	<u>2.004.759,80</u>	<u>2.004.759,80</u>

FONTE: Balanço Original de 31/12/52.

COOPERATIVA RURAL UNIÃO POPULAR DE SANTA CRUZ  
ENQUADRAMENTO CONTÁBIL  
ANO: 1953

ATIVO

1. <u>DISPONÍVEL</u>		
Caixa e Bancos .....		<u>5.166.303,00</u>
2. <u>REALIZÁVEL</u>		
<u>Curto Prazo</u>		
Emprestimos .....	<u>18.148.319,90</u>	
<u>Longo prazo</u>		
Caixa Central Rural ....	100.000,00	
Títulos de Renda .....	<u>64.000,00</u>	
Deved. e Cred. Div. ....	<u>302.695,40</u>	
Juros a Receber .....		
Valores .....	<u>1.435.027,78</u>	
Outras .....	<u>1.901.723,18</u>	<u>20.050.043,08</u>
3. <u>IMOBILIZADO</u>		
Móveis e Utensílios .....	<u>188.626,20</u>	
Imóveis .....		
Material de Expediente .....		<u>188.626,20</u>
	Sub-Total	<u>25.404.972,28</u>
	Contas de Compensação	<u>7.657.235,00</u>
	Total	<u>33.062.207,28</u>

PASSIVO

4. <u>EXIGÍVEL</u>		
Depósitos .....	<u>22.860.969,30</u>	
Outras Obrigações .....		<u>22.860.969,30</u>
5. <u>PATRIMÔNIO</u>		
Reservas .....		<u>2.544.002,98</u>
	Sub-Total	<u>25.404.972,28</u>
	Contas de Compensação	<u>7.657.235,00</u>
	Total	<u>33.062.207,28</u>

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDASDÉBITO

Lucros de Depósitos .....	<u>1.150.572,25</u>	
Despesas Gerais .....	<u>490.359,45</u>	
Consertos e Impostos .....		
Gratificação .....		
Outras Despesas .....		
Fundos .....	<u>542.356,90</u>	<u>2.183.288,60</u>

CRÉDITO

Juros de Empréstimos .....		
Comissões .....		
Aluguéis .....		
Taxa de Fiscalização .....		
Outras Rendas .....	<u>2.183.288,60</u>	<u>2.183.288,60</u>

FONTE: Balanço Original de 31/12/53.

## COOPERATIVA RURAL UNIÃO POPULAR DE SANTA CRUZ

## ENQUADRAMENTO CONTÁBIL

ANO: 1954

ATIVO1. DISPONIVELCaixa e Bancos .....: 7.001.671,202. REALIZÁVELCurto PrazoEmprestimos .....: 19.046.818,20Longo prazoCaixa Central Rural ...: 100.000,00Títulos de Renda .....: 64.750,00Deved. e Cred. Div. ...: 439.602,00

Juros a Receber .....: \_\_\_\_\_

Valores .....: 2.038.839,48Outras .....: 2.643.191,4821.690.009,683. IMOBILIZADOMoveis e Utensílios .....: 241.282,20

Imóveis .....: \_\_\_\_\_

Material de Expediente .....: \_\_\_\_\_

241.282,20

Sub-Total

28.932.963,08

Contas de Compensação

8.414.332,70

Total

37.347.295,78PASSIVO4. EXIGÍVELDepósitos .....: 25.873.947,00Outras Obrigações .....: 5,10 25.873.952,105. PATRIMÔNIO

Reservas .....: \_\_\_\_\_

Sub-Total

3.059.010,98

Contas de Compensação

28.932.963,08

Total

8.414.332,7037.347.295,78DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDASDÉBITOLucros de Depósitos .....: 1.340.325,60Despesas Gerais .....: 580.690,10

Consertos e Impostos .....: \_\_\_\_\_

Gratificação .....: \_\_\_\_\_

Outras Despesas .....: \_\_\_\_\_

Fundos .....: 598.026,10 2.519.041,80CRÉDITO

Juros de Empréstimos .....: \_\_\_\_\_

Comissões .....: \_\_\_\_\_

Aluguéis .....: \_\_\_\_\_

Taxa de Fiscalização .....: \_\_\_\_\_

Outras Rendas .....: 2.519.041,80 2.519.041,80

FONTE: Balanço Original de 31/12/54.



## COOPERATIVA RURAL UNIÃO POPULAR DE SANTA CRUZ

## ENQUADRAMENTO CONTÁBIL

ANO: 1955

ATIVO

1. DISPONÍVEL			
Caixa e Bancos .....			<u>7.848.333,40</u>
2. REALIZÁVEL			
Curto Prazo			
Empréstimos .....	19.355.977,90		
Longo prazo			
Caixa Central Rural ...:	<u>100.000,00</u>		
Títulos de Renda .....	<u>64.750,00</u>		
Deved. e Cred. Div. ...:	<u>1.590.437,70</u>		
Juros à Receber .....			
Valores .....	<u>1.468.583,48</u>		
Outras .....		<u>3.223.771,18</u>	<u>22.579.749,08</u>
3. IMOBILIZADO			
Moveis e Utensílios .....	<u>271.082,20</u>		
Imóveis .....			
Material de Expediente .....			<u>271.082,20</u>
		Sub-Total	<u>30.699.164,68</u>
	Contas de	Compensação	<u>6.532.516,70</u>
		Total	<u>37.231.681,38</u>

PASSIVO

4. EXIGÍVEL			
Depósitos .....	<u>26.692.040,30</u>		
Outras Obrigações .....	<u>463.965,50</u>		<u>27.156.005,80</u>
5. PATRIMÔNIO			
Reservas .....			<u>3.543.158,88</u>
		Sub-Total	<u>30.699.164,68</u>
	Contas de	Compensação	<u>6.532.516,70</u>
		Total	<u>37.231.681,38</u>

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS

<u>DÉBITO</u>			
Lucros de Depósitos .....	<u>1.428.406,40</u>		
Despesas Gerais .....	<u>684.160,10</u>		
Consertos e Impostos .....			
Gratificação .....			
Outras Despesas .....			
Fundos .....	<u>598.679,40</u>		<u>2.711.245,90</u>
<u>CRÉDITO</u>			
Juros de Empréstimos .....			
Comissões .....			
Aluguéis .....			
Taxa de Fiscalização .....			
Outras Rendas .....	<u>2.711.245,90</u>		<u>2.711.245,90</u>

FONTE: Balanço Original de 31/12/55.

## COOPERATIVA RURAL UNIÃO POPULAR DE SANTA CRUZ

## ENQUADRAMENTO CONTÁBIL

ANO: 1956

ATIVO

1. <u>DISPONÍVEL</u>			
Caixa e Bancos .....			<u>6.420.992,80</u>
2. <u>REALIZÁVEL</u>			
<u>Curto Prazo</u>			
Empréstimos .....		<u>19.307.567,40</u>	
<u>Longo prazo</u>			
Caixa Central Rural ....	<u>100.000,00</u>		
Títulos de Renda .....	<u>40.750,00</u>		
Deved. e Cred. Div. ....	<u>898.437,40</u>		
Juros à Receber .....			
Valores .....	<u>3.651.674,58</u>		
Outras .....		<u>4.690.861,98</u>	
			<u>23.998.429,38</u>
3. <u>IMOBILIZADO</u>			
Moveis e Utensílios .....	<u>295.294,60</u>		
Imóveis .....			
Material de Expediente .....			<u>295.294,60</u>
		<u>Sub-Total</u>	<u>30.714.716,78</u>
		Contas de Compensação	<u>5.724.737,60</u>
		Total	<u>36.439.454,38</u>

PASSIVO

4. <u>EXIGÍVEL</u>			
Depósitos .....	<u>26.028.107,00</u>		
Outras Obrigações .....	<u>718.701,00</u>		<u>26.746.808,00</u>
5. <u>PATRIMÔNIO</u>			
Reservas .....			<u>3.967.908,78</u>
		<u>Sub-Total</u>	<u>30.714.716,78</u>
		Contas de Compensação	<u>5.724.737,60</u>
		Total	<u>36.439.454,38</u>

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDASDÉBITO

Lucros de Depósitos .....	<u>1.451.348,20</u>	
Despesas Gerais .....	<u>815.347,60</u>	
Consertos e Impostos .....		
Gratificação .....		
Outras Despesas .....		
Fundos .....	<u>540.388,10</u>	<u>2.807.083,90</u>

CRÉDITO

Juros de Empréstimos .....		
Comissões .....		
Aluguéis .....		
Taxa de Fiscalização .....		
Outras Rendas .....	<u>2.807.083,90</u>	<u>2.807.083,90</u>

FONTE: Balanço Original de 31/12/56.

COOPERATIVA RURAL UNIÃO POPULAR DE SANTA CRUZ  
ENQUADRAMENTO CONTÁBIL  
ANO: 1957

ATIVO

1. <u>DISPONÍVEL</u>			
Caixa e Bancos .....			<u>8.785.901,80</u>
2. <u>REALIZÁVEL</u>			
<u>Curto Prazo</u>			
Empréstimos .....		<u>23.108.902,00</u>	
<u>Longo prazo</u>			
Caixa Central Rural ....	100.000,00		
Títulos de Renda .....	40.250,00		
Deved. e Cred. Div. ....	1.807.110,30		
Juros a Receber .....	3.607.662,88		
Valores .....			
Outras .....		<u>5.555.023,18</u>	
			<u>28.663.925,18</u>
3. <u>IMOBILIZADO</u>			
Moveis e Utensílios .....		<u>374.705,80</u>	
Imóveis .....			
Material de Expediente .....			<u>374.705,80</u>
		Sub-Total	<u>37.824.532,78</u>
	Contas de	Compensação	<u>6.847.968,50</u>
		Total	<u>44.672.501,28</u>

PASSIVO

4. <u>EXIGÍVEL</u>			
Depósitos .....		<u>33.348.938,20</u>	
Outras Obrigações .....		<u>34.431,50</u>	<u>33.383.369,70</u>
5. <u>PATRIMÔNIO</u>			
Reservas .....			<u>4.441.163,08</u>
		Sub-Total	<u>37.824.532,78</u>
	Contas de	Compensação	<u>6.847.968,50</u>
		Total	<u>44.672.501,28</u>

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDASDÉBITO

Lucros de Depósitos .....	1.570.923,20	
Despesas Gerais .....	1.005.120,40	
Consertos e Impostos .....		
Gratificação .....		
Outras Despesas .....		
Fundos .....	<u>577.737,80</u>	<u>3.153.781,40</u>

CRÉDITO

Juros de Empréstimos .....		
Comissões .....		
Aluguéis .....		
Taxa de Fiscalização .....		
Outras Rendas .....	<u>3.153.781,40</u>	<u>3.153.781,40</u>

FONTE: Balanço Original de 31/12/57.

COOPERATIVA RURAL UNIÃO POPULAR DE SANTA CRUZ  
ENQUADRAMENTO CONTÁBIL  
ANO: 1958

ATIVO

1. <u>DISPONÍVEL</u>			
Caixa e Bancos .....			<u>7.734.657,80</u>
2. <u>REALIZÁVEL</u>			
<u>Curto Prazo</u>			
Empréstimos .....		<u>26.539.907,10</u>	
<u>Longo prazo</u>			
Caixa Central Rural ....	100.000,00		
Títulos de Renda .....	<u>40.650,00</u>		
Deved. e Cred. Div. ....	<u>1.393.331,30</u>		
Juros à Receber .....			
Valores .....	<u>4.378.911,40</u>		
Outras .....		<u>5.912.892,70</u>	
			<u>32.452.799,80</u>
3. <u>IMOBILIZADO</u>			
Moveis e Utensílios .....	<u>376.205,80</u>		
Imóveis .....			
Material de Expediente .....			<u>376.205,80</u>
		<u>Sub-Total</u>	<u>40.563.663,40</u>
	Contas de	Compensação	<u>6.245.997,20</u>
		Total	<u>46.809.660,60</u>
<u>PASSIVO</u>			
4. <u>EXIGÍVEL</u>			
Depósitos .....	<u>35.519.729,60</u>		
Outras Obrigações .....	<u>53.740,40</u>		<u>35.573.470,00</u>
5. <u>PATRIMÔNIO</u>			
Reservas .....			<u>4.990.193,40</u>
		<u>Sub-Total</u>	<u>40.563.663,40</u>
	Contas de	Compensação	<u>6.245.997,20</u>
		Total	<u>46.809.660,60</u>

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDASDÉBITO

Lucros de Depósitos .....	<u>1.826.109,90</u>	
Despesas Gerais .....	<u>1.069.448,90</u>	
Consertos e Impostos .....		
Gratificação .....		
Outras Despesas .....		
Fundos .....	<u>648.388,10</u>	<u>3.543.946,90</u>

CRÉDITO

Juros de Empréstimos .....		
Comissões .....		
Aluguéis .....		
Taxa de Fiscalização .....		
Outras Rendas .....	<u>3.543.946,90</u>	<u>3.543.946,90</u>

FONTE: Balanço Original de 31/12/58.

ANEXO 15  
 COOPERATIVA RURAL UNIÃO POPULAR DE SANTA CRUZ  
 ENQUADRAMENTO CONTÁBIL  
 ANO: 1959

326

ATIVO

1. <u>DISPONÍVEL</u>			
Caixa e Bancos .....			<u>11.926.339,50</u>
2. <u>REALIZÁVEL</u>			
<u>Curto Prazo</u>			
Emprestimos .....		<u>30.536.474,00</u>	
<u>Longo prazo</u>			
Caixa Central Rural ...:	<u>100.000,00</u>		
Títulos de Renda .....	<u>40.800,00</u>		
Deved. e Cred. Div. ...:	<u>2.066.562,00</u>		
Juros à Receber .....			
Valores .....	<u>4.393.128,80</u>		
Outras .....		<u>6.600.490,80</u>	
			<u>37.136.964,80</u>
3. <u>IMOBILIZADO</u>			
Moveis e Utensílios .....		<u>388.458,80</u>	
Imóveis .....			
Material de Expediente .....			<u>388.458,80</u>
		<u>Sub-Total</u>	<u>49.451.763,10</u>
	Contas de	Compensação	<u>17.774.440,50</u>
		Total	<u>67.226.203,60</u>

PASSIVO

4. <u>EXIGÍVEL</u>			
Depositos .....		<u>41.341.409,00</u>	
Outras Obrigações .....		<u>2.551.231,40</u>	<u>43.892.640,40</u>
5. <u>PATRIMÔNIO</u>			
Reservas .....			<u>5.559.122,70</u>
		<u>Sub-Total</u>	<u>49.451.763,10</u>
	Contas de	Compensação	<u>17.774.440,50</u>
		Total	<u>67.226.203,60</u>

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS

<u>DÉBITO</u>			
Lucros de Depósitos .....		<u>2.091.680,90</u>	
Despesas Gerais .....		<u>1.411.095,90</u>	
Consertos e Impostos .....			
Gratificação .....			
Outras Despesas .....			
Fundos .....		<u>648.251,30</u>	<u>4.151.028,10</u>
<u>CRÉDITO</u>			
Juros de Empréstimos .....			
Comissões .....			
Aluguéis .....			
Taxa de Fiscalização .....			
Outras Rendas .....		<u>4.151.028,10</u>	<u>4.151.028,10</u>

FONTE: Balanço Original de 31/12/59.

COOPERATIVA RURAL UNIÃO POPULAR DE SANTA CRUZ  
ENQUADRAMENTO CONTÁBIL  
ANO: 1960

ATIVO

1. <u>DISPONÍVEL</u>			
Caixa e Bancos .....			<u>13.164.234,80</u>
2. <u>REALIZÁVEL</u>			
<u>Curto Prazo</u>			
Emprestimos .....		<u>37.839.169,80</u>	
<u>Longo prazo</u>			
Caixa Central Rural ....	100.000,00		
Títulos de Renda .....	<u>152.100,00</u>		
Deved. e Cred. Div. ....	<u>1.977.567,70</u>		
Juros a Receber .....			
Valores .....	<u>4.546.784,30</u>		
Outras .....		<u>6.776.452,00</u>	<u>44.615.621,80</u>
3. <u>IMOBILIZADO</u>			
Moveis e Utensílios .....		<u>392.523,80</u>	
Imóveis .....			
Material de Expediente .....			<u>392.523,80</u>
		Sub-Total	<u>58.172.380,40</u>
	Contas de	Compensação	<u>21.178.084,10</u>
		Total	<u>79.350.464,50</u>
<u>PASSIVO</u>			
4. <u>EXIGÍVEL</u>			
Depósitos .....		<u>47.552.067,50</u>	
Outras Obrigações .....		<u>4.539.626,30</u>	<u>52.091.693,80</u>
5. <u>PATRIMÔNIO</u>			
Reservas .....			<u>6.089.686,60</u>
		Sub-Total	<u>58.181.380,40</u>
	Contas de	Compensação	<u>21.178.084,10</u>
		Total	<u>79.359.464,50</u>

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDASDÉBITO

Lucros de Depósitos .....		<u>2.978.339,90</u>	
Despesas Gerais .....		<u>1.731.680,40</u>	
Consertos e Impostos .....			
Gratificação .....			
Outras Despesas .....			
Fundos .....		<u>609.959,50</u>	<u>5.319.979,80</u>

CRÉDITO

Juros de Empréstimos .....			
Comissões .....			
Aluguéis .....			
Taxa de Fiscalização .....			
Outras Rendas .....		<u>5.319.979,80</u>	<u>5.319.979,80</u>

FONTE: Balanço Original de 31/12/60.

COOPERATIVA RURAL UNIÃO POPULAR DE SANTA CRUZ  
ENQUADRAMENTO CONTÁBIL  
ANO: 1961

ATIVO

1. <u>DISPONÍVEL</u>			
Caixa e Bancos .....			<u>13.418.395,30</u>
2. <u>REALIZÁVEL</u>			
<u>Curto Prazo</u>			
Empréstimos .....		<u>45.277.732,20</u>	
<u>Longo prazo</u>			
Caixa Central Rural ...:	100.000,00		
Títulos de Renda .....	<u>78.900,00</u>		
Deved. e Cred. Div. ...:	<u>15.808,40</u>		
Juros a Receber .....			
Valores .....	<u>7.203.010,10</u>		
Outras .....		<u>7.397.718,50</u>	
			<u>56.675.450,70</u>
3. <u>IMOBILIZADO</u>			
Moveis e Utensílios .....		<u>366.167,80</u>	
Imóveis .....			
Material de Expediente .....			<u>366.167,80</u>
		Sub-Total	<u>66.460.013,80</u>
	Contas de Compensação		<u>30.979.638,20</u>
	Total		<u>97.439.652,00</u>

PASSIVO

4. <u>EXIGÍVEL</u>			
Depósitos .....		<u>53.159.229,10</u>	
Outras Obrigações .....		<u>6.490.727,30</u>	<u>59.649.956,40</u>
5. <u>PATRIMÔNIO</u>			
Reservas .....			<u>6.810.057,40</u>
		Sub-Total	<u>66.460.013,80</u>
	Contas de Compensação		<u>30.979.638,20</u>
	Total		<u>97.439.652,00</u>

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS

<u>DÉBITO</u>			
Lucros de Depósitos .....		<u>3.728.544,30</u>	
Despesas Gerais .....		<u>2.632.026,90</u>	
Consertos e Impostos .....			
Gratificação .....			
Outras Despesas .....			
Fundos .....		<u>765.880,80</u>	<u>7.126.452,00</u>
<u>CRÉDITO</u>			
Juros de Empréstimos .....			
Comissões .....			
Aluguéis .....			
Taxa de Fiscalização .....			
Outras Rendas .....		<u>7.126.452,00</u>	<u>7.126.452,00</u>

FONTE: Balanço Original de 31/12/61.

COOPERATIVA RURAL UNIÃO POPULAR DE SANTA CRUZ  
ENQUADRAMENTO CONTÁBIL  
ANO: 1962

ATIVO

1. <u>DISPONÍVEL</u>			
Caixa e Bancos .....			<u>19.238.751,80</u>
2. <u>REALIZÁVEL</u>			
<u>Curto Prazo</u>			
Empréstimos .....		<u>48.104.401,30</u>	
<u>Longo prazo</u>			
Caixa Central Rural ...:	<u>100.000,00</u>		
Títulos de Renda .....	<u>95.900,00</u>		
Deved. e Cred. Div. ...:	<u>72.754,10</u>		
Juros a Receber .....			
Valores .....	<u>7.920.559,00</u>		
Outras .....		<u>8.189.213,10</u>	<u>56.293.614,40</u>
3. <u>IMOBILIZADO</u>			
Moveis e Utensílios .....		<u>434.847,80</u>	
Imóveis .....			
Material de Expediente .....			<u>434.847,80</u>
		Sub-Total	<u>75.967.214,00</u>
	Contas de	Compensação	<u>33.894.202,90</u>
		Total	<u>109.861.416,90</u>

PASSIVO

4. <u>EXIGÍVEL</u>			
Depósitos .....		<u>60.493.682,20</u>	
Outras Obrigações .....		<u>7.978.442,90</u>	<u>68.472.125,10</u>
5. <u>PATRIMÔNIO</u>			
Reservas .....			<u>7.495.088,90</u>
		Sub-Total	<u>75.967.214,00</u>
	Contas de	Compensação	<u>33.894.202,90</u>
		Total	<u>109.861.416,90</u>

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDASDÉBITO

Lucros de Depósitos .....		<u>4.269.928,10</u>	
Despesas Gerais .....		<u>4.136.601,50</u>	
Consertos e Impostos .....			
Gratificação .....			
Outras Despesas .....			
Fundos .....		<u>820.214,80</u>	<u>9.226.744,40</u>

CRÉDITO

Juros de Empréstimos .....			
Comissões .....			
Aluguéis .....			
Taxa de Fiscalização .....			
Outras Rendas .....		<u>9.226.744,40</u>	<u>9.226.744,40</u>

FONTE: Balanço Original de 31/12/62.



## COOPERATIVA RURAL UNIÃO POPULAR DE SANTA CRUZ

## ENQUADRAMENTO CONTÁBIL

ANO: 1963

ATIVO1. DISPONÍVELCaixa e Bancos .....: 32.210.222,402. REALIZÁVELCurto PrazoEmpréstimos .....: 54.889.138,20Longo prazoCaixa Central Rural ...: 100.000,00Títulos de Renda .....: 105.400,00Deved. e Cred. Div. ....: 116.883,40

Juros à Receber .....: \_\_\_\_\_

Valores .....: 8.496.273,30Outras .....: 8.818.556,7063.707.694,903. IMOBILIZADOMoveis e Utensílios .....: 1.263.369,80

Imóveis .....: \_\_\_\_\_

Material de Expediente .....: 1.263.369,80Sub-Total 97.181.287,10Contas de Compensação 45.397.582,30Total 142.578.869,40PASSIVO4. EXIGÍVELDepósitos .....: 77.147.983,70Outras Obrigações .....: 11.208.845,10 88.356.828,805. PATRIMÔNIOReservas .....: 8.824.458,30Sub-Total 97.181.287,10Contas de Compensação 45.397.582,30Total 142.578.869,40DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDASDÉBITOLucros de Depósitos .....: 5.637.180,10Despesas Gerais .....: 6.315.547,30

Consertos e Impostos .....: \_\_\_\_\_

Gratificação .....: \_\_\_\_\_

Outras Despesas .....: \_\_\_\_\_

Fundos .....: 1.410.200,40 13.362.927,80CRÉDITO

Juros de Empréstimos .....: \_\_\_\_\_

Comissões .....: \_\_\_\_\_

Aluguéis .....: \_\_\_\_\_

Taxa de Fiscalização .....: \_\_\_\_\_

Outras Rendas .....: 13.362.927,80 13.362.927,80

FONTE: Balanço Original de 31/12/63.

## COOPERATIVA RURAL UNIÃO POPULAR DE SANTA CRUZ

## ENQUADRAMENTO CONTÁBIL

ANO: 1964

ATIVO1. DISPONÍVELCaixa e Bancos .....: 39.437.132,202. REALIZÁVELCurto PrazoEmprestimos .....: 67.472.551,70Longo prazoCaixa Central Rural ...: 2.674.735,00

Títulos de Renda .....: \_\_\_\_\_

Deved. e Cred. Div. ....: \_\_\_\_\_

Juros à Receber .....: \_\_\_\_\_

Valores .....: \_\_\_\_\_

Outras .....: 2.674.735,0070.147.286,703. IMOBILIZADOMoveis e Utensílios .....: 1.263.369,80Imóveis .....: 8.459.283,80Material de Expediente .....: 5.590.364,00Sub-Total 124.897.436,50Contas de Compensação 73.222.140,50Total 198.119.577,00PASSIVO4. EXIGÍVELDepósitos .....: 93.393.171,50Outras Obrigações .....: 20.147.897,20 113.541.068,705. PATRIMÔNIOReservas .....: 11.356.367,80Sub-Total 124.897.436,50Contas de Compensação 73.222.140,50Total 198.119.577,00DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDASDÉBITOLucros de Depósitos .....: 7.102.629,50Despesas Gerais .....: 11.388.110,80

Consertos e Impostos .....: \_\_\_\_\_

Gratificação .....: \_\_\_\_\_

Outras Despesas .....: \_\_\_\_\_

Fundos .....: 2.696.347,9021.187.088,20CRÉDITO

Juros de Empréstimos .....: \_\_\_\_\_

Comissões .....: \_\_\_\_\_

Aluguéis .....: \_\_\_\_\_

Taxa de Fiscalização .....: \_\_\_\_\_

Outras Rendas .....: 21.187.088,2021.187.088,20

FONTE: Balanço Original de 31/12/64.